



RODRIGO CAMARGO DE GODOI

**Um editor no Império:
Francisco de Paula Brito (1809-1861)**

CAMPINAS
2014



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

RODRIGO CAMARGO DE GODOI

Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Cano.

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração História Social.

Este exemplar corresponde à versão final da tese, defendida pelo aluno Rodrigo Camargo de Godoi, orientada pela Prof. Dr. Jefferson Cano e aprovada no dia 28/11/2014.

CAMPINAS
2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

G547e Godoi, Rodrigo Camargo de, 1980-
Um editor no Império : Francisco de Paula Brito (1809-1861) / Rodrigo Camargo de Godoi. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Jefferson Cano.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Brito, Francisco de Paula Brito, 1809-1861 - Editores - Biografia. 2. Livreiros e livrarias - Rio de Janeiro, RJ. 3. Escritores e leitores - História - Brasil - Séc. XIX. 4. Imprensa - Brasil - História - Séc. XIX. 5. Tipografia - Brasil - História - Séc. XIX. 6. Brasil - História - Império, 1822-1889. I. Cano, Jefferson, 1970-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: A publisher in the Brazilian Empire : Francisco de Paula Brito (1809-1861)

Palavras-chave em inglês:

Brito, Francisco de Paula Brito, 1809-1861 - Publishers - Biography

Booksellers and bookstores - Rio de Janeiro, RJ

Writers and Readers - History - Brazil - 19th century

Press - Brazil - History - 19th century

Typography - Brazil - History - 19th century

Brazil - History - Empire, 1822-1889

Área de concentração: História Social

Titulação: Doutor em História

Banca examinadora:

Jefferson Cano [Orientador]

Nelson Schapochnik

Lúcia Granja

Silvia Hunold Lara

Sidney Chalhoub

Data de defesa: 28-11-2014

Programa de Pós-Graduação: História



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 28 de novembro de 2014, considerou o candidato RODRIGO CAMARGO DE GODOI aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Jefferson Cano

Prof. Dr. Nelson Schapochnik

Profa. Dra. Lucia Granja

Profa. Dra. Silvia Hunold Lara

Prof. Dr. Sidney Chalhoub

Resumo

Por intermédio da biografia de Francisco de Paula Brito (1809-1861), esta tese investiga o aparecimento do editor no Rio de Janeiro no momento em que esses empreendedores de bens culturais impressos igualmente surgiam em diferentes cidades do ocidente, como Paris e Nova York. No caso brasileiro, fazer frente ao consumo de literatura francesa na capital do Império, bem como forjar alianças políticas no contexto da formação do Estado Nacional foram fatores determinantes no processo estudado.

Abstract

Analyzing the biography of Francisco de Paula Brito (1809-1861), this dissertation investigates the emergence of the publishers in Rio de Janeiro, at a time when these entrepreneurs appeared in different cities worldwide such as Paris and New York. In the Brazilian case, determining factors in this process were the need to forge political alliances in the context of the Nation's birth, as well as the confrontation of the consumption of French literature at the Empire's capital.

Sumário

Agradecimentos	xv
Lista e Crédito das Imagens	xxi
Abreviações	xxiii

Introdução	1
----------------------	---

Primeira Parte

Venturas e desventuras de um impressor livre

1. A pomba sem fel e o tribunal da opinião pública.	13
2. Menino de engenho.	20
3. Aprendiz de tipógrafo e poeta.	32
4. 1831, o ano das possibilidades.	39
5. Livreiro-impressor	54
6. Leis e crimes de imprensa no tempo do Padre Feijó.	68

Segunda Parte

Imparcialidade Saquarema

7. Um mui bem montado estabelecimento.	85
8. Jornais, teses e literatura nacional.	94
9. Operários, escravos e africanos livres.	109
10. “Consiste só no <i>regresso</i> o <i>progresso</i> da nação!”	126

Terceira Parte

Vida e morte da Empresa Dous de Dezembro

11. Homem de cor e Impressor da Casa Imperial.	145
12. De Empresa Tipográfica a Empresa Literária.	166
13. As dívidas e o perigoso jogo das ações.	176
14. Da concordata à falência.	185

Quarta Parte
Ilusões redescobertas

15. O recomeço	201
16. A Sociedade Petalógica	212
17. Mutualismo literário	225
18. O editor e seus autores.	232
19. O mercado editorial no Rio de Janeiro (1840-1850).	251
20. A viúva Paula Brito.	261
Epílogo	273
Anexos	277
Fontes e referências.	295

À memória de João Batista de Godoy, meu avô querido.

Agradecimentos

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo financiamento da pesquisa. Os recursos da Fapesp foram vitais e possibilitaram frequentes períodos de pesquisa de campo, sobretudo nos arquivos históricos situados no Rio de Janeiro.

Por conseguinte, agradeço aos funcionários das instituições em que pesquisei. Bibliotecários, arquivistas e técnicos sem os quais o trabalho do historiador seria impossível. No Arquivo Nacional do Rio de Janeiro a pesquisa foi facilitada por profissionais diligentes como Helba Porto e Danilo Benício. No Real Gabinete Português de Leitura, Vera Lúcia de Almeida gentilmente autorizou que livros editados por Paula Brito fossem fotografados. No Arquivo Eclesiástico da Diocese de Diamantina a ajuda de Verônica Mota foi inestimável. Agradeço também às equipes do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e do IHGB, assim como ao pessoal envolvido na conservação e acesso aos manuscritos, obras raras e mapas da Biblioteca Nacional. Pesquisando no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro conheci um grande especialista nos arquivos cariocas, o historiador Eduardo Cavalcante. Na ocasião, quando a leitura de um dossiê setecentista bastante deteriorado parecia impraticável, o Eduardo interrompeu sua pesquisa e ajudou-me a decifrar os garranchos. Tive então duas lições: generosidade e paleografia. Na Biblioteca Central da Unicamp consultei livros que pertenceram a Sérgio Buarque de Holanda. Com efeito, agradeço às bibliotecárias do setor de obras raras, bem como ao pessoal das Bibliotecas do IFCH e do IEL. Em Bragança Paulista, estudei a legislação comercial do Império na Biblioteca Jurídica da Universidade São Francisco.

Desde o mestrado fui orientado pelo professor Jefferson Cano. Todo esse tempo torna difícil ser sucinto ao enumerar o quanto lhe devo. Lições de profissionalismo, coerência e competência que me esforçarei para levar adiante. A dívida é igualmente grande com os professores do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura da Unicamp. Robert Slenes, Sidney Chalhoub, Michael Hall e Sílvia Lara acompanharam a pesquisa desde o início. Sem a ajuda de Flávia Peral, responsável pelo apoio técnico do

Cecult, minha relação com as notas fiscais e relatórios de pesquisa teria sido bem mais complexa. Sou imensamente grato à professora Márcia Abreu que, ao lado da professora Sílvia Lara, arguiu o texto de qualificação. Ambas contribuíram com apontamentos decisivos para os rumos finais do trabalho. De antemão agradeço à leitura e as observações dos membros da banca de defesa.

Agradeço também ao professor Daryle Williams por compartilhar comigo seus achados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e no National Archives de Londres, assim como por me enviar um de seus textos. De Portugal, Patrícia Palma também me enviou seus escritos e, pacientemente, respondeu às minhas dúvidas sobre o mercado livreiro luso-brasileiro no século XIX.

Graças à tese fiz amigos dos quatro cantos do Brasil. Na Unicamp tive o privilégio de conviver e aprender muito com gaúchos, baianos, pernambucanos, cariocas, catarinenses e, como não poderia deixar de ser, campineiros – Raquel Gomes, Daniele Megid, Andrea Mendes, Cássia Silveira, Paula Vermeersch, Renata Zago, Carolina Malavassi, Thiago Araújo, Vinícius Anaissi, Alisson Droppa, Marcelo Mac Cord, Alessandra Negrão, Leca Pedro, Edilson Brito, Laura Fraccaro, Rafaela Sanches, Crislayne Alfagali, Carollina de Lima, Priscila Salvaia e Ana Paula de Souza. Daniela Silveira leu uma primeira versão do projeto e, desde seu início, Ana Flávia Magalhães Pinto incentivou a pesquisa. Recordo-me com nitidez do entusiasmado primeiro almoço, ainda no dia da matrícula, com os amigos Cristina Ferreira e Deivison Amaral. Henrique Santos, meu amigo economista, ofereceu-me dicas valiosas sobre processos de concordata e falência. Sem o auxílio da grande amiga Ângela Oliveira o acesso à boa parte da bibliografia francesa que usei seria mais difícil. Nicole Giuliani e Graça Carvalho são as amigas dos vinhos e das longas conversas. Por intermédio do Luiz Samuel Fonseca conheci Carolina Spagnol e toda a sua família e amigos incríveis. Desde então, as estações do ano têm começado com reuniões regadas a boa prosa, boa música e poesia.

Quando ao fim das contas as contas não batiam, o auxílio prestado por minha irmã Eliane Godoy e meu cunhado Felipe Coutinho foi muito importante. Para além dos seus progressos na guitarra, a cada boa nota alcançada no colégio, principalmente em História, meu sobrinho Luís Felipe faz questão de me contar a notícia. Já a Maria Cecília, a

autoproclamada “princesa do tio”, em muitas ocasiões durante a escrita da tese sentava-se ao meu lado e, obstinada, escrevia-me muitas cartas. Minha mãe, Maria Camargo, ainda me intriga com sua capacidade singular de ser, há um só tempo, imensamente forte e imensamente doce. Agradecê-la é a mais difícil das tarefas, pois qualquer palavra é escassa diante do desafio que ela enfrentou após a morte precoce de meu pai, Arcílio Godoy.

Cinco anos foram dedicados à tese. Nesse tempo muita gente importante partiu e de todas as despedidas a mais doída foi a do meu avô, João Batista de Godoy. Em nossas últimas conversas, vez por outra ele me interrogava intrigado como era possível “nesse mundo”, dizia ele, “ser doutor sem ser médico ou advogado?!” Creio que fracassei ao tentar lhe explicar as etapas da pós-graduação. Isso porque ao fim da prosa meu avô ajeitava o chapéu e concluía: “se isso dá um dinheirinho meu filho, e, principalmente, faz feliz é o quanto que basta”. O dinheirinho quem sabe virá com o tempo. Entretanto, hoje diria ao meu avô que, pelos professores que tive, pelos amigos que fiz, pelos achados nos arquivos e até durante as agruras da redação, este trabalho fez do seu autor um homem mais feliz. E, por vezes, conforme dizia o Seu João, isso “é o quanto que basta”.

“Eu já vi papi triste porque ninguém compra o que ele escreve. Ele estudou muito e ainda estuda muito, e outro dia ele brigou com o Lalau que é quem faz na máquina o livro dele, os livros dele, porque papai escreveu muitos livros mesmo, esses homens que fazem o livro da gente na máquina têm nome de editor, mas quando o Lalau não está aqui o papai chama o Lalau de cada nome que eu não posso falar.”

Hilda Hilst, *O caderno rosa de Lori Lamby*.

Lista e crédito das imagens

Figura 1 – Francisco de Paula Brito [BRITO, Francisco de Paula. *Poesias*. Rio de Janeiro: Tipografia Paula Brito, 1863].

Figura 2 – Assinatura do Capitão Martinho Pereira de Brito em 1787. [SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da. “Os dois grandes lampadários do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro”. *Revista do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional*, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, n. 5, p. 285-297, 1941].

Figura 3 – Assinatura do liberto Jacinto Antunes Duarte em 1819. [*Apelação cível. Jacinto Antunes Duarte, apelante. José Antonio Teixeira Guimarães, apelado*. 1819-1820. ANRJ, Relação do Rio de Janeiro, n. 1236, caixa 592, gal. C, fls. 10].

Figura 4 - Genealogia de Francisco de Paula Brito

Figura 5 – Assinatura de Silvino José de Almeida em 1834. [*Apelação criminal. A Justiça, apelante. Silvino José de Almeida, Réu*. ANRJ, n. 2729, maço 190, gal. C, fls. 8, 1834-1835].

Figura 6 – Folha de rosto da tese *Considerações sobre a nostalgia*, de Joaquim Manuel de Macedo, de 1844. [Texto disponível na íntegra em: <archive.org>]

Figura 7 – *Um roubo na Pavuna*, 1843. [Acervo do RGPL].

Figura 8 – Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa e o romance *Tardes de um pintor*, no *Arquivo Romântico Brasileiro*. [Acervo do RGPL].

Figura 9 – *Elogio Acadêmico* de José Bonifácio [Acervo do RGPL].

Figura 10 – Retrato do preto Simão oferecido aos assinantes da *Marmota Fluminense*. [“Simão, Herói do Vapor Brasileiro *Pernambucana*”, *Marmota Fluminense*, n. 417, 11/11/1853, p. 6].

Figura 11 – Autores nacionais anunciados na *Gazeta dos Tribunais*, n. 135, 17/05/1844, p. 4.

Figura 12 – Plano da Empresa Tipográfica Dous de Dezembro. [*Ação Ordinária. Pe. Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte, autor. Francisco de Paula Brito, réu*. ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 1.885, caixa 1.832, 1857].

Figura 13 – “A Febre da Praça”. [*Marmota Fluminense*, n. 476, 06/06/1854, p. 1].

Figura 14 – Anúncio do leilão da Dous de Dezembro no *Correio Mercantil* de 27/04/1857.

Figura 15 – Catálogo do leilão da Dous de Dezembro. [*Ação Ordinária. Pe. Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte, autor. Francisco de Paula Brito, réu.* ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 1.885, caixa 1.832, 1857].

Figura 16 – Anúncios da nova tipografia de Paula Brito na Rua do Cano, n. 44. [“Paula Brito impressor-litógrafo”, *A Marmota*, n. 934, 16/03/1858, p. 4; *A Marmota*, n. 937, 26/03/1858, p. 1; 4].

Figura 17 – Anúncios da “Loja do Bom e Barato” de Paula Brito. [“Loja do bom e barato de Paula Brito”, *A Marmota*, n. 943, 16/03/1858, p. 4; “Loja do bom e barato”, *A Marmota*, n. 960, 15/06/1858, p. 4].

Figura 18 – Praça da Constituição em 1862, após a instalação da Estátua Equestre de Pedro I. [CASTRO Y ORDOÑEZ, Rafael. Praça de D. Pedro I. 1 foto: papel albuminado, p&b; 25 x 18,2 cm. In: *La comision cientifica destina al Pacífico*, 1862. BN Digital, Coleção Thereza Christina Maria].

Figura 19 – *Luxo e Vaidade*, primeira edição de 1860 [Acervo do RGPL].

Figura 20 – Anúncio do Teatro Moderno. [“Teatro moderno”, *A Marmota*, n. 905, 04/12/1857, p. 4].

Figura 21 – Folha de rosto da peça *Ambições de um eleitor*, parte da coleção Teatro Moderno. [ALMADA, José de. *Ambições d’um eleitor*: comedia original portugueza em dois actos. Lisboa: Escriptorio do Theatro Moderno, 1857. Consulta disponível em: <<http://bibliotecadigital.fl.ul.pt/>>].

Figura 22 – Anúncios da publicação do livro *Primaveras*. [*A Marmota*, n. 1091, 16/09/1859, p. 4. *Correio Mercantil*, 14/09/1859, p. 4].

Figura 23 – Um dos poucos livros impressos na tipografia da viúva Paula Brito. [Acervo do RGPL].

Figura 24 – Assinatura da viúva Paula Brito. [*Inventário. Francisco de Paula Brito, falecido. Rufina Rodrigues da Costa Brito, Inventariante.* ANRJ, Juízo Municipal da 1ª Vara do Rio de Janeiro, n. 6.210, maço 448, 1862].

Abreviações

ACMRJ – Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

AEAD – Arquivo Eclesiástico da Diocese de Diamantina-MG.

AEL – Arquivo Edgard Leuenroth.

AGCRJ – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

AL – Almanak Laemmert.

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

RGPL – Real Gabinete Português de Leitura.

Introdução

Apesar de os registros serem parcimoniosos neste ponto, tudo indica que o retrato de Francisco de Paula Brito que estampava seu livro de poesias, volume póstumo organizado por Moreira de Azevedo, foi litografado a partir de um quadro inaugurado na sede da Sociedade Petalógica na noite de 15 de dezembro de 1862 – um ano após o falecimento do editor.¹ Em todo caso, o retrato fazia jus à descrição física que Moreira de Azevedo legou do amigo, um homem “de cor parda, magro, de estatura regular, não usava de barba, e quando faleceu”, aos 53 anos de idade, “começavam os cabelos a esbranquecer-lhe (sic)”.² Mas para além da destreza do artista em capturar os traços do finado Paula Brito, o retrato cumpria um importante papel de “lugar de memória”, conforme atribuído por Pierre Nora, segundo o qual sua função “é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte [...]”.³

E Paula Brito fazia boa figura ao ser imortalizado ostentando um semblante plácido, elegantemente vestindo uma sóbria casaca preta, camisa branca e gravata. Nesse sentido, ainda que possivelmente póstumo, o retrato diz muito. Se a cor da pele, não disfarçada pelo artista, torna-se signo manifesto das vivências escravas dos seus antepassados, os trajés não deixam dúvidas de que se tratava de um cidadão de ascendência africana bem situado na sociedade em que viveu.⁴ Filho e neto de libertos, ele foi um comerciante, livreiro,

¹ Embora o daguerreotipo e as fotografias em formato cartão de visita já fizessem sucesso no Rio de Janeiro nos últimos anos de vida de Paula Brito, Moreira de Azevedo afiançava que, por excesso de modéstia, “nunca conseguiram tirar-lhe o retrato”. Com efeito, as datas de publicação das poesias e da inauguração do retrato sugerem que o primeiro inspirou-se no segundo. *Correio Mercantil*, 24/9/1862, p. 4; 22/9/1863, p. 4. Nos dias que se seguiram a imprensa do Rio de Janeiro deu certo destaque à inauguração do retrato de Paula Brito. Sem mencionar a autor da pintura, Machado de Assis, por exemplo, registrou que a cerimônia havia sido “simples e modesta”, estando presentes “os amigos do finado”, entre os quais “vários pronunciaram algumas palavras de saudade”. *O Futuro*, n. 8, 1/1/1863, p. 268. Sobre o daguerreotipo, inventado em 1839 e as fotografias em formato cartão de visita, de 1854, bem como sua chegada e ampla utilização no Brasil a partir de 1860, ver: KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *Negros no estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. Capítulo I, “A fotografia no Brasil do século XIX”.

² “Publicações a pedido: Biografia do Sr. Francisco de Paula Brito”, *Correio Mercantil*, 3/3/1862, p. 2.

³ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto história*, São Paulo, n. 10, dez. 1993. p. 22.

⁴ Sobre os retratos de pessoas negras e livres, como Paula Brito, ver KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *Negros no estúdio do fotógrafo...* op. cit., 2010. p. 89-90. Sobre os retratos e indumentária masculina,

impressor e editor que atuou no Rio de Janeiro por três décadas, entre 1831 e 1861. Com efeito, foi por seu trabalho e pelos laços de solidariedade que teceu durante a vida que Paula Brito converteu-se em uma espécie de catalizador no cenário cultural e literário da capital do Império, alcançando notoriedade ainda em vida. Nesses casos, quando esta se extingue, mal o corpo se acomoda à campa, uma profusão de escritos em tom panegírico é produzida, cristalizando determinada imagem do falecido para uso e memória da posteridade, para além dos retratos e inauguração de retratos.



Figura 1 – Francisco de Paula Brito

A “construção memorialística” elaborada em torno do editor, entendida como a transformação da personagem histórica através da própria história, atravessa três momentos visivelmente demarcados.⁵ Isso tanto na historiografia literária, na história do livro e da leitura no Brasil, bem como nos estudos machadianos, nos quais ele é quase sempre presença obrigatória. Partindo da primeira biografia publicada nas colunas do *Correio Mercantil* semanas após sua morte, muitos dos que escreveram sobre o editor foram

marcada pela sobriedade burguesa, ver: MAUAD, Ana Maria. Imagem e autoimagem do segundo reinado. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 228.

⁵ Sobre o conceito de “construção memorialística”: BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: a trajetória de Ângelo Agostini no Brasil imperial – São Paulo e Rio de Janeiro – 1864-1888*. Tese (Doutorado em História) – IFCH, Unicamp, Campinas, 2005. p. 7.

unânicos quanto ao caráter altruísta da personagem, o que fez com que dessa percepção emergisse em primeiro lugar o “mecenas pobre”, seguido do “editor pioneiro” e, mais recentemente, o “maçom exaltado”.⁶ Tal movimento evidencia que Francisco de Paula Brito está longe de constituir um objeto inédito, assim como, de certa forma, não seria inédito o problema proposto nesta tese a partir do estudo de sua trajetória. Machado de Assis o colocou em termos bem precisos em uma de suas crônicas em que tecia loas ao editor francês Baptiste Louis Garnier, em janeiro de 1865:

Falar do Sr. Garnier, depois de Paula Brito, é aproximá-los por uma ideia comum: Paula Brito foi o primeiro editor digno desse nome que houve entre nós. Garnier ocupa hoje esse lugar, com as diferenças produzidas pelo tempo e pela vastidão das relações que possui fora do país.⁷

Objetivando contribuir com a história do impresso no Brasil, este trabalho procura transformar a afirmativa de Machado de Assis, bem conhecida da bibliografia, em questão

⁶ MOREIRA DE AZEVEDO, Manuel Duarte. “Publicações a pedido: Biografia do Sr. Francisco de Paula Brito”, *Correio Mercantil*, 28/2/1862, p. 2; 2/3/1862, p. 2-3; 3/3/1862, p. 2. “Biografia”. In: BRITO, Francisco de Paula. *Poesias*. Rio de Janeiro: Tipografia Paula Brito, 1863. MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno Biographico Brazileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876. V. 3. p. 545-548. GONDIM, Eunice Ribeiro. *Vida e obra de Paula Brito: iniciador do movimento editorial no Rio de Janeiro (1809-1861)*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965. VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969. BROCA, Brito. Paula Brito, “Mecenas Pobre”. In: *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e Romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis; Instituto Nacional do Livro, 1979. MAGALHÃES JR., Raimundo. *Vida e obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Record, 2008. MASSA, Jean-Michel. *A juventude Machado de Assis (1839-1870): ensaio de biografia intelectual*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiróz; Edusp, 1985. EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 22-23. AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Francisco de Paula Brito: cidadania e anti-racismo nos inícios da nação brasileira. *Irohin – Jornal On Line*, 11/1/2007. Disponível em: <<http://www.irohin.org.br/>>. Acesso em: 10/03/2008. AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Maçonaria: história e historiografia. *Revista da USP*, São Paulo, n. 32, p. 178-189, dez./jan./fev. 1996-1997. AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Maçonaria, cidadania e a questão racial no Brasil escravagista. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 121-136, dez., 1998. AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. A recusa da “raça”: antirracismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 34, p. 297-320, jul./dez. 2005. LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. RAMOS JR., José de Paulo; DAECTO, Marisa Midori; MARTINS Filho, Plínio (Orgs.). *Paula Brito: editor, poeta e artífice das letras*. São Paulo: Edusp; Com Arte, 2010. CALDEIRA, Cláudia Adriana Alves. *Francisco de Paula Brito: tipografia, imprensa, política e sociabilidade*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Seropédica-RJ, 2010. MARTINS, Bruno Guimarães. *Corpo sem cabeça: Paula Brito e a Petalógica*. Tese (Doutorado em Letras), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 3/1/1865, p. 1.

e, a partir dela, buscar compreender quais condições históricas permitiram a emergência da figura do editor no Rio de Janeiro oitocentista.

Embora no século XVIII impressores como Panckoucke já desempenhassem as funções de um editor, empregando uma série de práticas até então inéditas no mercado livreiro francês, diferentes autores convergem ao considerarem que foi na primeira metade do século XIX, por volta de 1830, que aparece o editor, enquanto empreendedor do mercado de bens culturais impressos. Por conseguinte, pode-se a princípio considerar que empresas como a Blackwood em Edimburgo, a Ticknor and Fields em Boston, assim como os irmãos Michel e Calman Lévy em Paris, George Palmer Putnam em Nova York e Francisco de Paula Brito no Rio de Janeiro, constituíram-se quase que simultaneamente como empreendedores do universo em expansão dos jornais, revistas, livros e demais impressos.⁸ Definidor deste processo é a gradativa especialização do editor, que a partir de então começa a distinguir-se dos tradicionais impressores e livreiros, atuando de maneira similar aos demais empreendedores culturais que surgiam concomitantemente, a exemplo do empresário teatral. Assim, conforme Christine Haynes, se na França setecentista os editores eram os eruditos encarregados da compilação e organização de diferentes gêneros textuais, esse sentido muda drasticamente quando a mesma palavra passou a designar os “capitalistas que assumiam o risco pela produção de uma obra de determinado autor (vivo ou morto)”. Por conseguinte, “[...] o editor foi definido por seu papel no investimento de capital, tanto financeiro quanto humano, para criar commodities literários – e lucros monetários”.⁹

⁸ FINKELSTEIN, David. *The House of Blackwood: author-publisher relations in the Victorian Era*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2002; WINSHIP, Michael. *American literary publishing in the mid-nineteenth century: The business of Ticknor and Fields*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. (Cambridge Studies in Publishing and Printing History); MOLLIÉ, Jean-Yves. *Michel & Calmann Lévy ou la naissance de l'édition moderne, 1836-1891*. Paris: Calmann Lévy, 1984; GREENSPAN, Ezra. *George Palmer Putnam: representative American Publisher*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2000. Sobre o pioneirismo de Packoucke como editor na França, ver: HAYNES, Christine. *Lost illusions: the politics of publishing in nineteenth-century France*. Cambridge; London: Harvard University Press, 2010. (Harvard historical studies, 167). p. 22.

⁹ HAYNES, Christine. *Lost illusions...*, op. cit., 2010. p. 16-17. Michael Winship, por sua vez, coloca o editor na intersecção entre a produção e comércio de bens impressos, nomeadamente livros, coordenando todas as atividades do mercado, como produção e distribuição. Nas palavras do autor, “o editor é o empreendedor do mercado livreiro, o que toma as decisões e aceita os riscos necessários para manter todo o empreendimento em movimento”. WINSHIP, Michael. *American literary publishing in the mid-nineteenth century...* op. cit., 2002. p. 13.

Ainda que em certos casos, como demonstra a trajetória de Paula Brito, o editor se encarregasse da produção material e comercialização dos impressos, a partir de 1830 foi esse novo elemento que, de acordo com Roger Chartier e Henri-Jean Martin, passou a reorganizar o mundo do livro “controlando os autores, fazendo trabalhar os impressores e abastecendo as livrarias no varejo”. Em texto escrito com Odile Martin, Henri-Jean Martin identifica na publicação de livros ilustrados o início da conscientização sobre a originalidade do trabalho dos editores na França, com isso sugerindo a importância da modernização da indústria gráfica nesse processo.¹⁰ Ao se debruçar sobre o problema, Christine Haynes, por sua vez, transfere o eixo de sua análise das transformações tecnológicas para a política. De acordo com a autora, a especialização do editor na França pode ter percorrido um longo caminho desde o século XVII, quando, durante a constituição das guildas dos livreiros, verificou-se uma primeira distinção no ramo. No século seguinte, no entanto, um único impressor ou mercador de livros podia ser responsável pelas cadeias de produção e distribuição dos impressos, tanto que, já por volta de 1820, esses personagens eram denominados impressores-livreiros. Assim, para a autora, o editor-capitalista apareceria no momento seguinte, entre 1770 e 1830, à sombra de uma série de reformas liberais nas leis que regiam o mercado livreiro francês. Tais reformas alteraram os direitos sobre a propriedade intelectual, reviram restrições de mercado e diminuíram os poderes dos órgãos de censura. Consequentemente, indivíduos que não pertenciam às tradicionais corporações que controlavam o mercado livreiro no Antigo Regime, tiveram desobstruída sua entrada no ramo. Ao mesmo tempo, as leis de imprensa sancionadas pelos novos regimes constitucionais em substituição aos órgãos de censura característicos do Antigo Regime tiveram de enfrentar a questão das responsabilidades sobre o que se imprimia. Com efeito, nessa nova economia das culpas, ao lado dos impressores, livreiros e autores, surgiam também os editores.¹¹

¹⁰ CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean. “Introduction”. In : CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean (Dir.). *Histoire de l'édition française*. Le temps des éditeurs. Du romanstème à la Belle Époque. T. III. Paris: Fayard; Cercle de la Libraire, 1990. p. 5-6. MARTIN, Odile; MARTIN, Henri-Jean. “Le monde des éditeurs”. In: CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean (Dir.). *Histoire de l'édition française...* op. cit., 1990. p. 196.

¹¹ HAYNES, Christine. *Lost illusions...*, op. cit., 2010. p. 18; 25-30.

Um projeto de lei “Contra os crimes por abuso da Liberdade de Imprensa”, apresentado na Sessão de 10 de junho de 1826 da Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, demonstra que, no que diz respeito à definição da responsabilidade jurídica dos editores, o caso brasileiro encontrava certa similaridade com o francês. Os artigos iniciais do Título II do projeto definiam como culpados em casos de crime de imprensa em primeiro lugar os autores; porém, diante do anonimato desses, garantido por lei, responderiam, exatamente nesta ordem, o impressor, o editor e o livreiro que comercializasse o impresso.¹² De modo análogo, os dicionários que circulavam no Império naquele momento também já definiam com clareza as funções do editor, não o confundindo, por exemplo, com o impressor.¹³ No entanto, para além das abstrações jurídicas e semânticas, este trabalho investigará por intermédio da biografia de Paula Brito as circunstâncias históricas que convergiram para o aparecimento do editor no Brasil, circunstâncias forjadas na concorrência com impressos franceses e por meio de alianças políticas.

Longe de se restringir-se ao exercício de contar uma vida, a biografia histórica tem sido largamente aplicada a essa questão. Neste sentido, Alistair McCleery, em artigo dedicado ao editor Allen Lane, defende a relevância do estudo da agência individual do editor para a história do livro, considerando pouco concreta a aplicação de conceitos teóricos como “campo” ou “princípios funcionais”, elaborados respectivamente por Pierre Bourdieu e Michel Foucault, para a compreensão do mercado editorial.¹⁴ Para o século XIX, são exemplares da fecundidade desses estudos os livros que Jean-Yves Mollier dedicou à biografia dos irmãos Lévy e Louis Hachette, bem como a biografia do editor

¹² *Diário da Câmara dos Deputados à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil*, n. 26, Sessão de 10 de junho de 1826, p. 345.

¹³ O *Diccionario da língua portuguesa* de Antonio de Moraes Silva, de 1789, dizia que o substantivo masculino “Editór” significava “O que faz a edição de algum livro, isto é, o que faz publicar a obra de algum Autor, ou por impressão, ou por cópia manuscrita. “Editór”. In: SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da língua portuguesa, volume 1*. p. 647. Disponível em: <www.brasiliana.usp.br>. Mais sucinto, o *Diccionario da Língua Brasileira* de Silva Pinto, de 1832, definiu “Editor” como o que “toma a seu cargo a publicação de uma obra”. “Editor”. In: PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Língua Brasileira*: por Luiz Maria da Silva Pinto natural da Província de Goyaz. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <www.brasiliana.usp.br>.

¹⁴ MCCLEERY, Alistair. The Return of Publisher to Book History: The Case of Allen Lane. *Book History*, v. 5., 2002, p. 161-185.

nova-iorquino George Palmer Putnam, de Ezra Greenspan.¹⁵ Deve-se notar, no entanto, que as biografias de editores se inscrevem em um contexto mais amplo, no qual o próprio gênero biográfico, por muito tempo considerado impuro, como registrou François Dosse, foi acolhido nas fortificações da academia, sobretudo nas três últimas décadas, diante da ruína dos chamados paradigmas totalizantes. Desde então historiadores de ofício – como os novos marxistas ingleses, a terceira geração dos *Annales* e os historiadores italianos da “micro-história” –, passaram a se ocupar com as vivências e aspirações de homens e mulheres de carne e osso. Dos estudos centrados na agência individual à biografia foi um passo e, com efeito, ela passou a ser sistematicamente problematizada e praticada nos diferentes domínios da história, inclusive na história do impresso.¹⁶

Muitos dos historiadores que escreveram sobre as experiências de editores oitocentistas contaram com séries documentais completas, a exemplo dos registros da Blackwood pesquisados por David Finkelstein na National Library of Scotland. Considerado um dos mais completos arquivos legados por uma editora britânica no século XIX, a documentação permitiu ao autor estudar em minúcias as atividades da companhia e seus diretores entre 1860 e 1910.¹⁷ No caso de Paula Brito, se documentação semelhante um dia existiu, ela pode ter sido destruída no incêndio que arrasou os prédios vizinhos à tipografia da viúva do editor, na madrugada de 25 de setembro de 1866. Apesar de a tipografia não ter sido totalmente atingida, como veremos adiante, a água utilizada pelos bombeiros para controlar as chamas danificou grande parte do espólio do editor carioca. Deste modo, biografar Francisco de Paula Brito exigiu primeiramente um esforço em localizar e reunir fontes. A pesquisa na imprensa, feita a princípio no Arquivo Edgard Leuenroth e nos dois últimos anos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foi

¹⁵ MOLLIER, Jean-Yves. *Michel & Calmann Lévy ou la naissance de l'édition moderne...* op. cit., 1984; *Louis Hachette (1800-1864): Le fondateur d'un empire*. Paris: Fayard, 1999. GREENSPAN, Ezra. *George Palmer Putnam...* op. cit., 2000.

¹⁶ DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Edusp, 2009; LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. (Coleção História e Historiografia, 6). Para a historiografia brasileira ver: OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. SCHMIDT, Benito Bisso. “História e Biografia”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

¹⁷ FINKELSTEIN, David. *The House of Blackwood...* op. cit., 2002. p. 2.

combinada à documentação manuscrita encontrada em diferentes arquivos e bibliotecas situados principalmente no Rio de Janeiro.

A trajetória de Francisco de Paula Brito, “o primeiro editor digno desse nome que houve entre nós”, como registrou Machado de Assis, será revisitada nesse trabalho em quatro partes. A primeira delas, dividida em seis capítulos, trata dos anos de formação do editor e sua atuação durante as Regências. Contudo, recuando ao século XVIII, veremos como os familiares de Paula Brito foram paulatinamente se afastando do cativeiro e se estabelecendo como artesãos livres e, mais que isso, alfabetizados, no Rio de Janeiro. O fato de pertencer a uma família de libertos afeita às letras possibilitou ao rapaz o acesso à leitura e à escrita ainda muito jovem, o que contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento de seu gosto pela poesia e para o aprendizado tipográfico. Por conseguinte, diante das possibilidades que surgiram após a abdicação de d. Pedro I, o jovem Paula Brito escolheu comprar a livraria do primo Silvino José de Almeida, onde posteriormente instalou um prelo de madeira. Ao tornar-se um impressor-livreiro, Paula Brito estava exposto às agruras advindas do ofício, da ameaça de empastelamento às perseguições legais durante a regência Feijó.

Dividida em quatro capítulos, a segunda parte trata da ascensão social do editor na década de 1840. O bom desempenho de Paula Brito como comerciante de livros, jornais e gêneros diversos foi fundamental para as melhorias implantadas na oficina tipográfica. Em consequência, foi nesse momento que Paula Brito tornou-se um editor, pois, motivado pela concorrência das narrativas ficcionais francesas, o então impressor-livreiro decidiu pela primeira vez financiar a publicação de um romancista nacional, o jovem Teixeira Sousa. Esta parte da tese também trata das alianças que o editor estabeleceu com os políticos conservadores após a maioridade de d. Pedro II, bem como da organização do trabalho em seu entorno, tanto em sua oficina tipográfica como em sua residência, um microcosmo que incluía operários estrangeiros, escravos ao ganho e africanos livres.

Depois de planejar a instalação de uma oficina tipográfica “em grande escala” para atender as demandas do governo da Província do Rio de Janeiro, Paula Brito funda a Empresa Dous de Dezembro. A terceira parte da tese é inteiramente dedicada à história dessa companhia, criada em meio à reconversão dos capitais empregados no tráfico

transatlântico de escravos para à praça comercial do Rio de Janeiro, em 1850. Já os capítulos da quarta e última parte tratam da reconstrução dos negócios do editor após a falência da Dous de Dezembro, em 1857. Embora tenha reduzido o volume dos seus negócios e tivesse de lidar com inúmeros credores, alguns fatores contribuíram para que Paula Brito continuasse a imprimir jornais e editar autores brasileiros após a bancarrota de sua companhia. Entre eles destacam-se as redes de sociabilidades tecidas pelo editor-livreiro, por exemplo, em torno da Sociedade Petalógica. Ainda assim, em um esforço de se ampliar a questão, a quarta parte também discute as vicissitudes do mercado livreiro no Rio de Janeiro, assim como a relação de Paula Brito com seus autores. Naquele momento, do papel à tinta de impressão, toda a matéria-prima para a produção de impressos na Corte era importada, o que inevitavelmente refletia no custo dos livros, revistas e jornais que, além disso, encontravam sérios entraves para chegarem às demais Províncias do Império. Finalmente, veremos como a viúva Paula Brito tentou, sem sucesso, levar adiante os negócios da família.

Primeira Parte

Venturas e desventuras de um impressor livre

A pomba sem fel e o tribunal da opinião pública

No decorrer de 1833 os rumores de um provável retorno de d. Pedro I, que partira para a Europa após abdicar do trono a 7 de abril de 1831, começaram a fazer eco pelas ruas do Rio de Janeiro. Desde 1832, formara-se na cidade uma nova facção política cujo principal intento era justamente defender o regresso do então Duque de Bragança. Eram esses os restauradores, ou caramurus.¹⁸ As duas outras facções em ação na cidade eram os exaltados, também conhecidos como farroupilhas, e os moderados, ou chimangos. Como veremos melhor adiante, a abdicação de d. Pedro I foi promovida pela união de moderados e exaltados que, irmanados no Campo da Honra, fizeram o Sete de Abril. No entanto, na medida em que os moderados tomaram o poder, o acordo entre as duas identidades foi desfeito.¹⁹ Por conseguinte, em linhas bem gerais, se os caramurus queriam a volta de d. Pedro I, os exaltados eram liberais radicais que se opunham ao projeto centralizador da moderação, por sua vez, alinhada aos anseios dos grandes agricultores e comerciantes das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.²⁰

No momento em que os ruídos do retorno do ex-imperador tonaram-se alarido, os moderados passaram a instrumentalizar o epíteto de caramuru. Ao menos assim alegavam alguns jornais e pasquins como *O Meia-Cara* de 11 de novembro de 1833, que dizia que “a ideia de uma restauração iminente tem sido o desenfreado para a quadrilha chimangal

¹⁸ O Padre Feijó assim referiu aos caramurus em seu Relatório como Ministro da Justiça, de 20 de maio de 1832: “A 17 do mesmo mês, com igual audácia apareceu a facção restauradora, anunciada pelo insolente *Caramuru*, e preparada no *conventículo da Conservadora*”. FEIJÓ, Diogo Antonio. *Relatório do Exmo. Ministro da Justiça*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de E. Seignot-Plancher, 1832. p. 2. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/>>. Acesso em: 18/05/2012.

¹⁹ A opção pelos termos “facção política” e “identidade política” ao invés de “partido político” acompanha as formulações de Marco Morel. MOREL, Marco. *O período das Regências, (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2003. p. 32-33.

²⁰ MOREL, Marco. *O período das Regências...* op. cit., 2003. p. 33-38. BASILE, Marcello. Projetos políticos e nações imaginadas na imprensa da Corte (1831-1837). In: DUTRA, Eliana de Freitas. MOLLIER, Jean-Yves. (Orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

praticar toda a sorte de despotismo”.²¹ Acusação reforçada pelo *Evaristo* que informava que “o nome de Restaurador é aplicado a todos aqueles que não pactuam com os sentimentos da facção dominante [os moderados], e por este meio insulta indistintamente a Cidadãos honrados, que arrastados às masmorras horríveis, ficam manietados”.²² Mas a situação de fato começou a piorar, tanto para os restauradores como para os supostos restauradores, no início de dezembro de 1833, principalmente na noite do dia 2, data em que se comemorava o oitavo aniversário de d. Pedro II.

Nesta noite a Sociedade Militar, que, conforme o jornal *A Verdade*, “acolhia em seu seio todos os indivíduos, fossem ou não da profissão militar, descontentes do Governo, e com preferência os mais desmascarados restauradores”,²³ resolveu expor um painel iluminado no qual, ao invés da efígie do imperador menino, estampava a imagem de um general muito parecido com d. Pedro I. Alguns relatos apontam que um juiz de paz foi então chamado e que este, após verificar a homenagem inoportuna ao ex-imperador, fez com que a imagem fosse retirada. Todavia, houve quem dissesse que o “povo indignado apedrejou a iluminação e o painel, fez tirá-lo do lugar, e pisou aos pés essa figura [...]”.²⁴ Distúrbios também ocorreram no Teatro, onde adeptos do governo se estranharam com partidários de José Bonifácio, tutor de d. Pedro II e apontado pela moderação como o restaurador-mor a reger da Quinta da Boa Vista mil conspirações no intuito de promover o retorno de d. Pedro I.²⁵

Três dias depois, na tarde do dia 5 de dezembro, mais de mil pessoas se reuniram diante da sede da Sociedade Militar, no Largo de São Francisco de Paula. Acreditava-se que nesse dia aconteceria uma assembleia da agremiação tida como reduto caramuru. Na ocasião o prédio foi apedrejado e a placa que trazia o nome da sociedade destruída pela multidão furiosa. Um grupo mais afoito teria entrado e devastado o interior da sede, atirando móveis e papéis à rua. A multidão só deixou o local quando lá apareceu um juiz de

²¹ *O Meia-Cara*, n. 1, 11/11/1833, p. 6.

²² *O Evaristo*, n. 5, 15/11/1833, p. 4.

²³ “Comunicado”, *A Verdade*, 17/12/1833, p. 2.

²⁴ As duas versões para o destino do painel da Sociedade Militar podem ser lidas no jornal *A Verdade*, 12/12/1833, p. 4; 17/12/1833, p. 3.

²⁵ *A Verdade*, 12/12/1833, p. 4.

paz.²⁶ Entretanto, parte dela, insatisfeita com a destruição da sede da Sociedade Militar, dirigiu-se para as tipografias que imprimiam periódicos e panfletos ligados aos restauradores.

Os relatos não permitem discernir com clareza se o grupo atacou primeiro a Tipografia Paraguassú de David da Fonseca Pinto e em seguida a Tipografia do Diário de Nicolau Lobo Vianna, ou se houve uma subdivisão e as duas oficinas foram destruídas simultaneamente.²⁷ Em todo o caso, o testemunho de Nicolau Lobo Vianna, publicado alguns dias depois do ocorrido no *Diário do Rio de Janeiro*, oferece uma dimensão bastante detalhada do que aconteceu naquela tarde:

[foram] arrombadas as portas, e janelas, destruídos todos os prelos, móveis, e mais utensílios tipográficos; dispersos, e destruídos todos os impressos, anúncios publicados, e por publicar, todo o tipo espalhado na rua, ficou nosso estabelecimento (do qual com mil fadigas tiramos a subsistência para a nossa numerosa família) reduzido a nada, ou a um montão de ruínas, sendo considerável o prejuízo que sofremos [...].²⁸

Provavelmente cena bem semelhante se passou no estabelecimento de David da Fonseca Pinto – prelos e impressos destruídos, tipos espalhados pela rua, tudo reduzido “a um montão de ruínas”. Acontece que a sede de sangue, ou melhor, a sede de prelos e impressos caramurus da multidão não foi aplacada com o empastelamento das Tipografias Paraguassú e do Diário. Havia ainda uma terceira oficina tipográfica a ser posta abaixo no Rio de Janeiro e a horda, na perspectiva daqueles impressores, rumou à Praça da Constituição.

Já era por volta das 19 horas quando um grupo “armado de paus” chegou à Tipografia Fluminense de Brito & C e aos gritos de “Paula Brito restaurador” ameaçou invadi-la e dar-lhe o mesmo destino das duas anteriormente atacadas. Não é difícil imaginarmos o pânico que deve ter tomado conta de Francisco de Paula Brito diante daquele tumulto. Afinal, o fruto dos últimos dois anos de trabalho estava prestes a ser

²⁶ *A Verdade*, 12/12/1833, p. 4.

²⁷ *A Verdade*, 12/12/1833; 17/12/1833. *Sete d’Abril*, 10/12/1833; 14/12/1833; *Diário do Rio de Janeiro*, 12/12/1833, p. 1.

²⁸ “Ao público”, *Diário do Rio de Janeiro*, 12/12/1833, p. 1.

destruído. E só não foi graças à intervenção do juiz de paz da freguesia do Santíssimo Sacramento, José Inácio Coimbra, que dispersou o grupo e designou uma patrulha da Guarda Nacional para guardar a porta da tipografia.²⁹

No dia seguinte, ainda bastante abalado, Paula Brito redigiu e imprimiu sua *Proclamação aos compatriotas*, documento de uma página no qual pretendia fazer a “sincera narração” de sua “fé política”. Nele refutava as acusações de que pertencia a facção restauradora, afirmando-se um “Verdadeiro Exaltado”. Em suas palavras um “Brasileiro que no meio de vós empunhei as armas no Glorioso 7 de Abril [de alegre memória], e alistado nas fileiras Nacionais protestei defender com a vida a Pátria, a Constituição e a Nacionalidade”. De acordo com a *Proclamação*, a origem da desordem estaria relacionada a um “pequeno impresso” – talvez um jornal caramuru chamado *A Mineira no Rio de Janeiro*, como veremos no Capítulo 5 – com o qual Paula Brito, autoproclamando-se em caixa alta um “IMPRESSOR LIVRE”, afirmava não ter “parte alguma”.³⁰

Enquanto isso a imprensa moderada festejava a “briosa conduta dos Fluminenses nos dias 2, 5 e 6 do corrente Dezembro, em que fizeram sumir os restauradores”.³¹ Em suas páginas de anúncios, o *Sete d’Abril* fazia chacota das tipografias destruídas afirmando, por exemplo, que “Faz muita falta o *Diário dos escravos fugidos*: agora acabam de fugir dois que até são capitães. Quem achar os dois quilombolas, queira mandar entregá-los a seu senhor que está em Lisboa”.³² Destruído no dia 5 de dezembro, o *Diário do Rio de Janeiro*, folha caracteristicamente de anúncios, entre os quais os de escravos fugidos, não circulou entre os dias 6 e 11 de dezembro, sendo impresso em formato reduzido entre os dias 12 e 17. Por conseguinte, tentando desvendar a piada, os escravos fugidos destacados pelo *Sete d’Abril* certamente eram Nicolau Lobo Vianna e David da Fonseca Pinto, enquanto que o senhor lisboeta, d. Pedro I.

²⁹ BRITO, Francisco de Paula. *Proclamação aos compatriotas*. Rio de Janeiro: Tip. Fluminense de Brito e Cia, s. d. BN, Obras raras, 102, 5, 226; “Correspondência”, *O Carioca*, n. 12, 21/01/1834, p. 1-7.

³⁰ BRITO, Francisco de Paula. *Proclamação aos compatriotas*... op. cit.

³¹ “Novo trama Liboriano”, *Sete d’Abril*, 10/12/1833, p. 4; ver também: *A Verdade*, 12/12/1833, p. 5.

³² “Anúncios”, *Sete d’Abril*, 14/12/1833, p. 4. Grifos originais. O impressor-livreiro Plancher também não foi poupado da ironia do *Sete d’Abril*: “Consta que Mr. Plancher, logo que soube da destruição das Tipografias do *Diário Jurista* e *Paraguassú Cacheu*, correu fazer um Protesto perante o Sr. José Miranda sobre 125 contos de réis valor do seu estabelecimento!”. “Sopapo”, *Sete d’Abril*, 14/12/1833, p. 4.

Francisco de Paula Brito também não esteve imune à ironia do redator do *Sete d'Abril*. No dia 21 de dezembro, lia-se a seguinte nota nos “Anúncios” daquele jornal: “É falso que o Sr. *Paula Brito* deva dinheiro e obrigações ao Ripanso, e a seu Irmão; também é falso que se ocupe atualmente em caluniá-los, e deprimi-los”.³³ O estilo empregado naquela seção do jornal moderado visava o riso do leitor por meio do escárnio. Era, portanto, a mensagem contrária que o redator queria que seus leitores entendessem. Paula Brito devia dinheiro e favores a Ripanso e seu irmão, e mal-agradecido os caluniava e deprimia. Antes de sabermos quem era o tal Ripanso, temos que a 1º de janeiro de 1834, outro “Anúncio” debochando de Paula Brito apareceu no *Sete d'Abril*:

- É inteiramente falso que entre os papéis achados na Rua da Ajuda, depois do destroço da Tipografia do Diário, aparecessem assinados pelo *Patriota* o Sr. Paula Brito os originais dos anúncios mais infames publicados no *Manteiga*. Este senhor é uma pomba sem fel, e de restaurador nada tem...³⁴

Mais uma vez e da mesma forma irônica era o contrário que se queria entendido. Paula Brito bem longe de ser “uma pomba sem fel” era tão restaurador quanto o “pequeno impresso” que saiu pela sua tipografia, e, mais que isso, era o autor dos anúncios publicados no *Manteiga*, apelido do *Diário do Rio de Janeiro*, encontrados durante a destruição da tipografia de Nicolau Lobo Vianna. O insulto do *Sete d'Abril* calou fundo, tanto que, dois anos mais tarde, Paula Brito se reportaria a ele em versinhos publicados na *Mulher do Simplicio*:

E para que conheçais
Que estou falando fiel,
Qual disse certo escritor,
“Sou uma *pomba sem fel*”.³⁵

Porém, ainda em janeiro de 1834, Paula Brito, em suas palavras, “Cansado já de ouvir o [que] se fala a meu respeito, *depois dos acontecimentos do dia 5 de Dezembro de 1833*”, tomou mais uma vez a pena e as tiras de papel e escreveu um desagravo endereçado

³³ “Anúncios”, *Sete d'Abril*, 21/12/1833, p. 4.

³⁴ “Anúncios”, *Sete d'Abril*, 1/1/1834, p. 4. Grifos originais.

³⁵ *A Mulher do Simplicio ou a Fluminense Exaltada*, n. 45, 12/12/1835, p. 4.

ao redator do *Sete d'Abril*, uma longa resposta que depois de impressa ocupou sete das oito páginas da edição de 21 de janeiro do *Carioca: jornal político, amigo da liberdade e da lei*. Paula Brito imprimia este jornal na Tipografia Fluminense desde agosto do ano anterior, talvez por isso não fosse difícil negociar tanto espaço com o redator da folha.

Eram dois os objetivos do artigo. Em primeiro lugar, Paula Brito queria deixar claro a quem o lesse que não devia dinheiro algum ao Ripanso e seu irmão, bem como que não eram de sua lavra os tais anúncios infames publicados no *Diário do Rio de Janeiro*. Ripanso como Paula Brito esclareceu, era a alcunha que “os periódicos da antiga oposição” davam a Evaristo da Veiga. Assim, refutando a primeira acusação do *Sete d'Abril*, toda a primeira parte do artigo estrutura-se no relato de sua trajetória, desde a infância longe do Rio de Janeiro até aquele momento. Porém, não obstante apresente alguns elementos do relato autobiográfico,³⁶ o texto, já no segundo ponto, aproximava-se mais de uma peça de defesa na qual o impressor, advogando em causa própria, procurava redimir-se perante o tribunal que o condenara. Em seus termos, Paula Brito queria “apresentar ao Tribunal da Opinião Pública a minha defesa, a qual ele julgará como supremo Júri”. A absolvição no Tribunal da Opinião Pública era essencial, pois independentemente de sua exaltação, reafirmada quase a cada sentença do artigo, Paula Brito não escondia o quando lhe preocupava ver restituído o seu “crédito”. Por conseguinte, embora desejasse “o bem da Pátria”, não lhe interessava “ser coisa alguma mais que um *Oficial Tipográfico*”.

Os eventos de 5 de dezembro de 1833 indicam que a opinião pública, em pleno florescimento na cidade,³⁷ igualmente exercia jurisdição ferrenha sobre a atividade tipográfica no Rio de Janeiro. Tensão interessante de ser observada, pois antes ou apesar de definir-se como partidário de uma facção política, Francisco de Paula Brito não abria mão das prerrogativas de um “impressor livre” ou de um “oficial tipográfico”. Mas não há dúvidas de que o panfleto restaurador que fora causa de tantos infortúnios para o impressor

³⁶ Conforme a definição de Philippe Lejeune, autobiografia seria “a definição retrospectiva em prosa que uma pessoa faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade”. LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Organização Jovita Maria Gerheim Noronha. Tradução Jovita Maria Gerheim Noronha; Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 14.

³⁷ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial*. São Paulo: Hucitec, 2010. Ver o capítulo 6: “Em nome da opinião pública: a gênese de uma noção”.

não foi assinado. E, em vão, Paula Brito tentava isentar-se da responsabilidade sobre o conteúdo do que era impresso em sua oficina.

O caso nos remete a dois problemas fundamentais do jornalismo oitocentista brasileiro: a institucionalização do anonimato e, em decorrência, a questão da atribuição das reponsabilidades legais sobre os impressos. Como veremos melhor adiante, a multidão que quase empastelou a tipografia de Paula Brito agia de forma muito semelhante ao poder judiciário, às leis do país propriamente ditas, promulgadas e revisadas desde os tempos de d. João VI no sentido de manter estrito controle sobre o que por aqui se imprimia e, conseqüentemente, se lia. Uma vez que os autores estavam protegidos pelo anonimato, quem podia ser facilmente identificado e, com efeito, precisava redimir-se perante os tribunais formais e informais, como o da opinião pública, ambos igualmente implacáveis, eram os impressores. Antes de aprofundarmos a questão é preciso saber como Francisco de Paula Brito, um jovem pardo, filho e neto de libertos, tornou-se um deles.

Menino de engenho

No texto do *Carioca* Paula Brito foi extremamente sucinto ao referir-se a sua infância: “Filho da Cidade do Rio de Janeiro, porém educado longe dos prejuízos da Corte, vivi sempre no centro de minha Família, com a pouca fortuna dos meus pais, até a idade de 13 anos”. Todavia, um pouco mais adiante, o impressor relacionava a cor da sua pele à causa dos acontecimentos funestos de 5 de dezembro de 1833: “Sou Brasileiro, ainda que homem de cor, a principal causa por que se me faz guerra; mas, que tanto me honro de o ser, como os que tendo a cor mais clara que a minha se gloriam de ser brancos”. Paula Brito concluía a sentença afirmando: “falo dos negócios do meu país porque me dá esse direito a Constituição da minha Pátria”.³⁸

Interessante observar como cor e Constituição se cruzavam na fala do impressor. De fato, a Constituição Imperial, promulgada quando Paula Brito tinha quinze anos de idade, em 1824, não diferenciava os cidadãos brasileiros pela cor da pele.³⁹ Com efeito, a maneira como Paula Brito elaborava seu raciocínio uma década mais tarde demonstra as implicações políticas da ausência de um dispositivo racial na definição da cidadania brasileira. Sem embargo de sua “cor trigueira”, razão pela qual “muito se zanga[vam]” os seus inimigos, Paula Brito, amparado pela Constituição, percebia-se como um cidadão pleno de direitos. E ele não era o único a perceber-se como tal.

Podemos considerar que Paula Brito integrava uma geração de homens de cor ilustrados nascidos livres em finais do século XVIII e na primeira década do século XIX, que atingiu a maioria política entre o ocaso do primeiro reinado e os primeiros anos das Regências, destacando-se, entre outras áreas, na política e no jornalismo.⁴⁰ Como veremos

³⁸ “Correspondência”, *O Carioca*, 21/1/1824, p. 1; 4.

³⁹ MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p. 22-23.

⁴⁰ Sem embargo das diferentes abordagens, há importantes estudos sobre a atuação desses cidadãos de origem africana nas primeiras décadas do Império. Ver: GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania*,

adiante, a experiência histórica desses jovens cidadãos “de cor trigueira” ligava-se intimamente ao surgimento de jornais e pasquins como o *Mulato e o Homem de cor*, impresso na oficina de Paula Brito, em 1833, que, entre outras reivindicações, advogava o acesso dessa parcela expressiva da sociedade aos cargos públicos. Mas antes, se deve levar em consideração que a experiência da cidadania para homens de cor nas primeiras décadas do Império do Brasil foi forjada pela experiência da liberdade ainda na América Portuguesa. Como esse movimento se processou no caso de Francisco de Paula Brito e seus familiares é o que veremos nesse capítulo.

Paula Brito talvez não soubesse que o sobrenome que adotou do avô materno provinha do pai e antigo senhor deste, o Sargento-mor português Francisco Pereira de Brito,⁴¹ que juntamente com seus irmãos, o Capitão José Pereira de Brito e o Alferes Julião Pereira de Brito, deixaram o Reino em algum momento da década de 1720, atravessaram o Atlântico e, serra acima, chegaram às Minas do Serro do Frio, onde, diziam, ouro e diamantes brotavam do chão.

O elevado número de escravos do Sargento-mor Francisco batizados no arraial de Tapanhuacanga, sugere que o bisavô de Paula Brito estabeleceu-se nesta localidade, distante sete léguas de Vila do Príncipe, sede da Comarca do Serro do Frio, criada em virtude da descoberta de ouro nas imediações, em 1714. O metal foi a causa do primeiro êxodo populacional em direção a região, no início do século XVIII. Porém, a imigração em massa se intensificou na década de 1720, quando diamantes foram encontrados no Arraial do Tejuco. No momento em que El-Rey d. João V foi oficialmente notificado pelo governador da descoberta dos diamantes, em 1729, a notícia das descobertas na região já corria solta em Lisboa. Havia, inclusive, quem suspeitasse da morosidade do governador em escrever ao rei, pois se dizia que ele se beneficiava da mineração clandestina. Assim, foi

escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. FLORY, Thomas. Race and social control in Independent Brazil. *Journal of Latin American Studies*. v. 9, n. 2, nov. 1977. p. 212-213. AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Maçonaria, cidadania e a questão racial no Brasil escravagista. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 121-136, dez., 1998. AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Maçonaria: história e historiografia. *Revista da USP*, São Paulo, n. 32, p. 178-189, dez./jan./fev. 1996-97.

⁴¹ A indicação de que o Sargento-mor Francisco Pereira de Brito era natural do Arcebispado de Lisboa é mencionada nos assentos de batismos de seus netos Francisco e Rosa, filhos de sua filha parda Marcelina Pereira da Encarnação. *Batizados de Várias Localidades, 1740-1754*. AEAD, caixa 296, bloco D, fls. 109; 128.

somente a partir daquele momento que a Coroa estendeu seu aparato administrativo, militar e fiscal à extração dos diamantes.⁴²

Entre 1725 e 1737, as fontes eclesiásticas compulsadas – basicamente registros de batismo e óbitos depositados no Arquivo Eclesiástico da Diocese de Diamantina-MG – apontam que os irmãos Pereira de Brito tornaram-se senhores de grossa escravaria na região de Vila do Príncipe. Considerando os casos em que os registros possivelmente se referiam ao mesmo indivíduo, é possível calcular que o Capitão José Pereira de Brito foi senhor de aproximadamente 25 escravos, enquanto o Sargento-Mor Francisco possuiu em torno de 20 cativos (Anexos 1 e 2).⁴³

Entre as escravas do Sargento-mor, encontrava-se Rosa que, após conquistar a alforria, adotou o sobrenome dos antigos senhores, tornando-se Rosa Pereira de Brito. Rosa teria nascido aproximadamente em 1722 e aos quinze anos, em 1737, enquanto ainda era escrava, deu a luz a um filho de seu senhor, Martinho.⁴⁴ O menino não foi o único filho que o Sargento-mor teve com suas escravas. Martinho teve ao menos duas meias-irmãs, Marcelina,⁴⁵ filha do Sargento-mor com a preta Florência, e Natalina, que no registro de

⁴² MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. V. 1. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981. p. 182. FURTADO, Junia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 30. FURTADO, Junia Ferreira. “O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas”. In: RESENDE, Maria Eugênia Lage de; VILALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas setecentistas, I*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 305; 308.

⁴³ *Batizados de várias localidades, 1740-1754*. AEAD, caixa 296, bloco D; *Livro de Batismos, 1725*. AEAD, caixa 296, bloco A; *Livro de Batizados, 1733-1734*. AEAD, caixa 296, bloco A; *Registro de Batismo de Várias Localidades, 1720-1740*. AEAD, caixa 296, bloco B; *Registro de Batismos do Serro, 1727-1734; Casamentos do Serro, 1729-1734*. AEAD, cx. 296, bl. B; *Registro de Óbitos de Escravos do Serro, 1725-1797*. AEAD, caixa 352, bloco A; *Registros de Casamentos do Serro, 1736-1772*. AEAD, caixa 338, bloco A; *Registros de Batismo de Várias Localidades, 1728-1733*. AEAD, caixa 296, bloco B. O Livro V das *Ordenações Filipinas* prescrevia que os senhores de escravos da Guiné “os faça batizar e fazer cristãos, do dia que a seu poder vierem até seis meses, sob pena de os perder para quem os demandar”. LARA, Silvia Hunold (Org.). *Ordenações Filipinas: livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 308. Sobre a importância dos registros paroquiais produzidos a partir desta prática para o estudo da escravidão, ver: FURTADO, Junia. *Chica da Silva*, op. cit., 2003, p. 144-145.

⁴⁴ *Processo de habilitação matrimonial de Martinho Pereira de Brito e Anna Maria da Conceição, 1765*. ACMRJ, caixa 1.983, notação. 33.289. fls. 17.

⁴⁵ As informações sobre Marcelina foram extraídas do assento de seu casamento com o alagoano Manuel Álvares de Passos, em agosto de 1756. Antes do casamento, em setembro de 1751, o que demonstra que houve por certo tempo uma união não abençoada “na forma do Sagrado Concílio Tridentino”, o casal batizou Francisco, prenome que soa como uma homenagem ao Sargento-mor avô do menino. *Registros de Casamentos do Serro, 1736-1772*. AEAD, caixa 338, bloco A, fls. 68. *Batizados de Várias Localidades, 1740-1754*. AEAD, caixa 296, bloco D, fls. 109; 128.

batismo de Anna do Ó, escrava do Capitão José, aparecia como “filha do Sargento-mor Francisco Pereira de Brito, parda forra”.⁴⁶

Possivelmente por ser filho do Sargento-mor Francisco, Martinho foi alforriado na pia ao ser batizado pelo Alferes Julião Pereira de Brito na capela de São José em Tapanhuacanga. Como mencionado, Rosa também conquistou a liberdade. Anos mais tarde, em 1762, por ocasião do casamento de seu filho, ela declarou perante o vigário da vara da Comarca do Serro do Frio, chamar-se “Rosa Pereira de Brito, preta forra, solteira, natural desta freguesia e de presente moradora na Vila do Príncipe, que vive de sua obra de idade que disse ser de 40 anos pouco mais ou menos”.⁴⁷ “Viver de sua obra” diz muito pouco sobre como Rosa proveu o seu sustento e o dos filhos. Em todo caso, ela foi senhora de pelo menos uma escrava, Maria, de nação Angola, falecida em setembro de 1758.⁴⁸ Quando isso aconteceu, no entanto, Martinho Pereira de Brito já não vivia próximo à mãe. Em 1751, contando quatorze anos de idade, o rapaz decidiu descer o caminho novo em direção ao Rio de Janeiro.

Na primeira metade do século XVIII, a importância estratégica da cidade do Rio de Janeiro na geopolítica do Império Português ganhava contornos cada vez mais nítidos. Coincidentemente, o ano em que o liberto Martinho Pereira de Brito chegou à cidade foi o mesmo da criação do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, com jurisdição sobre as capitanias do centro-sul da América Portuguesa, de Minas Gerais a Santa Catarina. Em 1763, sobretudo em razão da proximidade com as Minas e das disputas entre Espanha e Portugal pelos territórios da Colônia do Sacramento, ao sul, a cidade foi elevada a sede do governo do Estado do Brasil, tornando-se residência dos vice-reis.⁴⁹ No Rio de Janeiro, Martinho dedicou-se à ourivesaria de prata, ofício talvez aprendido ainda na Vila do Príncipe. O rapaz igualmente alistou-se no batalhão de pardos existente na cidade. Deste modo, em janeiro de 1765, o então Tenente Martinho Pereira de Brito, com seus vinte e

⁴⁶ *Registros de Batismos. Várias Localidades, 1720-1740*. AEAD, caixa 296, bloco B, fls. 97v.

⁴⁷ *Processo de habilitação matrimonial de Martinho Pereira de Brito e Anna Maria da Conceição, 1765*. ACMRJ, caixa 1.983, notação. 33.289. fls. 18v.

⁴⁸ *Registro de Óbitos de Escravos do Serro, 1725-1797*. AEAD, caixa 352, bloco A, fls. 39v.

⁴⁹ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Ver o capítulo 3, “Defesa e segurança: a cidade-capital”.

oito anos de idade, morava na freguesia da Sé, vivendo “do seu ofício de ourives de prata de ponto”.⁵⁰

Martinho tornou-se um artífice reconhecido, tanto que, em maio de 1787, foi contratado para finalizar os lampadários de prata que ornariam a capela-mor do mosteiro de São Bento. O contrato com o então Capitão Martinho Pereira de Brito foi celebrado em um momento em que a confecção das lâmpadas já causava sérias dores de cabeça ao Frei José de Jesus Campos, abade do mosteiro. Há seis ou sete anos, os antecessores do abade haviam encarregado a Caetano Ferreira de Aguiar “graciosamente de ajustar, e mandar fazer duas lâmpadas para a capela maior do seu mosteiro”. Naquela ocasião foi entregue aos cuidados de Caetano a prata das antigas luminárias, bem como avultada soma em dinheiro. Mas o tempo passava e nada de o trabalho ser finalizado. Diante deste quadro, o abade viu-se impelido a estabelecer um novo contrato com o Capitão Martinho e João Paulo Meira para que estes confeccionassem os lampadários.⁵¹

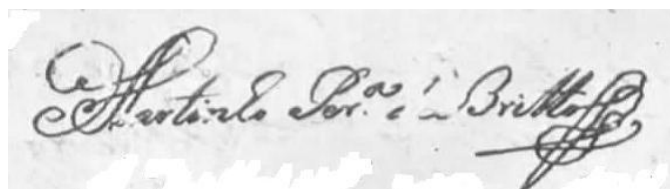
A black and white photograph of a handwritten signature in cursive script. The signature is written on a piece of paper that appears aged and slightly stained. The ink is dark, and the handwriting is fluid and characteristic of the 18th century. The signature reads "Capitão Martinho Pereira de Brito" followed by a large, stylized flourish.

Figura 2 – Assinatura do Capitão Martinho Pereira de Brito, em 1787.

O contrato estabeleceu que os artífices receberiam “seis mil cruzados, menos cem mil réis, pelo risco que nos apresentou”. Por este valor ficaram encarregados dos moldes das lâmpadas, bem como arcariam com as despesas com o ourives e o lavrante. Na “Conta corrente das despesas” anexada ao termo de compromisso assinado pelos responsáveis, encontram-se os nomes de outros artífices envolvidos no trabalho, entre eles o do “entalhador Valentim” que teria recebido 32 mil réis pelos “moldes para as alampadas”.⁵² O entalhador era certamente Valentim da Fonseca e Silva, o Mestre Valentim, escultor e

⁵⁰ *Processo de habilitação matrimonial de Martinho Pereira de Brito e Anna Maria da Conceição, 1765.* ACMRJ, caixa 1.983, notação. 33.289. fls. 23.

⁵¹ A documentação referente à construção dos lampadários do mosteiro de São Bento foi publicada por D. Clemente Maria da Silva-Nigra, em 1941. SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da. “Os dois grandes lampadários do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro”. *Revista do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional*, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, n. 5, p. 285-297, 1941.

⁵² Apud SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da. “Os dois grandes lampadários...”, op. cit., 1941.

entalhador em metal, madeira e marfim, reconhecido por projetos urbanísticos importantes no Rio de Janeiro, a exemplo do Passeio Público construído durante o vice-reinado de d. Luís de Vasconcelos. A documentação das lâmpadas do Mosteiro de São Bento sugere que o Capitão Martinho manteve relações bastante estreitas com o Mestre Valentim. Ambos, filhos de reinóis com suas escravas, possuíam origem comum. Além disso, Valentim havia nascido no Arraial de Gouveia, próximo à Vila do Príncipe por volta de 1740.⁵³

Em 1765, após um longo processo de habilitação matrimonial, o Capitão Martinho se casou com Anna Maria da Conceição, moça um pouco mais jovem, batizada na Sé Catedral do Rio de Janeiro em dezembro de 1741.⁵⁴ Anna Maria era “filha natural de Francisca Ribeira, preta forra solteira” e de pai incógnito. De modo semelhante ao noivo, Anna Maria também pode ter nascido escrava, visto que em alguns documentos foi descrita como “parda forra”.⁵⁵ Interessante que, embora tenha apresentado todas as certidões, a moça teve de prestar depoimento ao Juiz dos Casamentos da Câmara Eclesiástica do Rio de Janeiro. Na ocasião reafirmou que “[era] solteira, livre e desimpedida, e não fez promessa de casamento a pessoa alguma que a Martinho Pereira de Brito, com o qual disse que quer casar de sua livre vontade [...]”.⁵⁶ O que realmente impressiona em sua declaração é a bela caligrafia com a qual assinou o documento, indício de que, a exemplo de Martinho, sabia escrever e, quem sabe, ler.

⁵³ CARVALHO, Anna Maria Monteiro de. A espacialidade do Passeio Público de Mestre Valentim. *Gavea*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 67-76. PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. “Iconografia Brasileira”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, tomo 19, n. 23, p. 349-378, 3º trimestre de 1856. CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. p. 310-315.

⁵⁴ *Processo de habilitação matrimonial de Martinho Pereira de Brito e Anna Maria da Conceição, 1765*. ACMRJ, caixa 1.983, notação. 33.289. No século XVIII, esses processos eram também conhecidos por “banhos” e muitas vezes demandavam tempo e paciência por parte dos noivos. Em casos como o de Martinho, natural de Vila do Príncipe no Bispado de Mariana, Capitania de Minas Gerais, o processo podia se alongar por meses e até anos. Basicamente, consistia em se provar às autoridades eclesiásticas, por intermédio de pregões, certidões e testemunhos, que os noivos, ou “contraentes”, se encontravam livres e desimpedidos para o matrimônio. Para o historiador o resultado desses processos é um conjunto documental de grande valor, que possibilita tanto análises seriadas como o estudo detalhado de trajetórias individuais.

⁵⁵ *Processo de habilitação matrimonial de Martinho Pereira de Brito e Anna Maria da Conceição, 1765*. ACMRJ, caixa 1.983, notação. 33.289. fls. 7; 9.

⁵⁶ *Processo de habilitação matrimonial de Martinho Pereira de Brito e Anna Maria da Conceição, 1765*. ACMRJ, caixa 1.983, notação. 33.289. fls. 23.

Os filhos do Capitão Martinho e Anna Maria começaram a aparecer no ano seguinte ao casamento. Maria Joaquina da Conceição, em 1766;⁵⁷ José, em 1768;⁵⁸ e Francisco, em 1771.⁵⁹ José e Francisco foram batizados na Candelária, o que sugere que a família morava nesta freguesia. Contudo, mais preciso neste sentido, o *Almanaque da cidade Rio de Janeiro para o ano de 1792*, no qual o Capitão Martinho figurava entre os oficiais do “Quarto batalhão auxiliar de homens pardos libertos”, indica que a família morava na Rua do Cano.⁶⁰ Dois anos mais tarde, o *Almanaque da cidade do Rio de Janeiro para 1794* indica que Martinho, descrito como Capitão dos Granadeiros do “Quarto de terço auxiliar dos homens pardos libertos”, morava na Rua do Piolho.⁶¹ No século XIX, essa rua foi rebatizada para Rua da Carioca, e tudo indica que a família do Capitão Martinho viveria nesses arredores por gerações.⁶²

Em 1795, a filha mais velha do “Capitão dos Pardos”, Maria Joaquina da Conceição, se casou com o carpinteiro Jacinto Antunes Duarte. Então descrito como “pardo forro”, o “filho de Anna, parda escrava de José Duarte” havia nascido cativo na freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, no Rio de Janeiro. Foi batizado em setembro de 1764 e a liberdade, juntamente com outros escravos de José Duarte, veio seis anos mais tarde, em junho de 1770.⁶³ Por essa época o seu senhor já havia falecido, cabendo a Silvestre Rodrigues, testamenteiro de José Duarte, o andamento às alforrias por coartação que o defunto havia determinado em testamento. A coartação consistia no pagamento parcelado da manumissão, um negócio ao que tudo indica vantajoso a senhores

⁵⁷ *Processo da habilitação matrimonial de Jacinto Antunes Duarte e Maria Joaquina da Conceição*, ACMRJ, caixa 2514, notação 52.692.

⁵⁸ *Índice de Batismo. N. Sra. da Candelária (1635-1781)*. ACMRJ, I-021.

⁵⁹ *Índice de Batismos de Livres. N. Sra. da Candelária (1758-1781)*, ACMRJ, I-023.

⁶⁰ ALMANAQUE da cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1792. In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 1937, v. LIX. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940. p. 245.

⁶¹ ALMANAQUE da cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1794. In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 1937, v. LIX. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940. p. 309. Em 1799, as informações sobre o “4º Regimento, dos homens pardos libertos” presentes no *Almanac histórico da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro* indicam que Martinho Pereira de Brito ainda ocupava o posto de Capitão da Companhia de Granadeiros. NUNES, Antonio Duarte. *Almanac histórico da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro*. Ano de 1799. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXI, 1º trimestre de 1858. p. 83.

⁶² Quando da morte de Paula Brito, em 1861, sua família possuía uma casa sita à Rua da Carioca, n. 32.

⁶³ *Processo da habilitação matrimonial de Jacinto Antunes Duarte e Maria Joaquina da Conceição*, ACMRJ, caixa 2514, notação 52.692, fls. 8.

e escravos no século XVIII.⁶⁴ Além de Jacinto, avaliado em 20 mil réis, também foram coartados o pardo Pantaleão, 64 mil réis, os crioulos Francisco e Domingos, 30 e 38 mil réis respectivamente, e Maria Benguela avaliada em 15 mil réis.⁶⁵ Não há detalhes de como cada escravo pagou seu valor. É possível observar que Jacinto valia 5 mil réis a mais que Maria Benguela, possivelmente ainda boçal. Além disso, é preciso considerar que Jacinto, então com 6 anos de idade, era muito menino para conseguir juntar um pecúlio equivalente a sua avaliação. Logo, talvez sua mãe, que poderia estar gozando da liberdade há mais tempo, tenha participado de maneira decisiva em sua alforria⁶⁶. Vinte e cinco anos depois, quando precisou provar que era livre e desimpedido para se casar com Maria Joaquina da Conceição, Jacinto disse ao Juiz dos Casamentos que “saiu pequeno” da Freguesia do Campo Grande, mudando-se em seguida para o Rio de Janeiro, onde vivia do ofício de carpinteiro.

O casamento aconteceu em fins de abril de 1795. Dois anos depois, nasceu o primeiro filho do casal, José, batizado na Sé Catedral em maio de 1797. Francisco de Paula, possivelmente um dos filhos mais novos, senão o caçula, nasceu somente 12 anos mais tarde, a 2 de dezembro de 1809. Moreira de Azevedo fala ainda de uma filha do casal, Ana Angélica.⁶⁷ O carpinteiro Jacinto, sua esposa e filhos viveram no Rio de Janeiro até 1815. Nesse ano, quando Francisco de Paula contava perto dos 6 anos de idade, a família mudou-se para São Nicolau de Suruí, termo da Vila de Magé, a poucas léguas do Rio de Janeiro.

A mudança ocorreu porque Jacinto havia arrendado um engenho de propriedade da viúva Bernarda Pinto Pereira. Em novembro de 1810, a viúva comprou do Capitão Luiz

⁶⁴ PAIVA, Eduardo França. “Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial”. *Revista de História*, n. 133, São Paulo, dez. 1995. p. 49-57.

⁶⁵ *Processo da habilitação matrimonial de Jacinto Antunes Duarte e Maria Joaquina da Conceição*, ACMRJ, caixa 2514, notação 52.692, fls. 9-10.

⁶⁶ O processo de habilitação matrimonial pouco diz a respeito. Conforme um dos documentos anexos: “o suplicante, filho de Anna Maria da Conceição, escrava que então era, e o suplicante, de José Duarte, que pelo seu falecimento deixou o suplicante liberto”. *Processo da habilitação matrimonial de Jacinto Antunes Duarte e Maria Joaquina da Conceição*, ACMRJ, caixa 2514, notação 52.692, fls. 8. Por coincidência a mãe de Jacinto tinha o mesmo nome de sua sogra.

⁶⁷ Localizei o registro de batismo de José no *Livro de Batismo da Freguesia do Santíssimo Sacramento do Rio de Janeiro, Batismo entre 1794, Fev-1798*. Disponível em: <<https://familysearch.org>>. O assento de batismo de Paula Brito foi transcrito por Eunice Gondim em sua biografia do editor. Apud GONDIM, Eunice Ribeiro, *Vida e obra de Francisco de Paula Brito...* op. cit., 1965. p. 13. Sobre Ana Angélica, ver: MOREIRA DE AZEVEDO, Manuel Duarte. “Biografia do Snr. Francisco de Paula Brito”. *Correio Mercantil*, n. 59, 28/02/1862, p. 2.

Manuel da Silva Paes Bolina 52 braças de terra em Suruí. Na escritura de venda, lavrada no Rio de Janeiro, não constava nenhuma benfeitoria na fazenda, como casas, engenhos ou roças formadas. Isso indica que Bernarda talvez tenha investido mais dinheiro no local antes de arrendá-lo.⁶⁸ A região destacava-se como produtora de farinha de mandioca desde o século XVIII. Assim, de modo análogo à fazenda em que Paula Brito passou consideráveis anos de sua infância, grande parte das propriedades espalhadas pelo Recôncavo Fluminense produziam farinha.⁶⁹ A escritura de arrendamento que seu pai assinou no dia 28 de agosto de 1815, informava que a fazenda era formada por “casas de vivenda de telhas, casa de farinha”, “duas rodas de moer mandioca, dois fornos de cobre, [e mais] pertences de fazer farinha e uma canoa”. O contrato também incluía “uma besta muar” e 10 escravos que já viviam na propriedade, dos quais temos os nomes de oito: José, João, Sebastião, Francisca, Diogo, Violante, Quitéria e Domingos. Em relação aos cativos, o contrato previa que se algum falecesse durante a vigência do arrendamento, Jacinto deveria arcar com o prejuízo nos acertos anuais feitos com a viúva ou seus herdeiros. O tempo estipulado para o contrato era de 12 anos, sendo que nos dois primeiros, Jacinto pagaria 100 mil réis por ano, e nos dez restantes 150 mil réis.⁷⁰ Fazendo as contas, a família de Paula Brito deveria restituir a fazenda aos proprietários em 1827.

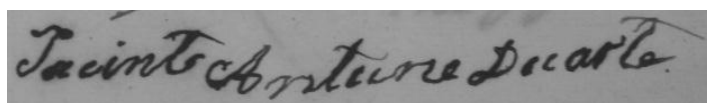
A close-up photograph of a handwritten signature in dark ink on a light-colored, slightly textured paper. The signature is written in a cursive, flowing script and reads "Jacinto Antunes Duarte". The ink is dark and the handwriting is clear, though the paper shows some signs of age and wear.

Figura 3 – Assinatura do liberto Jacinto Antunes Duarte em 1819.

⁶⁸ Em fins de janeiro de 1819, a aparente paz em que vivia a família de Paula Brito começou a ser perturbada quando alguns escravos e o feitor a serviço do Tenente José Antonio Teixeira Guimarães, proprietário de terras vizinhas à fazenda, avançaram sobre parte da área arrendada e lá, sem o consentimento de Jacinto, começaram a derrubar matos, tirar lenha e formar um roçado. Jacinto arranhou um advogado e requereu o embargo da área, no que foi atendido. No entanto, o Tenente José Antonio também nomeou um advogado para defender seus interesses em Magé. Iniciou-se um litígio que se arrastou até abril do ano seguinte no Régio Tribunal da Suplicação do Rio de Janeiro. As informações sobre a fazenda foram extraídas dos autos. *Apelação cível. Jacinto Antunes Duarte, apelante. José Antonio Teixeira Guimarães, apelado. 1819-1820. ANRJ, Relação do Rio de Janeiro, n. 1236, caixa 592, gal. C.*

⁶⁹ BEZERRA, Nielson Rosa. Mosaicos da escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas no Recôncavo da Guanabara. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. p. 146-147.

⁷⁰ *Apelação cível. Jacinto Antunes Duarte, apelante. José Antonio Teixeira Guimarães, apelado. 1819-1820. ANRJ, Relação do Rio de Janeiro, n. 1236, caixa 592, gal. C, fls. 27-28v.*

Paula Brito voltou para o Rio de Janeiro antes dessa data. Entretanto, viveu dos seis aos treze anos no engenho de farinha de Suruí. Por certo, a família morava na casa de telhas, e talvez Maria Joaquina da Conceição até dispusesse de uma das escravas listadas no contrato de arrendamento da fazenda para os serviços domésticos. Provavelmente o menino conhecia todos os escravos a serviço do pai. Não seria exagero imaginar que Paula Brito passou uma infância não muito estranha a outros tantos meninos criados na roça no Brasil oitocentista, vivendo entre folguedos, estudos iniciais e a escravaria. Mais um menino de engenho.

“Sem cursar aulas, sem ter mestres”, conforme escreveu seu primeiro biógrafo, foi em Suruí que aprendeu as primeiras letras com a irmã Ana Angélica.⁷¹ Informação verossímil, sobretudo ao observarmos o número de documentos assinados pelos seus antepassados que foram preservados – como demonstram as Figuras 2 e 3 que reproduzem as firmas do avô materno e do pai do editor. Não obstante os historiadores da leitura já terem apontado o quanto pode ser arriscado considerar a assinatura, ou, melhor dizendo, a capacidade de desenhar o próprio nome, como indicativo de domínio pleno da leitura e da escrita,⁷² tais documentos indicam que esses homens e mulheres egressos da escravidão na América Portuguesa de algum modo se alfabetizaram e alfabetizaram seus filhos, percebendo a importância da escrita e da leitura no processo de ascensão social que conscientemente empreendiam.

Os dados ainda não são suficientes para julgarmos em que medida o letramento dos familiares de Francisco de Paula Brito é exceção ou regra dentro dos quadros da liberdade no Rio de Janeiro das últimas décadas do século XVIII. Apesar de dispormos de informações valiosas sobre padres pardos e mamelucos que, embora vetados aos altos postos eclesiásticos, receberam instrução desempenhando papéis relevantes no mundo

⁷¹ MOREIRA DE AZEVEDO, Manuel Duarte. “Biografia do Snr. Francisco de Paula Brito”. *Correio Mercantil*, n. 59, 28/02/1862, p. 2.

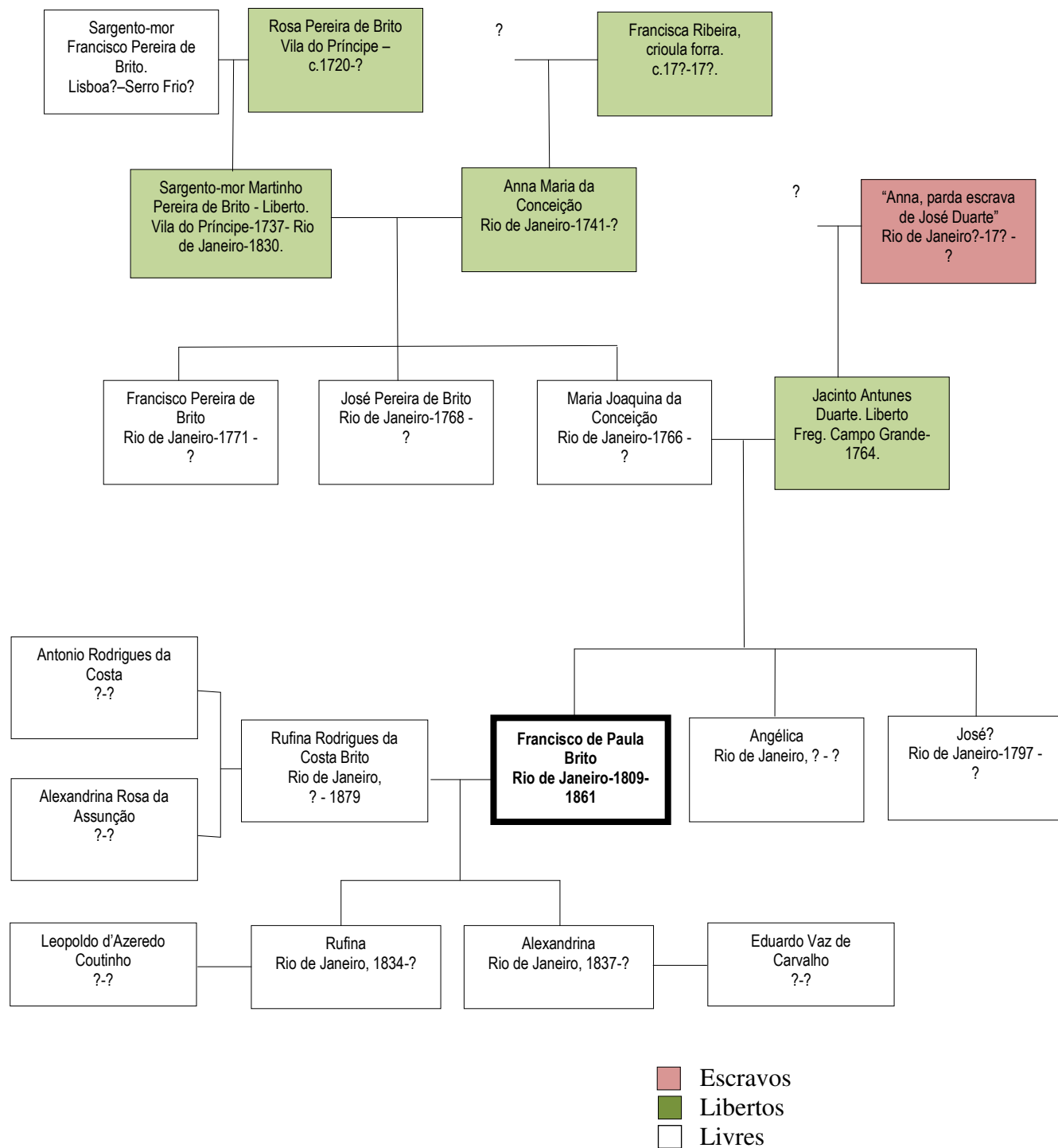
⁷² LYONS, Martin. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In: CHARTIER, Roger; CAVALLO, Guiglielmo. *História da leitura no mundo ocidental*, v. 2. São Paulo: Ática, 1999. p. 167. Ver também o comentário de Robert Darnton às pesquisas de Daniel Roche sobre a leitura dos trabalhadores franceses no século XVIII: DARNTON, Robert. Primeiros passos para uma história da leitura. In: DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 177.

atlântico português, bem como de pardos e negros letrados na Paraíba setecentista,⁷³ a pesquisa histórica tem muito a avançar no sentido de uma história social da leitura entre a gente de cor liberta e seus descendentes nascidos livres. Em longo prazo, no entanto, os efeitos desse processo podem ser apreendidos quando homens de cor afastados do cativeiro por uma ou duas gerações, perceberam-se como cidadãos de um Império recém-criado e, munidos dessa prerrogativa, ganharam as ruas e os jornais reivindicando os seus direitos.⁷⁴

⁷³ FIGUEROA-RÊGO, João de; OLIVAL, Fernanda. Cor da pele, distinção e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI e XVIII). *Tempo*, n. 30, 2010. SILVA, Geraldo Luiz. “Esperança de liberdade”. Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774). *Revista de História*, n. 144 (2001), p. 107-149.

⁷⁴ LARA, Sílvia Hunold. *Fragments setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 285.

Figura 4 - Genealogia de Francisco de Paula Brito



Aprendiz de tipógrafo e poeta

Francisco de Paula Brito voltou ao Rio de Janeiro aproximadamente em 1823. O rapaz de 13 anos teria sido acolhido pelo avô materno, o octogenário Sargento-Mor dos Pardos, Martinho Pereira de Brito, possivelmente na casa da Rua do Piolho. Não há indícios de que os pais de Paula Brito voltaram ao Rio de Janeiro após o término do arrendamento do engenho de farinha. Depois da morte do Sargento-mor Martinho até seu casamento, em maio de 1833, Paula Brito viveu na casa do primo, o livreiro Silvino José de Almeida.⁷⁵

Nesse momento a tipografia certamente estava um tanto distante do horizonte do recém-chegado à cidade, uma vez que a primeira ocupação de Paula Brito foi em uma botica. No *Almanach do Rio de Janeiro para o ano de 1824* há referências a certo João d'Almeida Brito, morador da Rua detrás do Carmo e listado como Mordomo da Botica da Santa Casa da Misericórdia. Pode não passar de uma coincidência, mas os sobrenomes Almeida, o mesmo do primo Silvino, e Brito, o mesmo do Sargento-mor Martinho, sugerem que o rapaz talvez tivesse parentes envolvidos no negócio dos remédios. Certo é, no entanto, que Paula Brito ficou poucos meses no ramo, pois em 1824 ingressou como aprendiz de tipógrafo na Tipografia Imperial e Nacional.⁷⁶

Como Paula Brito se recordou anos mais tarde, o administrador da Tipografia Imperial e Nacional nessa época era Braz Antonio Castrioto, que lá ingressara como compositor tipográfico ainda nos tempos da Impressão Régia, em 1810, e, antes de

⁷⁵ “Correspondência”, *O Carioca*, n. 12, 21/01/1834, p. 1. AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Biografia. In: BRITO, Francisco de Paula. *Poesias...* op. cit., 1863. p. IX.

⁷⁶ Laurence Hallewell afirma que botica era propriedade de Domingos Gonçalves Valle. No entanto, não localizei referências a esta personagem nas fontes compulsadas para a década de 1820, principalmente as edições do *Almanach do Rio de Janeiro* de 1824, 1825, 1826 e 1827. HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil...* op. cit., 1985. p. 82. *Almanach do Rio de Janeiro para o ano de 1824*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1824. p. 250. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 11/08/2012. AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira. Biografia In: BRITO, Francisco de Paula. *Poesias...* op. cit., 1863. p. X.

ascender à administração, atuou como segundo escriturário e pagador.⁷⁷ Pouco se sabe sobre as condições de aprendizado na Tipografia Imperial e Nacional do Rio de Janeiro. Se julgarmos pela remuneração dos aprendizes de outra repartição do governo, a Imperial Cozinha, parcos sete mil réis por mês, a situação daqueles meninos podia ser difícil.⁷⁸ No entanto, não era somente na tipografia do governo que se podia aprender o ofício de compositor tipográfico. Ao candidatar-se para trabalhar na oficina que seria instalada na Biblioteca Nacional e Pública da Corte em 1822, Gaspar José Monteiro, “oficial compositor de letras”, informava em seu requerimento que havia ensinado sua arte a muitas pessoas, “as quais estão exercitando suas funções em diferentes tipografias”. Gaspar também informava que não fazia muito tempo acabara de “educar vários compositores na [tipografia] de Silva Porto e Companhia, pondo a oficina em marcha para trabalhar”.⁷⁹

Certamente não foi por acaso que Paula Brito decidiu tornar-se tipógrafo. O considerável aumento da circulação de jornais e panfletos durante o processo de independência política do Brasil,⁸⁰ sem dúvidas estimulou o interesse pelos tipos e prensas. Daquele momento em diante compositores tipográficos e impressores podiam encontrar boas oportunidades de trabalho não apenas no Rio de Janeiro. Em 1823, por exemplo, o mestre impressor José Francisco Lopes foi contratado “para reger a impressão nacional da Província da Bahia”, instalada na Vila de Cachoeira, com ordenado de 400 mil réis anuais.⁸¹

Quando ingressou na Tipografia Nacional, Paula Brito devia ter um conhecimento bastante satisfatório da gramática da língua portuguesa, na medida em que este era requisito fundamental ao aspirante a tipógrafo. Ao menos assim advertia o *Manual de typographia braziliense*, publicado na Corte em 1832 por René Ogier. De acordo com o *Manual*, as

⁷⁷ “O ex-administrador da Tipografia Nacional”, *A Marmota*, n. 807, 06/11/1857, p. 1. No número anterior da *Marmota*, Paula Brito festejou a nomeação de Manuel Antonio de Almeida para o cargo antes ocupado por Castrioto. “Assim, sim: ça commence!”, *A Marmota*, n. 806, 03/11/1857, p. 1. Brás Antonio Castrioto, administrador da Tipografia Nacional e Imperial do Rio de Janeiro, pede mercê do Hábito da Ordem de Cristo, 1824-1828. BNRJ, Manuscritos, C-1-71-7.

⁷⁸ SILVA, Jose Bonifácio de Andrada e. Resposta a respeito do aumento aos aprendizes da Imperial Cozinha. Rio de Janeiro, 11/03/1833. BNRJ, Manuscritos, I-4, 35, 3.

⁷⁹ Gaspar José Monteiro, oferece seus serviços à nova tipografia a ser instalada na Biblioteca Nacional e Pública do Rio de Janeiro, 1822. BNRJ, Manuscritos, C-1062-40, docs. 4-5.

⁸⁰ LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

⁸¹ José Francisco Lopes, Mestre Impressor na tipografia nacional da Bahia, 1823-1824. BNRJ, Manuscritos, C-937, 56.

funções de um aprendiz de tipógrafo ia da limpeza da oficina à separação e organização dos tipos, passando pela cópia dos originais manuscritos posteriormente distribuídos aos oficiais compositores. Para o aprendizado do ofício de tipógrafo, Ogier aconselhava que este fosse feito vagarosa e atenciosamente com tipos grandes para que os “bons costumes” fossem aos poucos adquiridos, alcançando-se uma “excelente composição”.⁸²

No entanto, se o *Manual* de Ogier recomendava que o aprendiz de tipógrafo tivesse bom domínio da escrita e da leitura, Francisco de Paula Brito, que era dado a escrever versos, certamente se destacava nesse campo. Como veremos em diferentes momentos, a poesia foi muito importante em toda a trajetória de Paula Brito, e ainda em 1823, foi por intermédio dela que o rapaz se aproximou dos irmãos Evaristo e João Pedro da Veiga. No texto publicado no *Carioca*, no qual tentava justificar-se perante o Tribunal da Opinião Pública sobre sua proximidade com os Veiga – “Ripanso e seu Mano” – Paula Brito registrou que aos “14 anos, quando já influído do amor da Pátria compunha alguns pequenos Versos, os quais submetia à correção do Snr. Evaristo, que se não negara a garantir estas minhas verdades”.⁸³

Evaristo da Veiga não era muito mais velho que Paula Brito. Nascido em 1799, contava vinte e quatro anos de idade quando conheceu o rapaz que acabava de voltar da roça. Embora jovem e sem frequentar nenhuma universidade europeia, Evaristo destacava-se pela erudição – sabia grego, latim, francês e inglês – adquirida graças à leitura dos livros vendidos por seu pai, o português Luís Saturnino da Veiga, que após encerrar a carreira de professor régio tornou-se livreiro no Rio de Janeiro. Em 1823, ano em que começou a ler e corrigir as poesias de Paula Brito, Evaristo e seu irmão mais velho, João Pedro da Veiga, deixaram o negócio paterno e abriram sua própria livraria, na Rua da Quitanda, esquina com a de São Pedro. Os irmãos trabalharam juntos até novembro 1827, quando Evaristo comprou a livraria do francês Bompard na Rua dos Pescadores, n. 49.⁸⁴ No mês seguinte,

⁸² OGIER, Rene. *Manual de typographia braziliense por R. Ogier*. Rio de Janeiro: Typographia de R. Ogier, 1832. p. 56-57; 63. Para um estudo do *Manual*, ver: SCHAPOCHNIK, Nelson. “Malditos tipógrafos”. I *Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/>.

⁸³ “Correspondência”, *O Carioca*, n. 12, 21/01/1834, p. 2.

⁸⁴ SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*: Evaristo da Veiga. Vol. VI. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1957. Principalmente os capítulos I, II e III.

Evaristo começou a redigir a *Aurora Fluminense*, periódico que o transformou em um dos mais influentes jornalistas do país, elegendo-se deputado por duas legislaturas pela província de Minas Gerais. Porém, em 1823, quando o político era ainda um livreiro em início de carreira, foi a poesia que o aproximou do neto do Sargento-mor dos Pardos. Assim como Paula Brito, Evaristo começou a versejar cedo. Seus primeiros poemas árcades datam de 1811, quando tinha 12 anos de idade. Portanto, o jovem Paula Brito, “influído do amor da Pátria”, encontrou em Evaristo da Veiga o leitor, revisor e talvez o mentor, ideal.

Provavelmente animado por Evaristo, Paula Brito deve ter escrito e reescrito versos durante os quase quatro anos em que permaneceu na Tipografia Imperial e Nacional. Findo o período de aprendizado, conforme afirmou seu primeiro biógrafo, o rapaz teria arranjado trabalho primeiramente na oficina de René Ogier e em seguida na de Pierre Plancher, ambos franceses.⁸⁵ Com três décadas de experiência no ramo tipográfico na Europa, Ogier chegou ao Rio de Janeiro em 1826 e prosperou. Doze anos depois, quando tentava naturalizar-se, ele informava às autoridades que possuía “uma tipografia montada em grande”, além de “dois armazéns de livros à venda, papel e fábrica de estamperia”, todos os estabelecimentos empregando “operários brasileiros”.⁸⁶ Mas Paula Brito não fez referências a Ogier quanto narrou o começo de sua carreira no *Carioca*. Nomeou apenas Pierre Plancher, de quem teria conquistado a estima, sendo por “anos empregado na qualidade de Administrador da Repartição de prelos”.

Paula Brito possivelmente trabalhou para Plancher entre 1827 e 1830, quando, por um breve período, ingressou como adido na Segunda Companhia do Terceiro Batalhão de Caçadores da Corte. Em 1827, Plancher, ao lado do filho Émile Seignot-Plancher e do médico Joseph Sigaud, fundou o *Jornal do Commercio* no Rio de Janeiro. A data pode coincidir com a contratação de Paula Brito como compositor tipográfico da nova folha.⁸⁷ Em todo caso, os anos de trabalho junto a Plancher foram importantes, pois conforme

⁸⁵ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira. “Biografia”, op. cit., 1863, p. X.

⁸⁶ Requerimento de Renato Ogier à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 09/03/1838. Tipografias e artes gráficas. Vários papéis separados em ordem cronológica e referentes a tipografias, jornais e oficinas de artes gráficas, 1833-1887. AGCRJ, 44.4.16. OGIER, Rene. *Manual de typographia braziliense...* op. cit., 1832.

⁸⁷ Marco Morel afirma que Paula Brito e Júlio Cezar Muzzi estiveram entre os fundadores da folha. Porém, prefiro arriscar que a contratação de Paula Brito apenas como compositor tipográfico pode ter coincidido com a criação do *Jornal do Commercio*. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos...* op. cit., 2010. p. 33.

registrou no *Carioca*, Paula Brito devia ao francês “além de inumeráveis obséquios, os primeiros elementos da minha pouca, ou nenhuma fortuna”.⁸⁸

Pierre-René-François Plancher de la Noé nasceu na cidade de Mans, em 1779. Iniciando-se na arte tipográfica em 1798, o livreiro-editor acabou por estabelecer-se em Paris, mais precisamente no Quartier Latin, em 1815. Em sete anos de atividade na capital francesa Plancher publicou 150 títulos, entre os quais se destacavam nomes importantes do pensamento liberal, como Benjamin Constant, François Guizot, Madame de Staël, Marquês de Lafayette, entre outros. Porém, a concorrência do mercado editorial em Paris era grande. Em 1820, ano em que o benfeitor de Paula Brito conquistou seu *brevet*, havia naquela cidade 254 impressores-livreiros, grande parte concentrada no Quartier Latin. Além disso, Plancher começava a ter sérios problemas com a justiça em virtude dos escritos políticos saídos de seus prelos. Dadas essas circunstâncias é fácil inferirmos os motivos que levaram Plancher, sua esposa Jeanne Seignot e seu filho Émile a encaixotarem os livros, desmontarem a tipografia e cruzarem o mar-oceano em busca de novos mercados, desembarcando no Rio de Janeiro em fevereiro de 1824.⁸⁹

Por aqui as boas relações estabelecidas com d. Pedro I foram bastante benéficas aos negócios de Plancher, que logo passou a ostentar o título de Impressor Imperial. Segundo Marco Morel, se Plancher era “plebeu e *sans-culotte* na Europa, tornara-se fidalgo no Brasil”, ou um “corcunda”, na designação nada elogiosa que os opositores do governo davam aos que se curvavam ao Imperador. Em 1830, o liberal exaltado Ezequiel Correia dos Santos abertamente o chamava de “francês feio, corcunda e desavergonhado”.⁹⁰ Pode ter sido por essa época que Pierre Plancher sofreu a agressão narrada por Moreira de Azevedo em sua *Biografia* de Paula Brito. Na ocasião o jovem compositor tipográfico teria dispersado com “toda a serenidade e sangue frio” um grupo enfurecido que havia invadido a oficina de Plancher por causa de um artigo publicado no *Jornal do Commercio*. Moreira de Azevedo pode ter exagerado nas cores ao descrever o heroísmo de Paula Brito. Mas

⁸⁸ “Correspondência”, *O Carioca*, n. 12, 21/01/1834, p. 1.

⁸⁹ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos...* op. cit., 2010. Sobre Plancher ver o Capítulo I “As revoluções nas prateleiras da Rua do Ouvidor”.

⁹⁰ *Nova Luz Brasileira*, n. 9, 08/01/1830. Apud MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos...* op. cit., 2010, p. 35.

considerando a situação política adversa a d. Pedro I em fins da década de 1830, o episódio torna-se no mínimo verossímil. Em todo caso, teria sido após o incidente, e em reconhecimento a sua bravura, que Paula Brito ascendeu a “Diretor de prensas” da oficina de Plancher.⁹¹

Foi, portanto, trabalhando para Pierre e Émile Seignot-Plancher que Paula Brito começou a juntar seus primeiros mil-réis. Mas entre os “inumeráveis obséquios” recebidos dos Plancher, não menos importante foi o contato com o vasto arcabouço técnico e, sobretudo, cultural trazido pelos franceses à Corte. Pode ter sido na oficina de Plancher que Paula Brito aprendeu ou aperfeiçoou seus conhecimentos da língua francesa – idioma do qual traduzirá alguns contos e peças teatrais –, assim como possivelmente foi nesse período que se iniciou, ou estreitou os laços com a maçonaria.⁹²

Por volta de 1834, quando Francisco de Paula já era sócio da Tipografia Fluminense, Plancher retornou à França após vender o *Jornal do Commercio* e sua tipografia para os também franceses Junius Villeneuve e Maugenol por mais de 50 contos de réis.⁹³ Nove anos depois, quando Plancher morreu em Paris, Paula Brito, então o único proprietário da Tipografia Imparcial, tornava-se um destacado comerciante e impressor no Rio de Janeiro. Mas não avancemos tanto, uma vez que em fins da década de 1830, Francisco de Paula Brito pode não apenas ter deixado a oficina de Plancher, mas abandonado a tipografia, ainda que por um curto espaço de tempo.

Entretanto, as informações sobre o período no qual o jovem tipógrafo serviu como Adido da Segunda Companhia do Terceiro Batalhão de Caçadores da Corte são escassas.

⁹¹ “Era Paula Brito compositor do *Jornal do Comércio* quando se deu um fato notável./ Tendo-se publicado um artigo que desagradava a alguns leitores, dirigiram-se estes à tipografia do jornal e imprudentemente praticaram excessos, lançando ao rosto do proprietário alguns números da folha, e injuriando-o e o ameaçando de modo, que ele viu-se obrigado a evadir-se./ No meio desse conflito, dessa cena turbulenta, um compositor conservou toda a serenidade e sangue frio; apresentou-se diante dos impudentes, e tal foi a sua moderação, que a desordem se acalmou e os invasores deixaram a casa arrependidos ou envergonhados talvez do excesso que tinham praticado./ Esse moço, esse compositor tão prudente que soube abafar uma cena de tumulto, esse artista que soube fazer a casa de seu mestre, de seu patrão, foi Francisco de Paula Brito”. AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira. “Biografia”, op. cit., 1863, p. X-XI.

⁹² Esse é um tema caro às pesquisas de Célia Maria Marinho de Azevedo sobre o editor brasileiro. AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Maçonaria, cidadania e a questão racial no Brasil escravagista. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 121-136, dez., 1998. AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Maçonaria: história e historiografia. *Revista da USP*, São Paulo, n. 32, p. 178-189, dez./jan./fev. 1996-97.

⁹³ Exatos consideráveis 52:664\$000. “Seignot-Plancher”. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno Biographico Brasileiro*, v. I... op. cit., 1876. p. 407-410.

No artigo publicado no *Carioca*, ao se referir a sua participação no Sete de Abril de 1831, Paula Brito registrou: “e adido à 2ª Comp. do 3ª Batalhão de Caçadores, já não tinha vida para mim, toda estava oferecida à minha caríssima pátria”, afirmativa que nos leva a considerar que durante o período em que serviu como adido Paula Brito pode de fato ter abandonado o componedor e as caixas de tipos. Afinal, até a criação da Guarda Nacional, em 1832, o ofício das armas ainda era um importante veículo de ascensão social para libertos e pardos como o havia sido para o Sargento-mor Martinho Pereira de Brito décadas antes.⁹⁴

No entanto, com certa margem de segurança pode-se inferir que a carreira das armas de Paula Brito durou de fins de 1830 a abril de 1831. Tal inferência deve-se principalmente à ausência de registros da Segunda Companhia nas fontes compulsadas. Por exemplo, em 1825 o *Almanach do Rio de Janeiro* listava apenas o “Terceiro Batalhão de Caçadores da Corte”, comandado pelo Coronel Manuel Antonio Leitão Bandeira e tendo por adido Gregório Álvaro Sanches. A companhia da qual Paula Brito fez parte pode ter sido criada após essa data. Em todo o caso, o rapaz teria se orgulhado em usar a farda do Terceiro Batalhão de Caçadores, talvez bastante semelhante ao aparelho anunciado no *Diário do Rio de Janeiro* em março de 1837: “Vende-se uma farda bordada, canana, barretina de fundo de sola, e um boné, tudo em bom uso, e pode servir para qualquer Cadete do terceiro batalhão de Caçadores; quem quiser pode procurar na Rua do Sabão entre a dos Ourives, e da Vala, n. 174”.⁹⁵ A última referência localizada sobre o assunto foi o *Hino ao memorável dia 7 de abril de 1831*, composto por Paula Brito e impresso na Tipografia de Émile Seignot-Plancher. Na assinatura do poema lê-se: “Francisco de Paula Brito/ Adido a 2ª Companhia do 3º Batalhão de Caçadores”.⁹⁶ Portanto, nos dias 6 e 7 de abril de 1831 quando o “Povo e Tropa” se reuniram no Campo de Santana, sabemos que Paula Brito fazia parte da tropa. Era um soldado poeta.

⁹⁴ KRAAY, Hendrik. “The politics of race in independence-era Bahia: the black militia officers of Salvador, 1790-1840”. In: _____ (Ed.). *Afro-Brazilian culture and politics: Bahia, 1790s to 1990s*. Nova Iorque: M. E. Sharpe, 1998, p. 30-56.

⁹⁵ “Vendas”, *Diário do Rio de Janeiro*, 30/03/1827, p. 1.

⁹⁶ BRITO, Francisco de Paula. *Hino ao memorável dia 7 de abril de 1831*. Rio de Janeiro: Tipografia d'E. Seignot-Plancher, 1831. BN, Obras raras, 088, 004, 010, n. 5.

1831, o ano das possibilidades

O Sargento-mor Martinho Pereira de Brito, viúvo e com veneráveis noventa e três anos de idade, faleceu no dia 4 de julho de 1830. Paula Brito, que vivia com o avô desde que voltara ao Rio de Janeiro, sete anos antes, possivelmente assistiu-o em seus últimos momentos, acompanhando o sepultamento de seu corpo, amortalhado no hábito da Conceição, em uma das campas da igreja do Hospício.⁹⁷ Por certo, foi depois da morte do Sargento-mor Martinho que Paula Brito mudou-se para a casa de um primo, o livreiro pardo Silvino José de Almeida, na Praça da Constituição, n. 51.

Desde pelo menos 1823, Silvino negociava com livros no Rio de Janeiro. Em 1824, sua livraria, localizada na Rua dos Inválidos, aparecia no *Almanach* da cidade como a única exclusivamente dedicada ao comércio de livros – diferentemente, por exemplo, de Plancher, que, além de livreiro, era também listado como impressor. Na edição do *Almanach* de 1825 o endereço da livraria de Silvino era o mesmo, mas nesse ano o primo de Paula Brito era anunciado como “Livreiro Encadernador”.⁹⁸ O trabalho do encadernador era de extrema relevância em um tempo no qual os livros, fossem impressos no Rio de Janeiro ou importados, eram manualmente costurados e encapados ao gosto e bolso do freguês. E entre os fregueses de Silvino encontrava-se a Biblioteca Imperial e Pública do Rio de Janeiro, de cujo acervo o primo de Paula Brito encadernou 975 volumes, entre setembro de 1823 e março de 1832. Além das *Gazetas* e *Almanachs do Rio de Janeiro*, o inventário das obras confiadas ao encadernador inclui livros raros impressos nos séculos

⁹⁷ *Livro de óbitos da Freguesia do Santíssimo Sacramento*. ACMRJ, AP-162, fls 127v.

⁹⁸ *Almanach do Rio de Janeiro para o ano de 1824*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1824. p. 267. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 16/08/2012. *Almanach do Rio de Janeiro para o ano de 1825*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1824. p. 248. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 16/08/2012.

XVI e XVII, como o *Sabellii Opera Omnia*, de 1560, o *Cancionero General*, de 1573, e a *Fundaciones de los Mosteiros de S. Benito*, de 1601, entre outros títulos.⁹⁹

Em 1830, os anúncios de livros e periódicos publicados no *Diário do Rio de Janeiro* demonstram que a loja de Silvino já havia sido transferida da Rua dos Inválidos para a Praça da Constituição. Deste modo, em março daquele ano os interessados na reimpressão do *Regimento das Câmaras Municipais das Cidades e Vilas do Império do Brasil* podiam encontrá-lo “nas casas dos Srs. Veigas, Rua da Quitanda, esquina da de S. Pedro, e na Rua dos Pescadores, n. 49; e de Silvino José de Almeida, Praça da Constituição, n. 51; preço 120 réis”.¹⁰⁰ Em abril de 1830, era igualmente na livraria de “Selvino Jozé d’Almeida” que se podia subscrever ou comprar exemplares da *Nova Luz Brasileira*, periódico redigido pelo boticário Ezequiel Correia dos Santos, liderança da facção exaltada no Rio de Janeiro.¹⁰¹

Os liberais exaltados, grupo ao qual a *Nova Luz Brasileira* era uma das principais representantes, surgiram no Rio de Janeiro em fins de 1829 em meio à exacerbação das lutas políticas que culminaram na queda de d. Pedro I, em 1831.¹⁰² Silvino certamente manteve relações bastante estreitas com os exaltados, sobretudo se observamos como, em fins de agosto de 1830, o livreiro era acusado no *Diário do Rio de Janeiro* de se esquivar em vender certa *Resposta à Nova Luz Brasileira, ou desagravo de Brasileiros e Portugueses*. Embora desconhecendo o conteúdo desse impresso, seu título é sintomático de um momento em que se intensificavam os embates entre brasileiros e portugueses no Rio de Janeiro. O redator anônimo do *Diário* pedia que Silvino esclarecesse o assunto “para livrar o Público incomodado da suspeita em que se acha”,¹⁰³ suspeita de que o livreiro era politicamente tendencioso ao definir o que se vendia ou não em seu estabelecimento.

Dias depois o livreiro fez publicar uma nota no *Diário* esclarecendo que se não vendia a *Resposta à Nova Luz* foi simplesmente por que não recebeu os exemplares. Mas

⁹⁹ Relação das obras que o livreiro Silvino tem encadernado na Biblioteca Imperial e Pública (set. 1823, mar. 1832). Rio de Janeiro, 1832. BNRJ, Manuscritos, I-16, 04, 021.

¹⁰⁰ “Obras publicadas”, *Diário do Rio de Janeiro*, 22/03/1830, p. 2.

¹⁰¹ BASILE, Marcelo Otávio. *Ezequiel Correia dos Santos: um jacobino na corte imperial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

¹⁰² BASILE, Marcelo Otávio. *Ezequiel Correia dos Santos...* op. cit., 2001. p. 22.

¹⁰³ “Notícias particulares”, *Diário do Rio de Janeiro*, 30/08/1830, p. 3.

caso ainda julgassem que houve recusa arbitrária em receber o impresso, Silvino mandava o leitor descontente consultar o primeiro parágrafo do Art. 179 da “*Constituição* do para sempre Independente Império do Brasil e lá achará a resposta”.¹⁰⁴ Com a Constituição nas mãos o leitor veria que a resposta era curta e grossa, pois o parágrafo citado dizia que “Nenhum Cidadão pode ser obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da Lei”. Silvino deixava deste modo claro ao “público incomodado” que vendia o que bem entendesse em sua loja.

Porém, além da suposta filiação ao grupo exaltado, o livreiro Silvino José de Almeida era pardo, sinônimo de brasileiro naqueles anos de formação do que chamamos hoje de identidade nacional. Identidade forjada, em grande medida, a partir dos mencionados embates entre brasileiros e portugueses.¹⁰⁵ Os tumultos ocorridos nas ruas do Rio de Janeiro entre os dias 13 e 15 de março de 1831 tornaram-se os mais conhecidos desses embates. E, involuntariamente, conforme seu testemunho transcrito no *Translado do processo a que deu motivo os tumultos das Garrafadas*, o livreiro Silvino José de Almeida tomou parte nesses eventos.¹⁰⁶

Por volta das 19 horas do dia 13, domingo, ao perceber o ajuntamento que se formava na Praça da Constituição, Silvino foi até a porta da livraria e perguntou a algumas pessoas o motivo pelo qual se reunia todo aquele povo. Disseram-lhe que “destinavam ir para baixo”, ou seja, em direção às ruas centrais da cidade. Silvino não deu muita importância ao fato e em seguida fechou a loja e se recolheu. Cerca de duas horas depois o livreiro percebeu novo ajuntamento, abriu a janela e desta vez viu o povo aglomerando-se nas ruas próximas à Praça, entre o Beco da Rua do Piolho e o início da Rua do Cano. Mais uma vez, Silvino viu a multidão, fechou a janela e foi dormir.¹⁰⁷ Não há indícios do paradeiro de Paula Brito nessa noite. Os ajuntamentos na Praça da Constituição eram

¹⁰⁴ “Notícias particulares”, *Diário do Rio Janeiro*, 02/09/1830, p. 3.

¹⁰⁵ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Faperj, 2002.

¹⁰⁶ Os eventos dos dias 13, 14 e 15 de março foram abordados a partir das perspectivas dos depoimentos do livreiro Silvino José de Almeida e do boticário Juvêncio Pereira Ferreira, ambos transcritos no *Translado*. Uma análise mais completa desse documento foi feita por Gladys Sabina Ribeiro. *As Garrafadas, 1831. Translado do processo a que deu motivo os tumultos das Garrafadas do dia 13, 14 e 15 de março de 1831*. BN, Manuscritos, 06, 03, 012. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção...* op. cit., 2002. p. 13-18.

¹⁰⁷ *As Garrafadas, 1831...* op. cit., fls. 19-20.

compostos em sua maioria por pretos, pardos e alguns poucos brancos. Dentre eles o Capitão do Terceiro Batalhão de Caçadores, Mariano Joaquim de Siqueira, destacamento ao qual Paula Brito faria parte como Adido da Segunda Companhia. Mas isso diz pouco, e é difícil sabermos se o rapaz estava na rua, em meio à multidão, ou a salvo em casa, na companhia do primo.

Ao contrário de Silvino, seu vizinho Juvêncio Pereira Ferreira, também “morador na Praça da Constituição com botica de Farmácia” resolveu seguir a multidão. Conforme afirmou o boticário curioso, eram mais de 400 pessoas, as quais ele seguiu pela Rua do Piolho adiante. Perto da Rua das Violas, Juvêncio presenciou o povo que saíra da Praça da Constituição gritar “vivas ao Imperador Constitucional e a Constituição, à Liberdade do gênero humano, alguns à federação, independência do Brasil, sendo estes vivas correspondidos pelas gentes que estavam nos sobrados”. Parecia que tudo ia bem, até que no sobrado de João Domingues de Araújo Viana, localizado em uma das esquinas da Rua das Violas, partiram saudações a “D. Pedro IV e à Constituição Portuguesa, e aos portugueses”, e das janelas desse sobrado choveram garrafas na multidão.¹⁰⁸

Possivelmente amedrontado, o boticário deu meia-volta, sendo obrigado a tomar caminho diverso, pois lhe informaram que brasileiros e portugueses se enfrentavam na Rua da Alfândega. Pela altura da Rua do Ouvidor, Juvêncio encontrou “um moço brasileiro [...] sem chapéu e muito maltratado de pancadas de modo que mal podia andar”. O rapaz lhe contara que havia sido vítima de “uma porção de Portugueses armados de chuços e espadas” que gritavam “mata cabras que nos querem rabar”. Durante a luta parte dos brasileiros fugiu enquanto que outra enfrentou os portugueses tomando-lhes os chuços – espécie de baionetas acopladas a pedaços de madeira – que foram entregues ao juiz de paz da freguesia da Candelária. Enquanto isso Juvêncio foi se esgueirando pelas ruas, e quando enfim conseguiu chegar à Praça da Constituição ainda viu “muito povo” a gritar vingança aos portugueses. Juvêncio encontrou algumas pessoas feridas em sua botica, “duas a tiros de chumbos e as outras a golpes e contusões”, que foram socorridas por um cirurgião da

¹⁰⁸ *As Garrafadas, 1831... op. cit., fls. 17.*

Marinha. Quando todos se retiraram, ele seguiu o exemplo do vizinho livreiro e, certamente assustado com tudo o que presenciara, fechou a botica.¹⁰⁹

No dia 14 já por volta da meia-noite, Juvêncio acordou de sobressalto ao ouvir “um tropel que pareceu marcha de tropa regular”. Parecia mas não era, pois se tratava de mais de 200 portugueses armados de chuços e espadas a darem “vivas ao Imperador e à nação portuguesa”. A multidão furiosa parou diante da botica exigindo, debaixo de ameaças de arrombarem as portas, que Juvêncio lhes entregasse “os pimpões”, ou seja, os brasileiros com os quais se bateram no dia anterior e que acreditavam estarem lá escondidos. O boticário pôde ter ficado apavorado e, em seguida, aliviado quando percebeu que a multidão havia desistido de atacá-lo tomando outro rumo, o da livraria de Silvino José de Almeida.¹¹⁰

Naquele dia o livreiro soube “por ouvir dizer”, por certo das pessoas exasperadas pelos acontecimentos que entraram e saíram da livraria, de todo o sucedido na Rua das Violas, assim como dos feridos socorridos na botica de Juvêncio. Por volta da meia-noite, Silvino também acordou com os gritos de “vivas ao Sr. D. Pedro Imperador e aos portugueses”, “Brasileiros, viva a Constituição” e em seguida “mata que é cabra”. Foi então que “naquele tumulto se deram grandes pancadas nas vidraças das janelas” de sua loja, tão fortes que “estas ficaram todas escangalhadas”. Silvino correu até uma delas e logo que a multidão armada de paus e espadas o viu aumentaram-se os gritos de “mata, mata”. O pesadelo só acabou quando José Bernardes Monteiro gritou do seu sobrado que colocassem fim àquela balburdia. No dia seguinte quem passasse pela Praça da Constituição via os “caixilhos e vidraças quebradas” da livraria.¹¹¹

No artigo publicado no *Carioca*, Paula Brito associou seu engajamento nos acontecimentos do “Glorioso Dia 7 de Abril de 1831” ao desejo de “vingar-me dos garrafistas de Março, que pretenderam assassinar meu primo – *Silvino José de Almeida* – (com quem eu morava então) quebrando as vidraças da sua janela e querendo invadir a sua Casa”.¹¹² Mais uma vez é difícil sabermos se Paula Brito estava ou não em casa naquele

¹⁰⁹ *As Garrafadas, 1831...* op. cit., fls. 17-18.

¹¹⁰ *As Garrafadas, 1831...* op. cit., fls. 17-18.

¹¹¹ *As Garrafadas, 1831...* op. cit., fls. 18-20.

¹¹² “Correspondência”, *O Carioca*, n. 12, 21/01/1834, p. 2.

momento de apuro. Em todo caso, o ataque dos partidários do Imperador à livraria de Silvino o revoltou de tal maneira que o rapaz resolveu tomar armas e levantar-se contra o despotismo. Todavia, a arma em questão não seria uma espada ou um chuço, à moda dos portugueses garrafistas, mas uma pena, instrumento com o qual Paula Brito compôs seu *Hino oferecido à mocidade brasileira no dia 25 de março de 1831*.

Vimos que, desde que retornou ao Rio de Janeiro, Paula Brito escrevia versos que eram lidos e corrigidos por Evaristo da Veiga. No *Hino oferecido à mocidade brasileira no dia 25 de março de 1831* o jovem poeta a princípio cantava a Constituição brasileira outorgada sete anos antes, a 25 de março de 1824, dia lembrado na primeira estrofe como “Majestoso” e “D’eterna recordação”. No entanto, versos adiante o tom do *Hino* mudava, insurgindo-se contra “inimigos” que tramavam a “escravidão” da pátria:

Renasça em nós a vingança,
Triunfe o sacro Heroísmo,
Homens livres não se curvam
Ao tirano despotismo.¹¹³

Ao lermos o *Hino oferecido à mocidade* na perspectiva dos confrontos que sacudiram as ruas do Rio de Janeiro naqueles dias, não é difícil perceber o sentido político dos versos. O jovem Paula Brito abertamente incitava seus patrícios contra os que, além de atacarem a livraria do primo Silvino, gritavam vivas à Constituição Portuguesa e aos portugueses, espancavam brasileiros e atiravam garrafas dos sobrados da Rua das Violas. Tratava-se, portanto, de propaganda antilusitana. Neste sentido, Paula Brito esclareceu que o *Hino* foi composto sobre “Assunto do Dia, desafiando a ira do *inimigo do Brasil*, e seu Apostolado”, subentendendo-se d. Pedro I e seus partidários. Certamente por isso o poema agradou, tanto que, após ler o manuscrito, João Pedro da Veiga, o irmão do Ripanso, mandou um seu caixeiro dizer ao rapaz que custearia a impressão dos versos, oferecendo-lhe de pronto 40 mil réis. Paula Brito aceitou o dinheiro e na mesma tarde vestiu seu chapéu de palha e foi ao encontro do mecenas em sua livraria.¹¹⁴

¹¹³ BRITO, Francisco de Paula. *Hino oferecido à mocidade brasileira, no dia 25 de março de 1831*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial de E. Seignot-Plancher, 1831. BN, Obras raras, 088, 004, 011, n. 2.

¹¹⁴ “Correspondência”, *O Carioca*, n. 12, 21/01/1834, p. 2. Grifos originais.

O problema era que o chapéu de palha era um símbolo exaltado. Portá-lo era um ato político e explica por que Paula Brito, que também era pardo, foi achincalhado por alguns moradores e negociantes enquanto caminhava em direção à livraria de João Pedro da Veiga, localizada na esquina da Rua da Quitanda com a Rua de S. Pedro. As Ruas da Quitanda, Ourives, Direita e das Violas formavam o quadrilátero lusitano no Rio de Janeiro e, acertados os detalhes para a impressão do *Hino*, o livreiro aconselhou ao jovem que tomasse outro caminho evitando as injúrias dos “capitalistas” da Rua da Quitanda. Ainda assim, podemos arriscar que Paula Brito saiu de lá satisfeito, sentindo-se de fato um poeta a serviço da “Pátria e dos Brasileiros”.¹¹⁵

Mas, ao mesmo tempo em que as Garrafadas inspiravam os versos de Paula Brito, inspiravam também providências da parte do Imperador, que, em resposta às agitações dos dias 13, 14 e 15 de março, nomeou um novo ministério no dia 19, então considerado mais brasileiro, ou menos português, que os anteriores. Medida paliativa, pois a crise política na qual submergia d. Pedro I arrastava-se pelo menos desde meados na década passada, acentuando-se sobremaneira após a morte de d. João VI e seu envolvimento na sucessão do trono português, ao qual tinha direito e havia renunciado em favor de sua primogênita, d. Maria da Glória. Não obstante essa questão, o abismo entre o imperador e a Assembleia Geral Legislativa do Império tornara-se mais profundo durante a segunda legislatura em 1830, alargando o isolamento político do monarca, dificuldades que d. Pedro tentou amenizar em uma malograda viagem à província de Minas Gerais no início de 1831.

A aglomeração que Silvino José de Almeida viu em frente sua livraria na noite de 13 de março formara-se justamente para dar cabo das comemorações que os adeptos de d. Pedro I, reunidos nas imediações da Rua da Quitanda, prepararam para recebê-lo em seu retorno. E, como vimos, o resultado desse confronto foram garrafas e cabeças quebradas, sem nos esquecermos das vidraças da livraria de Silvino, estilhaçadas na noite seguinte, durante o revide dos partidários do imperador. Contudo, o caldo entornaria de vez no dia 5

¹¹⁵ Sobre o quadrilátero lusitano ver RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção...* op. cit., 2002. Referências ao chapéu de palha como símbolo exaltado podem ser encontradas em: BASILE, Marcelo. Revolta e cidadania na Corte regencial. *Tempo*: Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, n. 22, jan. 2007, p. 31-57. Paula Brito relatou que foi “achincalhado” na Rua da Quitanda em seu artigo publicado no *Carioca*, ver: “Correspondência”, *O Carioca*, n. 12, 21/01/1834, p. 2.

de abril, quando d. Pedro I nomeou um novo ministério, formado por cinco marqueses e um visconde. Por conseguinte, a queda do ministério “brasileiro” de 19 de março precipitou a queda do próprio imperador.¹¹⁶

No dia 6 de abril, povo e tropa, como então se dizia, juntaram-se no Campo de Santana, convertido em Campo da Honra, no intuito de exigir do monarca o restabelecimento do ministério demitido no dia anterior. Como sublinhou o historiador José Murilo de Carvalho, naquele ajuntamento de aproximadamente quatro mil pessoas “podia-se dizer que reunia, em momento raramente repetido na história do país, elite, políticos, militares e povo”.¹¹⁷ No entanto, recusando-se a aceder ao desejo do povo e da tropa, o imperador acabou por abdicar do trono em favor de seu filho de cinco anos, o príncipe d. Pedro, na madrugada do dia 7 de abril de 1831.

Paula Brito, então adido da Segunda Companhia do Terceiro Batalhão de Caçadores, chegou ao Campo de Santana por volta das 13 horas do dia 6, quando lá se encontravam menos de cem pessoas. O rapaz passou a tarde e atravessou a noite no Campo e ali mesmo compôs “umas simples Poesias” nas quais festejava a abdicação de d. Pedro I. Alguns dias depois Paula Brito tornou a procurar João Pedro da Veiga, que mais uma vez aceitou custear a publicação de seus versos, desta vez *O Hino ao memorável dia 7 de abril de 1831*.¹¹⁸ Impresso na tipografia de Émile Seignot-Plancher, o poema começava parabenizando a “Brasília gente” que enfim livrou-se do “fero inimigo”, d. Pedro I e seu “partido servil”:

Parabéns Brasília gente,
Floresce a LIBERDADE!
Caiu do Trono o perverso
Sucumbiu a iniquidade.

*Longe de nós os traidores,
Longe o partido servil,
Triunfou a INDEPENDÊNCIA
No dia sete de Abril.*¹¹⁹

¹¹⁶ MOREL, Marco. *O período das Regências...* op. cit., 2003. p. 10-19.

¹¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 20.

¹¹⁸ “Correspondência”, *O Carioca*, n. 12, 21/01/1834, p. 2.

¹¹⁹ BRITO, Francisco de Paula Brito. *Hino ao memorável dia 7 de abril de 1831*. Rio de Janeiro: Tipografia d'E. Seignot-Plancher, 1831. BN, Obras raras, 088, 004, 010, n. 5.

No *Hino ao memorável dia 7 de abril de 1831*, Paula Brito mostrava-se arrebatado diante da “fraternal união” do Povo e da Tropa que, em “singular igualdade”, levantava a “Voz no Novo Mundo” contra a tirania. As menções ao novo imperador no *Hino* seriam três, em versos que de certa forma prenunciavam uma série de poemas laudatórios a d. Pedro II que Paula Brito escreveu no decorrer da vida. Em uma dessas referências, o imperador menino, genuinamente brasileiro, era aclamado pela “Nação Libertada”:

Eis que a Nação Libertada
Aclama PEDRO SEGUNDO,
Nascido nas férteis Plagas
Do Brasil auri-fecundo.¹²⁰

O novo imperador fora de fato aclamado no Campo da Honra no dia 7 de abril em meio aos gritos de “Viva d. Pedro II”, iniciados pelo general Manuel da Fonseca Lima e Silva. Em seguida, os deputados e senadores que estavam no Rio de Janeiro cuidaram de legalizar a sucessão, elegendo também a Regência Trina Provisória, composta pelo Marquês de Caravelas, pelo Senador Vergueiro e pelo general Francisco de Lima e Silva.¹²¹ Esta foi saudada como “Sábia Regência” no *O Hino ao memorável dia 7 de abril de 1831* de Paula Brito.

Os dias que se sucederam ao “Glorioso 7 de Abril” apresentavam-se férteis em possibilidades para seus contemporâneos. Por conseguinte, o jovem exaltado Francisco de Paula Brito e grande parte dos que engrossaram a multidão no Campo da Honra percebiam como promissores os novos tempos,¹²² que, além de acenarem para dias melhores para a nação, igualmente eram entendidos no campo das oportunidades concretas, cotidianas, ao alcance dos cidadãos que participaram do movimento. No caso de Paula Brito, e talvez de muitos outros, tais oportunidades traduziam-se em um emprego público. Afinal, uma vez vencido d. Pedro I e seu “partido servil”, composto majoritariamente por portugueses, quem sabe o acesso à burocracia não estaria desobstruído para os brasileiros de todas as cores? Não custava tentar, e o rapaz tentou.

¹²⁰ Idem, *Ibidem*.

¹²¹ CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II...* op. cit., 2007. p. 21.

¹²² MOREL, Marco. *O período das Regências...* op. cit., 2003. p. 24.

Esta história seria diferente, e talvez sequer fosse escrita, caso o regente Lima e Silva tivesse empregado Paula Brito em um cargo vago no Senado, poucos dias depois da abdicação do imperador. Em um trecho bastante deteriorado do artigo publicado no *Carioca*, Paula Brito queixava-se que após o Sete de Abril “mudaram-se os tempos e as coisas, e como as Tipografias decaíssem (pelas consequências que [ilegível] revoluções [ilegível] críticas as minhas circunstâncias)”. Que os tempos mudaram depois do Sete de Abril, não há dúvidas, porém soa equivocado considerar que as tipografias decaíram nesse momento. Em “Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro”, artigo publicado em 1865, Moreira de Azevedo afirmava que “A exaltação da imprensa não arrefeceu, antes aumentou em 1831”. O historiador do IHGB identificou 45 periódicos circulando no Rio de Janeiro nesse ano, contra apenas nove em 1830 e 16 em 1832.¹²³

Mas que fossem “críticas as suas circunstâncias”, aí seria outra história. Afinal, embora saibamos pouco a respeito, poderia ter sido malgrado o ingresso de Paula Brito como Adido da Segunda Companhia do Terceiro Batalhão de Caçadores. Se assim o foi, o rapaz em pouco tempo descobriu que era pouco vantajoso oferecer sua vida à “caríssima pátria”. Assim, ainda com os olhos no *Carioca*, temos que Paula Brito se queixou a alguns amigos de seu estado, dizendo-se “desarranjado”. O rapaz foi aconselhado a recorrer ao regente Lima e Silva sobre “um lugar que se achava vago na Câmara do Senado”. Disseram-lhe também que Evaristo da Veiga poderia muito bem ajudá-lo na questão. Paula Brito procurou o redator da *Aurora Fluminense*, de quem era próximo, como sabemos. Evaristo lhe disse que, embora “não [tivesse] amizade com as pessoas do Governo” – observação no mínimo estranha, tendo em vista que ele já era deputado eleito pela província de Minas Gerais e, como tal, havia participado da eleição da regência trina provisória¹²⁴ – lhe daria um “Atestado” que, nas palavras de Paula Brito, “não só abonava a minha conduta, mas até me julgava digno de empregos pelos meus talentos”.

Certamente lisonjeado e munido do “Atestado”, o rapaz bateu à porta do general Francisco de Lima e Silva, membro da regência trina provisória. O regente recebeu o papel

¹²³ MOREIRA DE AZEVEDO, Manuel Duarte. “Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 28, v. 2, 4º trimestre de 1865, p. 169-224.

¹²⁴ SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*: Evaristo da Veiga... op. cit., 1957. p. 100.

das mãos de Paula Brito e pediu que ele retornasse no dia seguinte trazendo um Memorial, “pois se houvesse lugar vago” esse seria de Paula Brito. Redigir um Memorial em menos de vinte e quatro horas, independente do tema, talvez fosse o menor dos problemas. A questão é que, conforme afiançou os amigos de Paula Brito, havia um “lugar vago” na Câmara do Senado. Logo, ou o regente não sabia desse “lugar vago” ou, mal dissimulando, negou-se a empregar Paula Brito, que cerca de dois anos mais tarde afirmou: “Nunca mais procurei a S. Exa., e tratei de adquirir a minha honrosa subsistência pelo trabalho do meu braço continuando nos pequenos estudos que havia antes começado”.¹²⁵

Em 1857, os missionários norte-americanos Daniel Kidder e James Fletcher se surpreenderiam com o número de “mulatos” – “esses homens com sangue negro” – que encontraram estudando na Biblioteca Nacional e Pública do Rio de Janeiro.¹²⁶ Talvez o quadro observado pelos reverendos em fins da década de 1850 pudesse ser o mesmo vinte anos antes. Se o foi, possivelmente haveria chances de encontrarmos entre os “mulatos” frequentadores da Biblioteca Nacional e Pública o jovem Paula Brito, absorto em seus “pequenos estudos”.¹²⁷ “Pequenos estudos” que podiam gerar grandes ideias. Em questão de dias após a malfadada tentativa de ingresso no serviço público, um novo horizonte se abriu diante do rapaz: São Paulo.

Embora um importante entreposto comercial e capital da província, São Paulo era uma cidade de proporções bastante acanhadas no início da década de 1830, nada comparado ao Rio de Janeiro e ao que ela própria se tornaria em fins do século XIX. A título de comparação, em 1827, ano em que José da Costa Carvalho fundou a primeira tipografia e o primeiro jornal impresso em São Paulo, o *Farol Paulistano*, na Corte existiam cinco tipografias e circulavam doze periódicos. No entanto, em 1828, São Paulo passou a sediar a Faculdade de Direito, conseqüentemente tornando-se um importante

¹²⁵ “Correspondência”, *O Carioca*, n. 12, 21/01/1834, p. 2-3.

¹²⁶ KIDDER, Daniel P.; FLETCHER, James C. *Brazil and the Brazilians*: portrayed in historical and descriptive sketches. Philadelphia: Childs & Peterson, 1857. p. 133.

¹²⁷ De acordo com Débora Bondance Rocha, as consultas ao acervo da Biblioteca Nacional e Pública do Rio de Janeiro, eram feitas in loco, quatro horas pela manhã e algumas horas após as 16h30. Empréstimos eram realizados apenas com autorização do Ministro Diretor da instituição. ROCHA, Débora Cristina Bondance. *Biblioteca Nacional e Pública do Rio de Janeiro: um ambiente para leitores e leituras de romances*. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária). IEL, Unicamp, Campinas, 2011. p. 61-62.

mercado para os livros e impressos.¹²⁸ Conforme noticiou o *Jornal do Commercio* a 19 de abril de 1831, foi essa a perspectiva que atraiu Paula Brito ao arquitetar sua mudança para a cidade:

Em muitas províncias formam os estabelecimentos de livraria e imprensa. Em S. Paulo M. Joly, de concerto com uma casa do Rio de Janeiro, reuniu uma bela coleção de livros e formou um gabinete de leitura, do qual já são assinantes as primeiras casas de Comércio, e muitos Estudantes da Universidade, o que finalmente havia de acontecer em uma cidade, em que as ideias liberais se têm desenvolvido tão prontamente. Mas como uma só imprensa não basta em S. Paulo, o Sr. Francisco de Paula Brito, jovem Brasileiro, assaz conhecido pelas suas patrióticas poesias vai estabelecer-se naquela cidade e aumentar a voga que tem obtido o gabinete de leitura de M. Jules Joly. A imprensa e a livraria reunidas em uma só casa devem necessariamente ter grande sucesso em um país em que tanto se ambiciona a instrução.¹²⁹

Entre o “Glorioso Sete de Abril” e a publicação desta nota, passaram-se apenas doze dias. O retorno de Paula Brito ao ramo tipográfico ligava-se, portanto, à negativa do regente Lima e Silva em empregá-lo na Câmara do Senado. Distante do concorrido mercado gráfico da capital do Império, a acadêmica São Paulo mostrava-se promissora. Assim, de acordo com a notícia, Paula Brito tinha planos de fundar naquela cidade, “em uma só casa”, uma livraria e uma tipografia, especializando-se na venda e impressão de livros e periódicos.

A transferência de Paula Brito para o planalto de Piratininga, no entanto, não se efetivou. Em 1834, ao defender-se das acusações de restaurador nas páginas do *Carioca*, o “jovem Brasileiro” esclareceu os motivos pelos quais se recusou a partir para São Paulo:

Se eu quisesse ser pesado aos meus amigos, teria me servido do obséquio que me queriam fazer em Maio de 31, oferecendo-se para concorrerem com as despesas que eu fizesse no C. J. de S. Paulo, para onde me queriam mandar, o que tudo rejeitei, por não querer ser pesado a ninguém, ainda que com qual rejeição cooperei para o meu infortúnio.¹³⁰

¹²⁸ Sobre São Paulo, sua primeira tipografia e a fundação da Faculdade de Direito ver DEAECTO, Marisa Midore. *O império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2011. p. 43-44; 55; 76. Sobre as tipografias e jornais do Rio de Janeiro em 1827, ver MOREIRA DE AZEVEDO, Manuel Duarte. “Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 28, v. 2, 4º trimestre de 1865, p. 169-224.

¹²⁹ *Diário Mercantil ou Novo Jornal do Commercio*, n. 197, 19/04/1831, p. 1.

¹³⁰ “Correspondência”, *O Carioca*, n. 12, 21/01/1834, p. 4.

“C. J. de S. Paulo”, seria o Curso Jurídico de São Paulo? Além da livraria e da tipografia, estaria entre os planos de Paula Brito ingressar na Faculdade de Direito? Se o rapaz estudava, por que não com vistas a tornar-se bacharel. Havia estudantes pardos matriculados no curso jurídico. Conforme narra José Murilo de Carvalho, um dos professores da instituição se recusava a cumprimentar esses alunos, alegando que negro não podia ser doutor.¹³¹ Mas independentemente do propósito, Paula Brito contava com amigos dispostos a custear sua viagem. No entanto, como ele mesmo explicou, embora contribuindo para o seu “infortúnio”, rejeitou o auxílio, decidindo-se por ficar no Rio de Janeiro.

Não localizei indícios de quem seriam esses amigos. Porém, Paula Brito registrou no *Carioca* como mais uma vez contou com a providencial ajuda de João Pedro da Veiga, o mecenas que havia custeado a impressão de suas “patrióticas poesias” em abril 1831. Se os cálculos estiverem aproximados isso aconteceu depois de desfeitos os planos de transferência para São Paulo, em algum momento entre maio e outubro daquele ano. Assim, ainda que sem conseguir precisar quando, mais uma vez encontramos o jovem Paula Brito na Rua da Quitanda, caminhando a passos resolutos em direção à livraria de João Pedro da Veiga. Não sabemos se desta vez o rapaz usava seu chapéu de palha exaltado, mas é certo que, ao invés de poesias, trazia uma joia no bolso. Artefato que podia ser herança de família, quem sabe legada por sua avó materna, esposa do Sargento-mor Martinho que, como sabemos, foi um reconhecido ourives de prata no Rio de Janeiro. Inferências à parte, naquele momento o rapaz precisava de dinheiro e procurou João Pedro da Veiga para penhorá-la.¹³²

Paula Brito conseguiu levantar “uma pequena quantia” junto ao livreiro. Além desse dinheiro, o rapaz podia ter suas economias, possivelmente amealhadas desde os tempos em que trabalhava para Plancher. Contudo, a resposta para o destino do dinheiro podia ser lida nas “Notícias particulares” do *Jornal do Commercio* de 10 de novembro de 1831:

¹³¹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 74-75.

¹³² “Correspondência”, *O Carioca*, n. 12, 21/01/1834, p. 3.

Francisco de Paula Brito faz ciente ao respeitável público, e em particular aos seus amigos, que comprou ao Sr. Silvino José d'Almeida, a loja sita na Praça da Constituição, n. 51, e por isso tem a honra de participar aos Srs. Redatores, e mais fregueses da dita loja, que continua na mesma sorte a receber todos os periódicos, e mais papéis para vender, e, além disto, vai fazer um novo sortimento na dita casa. Espera ao anunciante merecer de tudo a estima que tem até aqui alcançado de seus amigos e patrícios a quem se tornará eternamente grato.¹³³

Depois de tentar um emprego público e planejar mudar-se para São Paulo, Paula Brito acabou por comprar a loja do primo Silvino. E, contando com a estima do respeitável público da Corte, ainda prometia melhorias no estabelecimento o qual visitaremos no próximo capítulo. Antes, no entanto, seria interessante respondermos a uma pergunta: afinal de contas, por que depois de anos Silvino José de Almeida decidiu vender o negócio?

Cinco dias após a publicação da nota de Paula Brito no *Jornal do Commercio*, Silvino declarou no *Diário do Rio de Janeiro* que não tinha mais relação alguma com a livraria: “[...] vendo que alguns Srs. continuam a anunciarem obras Publicadas, à venda na Praça da Constituição n. 51, e inda supõe que a loja pertence ao anunciante [...] declara [este] que a loja já não corre por sua conta, pois dela fez venda ao Sr. Francisco de Paula Brito”. Silvino aproveitou o ensejo e pediu mais atenção da parte do redator do *Clarim da Liberdade* na elaboração dos seus anúncios, pois, “a maneira por que se acha concebido o que vem no *Diário* [...] debaixo do artigo Obras Publicadas dá a entender que o anúncio foi feito pelo anunciante [Silvino], que nada tratou nem podia tratar com o Sr. Redator”.¹³⁴ Conforme sugere Marcello Basile, o redator do *Clarim da Liberdade*, folha exaltada que circulou com interrupções de novembro de 1831 a junho de 1833, podia ter sido o mulato José Luiz Ferreira. O *Clarim* fazia franca oposição ao governo moderado e, com efeito, soava como um ato político a maneira como Silvino procurava se desvencilhar, não apenas da livraria, mas principalmente do jornal e de seu redator.¹³⁵

Não obstante, atribuiríamos altruísmo em demasia se imaginássemos que Silvino vendeu a loja apenas para ajudar o jovem primo que procurava um rumo na vida. A livraria

¹³³ “Notícias particulares”, *Jornal do Commercio*, n. 58, 10/11/1831, p. 3.

¹³⁴ “Notícias particulares”, *Diário do Rio de Janeiro*, 15/11/1831, p. 3.

¹³⁵ BASILE, Marcello. O império em construção: projetos de Brasil e ação política na corte regencial. Tese (Doutorado em História) – UFRJ, IFCS, Rio de Janeiro, 2004. p. 141. Sobre a oposição aos moderados, ver, por exemplo: *Clarim da Liberdade*, n. 9, 14/12/1831, p. 1.

não era das mais importantes do Rio de Janeiro e, como veremos, enfrentava forte concorrência naquele momento. Poderia não ser um empreendimento tão rentável, tanto que Silvino, ao que tudo indica, viu como promissora a oportunidade de passar de livreiro a carcereiro.

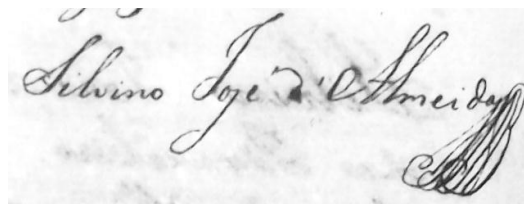
A handwritten signature in dark ink on a light background. The signature is written in a cursive, flowing style. It begins with 'Silvino' followed by 'José de Almeida'. The final part of the signature is a large, ornate flourish that loops back towards the middle of the name.

Figura 5 – Assinatura de Silvino José de Almeida em 1834.

Vimos que imediatamente após o Sete de Abril, Paula Brito pleiteou, sem sucesso, um emprego público junto ao regente Lima e Silva. Não há indícios de que Silvino tivesse cumprido o mesmo itinerário, mas, ao contrário do primo, conseguiu um lugar como “serventuário vitalício do ofício de carcereiro das Cadeias da Suplicação desta Corte, por Sua Majestade Imperial que Deus Guarde”.¹³⁶ Em fevereiro de 1832, três meses depois da venda da livraria, as listas dos escravos remetidos à Cadeia pelos juízes de paz das freguesias da Corte já eram assinadas por “Silvino José de Almeida, Carcereiro das Cadeias”.¹³⁷ Ao que tudo indica o primo de Paula Brito nunca mais voltou a vender ou encadernar livros.¹³⁸ Em fins de 1831, uma vez nomeado pelos moderados, não era de todo estranho que o ex-livreiro procurasse se distanciar dos exaltados, como o fez nas colunas do *Diário do Rio de Janeiro*. Enquanto isso, Francisco de Paula Brito, o mais novo comerciante da Corte, tendo em vista que não foi agraciado pela chimangada, mantinha-se ainda fiel aos farroupilhas.

¹³⁶ Silvino aparece assim nomeado em um processo de Apelação Criminal no qual foi réu em 1834. A ação foi movida pela Justiça em favor da parda Maria do Carmo, que acusada e inocentada por roubo de escravos, denunciava o carcereiro por mantê-la ilegalmente retida. *Apelação criminal. A Justiça, apelante. Silvino José de Almeida, Réu*. ANRJ, n. 2729, maço 190, gal. C, fls. 8, 1834-1835.

¹³⁷ “Relação dos presos que foram recolhidos à Cadeia desde o dia 12 do corrente até o dia 17 do mesmo”, *Diário do Rio de Janeiro*, 20/02/1832, p. 1; “Relação dos escravos que pelos diversos juízos têm entrado na Cadeia desde o dia 18 até o dia 25 do corrente”, *Diário do Rio de Janeiro*, 28/02/1832, p. 1.

¹³⁸ Nos meses de agosto e setembro de 1842, Silvino já aparecia nomeado como carcereiro do Aljube a receber da Câmara Municipal do Rio de Janeiro uma gratificação de 60 mil réis. *Diário do Rio de Janeiro*, 11/11/1842, p. 1-2.

Livreiro-impressor

A leitura atenta das seções “Livros à venda”, “Obras publicadas” e “Obras a publicarem-se” do *Diário do Rio de Janeiro*, oferece um quadro bastante completo do comércio livreiro na Corte no momento em que Paula Brito nele ingressou. Além do novato, encontramos mais doze estabelecimentos anunciando impressos no *Diário* no mês de dezembro de 1831.

Em relação aos livros, destacava-se a loja de Albino Jordão, na Rua do Ouvidor, n. 157, especializada no comércio de “Novelas em português”. Era na loja de Albino que o leitor fluminense encontrava títulos como *A portuguesa infiel*, *Paulo e Virginia*, *Aventuras de Telêmaco*, *Viagens de Guliver*, entre outros.¹³⁹ Nas duas livrarias dos irmãos Veiga, na Rua dos Pescadores, n. 49, e na Rua da Quitanda, esquina com a Rua de S. Pedro, vendiam-se as “obras para os Cursos Jurídicos de São Paulo e Olinda”. Livros de autores como Adam Smith, Bentham, Malthus, Ricardo, entre outros dirigidos ao público acadêmico. Os Veiga também vendiam os periódicos *Grito da Pátria* e *Simplicio Velho*, bem como o folheto *Aparição extraordinária e inesperada do velho venerando ao roceiro*.¹⁴⁰ “Uns poucos livros já usados e algumas obras truncadas”, por sua vez, podiam ser adquiridas na “Loja de Livros do Sr. Mandillo”, na Rua da Quitanda, n. 246.¹⁴¹ O *Diário* também anunciava livros à venda por particulares que certamente negociavam seus acervos em suas residências. Neste caso, os 14 volumes do *Dicionário Filosófico* de Voltaire eram vendidos na Rua dos Ourives, n. 228, enquanto que diversos livros em francês, como as obras de

¹³⁹ “Livros à venda”, *Diário do Rio de Janeiro*, 02/12/1831, p. 1; 14/12/1831, p. 1; 23/12/1831, p. 1.

¹⁴⁰ “Livros à venda”, “Obras a publicarem-se”, “Obras publicadas”, *Diário do Rio de Janeiro*, 21/12/1831, p. 1; “Obras publicadas”, *Diário do Rio de Janeiro*, 29/12/1831, p. 2.

¹⁴¹ “Livros à venda”, *Diário do Rio de Janeiro*, 20/12/1831, p. 1.

Boulanger e Mirabeau, eram negociados na “Rua de S. Lourenço, n. 12, defronte dos Quartéis do Campo”.¹⁴²

No que se referem aos folhetos, cinco títulos foram anunciados no *Diário*. Os leitores devotos encontravam as *Folhinhas do Bispado de Mariana e do Rio de Janeiro* na Casa do Sr. Agra, na Rua do Ouvidor, n. 113. Na mesma rua, Émile Seignot-Plancher vendia a *Guia das Guardas Nacionais do Império do Brasil* e as *Considerações sobre nosso estado futuro*. Enquanto isso os interessados na *Aparição extraordinária e inesperada do velho venerando roceiro* podiam encontrá-lo nas livrarias de João Pedro da Veiga, João Baptista dos Santos e na de Francisco de Paula Brito.¹⁴³

Em um momento em que, conforme Moreira de Azevedo, “o jornalismo aberrou da sua instituição, esqueceu seus deveres, e transformou-se em pelourinho”,¹⁴⁴ não era de se estranhar o elevado número de periódicos e panfletos anunciados no *Diário*, ao todo 19 títulos. Mas se o comércio de livros era quase exclusivo das livrarias de Albino Jordão e dos irmãos Veiga, a venda de periódicos era feita por nove entre os doze comerciantes identificados, destacando-se neste segmento João Baptista dos Santos, Émile Seignot-Plancher e Paula Brito. Desses três estabelecimentos, apenas Seignot-Plancher possuía tipografia em dezembro de 1831. Isso não significava que lá se vendia apenas o que saía dos prelos da oficina conjugada à loja, como o *Jornal do Commercio* ou o *Simplício da roça*. O *Ypiranga* impresso na Tipografia de Torres era também comercializado por Seignot-Plancher.¹⁴⁵ Quem preferisse a loja de João Baptista dos Santos lá encontrava, além do *Ypiranga* e do *Simplício da roça*, a *Matraca dos Farroupilhas*, a *Sentinella da Liberdade* e o *Grito da Pátria*.¹⁴⁶ Paula Brito vendia quatro títulos: o *Ypiranga*, o *Simplício*

¹⁴² “Livros à venda”, *Diário do Rio de Janeiro*, 30/12/1831, p. 2; “Livros à venda”, *Diário do Rio de Janeiro*, 12/12/1831, p. 1.

¹⁴³ “Obras publicadas”, *Diário do Rio de Janeiro*, 13/12/1831, p. 1; 15/12/1831, p. 1; 21/12/1831, p. 1.

¹⁴⁴ MOREIRA DE AZEVEDO, Manuel Duarte. “Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 28, v. 2, 4º trimestre de 1865, p. 197-198.

¹⁴⁵ “Obras publicadas”, *Diário do Rio de Janeiro*, 02/12/1831, p. 1; 06/12/1831, p. 1. *O Ypiranga*, n. 2, 10/12/1831, p. 1. *O Simplício da roça*: jornal dos domingos, n. 5, 04/12/1831, p. 44.

¹⁴⁶ “Obras publicadas”, *Diário do Rio de Janeiro*, 01/12/1831, p. 1; 06/12/1831, p. 1. 17/12/1831, p. 1; “Obras a publicarem-se”, *Diário do Rio de Janeiro*, 02/12/1831, p. 1; 07/12/1831, p. 1; 21/12/1831, p. 1.

da roça, a *Sentinella da liberdade* e o *Regente*, jornal também encontrado na Loja do Tribuno do Povo, na Rua da Quitanda.¹⁴⁷

Levando-se em conta que o estreante não possuía a exclusividade na venda de nenhum dos periódicos anunciados em sua livraria, é quase certo que Paula Brito não sobrevivia – como não sobreviverá nas três décadas seguintes – exclusivamente da venda de impressos. Por certo a encadernação de livros continuou desempenhando um papel importante na livraria. É preciso considerar também que o conceito de livraria no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX diferia bastante do que concebemos hoje. Eram “livrarias” que não vendiam apenas livros e jornais, mas uma infinidade de outros produtos, como água de colônia, brinquedos, carteiras, charuteiras, charutos de Havana e da Bahia, canivetes, canetas, chá, escovas para unhas e dentes, navalhas, pentes de cabelo, sabonetes, entre outros itens.¹⁴⁸ Todavia, em fins de 1831, embora promettesse “um novo sortimento” de mercadorias, Paula Brito certamente não dispunha de tão vasto estoque. Com efeito, diante da ausência de vitrina mais sortida, resta-nos folhear os periódicos à venda em sua loja.

Todos os quatro – *Ypiranga*, *Simplicio da roça*, *Sentinella da liberdade* e *O Regente* – eram exaltados. Por um lado, esse dado reflete o posicionamento político de Paula Brito, que mesmo antes de pensar em ser livreiro já desfilava com o chapéu de palha exaltado pelas ruas do Rio de Janeiro. Mas, por outro lado, também podia estar ligada à considerável produção de jornais por este grupo político entre 1829 e 1834. Em termos quantitativos, os exaltados superaram os caramurus e os moderados na publicação de periódicos. Publicações que se compunham em grande parte de pasquins de pequeno formato e curta periodicidade.¹⁴⁹

Neste caso, *O Regente: jornal político e literário* é um bom exemplo. Impresso pela Tipografia de Lessa e Pereira, teve apenas dois números, o primeiro a 11 de novembro e o derradeiro a 15 de dezembro de 1831. Exaltado, batia-se contra a moderação, descrita como

¹⁴⁷ “Obras publicadas”, *Diário do Rio de Janeiro*, 06/12/1831, p. 1; 16/12/1831, p. 1; 17/12/1831, p. 1; “Obras a publicarem-se”, *Diário do Rio de Janeiro*, 02/12/1831, p. 1; 07/12/1831, p. 1; 09/12/1831, p. 1; 21/12/1831, p. 1.

¹⁴⁸ *EMPRESA TYPOGRÁPHICA Dous de Dezembro de Paula Brito*. Rio de Janeiro: Empreza Typográfica Dous de Dezembro. s. d. BN, Obras raras, 088, 001, n. 9.

¹⁴⁹ BASILE, Marcello. O império em construção... op. cit., 2004. p. 130.

“Partido antinacional, liberticida e recolonizador” e referia-se ao padre Feijó como “ministro da justiça de todo leigo em jurisprudência”.¹⁵⁰ Considerações semelhantes a respeito de Feijó podiam ser lidas no *Ypiranga*, impresso na Tipografia de Torres. Em seu quarto número, de 17 de dezembro de 1831, o padre-ministro era descrito como “tão leigo a respeito das Leis Cíveis como das Leis Políticas do seu país”.¹⁵¹ Importante observar que Diogo Antonio Feijó também lia esses jornais e por essa época já refletia seriamente sobre a questão da liberdade de imprensa no Império, como veremos oportunamente.

Os números da *Sentinella da Liberdade* vendidos por Paula Brito em dezembro de 1831 eram redigidos por Cipriano Barata, uma das principais lideranças exaltadas. O redator e o livreiro poderiam ter se conhecido ainda em 1831, quando Cipriano, após ter passado uma temporada na prisão na Bahia, acusado de haitianismo e republicanismo, retornou ao Rio de Janeiro. Na Corte, Cipriano foi novamente preso, passando a redigir seus panfletos nas prisões em que esteve encarcerado. Entre as sete edições da *Sentinella* impressas no Rio de Janeiro, os fregueses de Paula Brito encontravam a *Sentinella da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá: Hoje Preza na Guarita de Ville-Gaignon em o Rio de Janeiro. Alerta!!*¹⁵².

O *Simplício da roça: jornal dos domingos* saía pela Tipografia Imperial e Constitucional de E. Seignot-Plancher. Em seu sétimo número, seu redator afirmava que “Escritos de Moderados é pior (sic) que fazenda, que notas do Banco, e que créditos com gente falida”. Por isso bendizia “os Rusguentos, e as Rugas, porque ao menos eles dão que ganhar aos Impressores”. Na página seguinte o redator contava que ouvira certo moderado defendendo as folhas escritas “no sentido da boa ordem”, ao qual respondeu: “isso de boa ordem não me importa: o que quero ler são as obras dos Rusguentos”.¹⁵³ Certamente tratava-se de uma alusão aos jornais exaltados que justamente em virtude das rugas que armavam eram lidos com avidez. Imprimir jornais rusguentos talvez ainda rendesse mais do que apenas comercializá-los. Paula Brito logo percebeu o potencial das rugas e no ano

¹⁵⁰ *O Regente*: jornal político, literário, n. 1, 12/11/1831, p. 2; n. 2, 15/12/1831, p. 3.

¹⁵¹ *O Ypiranga*, n. 4, 17/12/1831, p. 1; n. 5, 21/12/1831, p. 1.

¹⁵² Sobre Cipriano Barata e as *Sentinellas* editadas no Rio de Janeiro. BASILE, Marcello. O império em construção... op. cit., 2004. p. 138-139.

¹⁵³ *O Simplício da roça*: jornal dos domingos, n. 7, 18/12/1831, p. 55-56. Grifos originais.

seguinte, além de vender periódicos, o livreiro passou a imprimir-los na Tipografia Fluminense de Brito & C.

Em seu *Manual de typographia braziliense*, de 1832, René Ogier apontava a existência de nove tipografias no Rio de Janeiro, listando-as a partir da data em que se estabeleceram na cidade. A lista era composta pela “A Tipografia Nacional, de Nicolau Lobo Vianna, de Émile Signot-Plancher, de Torres, de R. Ogier, de Souto, de Lessa E Pereira, de Guelfier e Cia, de T. B. Hunt e Cia”. Entre elas a Tipografia Nacional era a mais importante, tendo-se em vista a “qualidade e variedade de tipos” que possuía. Em uma observação na mesma página, Ogier dizia que “Além das tipografias acima citadas existe uma ou duas que não enumeramos por serem muito pequenas, e mais particulares que públicas”.¹⁵⁴

Grande parte dessas tipografias, senão todas, utilizavam “prelos de pau”. Ogier julgava que “Prelos de ferro não convém ao Brasil, mormente no interior, pela dificuldade de achar-se oficiais, que se possam reparar, no caso de deteriorarem”.¹⁵⁵ Em 1823, quando o então ministro Martim Francisco Ribeiro de Andrada projetou criar uma tipografia em São Paulo, aventou-se o envio de um dos prelos de ferro da Tipografia Nacional para a fundição de Ipanema, em Sorocaba, a fim de servir de modelo para a fabricação de prelos de ferros nacionais “que supram a falta de prelos de madeira que temos, entre os quais se acham já alguns muito deteriorados”. No entanto, Gaspar José Monteiro, oficial compositor contratado para trabalhar em São Paulo, escreveu ao ministério informando que bons prelos de madeira eram fabricados no Rio de Janeiro, “onde há maquinistas que os fazem [...] com perfeição e preço cômodo”.¹⁵⁶ Tudo indica que Paula Brito começou sua tipografia com um prelo de madeira e, se não apareceu na lista elaborada por Ogier era talvez porque ainda figurasse entre os pequenos estabelecimentos.

No início de fevereiro de 1832 um anúncio das obras que Paula Brito estava prestes a publicar apareceu no *Jornal do Commercio*. Porém, o anúncio não informava se a “*Coleção de Poesias*, ternas e amorosas, e uma parte das *Obras políticas* de Francisco de Paula Brito”, vendidas por meio de assinaturas de mil réis, seriam, ou não, impressas na

¹⁵⁴ OGIER, Rene. *Manual de typographia braziliense por R. Ogier...* op. cit., 1832. p. 12.

¹⁵⁵ OGIER, Rene. *Manual de typographia braziliense por R. Ogier...* op. cit., 1832. p. 34.

¹⁵⁶ Documentos sobre a primeira tipografia em São Paulo. 1823-1824. Cópia. IHGB, Lata 136, pasta 22.

Praça da Constituição, n. 51.¹⁵⁷ Infelizmente, também não encontrei vestígios da *Coleção de poesias* e das *Obras políticas*, título que permite entrever um projeto intelectual ambicioso, elaborado ao mesmo tempo em que Paula Brito se tornava livreiro, devendo-se considerar que as obras não foram impressas.

Pode-se datar com mais segurança o início da Tipografia Fluminense de Brito & C folheando a *Mulher do Simplício ou A fluminense exaltada*, jornal em versos redigido por Paula Brito, do qual restam três números relativos a 1832. Eles indicam que o livreiro não possuiu tipografia alguma antes de setembro daquele ano, pois o último exemplar da série, de 4 de setembro, foi impresso na Tipografia de Lessa & Pereira.¹⁵⁸ Por conseguinte, foram os três primeiros números do *Conciliador Fluminense: jornal político, histórico e miscelâneo*, impressos entre os dias 11 e 22 de setembro de 1832, os primeiros jornais produzidos na Tipografia Fluminense de Brito & C. Foi, portanto, entre os dias 4 e 11 de setembro que o primeiro prelo foi instalado na livraria da Praça da Constituição, n. 51.

Mas Paula Brito não estava sozinho. O nome da Tipografia Fluminense de Brito & C por si só indica a existência de uma sociedade. Logo, se Paula Brito havia comprado sozinho a livraria do primo Silvino dez meses antes, precisou de um sócio para iniciar a tipografia. Entretanto, os arquivos não revelaram quem era essa personagem.¹⁵⁹ Indícios seguros apontam apenas que a sociedade durou de meados de 1832 a meados de 1835, quando Paula Brito mudou o nome do estabelecimento para Tipografia Imparcial, como veremos adiante.

Para além da aquisição de um “prelo de pau”, a necessidade de um sócio justificava-se pelos custos de produção de impressos naquele momento. Para termos uma ideia desses valores, em novembro de 1834 Ogier apresentou a Evaristo da Veiga um projeto para transformar a *Aurora Fluminense* em uma folha política e comercial diária, em grande formato, a exemplo do *Jornal do Commercio*, com tiragem de mil exemplares. O impressor

¹⁵⁷ “Notícias particulares”, *Jornal do Commercio*, 06/02/1832, p. 3.

¹⁵⁸ Já o número quatro da *Mulher do Simplício* e seu *Suplemento*, ambos de 24 de março, foram impressos na Tipografia de Thomaz B. Hunt, na Rua do Sabão. *A mulher do Simplício ou a fluminense exaltada*, n. 4, 24/03/1832, p. 32; n. 8, 04/09/1832, p. 68.

¹⁵⁹ Moreira de Azevedo, por exemplo, não faz alusão ao sócio de Paula Brito em sua biografia do editor, afirmando apenas que este adicionou “à loja de encadernação uma pequena tipografia, começou a sua vida de tipógrafo-editor”. MOREIRA DE AZEVEDO, Manuel Duarte. “Biografia do Sr. Francisco de Paula Brito”, *Correio Mercantil*, n. 59, 28/02/1862, p. 2.

anexou ao projeto uma simulação dos custos mensais de impressão da folha, despesas que ultrapassavam um conto e 500 mil réis. Esperava-se, no entanto, que a receita proveniente principalmente das assinaturas alcançasse por volta de um conto e 800, mantendo os lucros na casa dos 300 mil réis. Em relação aos custos de redação, o redator-chefe responsável pela parte política receberia 200 mil réis, enquanto o redator comercial receberia 100 mil. O gasto com material de escritório, ou seja, papel, penas e tinta, era estimado em consideráveis 91 mil réis. Já o consumo de papel, estimado em 49 ou 50 ramas por mês, custaria 225 mil réis e a impressão 648 mil, ou 27 mil réis por cada uma das 24 edições de mil exemplares. Neste ponto, Ogier chamava a atenção que este era o melhor preço do Rio de Janeiro, visto que o *Diário Comercial* custava 24 mil réis por cada edição de 500 exemplares.¹⁶⁰

Portanto, os custos de produção dos jornais e panfletos podem dizer algo sobre o tímido começo da Tipografia Fluminense de Brito & C, que ganhou fôlego somente um ano depois de sua instalação, a partir do segundo semestre de 1833, como mostra a Tabela 1. Os jornais custavam entre 40 e 80 réis, dependendo do número de páginas de cada edição. Com apenas três exceções, a grande maioria teve vida curta, não passando do quinto número, como era bastante comum na imprensa do período regencial. O ápice da produção inicial teria sido o mês de setembro de 1833, quando quatro novos periódicos foram impressos. Em relação ao conteúdo político dessas folhas, não obstante as simpatias exaltadas de Paula Brito, a Tipografia Fluminense de Brito & C imprimiu jornais das duas outras facções políticas atuantes no Rio de Janeiro.

Tabela 1 – Jornais impressos pela Tipografia Fluminense de Brito & C (1832-1833)*

<i>Título</i>	<i>Data inicial</i>	<i>Nº de edições</i>	<i>Preço avulso</i>	<i>Assinatura Trimestral</i>	<i>Filiação política</i>
<i>O Conciliador fluminense</i>	11/09/1832	5	80 réis	2\$000	Conciliação
<i>O Saturnino</i>	02/07/1833	1	80 réis	-	Moderado
<i>A Mineira no Rio de Janeiro</i>	26/07/1833	4	40 réis	-	Restaurador
<i>O Carioca</i>	17/08/1833	12	80 réis	-	Exaltado
<i>A Baboça</i>	04/09/1833	7	80 réis	-	Exaltado

¹⁶⁰ “Compte simulé pour l'impression de l'*Aurore*, *Journal Politique* et Commerciale, imprimé a mil exemplaires. Dépenses par mois”. Cálculo para uma tipografia feito por Renée Ogier, para o jornal *Aurora Fluminense*, encontrado entre os papéis de João Pedro da Veiga. Rio de Janeiro, 13/11/1834. IHGB, Lata 347, Doc. 29.

<i>O Mestre José</i>	05/09/1833	3	80 réis	-	Exaltado
<i>O Homem de Cor</i>	14/09/1833	5	40 réis	-	Exaltado
<i>O Evaristo</i>	26/09/1833	5	40 réis	-	Exaltado
<i>O Triumvir restaurador</i>	21/10/1833	1	80 réis	-	Restaurador
<i>O Meia-cara</i>	11/11/1833	2	80 réis	-	Exaltado
<i>O Rusguentinho</i>	29/11/1833	10	-	-	Exaltado

*Fonte: Catálogo de periódicos do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL-Unicamp).

Mas nem sempre as fronteiras políticas estavam tão bem delimitadas, ao menos não nas páginas do *Conciliador Fluminense* que defendia “Conciliação! Ordem! União!”.¹⁶¹ Com exceção do partido restaurador, considerado quase como uma aberração política, o jornal defendia a “união de 7 de Abril” entre exaltados e moderados.¹⁶² Contudo, se o *Conciliador* conciliava, ou tentava conciliar, os demais jornais impressos na Tipografia Fluminense de Brito & C procuravam se posicionar de algum modo no cenário político que então se desenhava.

Nenhum dentre eles revelou-se abertamente moderado. Ressalva feita ao *Saturnino* que, embora evitando se “meter em camisa de onze varas”, estampou em seu primeiro e único número uma sugestiva epígrafe atribuída a d. João VI que, à moda dos moderados defensores da ordem, dizia: “É dever do homem justo, e Patriota, censurar os abusos e defender a razão”.¹⁶³ Em compensação, sete dos onze jornais eram exaltados – *O Carioca*, *Babosa*, *Mestre José* (que apareceu também como *Pai José* e *Carpinteiro José*), *O Homem de cor* (que no terceiro número passou a chamar-se *O Mulato ou O Homem de cor*), *Meia-Cara*, *Evaristo* e *Rusguentinho*. *O Meia-Cara* e *O Mulato ou O Homem de Cor*, bem como outros títulos da imprensa parda da regência, tornaram-se objetos de importantes estudos, entre os quais se propôs inclusive que Paula Brito era o redator do *Mulato*, dado até o momento difícil de comprovar.¹⁶⁴

¹⁶¹ *Conciliador Fluminense*, n. 3, 22/11/1832, p. 5.

¹⁶² *Conciliador Fluminense*, n. 2, 15/11/1832, p. 4 (grifos originais).

¹⁶³ *O Saturnino*, n. 1, 02/07/1833, p. 1; 4. Sobre o ideário moderado, ver entre outros: BASILE, Marcello. Projetos políticos e nações imaginadas na imprensa da Corte (1831-1837)... op. cit, 2006. p. 596-602.

¹⁶⁴ Célia Azevedo atribuiu a redação do *Mulato ou O Homem de Cor* à Paula Brito, afirmando: “É interessante que o editor de *O Homem de Cor*, Francisco de Paula Brito (1809-1861), tenha escolhido para estampar na capa de seu primeiro número duas colunas contrapostas [...]”. AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. A recusa da raça: antirracismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 24, jul./dez. 2005. p. 303. Porém, Thomas Flory, pioneiro em lidar com esses jornais em um artigo de 1977, mostrava-se mais cauteloso neste sentido. Questionando-se sobre “Who were the editors of the mulatto

O único laço empírico que se pode estabelecer com segurança entre *O Mulato ou Homem de Cor* e Francisco de Paula Brito é que esse periódico foi impresso na Tipografia Fluminense de Brito & C. Porém, ao observá-lo de perto, temos que seu redator anônimo procurava mostrar que as perseguições aos pardos se efetivavam, entre outras formas, por meio da exclusão desses cidadãos dos cargos públicos: “não há um representante das nossas cores, dos Empregos Públicos, e de toda parte nos excluíram”.¹⁶⁵ A afirmação, por um lado, nos remete à tentativa frustrada de Paula Brito de ingressar em um posto vago no Senado da Câmara dois anos antes. Mas, por outro lado, faz-nos recordar também do primo Silvino, pardo nomeado carcereiro pouco tempo depois. Neste caso, o mesmo artigo esclarecia que nem todo pardo era exaltado: “[...] desenganai-vos, pois os moderados não fazem caso de vós por serdes mulatos, deixai de uma vez esse partido infame e antibrasileiro que vos julga menos que seus escravos, e vindo alistar-vos nas nossas exaltadas fileiras”.¹⁶⁶ Apelo reforçado no número seguinte do *Mulato*: “Homens de cor que vergonhosamente servis aos moderados deixai de serdes instrumento de uma facção perjura e antinacional”.¹⁶⁷ Daí a necessidade de se ler esses jornais inseridos no contexto político iniciado após o Sete de Abril, buscando desvendar sua gramática em meio aos embates entre moderados, exaltados e caramurus. O que emerge dessa imprensa, por conseguinte, longe de uma recusa da raça é a articulação política da mesma.¹⁶⁸

newspapers?”, Flory afirmava: “If racial solidarity was a possibility and if these journals were sincerely dedicated to the interests of society’s mixed-bloods, then we could reasonably expect their editors to be colored themselves and leaders of their ethnic compatriots. As is the case of most of the newspapers of the day, however, the identity of the editors of the mulatto press remains a mystery”. Flory ainda analisa o caso de jornalistas sabidamente afrodescendentes que aturam na regência, Justiniano José da Rocha e Francisco de Salles Torres Homem. FLORY, Thomas. Race and social control in Independent Brazil. *Journal of Latin American Studies*. v. 9, n. 2, nov. 1977. p. 212-213. Ivana Stolze Lima, por sua vez, questiona a importância de se investigar a experiência histórica desses redatores. Tratando justamente do *Homem de Cor*, a autora afirma: “Acredito que não haveria maior interesse em desvendar no signatário do periódico *O Homem de Cor* os sinais naturais de uma determinada ascendência”. LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas...* op. cit., 2003. p. 51.

¹⁶⁵ *O Mulato ou O Homem de Cor*, n. 4, 23/10/1833, p. 4.

¹⁶⁶ *O Mulato ou O Homem de Cor*, n. 4, 23/10/1833, p. 4.

¹⁶⁷ *O Mulato ou O Homem de Cor*, n. 5, 04/11/1833, p. 4.

¹⁶⁸ O modelo de uma “imprensa cidadã antirracista” foi proposto por Célia Azevedo. AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. A recusa da raça: antirracismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 24, jul./dez. 2005. p. 297-320. No entanto, seguindo Thomas Flory, creio que jornais da regência como o *Homem de Cor*, entre outros títulos desta “mulattoes press”, articulavam o conceito de raça em um dado contexto político, que igualmente deve ser considerado. FLORY, Thomas. Race and social control in Independent Brazil. *Journal of Latin American Studies*. v. 9, n. 2, nov. 1977. p. 199-224.

Avaliando estes embates, percebe-se que não somente de periódicos e pasquins genuinamente exaltados viveu a Tipografia Fluminense de Brito & C. De lá também saiu o único número do *Triumvir Restaurador ou a Lima Surda*, pasquim que se mostrava ao mesmo tempo exaltado e restaurador.¹⁶⁹ O *Triumvir* pregava a restauração de d. Pedro I logo em seu título e epígrafe, uma quadrinha de rima sofrível atribuída ao ex-imperador que dizia: “Pelo Brasil dar a vida;/ Manter a Constituição/ Sustentar a Independência/ É a nossa obrigação”. Levando-se em conta uma possível restauração, patrocinada pela Inglaterra e França, o redator concluía que o melhor seria “salvamos nosso partido, e obter vantagens ao lado do Imperador, para que possamos comer o fruto dos nossos crimes, e preparar um novo ‘7’ de Abril, se Pedro se não quiser sujeitar aos nossos Invisíveis”.¹⁷⁰

Mas *A Mineira no Rio de Janeiro: jornal político e literário* mal disfarçava seu espírito caramuru. Em seu “Prospecto” afirmava defender “a CONSTITUIÇÃO JURADA, o Trono Imperial e a Dinastia de Bragança”,¹⁷¹ sendo que no número seguinte definia o Sete de Abril como “luctuozo”, fazendo votos “que se RESTAURE a Paz, a concórdia, e se fomite a prosperidade Brasileira, perdidas em um labirinto de inflamadas paixões”. Duas linhas adiante aludia em tom saudoso o “Paternal Governo de S. M. o Sr. D. Pedro I”.¹⁷² No quarto e último número *A Mineira* ainda denunciava o governo moderado por “perseguir aos amigos da *Constituição Jurada e do Augusto Pai do nosso Monarca o Sr. D. Pedro 2º*”.¹⁷³

A primeira questão que se impõe após percorrermos os jornais impressos na Tipografia Fluminense de Brito & C diz respeito à autonomia do impressor na escolha do que seria ou não produzido em sua oficina. Resta-nos questionar qual a responsabilidade de Paula Brito e seu sócio sobre o conteúdo daqueles jornais. Os indícios de que Paula Brito mantinha-se exaltado entre 1832 e 1833 são numerosos, sendo o melhor exemplo deles os versos

¹⁶⁹ Gladys Sabina Ribeiro tem chamado a atenção para os limites do radicalismo exaltado. RIBEIRO, Gladys Sabina. A radicalidade dos exaltados em questão: jornais e panfletos no período de 1831 e 1834. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Bessone Tavares da Cruz. (Orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

¹⁷⁰ *O Triumvir Restaurador ou A Lima Surda*, n. 1, 21/10/1833, p. 3-4.

¹⁷¹ *A Mineira no Rio de Janeiro*, n. 1, 26/07/1833, p. 1.

¹⁷² *A Mineira no Rio de Janeiro*, n. 2, 06/08/1833, p. 1.

¹⁷³ *A Mineira no Rio de Janeiro*, n. 4, 26/08/1833, p. 1.

publicados na *Mulher do Simplício ou A Fluminense Exaltada* nesse período.¹⁷⁴ De modo semelhante ao que foi a *Marmota* em suas três fases, publicada entre fins dos anos 1840 e toda a década de 1850, *A Mulher do Simplício ou A Fluminense Exaltada*, ainda que não mantivesse a mesma periodicidade rigorosa, foi uma folha bastante longa nos quadros da imprensa oitocentista brasileira. Circulou por quatorze anos, de 1832 a 1846. Entretanto, as traças foram implacáveis com a esposa do Simplício, uma vez que existem falhas consideráveis na série, sobretudo entre 1832 e 1835 – as edições que mais nos interessavam no momento. Joaquim Manuel de Macedo certa vez escreveu que Paula Brito nunca “chegou a ser poeta”, não passando de um “metrificador”, sem “imaginação, nem instrução suficiente [...]”.¹⁷⁵ Mas o editor certamente agradava seus contemporâneos, ademais, sem dúvida foi um metrificador de talento, capaz de compor decassílabos, sonetos e quadrinhas cheias de melodia. Talento atestado pela longevidade da *Mulher do Simplício* que, nas edições conhecidas de 1832, era de fato *Exaltada*, como demonstra na “Resposta dada ao meu desconhecido marido, o Senhor Simplício Poeta da Roça”:

Porém passemos agora
Sobre Política a tratar
Onde alguns de seus versinhos
Julgo dever refutar

[...]

Como quer salvar agora
Amigos do Imperador,
Que devera ser chamado
D. Pedro Abdicador

[...]

Chama de vis assassinos
Os que são hoje Exaltados,
Quem tem derramado sangue
São os cruéis moderados;

¹⁷⁴ Entre as testemunhas de que a Redatora desse jornal era Paula Brito estão Moreira e Azevedo e Joaquim Manuel de Macedo, ver: MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno Biographico Brasileiro*, v. III... op. cit., 1876. p. 546. MOREIRA DE AZEVEDO, Manuel Duarte. “Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 28, v. 2, 4º trimestre de 1865, p. 202.

¹⁷⁵ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno Biographico Brasileiro*, v. III... op. cit., 1876. p. 548.

São eles que se preparam
Com tensões premeditadas
Para a Jovens Brasileiros
Irem cutilar d'espadas.

[...]

Eu não me alcunho de certo
De Brasileira Exaltada; -
Tenho já de Natureza
Ódio à súcia moderada.¹⁷⁶

Referências aos restauradores apareceriam na “Carta que à Assembleia Geral Legislativa dirige a Redatora”, publicado no número de 4 de setembro. Versos que revelam a admiração da Redatora por Madame de Staël:

Ouvi os tristes lamentos
D'uma Patrícia fiel,
Inda imitar não podendo
A Publicista *Stael*.

[...]

Lembraí-vos do sangue nosso,
Que em Abril foi derramado,
Pelo manejo da intriga
Do partido moderado.

Foi ele quem fez a guerra,
Quem fez a desunião,
E segundo a voz suprema,
Foi que traiu a Nação.

Por suas atrocidades
Veio outro partido à luz;
Dali nasceram rusguentos
E também Caramurus.

[...]

Reparai, que o bem geral
Só minha pena conduz,

¹⁷⁶ “Resposta dada ao meu desconhecido marido, o Senhor Simplicio poeta da roça”, *A Mulher do Simplicio ou A Fluminense Exaltada*, n. 3, 10/03/1832, p. 23-24.

Vós sabeis, quando eu detesto
Ingratos Caramurus.¹⁷⁷

“Ódio aos moderados”, “Ingratos Caramurus”, maus sentimentos que por certo foram desbotando diante da necessidade de se fazer ranger o prelo da Tipografia Fluminense de Brito & C. Embora boa parte dos periódicos lá impressos no segundo semestre de 1833 fossem exaltados, as portas da livraria e tipografia da Praça da Constituição, n. 51, não estavam fechadas aos “odiosos” moderados e caramurus. Mas, ao imprimir folhas não exaltadas, Paula Brito estaria fraquejando em suas convicções políticas? Certamente não. A questão seria dinheiro. Afinal o impressor havia há pouco se casado e constituir família pode ter influído um tanto nessas escolhas.

Paula Brito foi buscar Rufina, com quem se casou no dia primeiro de maio de 1833, na Freguesia de São João de Itaboraí. Na ocasião, perante o Vigário Francisco Xavier de Pinna “se recebeu em matrimônio Francisco de Paula Brito, filho legítimo de Jacinto Antunes Duarte e de Maria Joaquina da Conceição, com Rufina Rodrigues da Costa, filha natural reconhecida de Antônio Rodrigues da Costa, e de Mariana Antônia Pereira”.¹⁷⁸ O assento não informa se Rufina era igualmente parda, sendo filha ou neta de libertos. Porém, sua condição “de filha natural reconhecida” era sublinhada, o que sugere a união consensual de seus pais. Por outro lado, o documento esclarecia que “ambos os contraentes [eram] naturais e batizados na Freguesia do Sacramento”, dado importante que sugere que Rufina e Francisco se conheciam de longa data, talvez desde quando o rapaz voltou de Suruí, ou mesmo antes de mudar-se para o engenho de farinha. Pode ter sido namoro longo e quem sabe não foi Rufina a inspiração para as poesias “ternas e amorosas” que Paula Brito tencionava publicar em fevereiro de 1832. Em todo caso, o casamento trouxe responsabilidades. Depois de morar por tanto tempo com o falecido Sargento-mor Martinho

¹⁷⁷ “Carta que à Assembleia Geral Legislativa dirige a Redatora”, *A Mulher do Simplicio ou A Fluminense Exaltada*, n. 8, 04/09/1832, p. 61.

¹⁷⁸ Francisco de Paula Brito. Casado com Rufina Rodrigues da Costa. *Livro de casamentos de livres da Freguesia do Santíssimo Sacramento*, AP 0134, fls. 145v, 01/05/1833. Sou grato a Eduardo Cavalcanti por esta fonte. O assento de batismo da segunda filha do casal, Alexandrina, analisado adiante, refere Alexandrina Rosa da Assunção como mãe de Rufina.

e com o primo Silvino, agora Paula Brito era o dono da casa, tendo de prover o sustento da família. Ora, então que rangesse o prelo, fosse para exaltados, moderados ou caramurus.

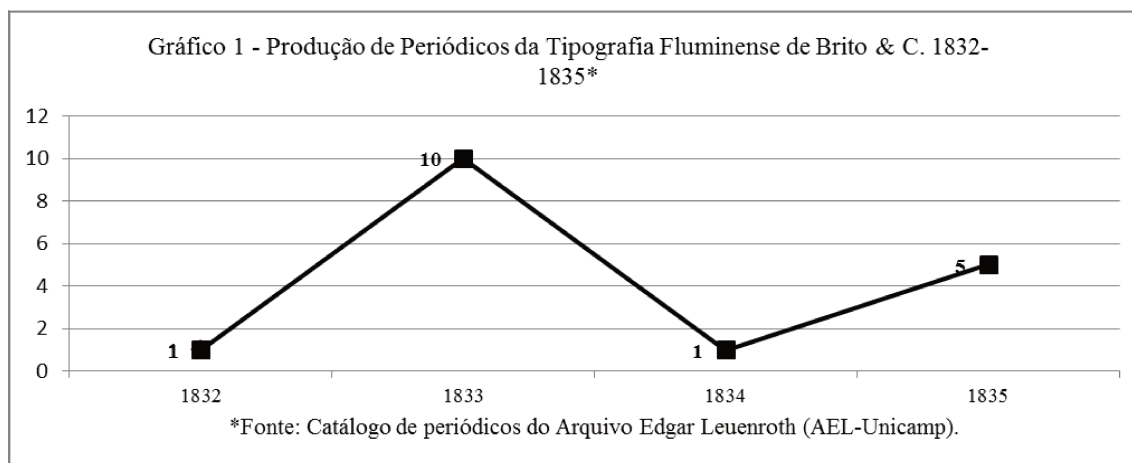
No artigo do *Carioca*, Paula Brito se atrapalhou nesse sentido, mostrando flagrante contradição. Primeiramente disse que existiam “Periódicos de todas as Comunhões que se imprimiam na minha oficina” e depois que “na minha Tipografia se imprimem jornais da exaltada oposição!!! (visto que nela não se imprime um só, que seja restaurador)!!!”.¹⁷⁹ Todavia, o motivo de tal contradição justificava-se naquele momento. Os eventos de 5 de dezembro de 1833, quando Paula Brito, condenado pela Opinião Pública, por pouco não teve a tipografia destruída, ligavam-se diretamente à impressão de periódicos apologistas da restauração, como *A Mineira no Rio de Janeiro*. Até que d. Pedro I falecesse em Lisboa, em setembro de 1834, e a notícia chegasse ao Brasil em dezembro, esvaziando o argumento dos caramurus, muita violência foi praticada por todo o Império contra os partidários da restauração. Por exemplo, em maio de 1834, dias depois que o juiz de paz do Arraial do Pilar, na província do Mato Grosso, conseguiu conter “um tumulto contra um Adotivo”, trinta portugueses foram assassinatos e esquartejados em Cuiabá. Além das mortes, conforme relato do Ministro da Justiça, Manuel Alves Branco, ocorreram saques e estupros, e as famílias dos mortos foram forçadas a acender luminárias e manter os corpos insepultos.¹⁸⁰ Paula Brito tinha, portanto, razão em tremer diante do Tribunal da Opinião Pública, pois, por vezes, este se mostrava implacável.

¹⁷⁹ BRITO, Francisco de Paula. *Proclamação aos compatriotas*. Rio de Janeiro: Tip. Fluminense de Brito e Cia, s. d. BN, Obras raras, 102, 5, 226; “Correspondência”, *O Carioca*: jornal político, amigo da igualdade e da lei, n. 12, 21/01/1834, p. 4; 6.

¹⁸⁰ BRANCO, Manuel Alves. *Relatório da repartição dos negócios da justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1835*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1835. p. 11-12. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/>>. Acesso em 26/10/2012.

Leis e crimes de imprensa no tempo do Padre Feijó

Entretanto, não apenas a Opinião Pública condenava e aplicava a pena, fosse destruindo tipografias ou assassinando portugueses na Província de Mato Grosso. Existiam também as leis de imprensa vigentes no país. Legislação que estava na raiz do problema que discutiremos neste capítulo: a queda acentuada na produção de novos periódicos na Tipografia Fluminense de Brito & C, entre 1834 e 1835, como ilustra o Gráfico 1, e seus desdobramentos.



Como também mostra a Tabela 2, das folhas impressas na Tipografia Fluminense de Brito & C. localizadas no Arquivo Edgar Leuenroth, existe somente um novo título em 1834 e cinco no ano seguinte, números que refletiam uma tendência mais ampla da imprensa no Rio de Janeiro, quando, em 1834, circularam na capital somente sete novos periódicos, enquanto, em 1835, esse número subiu para 18.¹⁸¹ Na medida em que, como se

¹⁸¹ Periódicos publicados em 1834, listados por Moreira de Azevedo: *Mutuca Picante*, *Indígena do Brasil*, *Diário de Anúncios*, *Jornal da Câmara dos Deputados*, *Seis de Abril*, *Sorvete de Bom Gosto*, *Tupinambá Pregoeiro*. Em 1835, circularam: *Rusga da Carioca*, *Pão de Açúcar*, *Mala de Cartas*, *Ladrão*, *Anarquista Fluminense*, *Estafeta Monárquico*, *Cuiabano*, *Fluminense*, *Sapateiro Político*, *Eleitor*, *Dois Pimpões*, *Justo Meio*, *Justiceiro Constitucional*, *Compadre de Itú*, *Capadócio*, *Revista Médica*, *Simplicio Velho Mulher do*

sabe, apenas duas tipografias foram destruídas e a de Paula Brito, embora ameaçada, permaneceu intacta, seria arriscado atribuir exclusivamente aos eventos de 5 de dezembro o decréscimo na produção de impressos em 1834. Um bom começo para tentar entender os motivos dessa retração é voltarmos à leitura de microfimes e verificar o que diziam os jornais impressos na Tipografia Fluminense. Desta vez não todos, pois seguiremos as indicações do *Sete d'Abril*, folha moderada que não demonstrava nenhuma simpatia por nosso impressor. Em abril de 1835, em uma nota em que Paula Brito era, no mau sentido, comparado ao ator Talma, o redator do *Sete d'Abril* atribuía à sua pena a redação de alguns jornais:

Relação dos periódicos que se dizem rabiscados pelo Sr. Paula Brito. – *O Simplício às direitas*, a *Mulher do Simplício*, a *Novidade*, a *Formiga*, o *Café da tarde*, o *Estafeta Anárquico*, etc., etc., etc., e ultimamente o *Judas e seu testamento*. Nesta última produção desempenhou ele otimamente o caráter do testador. E digam lá que só em França é que aparecem *Talmas*!¹⁸²

Infelizmente não localizei exemplares do *Simplício às direitas*, da *Formiga*, do *Estafeta Anárquico* e do *Judas e seu testamento*. Entretanto, a exemplo da *Mulher do Simplício*, do qual resta um número de dezembro de 1835, há exemplares preservados da *Novidade* e do *Café da tarde*. Ademais, o fato de esses jornais terem sido impressos na Tipografia Fluminense de Brito & C, aumenta a probabilidade de o redator do *Sete d'Abril* ter alguma razão em afirmar que ambos foram “rabiscados pelo Sr. Paula Brito”.

Tabela 2 – Jornais impressos pela Tipografia Fluminense de Brito & C (1834-1835)*

<i>Título</i>	<i>Data inicial</i>	<i>Nº de edições</i>	<i>Preço avulso</i>	<i>Assinatura Trimestral</i>	<i>Filiação política</i>
<i>A Novidade</i>	03/05/1834	3	-	-	Exaltado
<i>Café da tarde</i>	-	5	-	-	-
<i>O Justiceiro Constitucional</i>	20/06/1835	1	-	-	-
<i>O Ladrão</i>	04/07/1835	2	-	-	-
<i>O Capadócio</i>	18/08/1835	2	-	-	-
<i>O Novo Caramuru</i>	19/08/1835	7	-	-	-

*Fonte: Catálogo de periódicos do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL-Unicamp).

Simplício. MOREIRA DE AZEVEDO, Manuel Duarte. “Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 28, v. 2, 4º trimestre de 1865, p. 201-202.

¹⁸² “Novidade”, *Sete d'Abril*, 25/04/1835, p. 4.

O Ato Adicional à Constituição, promulgado em agosto de 1834, previa que a escolha do novo regente, que governaria por quatro anos, seria feita por sufrágio. A votação censitária, em que participaram aproximadamente seis mil eleitores espalhados pelo Império, deu-se a 7 de abril de 1835. Cada eleitor votava duas vezes, escolhendo dois dentre os vários candidatos que disputavam a vaga. Embora as opções fossem muitas – Costa Carvalho, Lima e Silva, Araújo Lima, Pais de Andrade, Bernardo Pereira de Vasconcelos, para citarmos alguns nomes – dois candidatos polarizavam a disputa: o pernambucano Holanda Cavalcanti e o padre Feijó, da província de São Paulo.¹⁸³ Octávio Tarquínio de Sousa definiu os irmãos Luís Cavalcanti e Holanda Cavalcanti como “mistos de fidalgos e libertários, de senhores territoriais arrogantes e ao mesmo tempo agitadores liberais”. De acordo com o biógrafo de Feijó, entre os partidários de Holanda Cavalcanti no pleito de 1835 encontrava-se Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês de Paraná e um dos decanos do partido saquarema,¹⁸⁴ com o qual Paula Brito estreitará os laços nos anos 1840. Portanto, é sugestivo considerarmos que os jornais que o redator do *Sete d’Abril* afirmava serem redigidos por Paula Brito, e que de fato foram impressos por ele, apoiavam de forma irrestrita a candidatura de Holanda Cavalcanti em detrimento da de Feijó.

Assim, lia-se na *Novidade*: “[...] a eleição do Sr. Feijó, [seria] uma calamidade, pior que quanta praga e flagelo possa a Divina Providência em sua cólera mandar contra este nascente Império”.¹⁸⁵ O *Café da Tarde*, por sua vez, lançava mão da ironia ao defender a mesma política editorial. Por esse método o jornal certamente arrancava gargalhadas de seus leitores ao afirmar, por exemplo, que “não há homem como o Feijó” e que se ele cometia deslizes, escrevendo “sandices no *Justiceiro*”, só o fazia em virtude do mal que sofria, as almorreimas:

Não vos fieis, Eleitores, no que se diz por aí, que Feijó, está muito doente, e que por suas contínuas moléstias não pode tomar conta da regência: isto são inventos dos

¹⁸³ SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*: Diogo Antonio Feijó. Vol. VII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. Capítulo VII.

¹⁸⁴ Idem, Ibidem. p. 240.

¹⁸⁵ Na mesma página lia-se na *Novidade*: “não reputamos ao Snr. Holanda Cavalcanti nem infalível, nem isento de todos os defeitos imagináveis; a nenhum homem conhecemos nessas circunstâncias, reputamos, porém, que é um cidadão honesto, íntegro, e inteligente, amigo do seu país, respeitador das Leis, e da Constituição. Isto nos basta para o preferimos ao Sr. Feijó [...]”. *A Novidade*, n. 23, 17/03/1835, p. 12.

inimigos de Feijó: a moléstia de Feijó não é cousa de cuidado para que não o elejais; todo o seu mal, (eu o sei de boa parte) são *almorreimas*, que às vezes lhe sobem à cabeça, e fazem andar o Padre azoinado dela como um doido; mas isso não vale nada, e só agora o impedem de poder montar o cavalo porque estão irritadas; porém, nós também não queremos o regente para andar a cavalo, mas sim para governar.¹⁸⁶

Contudo, na *Novidade* encontra-se também uma sugestão bastante plausível para a diminuição no número de novos jornais impressos no Rio de Janeiro em 1834. No artigo que abria o primeiro número, e que servia como prospecto do jornal, o redator (Paula Brito?) fazia mesuras ao promotor Antonio de Falcão Miranda nos seguintes termos:

Jovem Brasileiro, filho do Curso Jurídico de S. Paulo, a quem respeitamos, pedindo-lhe licença para publicar de vez em quando as *Novidades* que houverem nesta Corte, protestando nunca o incomodar com alguma *Responsabilidade*, por isso não ofenderemos a moral Pública, a Religião, o belo sexo, a lei; e nem trataremos de *restauração*, contanto que pela alma dos seus cativos nos deixe divertir o Público já cansado de esperar pelas melhoras da Pátria.¹⁸⁷

Após o surto restaurador que varreu a Corte e outras localidades do Império em fins de 1833 e nos primeiros meses de 1834, estaria o governo, e consequentemente a justiça, mais atento à imprensa? Da maneira como o redator da *Novidade* pedia ao promotor “licença para publicar de vez em quando” seu jornal, pode-se arriscar dizer que sim. Com efeito, essa vigilância certamente inibiu a redação de novos títulos. Ainda assim a situação se agravaria no ano seguinte, sobretudo para os jornais de oposição, quando Feijó derrotou Holanda Cavalcanti e ascendeu à Regência Una.¹⁸⁸

Em fins de maio de 1836, o então Regente Feijó escreveu a Paulino José Soares demonstrando o quanto os “abusos” cometidos por alguns periódicos e tipografias no Rio de Janeiro o preocupavam. Na ocasião, Feijó insistia que a lei fosse cumprida, pouco importava se por intermédio do Chefe de Polícia ou do Juiz Municipal.¹⁸⁹ Um jornal em

¹⁸⁶ *Café da Tarde*, n. 1, p. 6. Os primeiros quatro números do *Café da Tarde* não foram datados, apenas o quinto, impresso a 15 de maio de 1835.

¹⁸⁷ *A Novidade*, n. 1, 03/05/1834, p. 1.

¹⁸⁸ Após seis meses de apuração, o resultado das eleições de 7 de Abril de 1835, foi anunciado a 9 de outubro. Feijó venceu com 2.826 votos. Holanda Cavalcanti, por sua vez, teve 2.251 votos. SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil: Diogo Antonio Feijó...* op. cit., 1957. p. 245.

¹⁸⁹ Carta de Diogo Antonio Feijó a Paulino José Soares, 26/05/1836. BNRJ, Manuscritos, 65,05, 006, n. 028.

especial era citado na carta, o *Raio de Júpiter*, que naquele momento, ao lado do *Sete d'Abril* e do *Pão de Açúcar*, sofriam implacável perseguição. Conforme o *Sete d'Abril*, o governo havia declarado “guerra e guerra de morte, de perseguição e de extermínio” ao *Raio de Júpiter*, publicado em Niterói, por este jornal ter lançado sérias suspeitas à legitimidade da eleição de 1835.¹⁹⁰ Em questão de dias, também o *Sete d'Abril* foi pronunciado por “crime de abuso de imprensa”.¹⁹¹ No caso do *Pão de Açúcar*, igualmente processado em abril de 1836, o editor do jornal, José da Cruz Pirajá, teve de vir a público e assumir a responsabilidade pela publicação, visto que o cerco se fechara contra o tipógrafo responsável pela impressão do periódico. E quem seria este? O mesmo Nicolau Lobo Vianna, proprietário da Tipografia do Diário destruída em dezembro de 1833. Pirajá pedia que, “se é crime falar franco, não se leve a vingança a quem nenhuma parte tem nele. Deixe-nos o não culpado Impressor: desponhem-se sobre nós os raios da vingança”.¹⁹²

A “guerra à imprensa” movida pelo regente nos meses abril e maio de 1836 igualmente foi tema de discussões acaloradas na Câmara dos Deputados. Na sessão de 13 de maio, Figueira de Mello, que, ao lado de Bernardo Pereira de Vasconcellos e outros deputados faziam oposição a Feijó, tratou da questão em sua resposta à Fala do Trono. O deputado então acusou que “muitos periódicos desapareceram pelas perseguições do ministério, que até compositores, que nenhuma responsabilidade têm pelos jornais, foram presos”.¹⁹³ Em abril de 1842, Paula Brito publicou uma “Correspondência” no *Jornal do*

¹⁹⁰ O *Raio* defendia que Feijó “não era o eleito da Nação não só porque tinha tido a maioria absoluta dos votos dos eleitores do Império como porque tinha sido feito por cabala”. Consequentemente, ainda de acordo com o *Sete d'Abril*, “foi quanto bastou para o Poder lhe declarar guerra e guerra de morte, de perseguição e de extermínio”. “Processo do *Raio de Júpiter*”, *Sete d'Abril*, n. 338, 16/04/1836, p. 4.

¹⁹¹ *Sete d'Abril*, 23/04/1836, p. 1.

¹⁹² *Pão de Açúcar*, 26/04/1836, p. 1.

¹⁹³ *Anais da Câmara dos Deputados*, 13 de maio de 1836, p. 48. Sobre o assunto, advertia Bernardo Pereira de Vasconcellos: “[...] Não oprima o governo a imprensa que tem um poder invencível, que tem sido vitoriosa em lutas muito mais formidáveis. Não, não quero que o governo permita a licença, desejo que ele a reprima por toda a parte porque ela só pode servir para comprometer, desonrar esta a primeira das garantias dos homens livres. A este respeito incorreu-me o que um célebre escritor de grande importância disse de Napoleão: - *Napoleão, filho da liberdade, tu assassinaste tua própria mãe*. Eu direi ao nosso governo: - *Filho da imprensa, e da imprensa só, novo Nero, tu conspiras contra a vida de tua própria mãe*”. *Anais da Câmara dos Deputados*, 13 de maio de 1836, p. 50. Grifos Originais. Na sessão seguinte, Limpo de Abreu, Ministro da Justiça do Regente Feijó, procurava justificar as ações do governo, referindo-se implicitamente ao caso do *Raio de Júpiter*: “[...] tem-se processado contra a lei em crimes de liberdade de imprensa, e defende-se desta arguição com os artigos do código, em que mostram que os réus podem ser processados no foro do seu domicílio, ou fora da culpa. Defende igualmente o governo da injusta censura que se lhe fizera de influir nas

Commercio na qual relatava como “no tempo do Sr. Feijó” teve periódicos acusados e, em razão disso, por pouco não foi parar atrás das grades:

Desde que tenho tipografia, só um periódico deixei de imprimir, depois de ter dado à luz alguns números; foi o *Cidadão*, isso mesmo por alguns artigos menos honestos que neles saíram; pois os *Esbarras*, *Fado dos Chimangos* e outros, nunca desonraram a minha oficina.

No tempo do Sr. Feijó, tive periódicos acusados no mesmo dia da sua publicação; fui muito atropelado e por último estive pronunciado mais de dous anos! Por causa da *Bússola da Liberdade*, fui até citado para apresentar a responsabilidade dentro de duas horas, com pena de prisão!¹⁹⁴

Inserida no debate do qual participava, que envolvia um processo contra a Viúva Ogier, essa “Correspondência” diz muito sobre o posicionamento político adotado por Paula Brito após o golpe da Maioridade. Contudo, ela é pouco clara quanto a qual tempo do “Sr. Feijó” o impressor se referia, se entre 1831 e 1832, quando o padre foi Ministro da Justiça, ou entre 1835 e 1837, quando foi Regente. Em ambos os períodos da trajetória política de Feijó há registros de perseguição a editores e impressores por crimes de imprensa. Em 1832, o longo processo movido contra José Joaquim d’Abreu Gama e nosso já conhecido Nicolau Lobo Vianna, ambos presos e condenados pela publicação do jornal restaurador *O Caramuru*, é uma das peças jurídicas mais completas sobre tais crimes localizadas durante a pesquisa. Os autos narram que o impressor foi capturado em uma emboscada armada pelo delegado Luiz Manuel Álvares de Azevedo, que o havia “convidado por ofício” para comparecer a sua casa “a bem do serviço público e nacional” sendo na ocasião preso sem nem saber o motivo.¹⁹⁵ Dois anos depois, quando os moderados começaram a fechar o cerco à imprensa oposicionista, Paula Brito teve problemas com a justiça em virtude da publicação do *Seis de Abril extraordinário*, jornal que certamente

eleições, e mostra que ainda que o governo fizesse grandes esforços, não tinha muitos meios para influir nessas eleições; e dúvida muito que o ilustre deputado possa produzir provas com o que justifique a sua asserção; que é princípio que reconhece que as maiorias devem ser filhas de si mesmo, e não criaturas do governo; e como há de então o governo ir contra esse princípio que reconhece?”. *Anais da Câmara dos Deputados*, Sessão de 14 de maio de 1836, p. 52-53.

¹⁹⁴ *Jornal do Commercio*, 09/04/1842, p. 2-3.

¹⁹⁵ *Processo contra Nicolau Lobo Vianna e José Joaquim de Abreu Gama, impressor e responsável pelo periódico Caramuru, por abuso da liberdade de imprensa e sedição contra o governo*, 1832-1833, fls. 19. BN, Manuscritos, I-31, 31, 17, n. 2.

também não sobreviveu ao apetite das traças. O caso tornou-se público por meio de uma relação de processos publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1840. Entre os autos listados lia-se: “A[utor] a J[ustiza], R[eu] Francisco de Paula Brito, impressor do periódico *Seis de Abril* extraordinário n. 1º, pron[unciado] em 7 de junho de 1834”.¹⁹⁶

Na ocasião Paula Brito fez questão de publicar uma nota no *Diário* esclarecendo “que meu processo já foi julgado *sem matéria para acusação*; e assim me acho livre da única pronúncia que sofri na qualidade de impressor do periódico *Seis d’Abril*, dado à luz em 1834”.¹⁹⁷ Mais uma vez faz-se necessário ler a nota inserida no contexto político que se formava em fins da década de 1830. Porém, antes de avançarmos nessa direção, é preciso entender de que modo a lei insidia sobre os editores e tipógrafos, num tempo em que escrever talvez não fosse tão arriscado quanto imprimir.¹⁹⁸

O relatório apresentado por Feijó à Assembleia Legislativa em maio de 1832, quando o padre era Ministro da Justiça, já apontava “a licença de escrever” como “causa de não menos fecunda imoralidade”. Feijó iniciava suas reflexões com certo tom indulgente, dissertando sobre como o “prestígio da Imprensa se oferece à [...] incerta razão” de “um Povo ainda ignorante” e de “uma mocidade fogosa, cujos anos vão despontando no horizonte de uma Liberdade ainda mal firmada, e pouco esclarecida”. Seguindo a avaliação do Ministro, essa “incerta razão” podia explicar o motivo pelo qual “qualquer homem de letras, e sem costumes, espalha impunemente princípios falsos: ataca a vida particular e pública do Cidadão honesto: inflama as paixões, e revolve a Sociedade”. Feijó então se

¹⁹⁶ “Relação dos processos apresentados na sessão do júri de 14 de agosto de 1840, pelo juiz de paz da cabeça do termo José Rodrigues de Amorim”, *Diário do Rio de Janeiro*, 28/01/1840, p. 2.

¹⁹⁷ “Notícias particulares”, *Diário do Rio de Janeiro*, 29/01/1840, p. 4. (Grifos originais)

¹⁹⁸ No campo da História, não localizei estudos de fôlego sobre a legislação de imprensa no Brasil, a exemplo do esclarecedor trabalho do historiador José Tengarrinha para Portugal. TENGARRINHA, José. *Da liberdade mitificada à liberdade subvertida: uma exploração no interior da repressão à imprensa periódica de 1820 a 1828*. Lisboa: Edições Colibri, 1993. Todavia, úteis para o caso brasileiro são as sínteses e compilações de leis publicadas por Marcello de Ipanema em fins dos anos 1940: IPANEMA, Marcello de. *Livro das leis de imprensa de D. João*. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora Aurora, 1949; *Síntese da história da legislação luso-brasileira de imprensa*. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora Aurora, 1949; *Estudos de história de legislação de imprensa*. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora Aurora, 1949. Específico do tema é o trabalho de Antonio F. Costella, que, todavia, pouco avança em relação ao caráter sintético apresentado por Ipanema. COSTELLA, Antonio F. *O controle da informação no Brasil: evolução histórica da Legislação Brasileira de Imprensa*. Petrópolis: Vozes, 1970. Do mesmo modo, a legislação de imprensa recebe alguma atenção nos estudos de Nelson Werneck Sodré e Isabel Lustosa. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro Mauad, 1999. LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ressentia da incapacidade das leis em “castigar estes abusos”, sobretudo porque existiam meios pelos quais um escritor podia evadir-se da responsabilidade de seus escritos:

Cautelas devem ser tomadas, para que o Escritor nem possa iludir a boa fé dos leitores, ocultando o seu nome, talvez bem desprezível, nem escape ao pronto castigo de sua temeridade. As injúrias, calúnias, e ameaças, que pela Lei de 26 de Outubro do ano próximo passado tão sabiamente classificastes entre os crimes policiais, ainda impressas, devem ser processadas do mesmo modo: A simplicidade do Processo, a pronta imposição da pena, abafarão o ressentimento da honra ultrajada: evitar-se-ão as funestas consequências do amor próprio ofendido, e conter-se-á a audácia do homem sem pundonor, e sem educação.¹⁹⁹

A legislação citada era Lei de 26 de Outubro de 1831, que, complementar às medidas repressivas à agitação nas ruas do Rio de Janeiro após o Sete de Abril, prescrevia “o modo de processar os crimes públicos e particulares”, tratando ao mesmo tempo dos crimes policiais. Em seu artigo 5º previa-se que “as ofensas físicas leves, as injúrias, e calúnias *não impressas*, e as ameaças, reputar-se-ão crimes policiais, e como tais serão processados”.²⁰⁰ Com efeito, o que Feijó queria em seu relatório é que injúrias e calúnias impressas fossem igualmente processadas como crimes policiais, que em flagrante eram inafiançáveis.²⁰¹ Mas, visto que o “escritor descobre muitos meios de escapar”, a reflexão do ministro Feijó sobre os abusos da “licença de escrever”, para além da punição, recaía sobre o problema da responsabilidade. De acordo com o jurista Paulo Domingues Vianna, a punição dos crimes de imprensa podia dar-se de três formas distintas. Na primeira, chamada de direito comum, ou sistema inglês, todos os envolvidos na produção do escrito – autor, impressor e editor – são responsáveis, e, como tal, respondem como autores e/ou cúmplices. Bastante semelhante era o sistema alemão, no qual, além da mútua responsabilidade, suprimia-se a prova da voluntariedade, por sua vez, característica do terceiro sistema, o belga, também denominado “sistema de responsabilidade sucessiva”. É

¹⁹⁹ FEIJÓ, Diogo Antonio. *Relatório do Exmo. Ministro da Justiça...*, op. cit., 1832. p. 9-10. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/>>. Acesso em: 18/05/2012.

²⁰⁰ Lei de 26 de Outubro de 1831. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. 1831. v. I, p. 162. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 30/05/2012.

²⁰¹ Conforme o artigo 4º da Lei de 6 de Junho de 1831, para os “presos em flagrante nos crimes policiais não se concederá fiança”. Lei de 6 de Junho de 1831. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. 1831. v. I, p. 2. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 30/05/2012.

precisamente deste sistema que devemos nos ocupar com atenção, pois, como observava Vianna, de exclusivamente belga ele tinha bem pouco.²⁰²

Pedra angular da legislação criminal do Império no que dizia respeito aos delitos de imprensa, o “sistema de responsabilidade sucessiva” aparecia muito bem explicado logo no primeiro decreto sobre o tema promulgado por d. João VI, no dia 2 de Março de 1821, lei que procurava estabelecer um complicado meio termo entre “os embaraços, que a prévia censura dos escritos opunha à propagação da verdade, como sobre os abusos que uma ilimitada liberdade de imprensa podia trazer à religião, à moral, ou à pública tranquilidade”. Equilíbrio difícil, pois, se abolia a censura prévia, instaurava a censura no meio do processo, pois o impressor era obrigado a remeter duas provas para exame, com pena de, na eventualidade do impresso conter “alguma coisa contra a religião, a moral e bons costumes, contra a Constituição e Pessoa do Soberano, ou contra a pública tranquilidade”, ter a impressão suspensa “até que se façam as necessárias correções”. Com efeito, livreiros, que deviam informar quais livros vendiam, e impressores estavam sujeitos a confisco, multas e prisão. No caso dos “escritos sediciosos ou subversivos”, el-rei esclarecia quem seriam os “responsáveis às justiças destes meus Reinos, pela natureza e consequências das doutrinas e asserções neles contidas”: “[...] em primeiro lugar seus autores, e quando estes não sejam conhecidos, os editores, e afinal os vendedores ou distribuidores, no caso que se lhes prove conhecimento e cumplicidade na disseminação de tais doutrinas e asserções”.²⁰³ O princípio da responsabilidade sucessiva estava estabelecido.

A regência do príncipe d. Pedro começou em poucas semanas, após o retorno de d. João VI a Portugal. Nos meses seguintes, o príncipe regente, então liberal no vácuo da Revolução do Porto, assinou dois importantes decretos relativos à imprensa e às práticas de leitura. O primeiro desobstruía a entrada de livros, exceto os obscenos, na Alfândega do Rio de Janeiro, e o segundo, desobstruía a imprensa, conforme regulavam as Cortes de

²⁰² VIANNA, Paulo Domingues. *Direito Criminal*: segundo as preleções professadas pelo Dr. Lima Drummond. Rio de Janeiro: F. Briguet e Cia. Editores, 1930. p. 244-246.

²⁰³ Decreto de 2 de Março de 1821. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. 1821. v. I, p. 25-26. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 30/05/2012.

Lisboa.²⁰⁴ A questão do anonimato, no entanto, entrou em discussão quando, por intermédio do Aviso de 24 de Setembro de 1821, a Junta Diretória da Tipografia Nacional manifestou-se contra essa prática.²⁰⁵

Certamente o Aviso correspondia aos interesses imediatos da Junta Diretória da Tipografia Nacional, mais interessada em livrar-se “da responsabilidade na impressão dos escritos” por meio da identificação compulsória dos autores e editores. Porém, na medida em que indiretamente suspendia o sistema de responsabilidades sucessivas presente no Decreto de 2 de Março de 1821, o Aviso acabava ultrapassando os interesses da Junta, uma vez que outros impressores podiam e certamente iriam se beneficiar desta regulamentação. Afinal, se impressores apenas “imprimiam livros”, conforme definia o *Diccionario* de Silva Pinto, por que incriminá-los pelo conteúdo dos impressos? D. Pedro talvez concordasse que as responsabilidades sucessivas encerravam sérias contradições. Tanto que em Portaria assinada a 15 de janeiro de 1822, o príncipe de uma só vez suspendeu a publicação e recolheu os exemplares da *Heroicidade brasileira* e determinou que a Junta Diretória da Tipografia Nacional “não consinta jamais se imprima escrito algum sem que o nome da pessoa que deve responder pelo seu conteúdo se publique no impresso”.²⁰⁶

No entanto, essa Portaria teve vida curta. Quatro dias depois o então todo-poderoso José Bonifácio a revogou nos seguintes termos: “Manda o Príncipe Regente pela mesma Secretaria de Estado, declarar à referida Junta que não deve embarçar a impressão dos Escritos anônimos; pois pelos abusos que contiverem devem responder o Autor, ainda que seu nome não tenha sido publicado; e na falta deste o Editor, ou Impressor, como se acha prescrito na Lei que regulou a liberdade de Imprensa”.²⁰⁷ Além de restabelecer o princípio da responsabilidade sucessiva, a Portaria de 19 de Janeiro de 1822 instituía oficialmente o direito ao anonimato, prática que, na definição de Marcello de Ipanema, foi a “velha e terrível árvore daninha da imprensa do Império”, derrubada apenas na Constituição

²⁰⁴ Tratam-se dos Decretos de 8 de Maio e 28 de Agosto de 1821. Ambos reproduzidos em IPANEMA, Marcello de. *Síntese da história da legislação luso-brasileira de imprensa...*, op. cit., 1949, p. 57.

²⁰⁵ Apud IPANEMA, Marcello de. *Síntese da história da legislação luso-brasileira de imprensa...*, op. cit., 1949, p. 57-58.

²⁰⁶ Apud IPANEMA, Marcello de. *Síntese da história da legislação luso-brasileira de imprensa...*, op. cit., 1949, p. 58.

²⁰⁷ Apud IPANEMA, Marcello de. *Síntese da história da legislação luso-brasileira de imprensa...*, op. cit., 1949, p. 58.

Republicana de 1891.²⁰⁸ Mas o anonimato era uma arma política importante, logo precisava ser preservada. Isso porque “muitos políticos”, conforme José Murilo de Carvalho, “escreviam em jornais nos quais o anonimato lhes possibilitava dizer o que não ousariam da tribuna da Câmara e do Senado”.²⁰⁹ Portanto, não obstante uma alteração ou outra, a legislação subsequente não apresentou mudanças substanciais neste sistema. Como pode ser observado logo no bem estruturado projeto de lei de imprensa apresentado à Assembleia Nacional Constituinte em outubro de 1823.²¹⁰

Logo no primeiro artigo o projeto abolia a censura e no segundo esclarecia que no Império do Brasil era “livre a qualquer pessoa imprimir, publicar, vender, e comprar os livros, e escritos de toda a qualidade sem responsabilidade alguma, fora dos casos declarados nesta lei”.²¹¹ Mas os casos declarados eram muitos, e contra eles estabeleciam-se penas de prisão, multa e degredo.²¹² O projeto também expunha os pormenores da qualificação dos delitos e da formalização das acusações, bem como detalhava a eleição e os procedimentos que norteariam os trabalhos dos juízes de fato incumbidos dos casos. O projeto foi considerado tão extenso que, após a primeira leitura na Assembleia, um deputado clamou que se “dispensasse a segunda leitura, porque se gasta muito tempo, e nada se utiliza em ouvir de novo tantos artigos”.²¹³ E, como apontado, o 16º deles reafirmava o princípio das responsabilidades já estabelecido:

16. Pelo abuso, em qualquer destes casos, será responsável o autor, ou tradutor; quando ou não constar quem estes sejam, ou constando, se verificar que residam

²⁰⁸ Apud IPANEMA, Marcello de. *Síntese da história da legislação luso-brasileira de imprensa...*, op. cit., 1949, p. 87-88.

²⁰⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem...*, op. cit. 2007. p. 54.

²¹⁰ Com a rubrica dos deputados José Antonio da Silva Maia, Bernardo José da Gama, Estevão Ribeiro de Resende, José Teixeira da Fonseca Vasconcelos e João Antonio Rodrigues de Carvalho o projeto, composto por quarenta e seis artigos, foi apresentado à Assembleia Constituinte na sessão de 6 de outubro. *Anais da Assembleia Nacional Constituinte*, Sessão de 6 de outubro de 1823, p. 32.

²¹¹ *Anais da Assembleia Nacional Constituinte*, Sessão de 6 de outubro de 1823, p. 32-34.

²¹² Os casos citados no projeto de lei eram os seguintes: contra a “religião católica romana”, “excitando os povos diretamente à rebelião”, “atacar a forma do governo representativo monárquico-constitucional”, “injuriar a Assembleia Nacional”, “provocar os povos à desobediência às leis ou às autoridades constituídas”, agir “contra a moral cristã ou os bons costumes”, imputar “fatos criminosos a empregados públicos” ou “contra pessoas particulares”. *Anais da Assembleia Nacional Constituinte*, Sessão de 6 de outubro de 1823, p. 32-34.

²¹³ O deputado era Manuel Joaquim Carneiro da Cunha. *Anais da Assembleia Nacional Constituinte*, Sessão de 6 de outubro de 1823, p. 34.

fora do Império, cairá a responsabilidade sobre o impressor; e pelos abusos cometidos nos escritos impressos nos países estrangeiros, responderão os que os publicarem, ou venderem neste Império.²¹⁴

Fundamental e complementar à averiguação dessas responsabilidades, ao menos da responsabilidade do impressor, eram os artigos 3 e 4 do projeto:

3. Todo escrito impresso no Império do Brasil terá estampado o lugar e ano da impressão, e o nome do impressor: quem imprimir, publicar, ou vender algum escrito sem estes requisitos será condenado em 50\$000 réis, e quem o comprar perderá os exemplares que tiver comprado, e o duplo do seu valor.

4. Quem falsificar algum dos requisitos mencionados no artigo antecedente será condenado em 50\$000 réis, e quando pela falsificação atribuir o impresso a pessoa existente nesse império se lhe dobrará a pena.²¹⁵

O projeto de lei estabelecia a obrigatoriedade da imprensa, exigindo, com pena de multa, que fossem informados o lugar, o ano da impressão e o nome do impressor. Logo, se o anonimato dos autores era mantido, o dos impressores não, pois estariam obrigados a assinar todas as obras que saíssem dos seus prelos, independentemente do conteúdo. Com efeito, nos casos de escritos subversivos anônimos, impressores seriam os primeiros identificados. O projeto de lei de imprensa foi debatido na Assembleia Constituinte cerca de um mês mais tarde, nas sessões de 8 e 10 de novembro. A discussão não avançou para além do 6º artigo, na medida em que depois de intensa queda de braço entre os deputados e d. Pedro I, a Assembleia Constituinte foi arbitrariamente dissolvida.²¹⁶ Todavia, onze dias depois, o projeto de lei de imprensa foi elevado a lei por meio do Decreto de 22 de Novembro de 1823 sem nenhuma alteração, mantendo-se a identificação obrigatória dos impressores e editores, ao lado do silêncio em relação ao anonimato dos autores.²¹⁷

²¹⁴ *Anais da Assembleia Nacional Constituinte*, Sessão de 6 de outubro de 1823, p. 33.

²¹⁵ *Anais da Assembleia Nacional Constituinte*, Sessão de 6 de outubro de 1823, p. 32.

²¹⁶ Acompanhar o debate é bastante interessante, sobretudo a discussão em torno do artigo 3º do projeto de lei, quando os deputados Francisco Gê Acayaba de Montezuma e Antonio Ferreira França defenderam, para além do impressor, a punição dos compradores de obras sem imprensa. *Anais da Assembleia Nacional Constituinte*, Sessão de 8 de novembro de 1823, p. 218-219.

²¹⁷ “[...] Hei por bem ordenar que o projeto de lei sobre esta mesma matéria [liberdade de imprensa], datado de 2 de outubro próximo passado [...] tenha desde a publicação deste decreto sua plena e inteira execução provisoriamente até a instalação da nova Assembleia que mandei convocar [...]”. Decreto de 22 de Novembro

A Constituição outorgada em 1824 em nada alterou esse quadro.²¹⁸ Mas em junho desse ano, Joaquim Gonçalves Ledo apresentou à Câmara dos Deputados um novo “Projeto de lei contra os crimes por abuso da liberdade de imprensa”. Embora não tenha vingado, é interessante observar as soluções que Ledo propunha à questão das responsabilidades. O Título II de seu projeto destina-se inteiramente à matéria, deliberando logo no primeiro artigo que “é responsável por qualquer escrito, e de qualquer natureza que seja: 1º o autor do escrito, 2º o apresentante dele”, e no terceiro que “na falta do autor e apresentante são responsáveis: 1º o impressor, 2º o editor, 3º o vendedor [...]”. Impressores, editores e comerciantes apenas estariam isentos da multa considerável de um conto de réis caso apresentassem “responsabilidade assinada” na qual “a assinatura seja reconhecida por um tabelião”. No sexto artigo, a obrigatoriedade da imprensa era reafirmada.²¹⁹

Em setembro de 1830 nova legislação entrou em vigor, instigada pela Fala do Trono de abertura da Assembleia Geral Legislativa, a 3 de março, na qual d. Pedro I cobrava providências dos deputados sobre “a necessidade de reprimir por meios legais o abuso que continua a fazer-se da liberdade de imprensa em todo o Império”.²²⁰ Porém, assim como no projeto de Gonçalves Ledo, o Título II da nova lei tratava “Das responsabilidades” estabelecendo, conforme o princípio da culpabilidade sucessiva em vigor desde 1821, que responderiam por qualquer “impresso ou gravura” o impressor, o editor, o autor e, por fim o vendedor. A lógica que regia o dolo do impressor era explicitada no artigo 13 que determinava que eram “responsáveis pelos abusos de escritos não impressos o autor, se se provar que circularam com o seu consentimento”. Portanto, autores só responderiam por manuscritos, que se impressos passariam à alçada dos impressores.

de 1823. In: *Coleção das leis do Império do Brasil*, v. 1, p. 89. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 30/05/2012.

²¹⁸ De acordo com seu Título VIII, “Das disposições gerais, e garantias dos direitos civis e políticos”, artigo 179, parágrafo quarto, “Todos podem comunicar os seus pensamentos, por palavras, escritos, e publicá-los pela Imprensa, sem dependência de censura; com tanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste Direito, nos casos, e pela forma, que a Lei determinar”. A lei vigente ainda era o Decreto de 22 de Novembro de 1823, que, três anos mais tarde, seria novamente ratificada no Decreto de 11 de Setembro de 1826. Decreto de 11 de Setembro de 1826. In: *Coleção das leis do Império do Brasil*, v. 1, p. 12. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 30/05/2012.

²¹⁹ *Anais da Câmara dos Deputados*, Sessão de 10 de junho de 1826, p. 91-92.

²²⁰ *Anais da Câmara dos Deputados*, Sessão de 3 de março de 1830, p. 30.

Pouco depois, em dezembro de 1830, a promulgação do Código Criminal do Império colocou em vigor novas disposições sobre a liberdade de imprensa. Conquanto o artigo sétimo do Código Criminal, que dispunha sobre os casos de “abuso da liberdade de comunicar os pensamentos”, pouco acrescentasse às leis anteriores, a partir de então estes delitos passaram a ser considerados crimes comuns.²²¹ Mas a novidade do Código Criminal ficou por conta do registro camarário obrigatório dos editores, impressores e litógrafos, bem como da obrigatoriedade de se remeter um exemplar de cada impresso à promotoria.²²²

A lei apresentava-se desfavorável aos impressores em muitos aspectos. Portanto, a única forma de homens como Francisco de Paula Brito, Nicolau Lobo Vianna, e outros proprietários de tipografias espalhadas pelo país, se livrarem de suas penas era através da apresentação dos termos de responsabilidade assinados pelos autores. Paula Brito teve de proceder deste modo quando foi chamado à justiça por imprimir a *Bússola da Liberdade*. Vimos que se não tivesse a responsabilidade em mãos, conforme seu próprio relato, teria passado uma temporada na cadeia.²²³ As relações do regente Feijó com a imprensa foram pouco amistosas, sobretudo em 1836. Feijó ainda tentou reorganizar a legislação de imprensa por meio do Decreto de 18 de Março de 1837, que instruía sobre o andamento dos processos e das sentenças nos crimes dessa natureza. Todavia, o sistema de responsabilidades permaneceria inalterado, apenas com um adendo importante no artigo 8, que dispunha que impressores e editores somente poderiam apresentar responsabilidade reconhecida em Tabelião no mesmo dia ou em data anterior à publicação.²²⁴ Entretanto, esse decreto foi revogado pouco depois da queda de Feijó. Por fim, já nos tempos do Regresso, a reforma do Código de Processo Criminal, levada a cabo por Bernardo Pereira de Vasconcellos, determinava que os crimes de imprensa passassem à competência dos chefes de polícia.²²⁵

²²¹ Apud IPANEMA, Marcello de. *Síntese da história da legislação luso-brasileira de imprensa...*, op. cit., 1949, p. 66.

²²² Disposições dos artigos 303 e 307. *Código Criminal do Império do Brasil*. Lei de 16 de dezembro de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em 28/06/2012.

²²³ *Jornal do Commercio*, 09/04/1842, p. 2-3.

²²⁴ Decreto de 18 de Março de 1837. In: *Coleção das leis do Império do Brasil*, v. 1, p. 11. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 30/05/2012.

²²⁵ Apud IPANEMA, Marcello de. *Síntese da história da legislação luso-brasileira de imprensa...*, op. cit., 1949, p. 73-74.

Mas os embaraços de Paula Brito com a justiça não chegariam a tanto. Após um começo incerto, como todos os começos, o filho do liberto Jacinto e neto do Capitão dos Pardos, comprou a livraria do primo, adicionou-lhe a tipografia e, com um sócio, imprimiu jornais de diferentes matizes políticos. Em razão disso, foi processado e por pouco não teve seu estabelecimento destruído. Certamente por isso, a partir de outubro de 1835, Paula Brito optou pela imparcialidade, ao menos no nome de sua nova tipografia, então rebatizada como Tipografia Imparcial de Brito. Os tempos e as vontades começavam a mudar.

Segunda Parte

Imparcialidade Saquarema

Um mui bem montado estabelecimento

Na edição de 22 de junho de 1844, *O Brasil*, jornal conservador redigido por Justiniano José da Rocha, estampou um anúncio na quarta página intitulado “Aproveitável Aula de Meninas”. Tratava-se de uma escola para moças que funcionou por certo tempo na Rua do Piolho, n. 118, e que acabava de ser transferida para o Beco da Barreira, n. 23. Na instituição, “dirigida por uma senhora respeitável e suas filhas”, as alunas aprendiam as “primeiras letras, quatro espécies de contas, trabalhos de agulha e de tesoura nos gêneros e gostos conhecidos”, “música, dança, etc. etc., assegurando-se toda a severidade de educação nas partes – civil, moral e religiosa”. O anúncio era honesto ao reconhecer que o estabelecimento não tinha “a nomeada dos grandes colégios” do Rio de Janeiro. Em contrapartida, prometiam-se “preços razoáveis” e a vantagem de serem “as alunas entregues aos cuidados e vigília de mais de uma pessoa”. No entanto, a parte que realmente nos interessa vinha a seguir. Para reforçar a credibilidade da escola, o anúncio listava alguns “senhores” cujas filhas lá estudavam:

[...] e isto mesmo podem certificar, entre muitos outros, os senhores – major Schoukow (do largo de S. Francisco de Paula), tenente coronel F. Ferreira Gomes, José Pedro Fernandes, Cantalice, Manuel Alexandre da Silva, José Maria de Sousa e F. de Paula Brito, que todos lá têm as suas filhas, ou pessoas que lhes pertencem.²²⁶

As filhas de Paula Brito, Rufina e Alexandrina, cujo nascimento acompanharemos adiante, contavam nove e seis anos respectivamente. Talvez àquela altura apenas a mais velha frequentasse as aulas do Beco da Barreira. De qualquer modo, em meados da década de 1840, seu pai já servia de parâmetro, ou seja, era um “senhor” cujo exemplo poderia ser seguido por outros da mesma condição. Em linhas gerais, os capítulos que se seguem

²²⁶ “Aproveitável aula de meninas”, *O Brasil*, n. 551, 22/06/1844, p. 4.

tratam precisamente desta questão, ou seja, tentam compreender como Francisco de Paula Brito consolidou-se, entre meados dos anos 1830 e durante a década de 1840, como um comerciante, impressor e editor reconhecido no Rio de Janeiro, a ponto de servir de garoto propaganda para o colégio de suas filhas.

Essa história pode bem começar em outubro de 1835, quando, após liquidar a Tipografia Fluminense de Brito & C., Paula Brito assumiu sozinho a direção do negócio mudando-lhe o nome e o endereço. Conforme anunciou no *Diário*, a tipografia permanecia no mesmo velho Rocío, como alguns ainda se referiam à Praça da Constituição. Porém, o novo estabelecimento era maior, com duas frentes, uma para a Praça, do lado da sombra, e outra para a Rua de São Francisco de Paula. Os mapas da cidade indicam que esta era a Rua da Lampadosa, que, correndo paralela à Praça da Constituição desembocava no largo de São Francisco de Paula. Em todo o caso, “o escritório particular” de Paula Brito, para onde os interessados em “impressos de segredo” deveriam se dirigir, foi estrategicamente montado nessa rua, longe das vistas curiosas da Praça da Constituição. Em tempos de intensa perseguição à imprensa a discrição em tais assuntos era fundamental. A notícia demonstra também que não era recente a saída do sócio de Paula Brito do negócio. Sócio ainda anônimo, cujo nome permanece conservado em algum maço de folhas amareladas ou rolo de microfilme não localizado. Todavia, entre todas essas mudanças, a mais significativa era o nome da tipografia, que de Fluminense passou a TIPOGRAFIA IMPARCIAL DE BRITO.²²⁷

O novo nome sugere, sobretudo, neutralidade política. Por certo, medida profilática contra ataques semelhantes aos de dezembro de 1833, possivelmente ainda frescos na memória do editor, ou quiçá contra processos judiciais. Lembremos que neste período havia uma Tipografia Imparcial também em São Paulo, propriedade de Silva Sobral.²²⁸ Ademais, ser “Imparcial” podia ser altamente benéfico para os negócios. Nosso editor sabia disso desde que começou a imprimir periódicos, quando, embora autoproclamando-se exaltado, não deixava de sublinhar que era “um impressor livre”. Assim, como veremos adiante, a

²²⁷ “Notícias Particulares”, *Diário do Rio de Janeiro*, 19/10/1835, p. 3.

²²⁸ No Arquivo Edgard Leuenroth existem os seguintes periódicos impressos pela Tipografia Imparcial de Silva Sobral, de São Paulo: *Catholico*, *O periódico acadêmico* (1838), *O Escandaloso* (1840), *O Observador das Galerias* (1838-1842), *O Público* (1840) e *O Tebyreça* (1841).

exemplo da extinta Tipografia Fluminense, a Tipografia Imparcial, fazendo jus ao nome, traria à luz jornais regressistas, posteriormente conservadores, bem como liberais. Entretanto, Imparcial mesmo só a tipografia. Findos os anos exaltados da regência, o editor a princípio flertou com os liberais, sobretudo durante a campanha pela maioria de d. Pedro II. Porém, logo em seguida ele passou para o lado dos conservadores, lá permanecendo até o fim da vida. Essas alianças foram fundamentais para a ascensão social do impressor que pode ser avaliada no desempenho de Paula Brito como comerciante de artigos diversos, assim como nas melhorias técnicas implementadas na tipografia.

O *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* começou a ser publicado pelos irmãos Henrique e Eduardo Laemmert em 1843 e circulou por quarenta e cinco anos, praticamente durante todo o longo reinado de d. Pedro II. Por meio dele podemos esboçar um panorama bastante completo dos estabelecimentos que produziam e comercializavam impressos na Corte em boa parte da década de 1840. A Tabela 3 demonstra que, menos de dez anos depois de ter criado a Tipografia Imparcial, Paula Brito enfrentava uma crescente concorrência no mercado de impressos do Rio de Janeiro. No caso das tipografias, temos que o número de estabelecimentos listados no *Almanak* de 1844 cresceu progressivamente até 1850.

Tabela 3 – Estabelecimento produtores e distribuidores de impressos no Rio de Janeiro (1844-1850)*

<i>Ano</i>	<i>Tipografias</i>	<i>Litografias</i>	<i>Livrarias</i>
1844	12	3	10
1845	16	3	9
1846	15	3	11
1847	18	3	12
1848	21	3	14
1849	22	4	14
1850	25	4	15

*Fonte: *AL*. Seções Tipografias, litografias e livrarias das edições de 1844 a 1850. Disponível no Center for Research Libraries: <<http://brazil.crl.edu>>.

A concorrência entre as tipografias certamente possibilitava aos redatores e proprietários de jornais maior margem de negociação com os impressores. Logo, podiam

contratar os que mais vantagens oferecessem. Este pode ter sido o caso do *Cidadão*, jornal que circulou semanalmente de dezembro de 1838 a maio de 1839, contando respeitáveis 57 edições. Autoproclamando-se “mais um soldado que se une às fileiras dos amigos da verdade e da prosperidade da nossa pátria”,²²⁹ o jornal foi impresso em três tipografias diferentes. Os três primeiros números saíram pela Tipografia de Crémère, do quarto ao oitavo pela Imparcial de Paula Brito, do nono ao décimo pela Tipografia Brasiliense, voltando, do décimo primeiro ao trigésimo primeiro, para a Tipografia de Crémère e, por fim, encerrando suas atividades novamente na Tipografia Imparcial. O mesmo não acontecia com as litografias, pois o número desses estabelecimentos sofreu poucas variações no mesmo período. Até a instalação da litografia de Brito & Braga na Rua do Ouvidor, n. 51, eram os estrangeiros Heaton & Rensburg, Ludwig & Briggs e Victor Larée os que dominavam a confecção de estampas, retratos, mapas e letras de câmbio no Rio de Janeiro.

Seguindo a tendência observada em relação às tipografias, entre 1844 e 1850 o número de livrarias saltou quase que progressivamente. Alguns daqueles livreiros estavam na ativa desde o início das Regências, como Albino Jordão e João Pedro da Veiga. Porém, a exemplo das oficinas litográficas, o mercado de livros na Corte mostrava-se dominado por elevado número de comerciantes estrangeiros – em torno de 60% das quinze livrarias listadas no *Almanak* de 1850.²³⁰ O aumento dos livreiros estrangeiros, sobretudo franceses e belgas, foi igualmente crescente no transcorrer da década de 1840. Não há dúvidas que esse fenômeno concorria de maneira acentuada para a dinamização do setor. Livreiros como os Irmãos Garnier, Firmin Didot e Desiré Dujardin constituíam-se, na maioria das vezes, como filiais de grandes empresas europeias interessadas em expandir seus mercados. Por

²²⁹ *O Cidadão*, n. 1, 15/03/1838, p. 2.

²³⁰ Crémère, r. d'Alfândega, 135; Désiré Dujardin, livraria belgo-francesa, r. do Ouvidor, 105; Livraria Universal de Laemmert, r. da Quitanda, 77; Firmin Didot Irmãos, r. da Quitanda, 97; Garnier Irmãos, r. d'Ouvidor, 69; Girard e de Christen, r. da Quitanda, 33; Junius Villeneuve e C, r. d'Ouvidor, 65; Luiz Ernesto Martin, Livraria Portuguesa, r. dos Ourives, 73B; Mongie, r. d'Ouvidor, 87. *AL*, 1850. p. 322-323. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu>>.

consequente, poderia ser difícil concorrer com esses *marchands de livres* diretamente conectados aos fornecedores parisienses.²³¹

Rusgas envolvendo autoridades municipais e impressores franceses residentes na Corte podiam ter alguma recorrência, como atesta o caso do tipógrafo Bintot, em maio de 1848. Na ocasião o representante da Legação Francesa no Rio de Janeiro enviou nota confidencial ao Ministério dos Negócios Estrangeiros pedindo explicações sobre as violências praticadas contra Bintot por fiscais da Câmara Municipal da Corte, assim como sobre sua prisão na cadeia do Aljube. No ano anterior, acusou-se que o súdito francês não havia regulamentado a licença de funcionamento de seu estabelecimento e que o mesmo ignorava sistematicamente as intimações que recebia para negociar os valores e as multas pendentes. Na última ocasião em que o oficial de justiça foi procurá-lo na tipografia houve bate-boca e o francês tentou arrancar os papéis das mãos do oficial, ao que foi encarcerado. Só mais tarde verificou-se que a tipografia de Bintot estava regularizada, sendo a falha atribuída ao fiscal que foi negligente em não verificar como devia os registros da contadoria da Câmara. Por isso o procurador da Câmara que redigiu o relatório do caso não descartou a hipótese de que o fiscal “ia em corrupção”, certamente aproveitando-se do estrangeiro.²³²

De volta aos dados de 1850, é importante ressaltar que cinco dos 15 livreiros eram ao mesmo tempo impressores, como Bintot. Agostinho de Freitas Guimarães possuía uma livraria na Rua do Sabão, n. 26, e na mesma rua, um pouco mais adiante, uma tipografia no n. 135. Os irmãos Eduardo e Henrique Laemmert eram proprietários da Livraria Universal na Rua da Quitanda, n. 77, e da Tipografia Universal na Rua dos Inválidos, n. 61B. Junius Villeneuve, o dono do *Jornal do Commercio*, concentrava livraria e tipografia no mesmo endereço, Rua do Ouvidor, 65. Assim como Crémère, na Rua da Alfândega, n. 135, e Soares e Cia, na Rua da Alfândega, n. 6.²³³

²³¹ Sobre a circulação de livros e as grandes redes comerciais estabelecidas no século XIX entre o Brasil e a Europa, principalmente a França, ver: DEAECTO, Marisa Midore. *O império dos livros...* op. cit., 2011. p. 289-271. O número de negociantes franceses matriculados na Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 1843 era considerável. Ao todo 328 casas de comércio, sendo que a Freguesia do Santíssimo Sacramento apresentava a maior concentração urbana de comerciante franceses na Corte, com 139 estabelecimentos. Estatística de casas de comércio, número de rezes, embarcações, veículos terrestre e notas sobre licenças para obras, alvarás de negócio e receita e despesa, 1843. AGCRJ, 43.1.43.

²³² Comércio estrangeiro. Papéis separados por ordem cronológica, 1839-1872. AGCRJ, 58.4.33. Fls. 36-37.

²³³ AL, 1850. p. 322-323; 419. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu>>.

Ainda que o proprietário da Tipografia Imparcial não aparecesse sequer uma vez entre os “mercadores de livros” listados no *Almanak Laemmert*, era este o caso de Francisco de Paula Brito, como demonstra um extenso catálogo de livros à venda na loja da Praça da Constituição, n. 64, publicado na *Gazeta dos Tribunais* no início de maio de 1845 (Anexo 3).²³⁴ O catálogo apresentava ao público pouco mais de duas centenas de livros, originalmente subdivididos nos principais domínios linguísticos do século XIX. A predominância do francês – 65% do catálogo, ou 131 títulos – sugere que Paula Brito, a exemplo dos concorrentes, também poderia ter mantido contato com fornecedores europeus. No entanto, alguns títulos em português, como os *Cânticos Líricos*, *O Filho do Pescador*, *Três dias de um noivado* – ambos de Teixeira e Sousa –, as farsas de Marins Pena e o *Olgiato* de Gonçalves de Magalhães, foram ali impressos.

Tabela 5 – Catálogo da livraria de Paula Brito, *Gazeta dos Tribunais*, 1845*.

<i>Língua</i>	<i>Número de títulos</i>	<i>Percentual</i>
Latim	10	5%
Italiano	2	1%
Português	53	26%
Francês	131	65%
Inglês	7	3%
<i>Total</i>	<i>203</i>	<i>100%</i>

* Fonte: *Gazeta dos Tribunais*, n. 227, ano III, 06/05/1845, p. 3-4 (Anexo 3).

Ainda assim, para o *Almanak Laemmert*, Paula Brito seria um livreiro *ipsis litteris* apenas a partir 1852, quando depois da fundação da Empresa Dous de Dezembro finalmente seu nome apareceu na seção “Mercadores de livros”.²³⁵ Contudo, a omissão dos irmãos Laemmert na década de 1840 é significativa, uma vez que sugere que a atuação de Paula Brito como livreiro estava longe de ser a mais importante de suas atividades. Portanto, os livros seriam apenas mais um gênero de mercadoria entre tantos outros à venda

²³⁴ *Gazeta dos Tribunais*, n. 227, ano III, 06/05/1845, p. 3-4.

²³⁵ “F. de Paula Brito, Praça da Constituição, 64. Nesta loja vendem-se todas as obras de que é editora a – Imprensa (sic) Tipográfica Dous de Dezembro – e mais aquelas que forem dadas a comissão, na forma do estilo, tanto em brochura como encadernadas”. “Mercadores de Livros”, *AL*, 1852, p. 404. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu>>.

em sua loja. Entre eles, por exemplo, o chá. Chá do bom, conforme Paula Brito anunciava em verso e prosa no jornal *O Pharol*, em agosto de 1844:

Chá brasileiro de mui boas qualidades, assim como Chá da Índia de bom gosto, vendem-se na loja de papel, livros, rapé, objetos de escritório etc. de Paula Brito, Praça da Constituição, n. 64.

Quem tiver *gosto* em gozar
O *gosto bom*, que o chá tem,
Pode *dar gosto* mostrando,
Que tem *bom gosto* também.

É estilo da casa serem os sacos de papel azul com o rótulo impresso.²³⁶

Em 1834, a situação da Tipografia Fluminense não era das melhores. Certamente em razão dos processos judiciais envolvendo impressores e proprietários de jornais, assistimos à queda acentuada na impressão de novos títulos. Além disso, Paula Brito estava com dificuldades para receber dividendos de alguns credores,²³⁷ por certo alguns deles redatores de jornais. A situação seria extremamente adversa se o impressor dependesse única e exclusivamente da tipografia. Se dependesse. Mas não dependia, pois grande parte de sua renda provinha da “livraria”, ou melhor, da “loja de papel, livros, rapé, objetos de escritório, etc”. Não há registros de que Paula Brito tenha fornecido livros a Biblioteca Nacional e Pública do Rio de Janeiro, mas, em 1853, era pelo fornecimento de “diversos objetos na importância de 14 mil réis” que o comerciante cobrava ao bibliotecário Frei Camilo de Monserrate.²³⁸ Por conseguinte, foi graças à diversificação dos negócios que Paula Brito conseguiu atravessar incólume àquele período adverso à publicação de periódicos e avançar. Dizendo de outro modo, durante e depois da tormenta dos anos finais da Regência Feijó até boa parte da década de 1850, o sucesso do comerciante subsidiou o êxito do impressor.

²³⁶ “Chá Brasileiro”, *O Pharol*, n. 157, 28/08/1844, p. 4.

²³⁷ “Notícias Particulares”, *Diário do Rio de Janeiro*, 11/09/1834, p. 4.

²³⁸ Carta de Frei Camilo de Monserrate ao Ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, solicitando o pagamento de uma dívida contraída com o livreiro Paula Brito pela antiga administração da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 14/11/1853. BNRJ, Manuscritos, 30, 2, 011 n. 18.

Êxito atestado em fins de outubro de 1844, quando Paula Brito comprou seu “Grande Prelo Mecânico”. O equipamento, descrito como “o maior e o mais completo que da Europa veio transportado para a América”, pertencia originalmente aos proprietários do *Despertador*. Quando este jornal foi extinto, o prelo, sem “nunca haver trabalhado na mão do primeiro possuidor”, passou às mãos de Paula Brito. Mal disfarçando o entusiasmo, o impressor anunciou logo na primeira coluna do *Brasil* de 31 de outubro, que seu estabelecimento finalmente “acha-se hoje habilitado para fazer todas as impressões, por maior que seja o número de exemplares, com a facilidade e vantagens que se pode tirar de tais máquinas”. Completando: “De hora em diante não só a distribuição desta folha [*O Brasil*] se fará o mais cedo possível, como o público terá brevemente outras publicações de maior monta, para as quais já se acha mui bem montado todo o estabelecimento”.²³⁹

Conforme o *Manuel nouveau de typographie*, até em meados de 1830 existiam basicamente três tipos de prelo. Os de madeira, ainda muito utilizados; os de ferro, ou Stanhopes, de fabricação inglesa; e finalmente os mecânicos, que funcionavam a vapor e empregavam cilindros.²⁴⁰ Não há indicações de que o prelo de Paula Brito fosse um modelo com dois cilindros semelhante ao inventado pelo relojoeiro alemão Friedrich Koenig. Movido a vapor, o equipamento representou uma revolução na indústria gráfica, alcançando cerca de 1.300 impressões por hora. Dupont informava que o prelo de Koenig foi usado pela primeira vez na publicação do *Times*, em Londres, em 1814.²⁴¹ Mas por certo era um equipamento caro. Em 1853, o redator do *Correio do Brasil* estimava em consideráveis cinco contos de réis a importação e montagem de um prelo mecânico novo.²⁴² Em 1848, Justiniano José da Rocha, já proprietário da Tipografia do Brasil, calculava que o investimento para a aquisição de um equipamento desse porte apenas seria viável se seu jornal conseguisse a façanha de angariar duas mil assinaturas. Só assim, afirmava o redator do *Brasil*, “um prelo mecânico [presta] vantagens que compensem o seu maior preço, e seus outros inconvenientes”. No mesmo artigo, uma resposta ao redator do *Correio da*

²³⁹ “Ao publico”, *Brasil*, n. 603, 31/10/1844, p. 6 (Grifos originais).

²⁴⁰ FREY, A. *Manuel nouveau de typographie*. Paris: Librairie Encyclopédique de Rorét, 1835. p. 362-366. Disponível em: <gallica.bnf.fr>.

²⁴¹ DUPONT, Paul. *Histoire de l'imprimerie*. Tome 2. Paris: Les libraires, 1854. p. 401-402. Disponível em: <gallica.bnf.fr>.

²⁴² “Circular do Redator do *Correio do Brasil*”, *O Grito Nacional*, n. 509, 20/02/1853, p. 2.

Tarde que o acusava de invejoso ao tornar seu jornal diário, Justiniano dizia que ainda se conseguisse dois mil assinantes, dispensaria o equipamento, posto que “um dos melhores prelos mecânicos do Rio de Janeiro é propriedade de um nosso particular amigo”.²⁴³ Francisco de Paula Brito? Provavelmente sim.

Paula Brito pode ter sido um dos primeiros impressores no Rio de Janeiro a possuir um prelo mecânico. Quando comprou o seu nem mesmo a Tipografia Nacional possuía tal equipamento. Somente no ano seguinte o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Manuel Alves Branco, autorizou a compra de um para a Tipografia Nacional.²⁴⁴ Já o *Correio Mercantil*, um dos diários em circulação na Corte, comprou seu prelo mecânico só uma década mais tarde.²⁴⁵ Foi, portanto, vendendo chá, livros, objetos de escritório e outros produtos que Paula Brito, já em meados da década de 1840, tornara-se seguramente o proprietário de uma das melhores tipografias do Rio de Janeiro, por certo tempo superior à própria Tipografia Nacional. O que era impresso naquele “mui bem montado [...] estabelecimento” veremos no próximo capítulo.

²⁴³ “A nossa empresa”, *O Brasil*, n. 1.048, 04/02/1848, p. 2.

²⁴⁴ “Tipografia Nacional”, *Anuário Político, Histórico e Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Firmin Didot Irmãos, 1847. p. 206-208. O artigo 35 da Lei 369 de 18 de Setembro de 1845, que fixava a despesa e receita do Império para o biênio 1845-1846, estipulava que “O Governo poderá aplicar os saldos da Tipografia Nacional, e as sobras de outros artigos de despesa, á compra de um prelo mecânico e de novos tipos”. Lei n. 369, de 18 de Setembro de 1845. Fixando a Despesa, e orçando a Receita para o Exercício de 1845-1846. *Coleção de Leis do Império do Brasil* - 1845, p. 47, v. I. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 14/12/2012.

²⁴⁵ “O brigue *Augantyre*, que devia partir de Londres, a 9 do passado, traz a seu bordo um prelo mecânico para o *Correio Mercantil*, que nos habilitará a completar os melhoramentos que prometemos aos nossos leitores no começo do corrente ano”. *Correio Mercantil*, 09/04/1853, p. 2.

Jornais, teses e literatura nacional

Entre 1835 e 1851 foram impressos aproximadamente vinte e oito jornais na Tipografia Imparcial de F. de Paula Brito.²⁴⁶ Alguns deles, como já observado no caso do *Cidadão*, foram também impressos por outras tipografias enquanto circularam, sendo outro dado relevante a diversidade política das folhas. Adiante veremos que Paula Brito se tornou um ferrenho aliado do partido conservador. Contudo, a bem dos negócios manteve-se um “impressor livre”, uma vez que a Imparcial imprimiu jornais da oposição e da situação, muitos dos quais se atacavam mutuamente, como *O Brasil*, regressista e conservador até a medula, e *A Regeneração*, órgão ligado aos liberais maioristas. Contrariamente ao que aconteceu durante as Regências, parece ter se estabelecido uma distinção mais clara das funções desempenhadas, de um lado, por impressores e editores e, de outro, por redatores e autores. Ao menos é isso o que sugere o redator da *Ortiga*, um dos jornais impressos na Tipografia Imparcial:

Em primeiro lugar diremos que sendo editor desta folha o Sr. Impressor, sob cuja potência nos acharmos, e houver entre nós e ele concordância de gênero, número e caso, isto é, princípios, boa fé, e dinheiro, os artigos diversos que, desde já, aqui aparecerem serão de responsabilidade de seus autores, debaixo dos *heroicos nomes* que eles adotarem, como por exemplo – *canoa* (definiremos isso quando for oportuno) *clarim*, *maromba*, *trombeta*, etc., etc., vindo deste modo à pertencer ao nosso impressor e editor a glória da boa execução tipográfica, se ele a fizer, e o *nosso eterno reconhecimento, que andarà a par da nossa existência*, pelo sigilo que à nosso respeito guardar, apesar de ser essa a maior das distinções que pode ter um impressor público.²⁴⁷

Em muitos casos, possivelmente na maioria deles, impressores e editores não possuíam vínculo algum com a opinião política, ou apolítica, dos periódicos que

²⁴⁶ Números obtidos a partir de levantamento feito no Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp. O acervo de periódicos do AEL é constituído a partir de microfilmes da coleção da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

²⁴⁷ *A Ortiga*, n. 1, 10/08/1839, p. 2.

imprimiam. Portanto, na medida em que os textos eram de estrita responsabilidade dos seus autores, cabia ao impressor – no caso, Paula Brito – o zelo pela qualidade material da publicação e pelo anonimato dos primeiros, conforme regia a lei. Cada qual cumprindo o seu papel, estabelecia-se um acordo entre as partes, baseado em “princípios, boa fé” e, importante ressaltar, em “dinheiro”. A Tabela 5 e o Gráfico 2 a seguir mostram a diversidade de títulos impressos pela Tipografia Imparcial de Paula Brito, assim como os indicadores da produção. A campanha pela maioridade de d. Pedro II na imprensa seguramente refletiu no aumento de novos jornais impressos em 1840, o ano mais significativo no período. Entretanto, além das folhas políticas, a Tipografia Imparcial igualmente imprimiu jornais católicos, literários e científicos.

Tabela 6 – Periódicos impressos pela Tipografia Imparcial de F. de Paula Brito (1835-1851)*

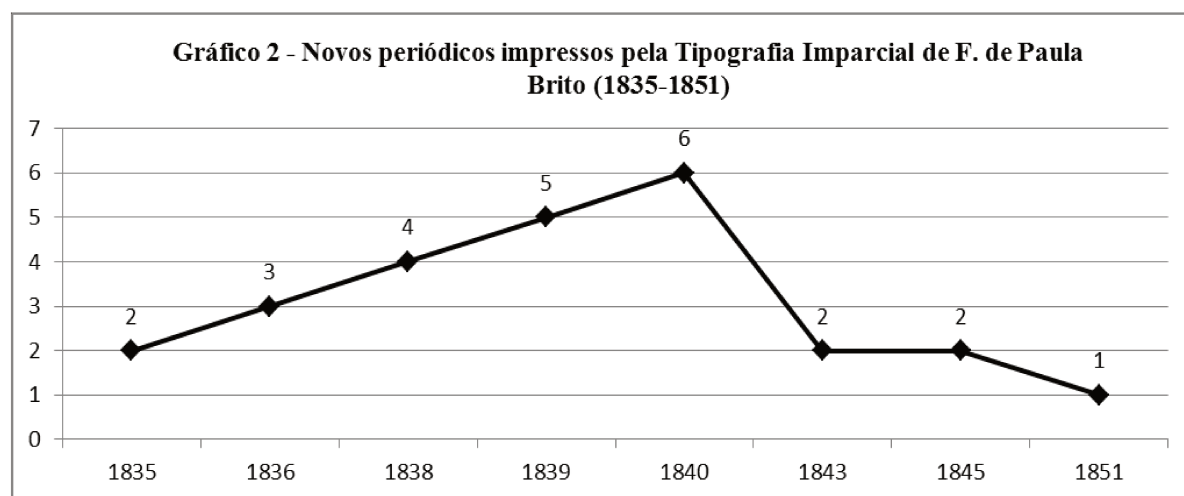
<i>Periódico</i>	<i>Primeiro N.</i>	<i>Último N.</i>
Revista médica fluminense**	07/03/1833	03/1841
A Mulher do Simplício	12/12/1835	30/04/1846
Seleta Católica	01/1836	09/1837
O Guarda Nacional	06/02/1836	26/02/1836
O Atlante	05/05/1836	30/08/1836
O Católico***	17/02/1838	02/07/1838
O Cidadão***	15/03/1838	25/10/1838
O Popular	07/04/1838	07/04/1838
D. Pedro II	23/06/1838	14/09/1838
O Pregoeiro***	05/01/1839	16/01/1839
Simplício endiabrado	07/05/1839	07/05/1839
A Ortiga	10/08/1839	07/05/1840
O Monarquista do Século XIX	17/08/1839	07/09/1840
A Liga americana	31/10/1839	20/02/1840
O Homem do povo***	26/02/1840	12/11/1840
O Propugnador da Maioridade	19/05/1840	21/07/1840
O Filho do Brasil***	04/07/1840	13/10/1840
O Grito da razão	17/07/1840	17/07/1840
A Regeneração	18/08/1840	30/03/1841
O Brasil***	16/06 /1840	02/06/1840
Revista Médica Brasileira	05/1841	03/1843
A Gazeta dos Tribunais	10/01/1843	29/12/1846
O Gosto***	05/08/1843	07/09/1843

Arquivo Médico Brasileiro***	08/1844	09/1848
O Brado do Amazonas	05/04/1845	31/05/1845
Anais de Medicina Brasiliense	06/1845	09/1851
A Marmota na Corte	07/09/1849	30/04/1852
O Tamoio	15/01/1851	29/03/1851

* Fonte: Periódicos do Arquivo Edgar Leuenroth, AEL-Unicamp.

** Começou a ser impresso na Tipografia Fluminense de Brito & C.

*** Além da Imparcial, constam números impressos por outras tipografias instaladas no Rio de Janeiro.



Fonte: Periódicos do Arquivo Edgar Leuenroth, AEL-Unicamp.

Destacam-se entre os científicos os jornais ligados à medicina, *Revista Médica Fluminense*, *Revista Médica Brasileira*, *Arquivo Médico Brasileiro* e *Os Anais de Medicina Brasiliense*. Um estudo mais detido dessas publicações confirmaria a continuidade entre elas, visto que, com exceção do *Arquivo Médico Brasileiro*, redigido pelo Dr. Ludgero da Rocha Ferreira Lapa, os demais se vinculavam à Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro.²⁴⁸

Em 1844, Paula Brito imprimiu alguns números do *Arquivo Médico Brasileiro*: *gazeta mensal de medicina, cirurgia e ciências acessórias*. No entanto, o Dr. Ludgero parece ter-se desapontado com o impressor, a quem culpava pelo atraso na impressão e,

²⁴⁸ “Aos Srs. Subscritores”, *Arquivo Médico Brasileiro*: gazeta mensal de medicina, cirurgia e ciências acessórias. Tomo I, n. 5, dez. 1844, p. 120. “Academia Imperial de Medicina”, *AL*, 1843, p. 171. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu>>.

consequentemente, na distribuição do periódico. Visivelmente aborrecido, o redator publicou uma nota no jornal em que pedia que o impressor viesse a público e se desculpasse perante os assinantes. Paula Brito não se esquivou à provocação e logo abaixo da nota do redator do *Arquivo Médico Brasileiro* culpou o excesso de trabalho na tipografia pelo atraso. Certamente em decorrência deste episódio foi que o Dr. Ludgero decidiu dispensar os serviços da Tipografia Imparcial, imprimindo o *Arquivo Médico Brasileiro* na oficina de Berthe & Haring, na Rua do Ouvidor, n. 123²⁴⁹.

Entretanto, Paula Brito manteve boas relações com os responsáveis pela publicação dos *Anais de Medicina Brasiliense*, jornal da Academia Imperial de Medicina. No início de junho de 1846, ao principiar um novo ano da publicação, o redator da folha, Dr. Francisco de Paula Cândido, mencionava os “esforços e inteligência do impressor” a quem devia “não só o melhoramento do novo e mais amplo formato, com que aparecerá d’hoje em diante o *Jornal*; como também a considerável diminuição de trabalho para os redatores dos artigos científicos, incumbindo-se o Sr. Paula Brito da revisão das provas, etc., e outros minuciosos encargos”.²⁵⁰ Dias depois, a 30 de junho, o “zelo e cuidado do Sr. Paula Brito” para com o periódico foram novamente destacados na Sessão Anual da Imperial Academia de Medicina. Conforme a ata da Sessão, Paula Brito era encarregado do “trabalho editorial e distributivo” do jornal, recebendo para tanto um subsídio em exemplares, acordo que isentava a Imperial Academia de Medicina do “risco de perdas por falta de número suficiente de assinantes”.²⁵¹ Porém, o montante do subsídio era condicionado ao orçamento da instituição. No biênio 1847-1848, o governo de Sua Majestade destinou parcos um conto e 600 mil réis à Imperial Academia de Medicina, valor nada comparável aos 20 contos e 120 mil réis repassados à Academia das Belas Artes.²⁵²

²⁴⁹ “Aos Srs. Subscritores”, *Arquivo Médico Brasileiro*: gazeta mensal de medicina, cirurgia e ciências assessórias. Tomo I, n. 5, dez. 1844, p. 120. “Aos Srs. Subscritores”, *Arquivo Médico Brasileiro*: gazeta mensal de medicina, cirurgia e ciências assessórias. Tomo I, n. 7, fev. 1845 p. 172.

²⁵⁰ “Aos Srs. Assinantes”, *Anais de Medicina Brasiliense*, n. 1, ano 2, 01/06/1846, p. 1. De modo semelhante, em 1851, o Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo agradecerá os trabalhos realizados por Paula Brito durante o tempo em que permaneceu à frente do jornal, ver: *Anais de Medicina Brasiliense*, n. 12, ano 6, 01/09/1851, p. 288.

²⁵¹ “Relatório dos trabalhos da Academia Imperial de Medicina lido na sessão anual em 30 de junho de 1846”. *Anais de Medicina Brasiliense*, n. 2, ano 2, 01/07/1846, p. 42.

²⁵² CAVALCANTI D’ALBUQUERQUE, Antonio Francisco de Paula Holanda. *Proposta e Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 6ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de*

Tais valores sugerem que o subsídio repassado a Paula Brito talvez não fosse alto. Em todo caso, a ligação entre o impressor e os esculápios da Imperial Academia de Medicina podia ser vantajosa em outra frente: a publicação das teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A Lei de 3 de outubro de 1832, que reorganizou as academias médico-cirúrgicas do Rio de Janeiro e Bahia, tratava das teses em seu artigo 26. Nele estava explícito que nenhum aluno obteria o título de Doutor em Medicina, sem antes defender uma tese escrita em idioma nacional ou latim, conforme disposições das próprias academias. Para o nosso caso interessa que a lei dispunha que essas teses deveriam ser “impressas à custa dos candidatos”.²⁵³ Com efeito, médicos recém-formados passaram a constituir uma importante clientela para as tipografias das duas cidades que abrigavam as Faculdades de Medicina do Império. No caso do Rio de Janeiro, entre 1844 e 1845, um panorama desse mercado pode ser traçado a partir dos títulos anunciados nas seções “Obras médicas” e “Obras médicas publicadas no Rio de Janeiro” do *Arquivo Médico Brasileiro*. Conforme o Gráfico 3, neste intervalo noticiaram-se no jornal do Dr. Lugero 42 teses impressas em 11 tipografias diferentes.

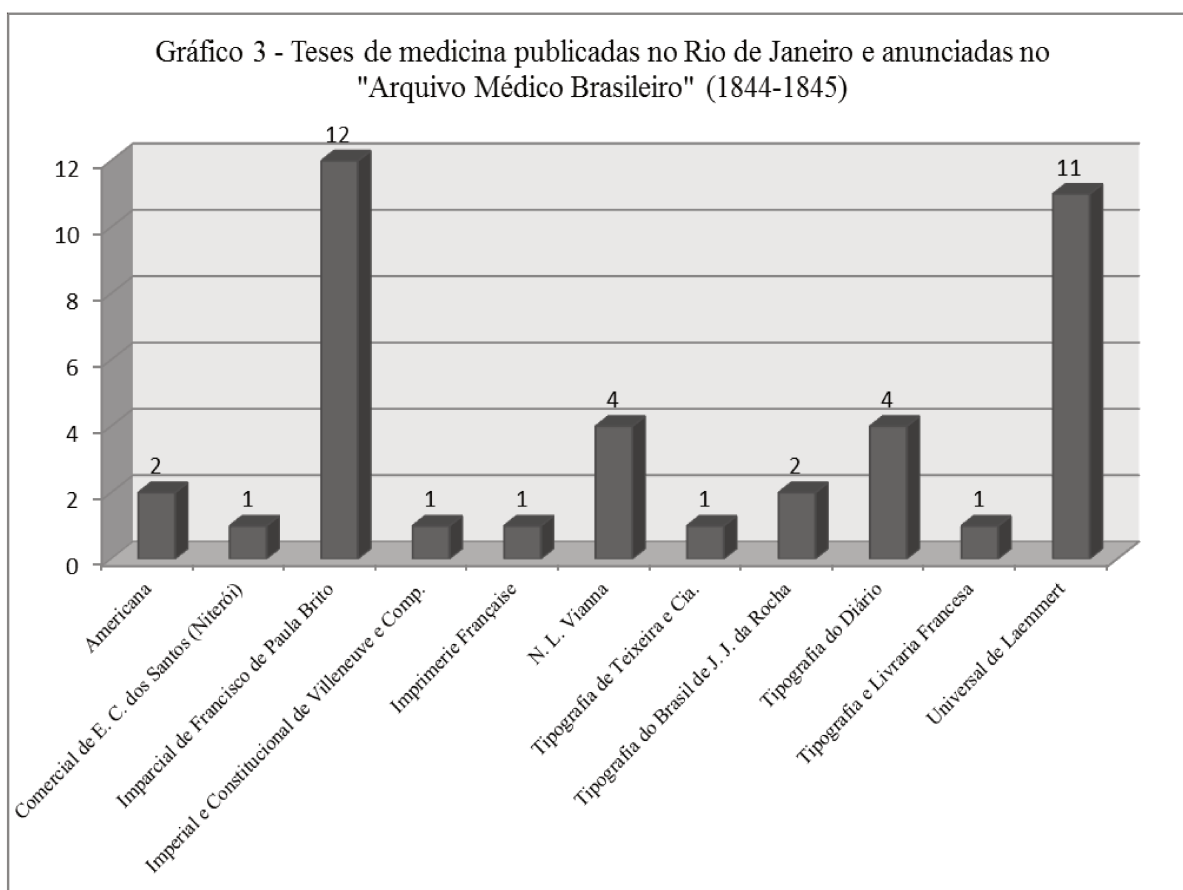
Em meados dos anos 1840, a Tipografia Imparcial e a Tipografia Universal de Laemmert foram os estabelecimentos preferidos pelos jovens médicos da Corte na impressão de suas teses. No que se refere às doze teses impressas por Paula Brito, que o colocava no topo do *ranking*, pode ter sido determinante os bons serviços prestados à Imperial Academia de Medicina na publicação e distribuição de seu periódico. Em alguns casos, médicos ligados à Imperial Academia eram lentes da Faculdade de Medicina, sediada no antigo colégio dos jesuítas. Por exemplo, o Dr. Francisco de Paula Candido, que por ser redator dos *Anais de Medicina Brasiliense* manteve estreito contato com Paula Brito, era lente do primeiro ano na Faculdade.²⁵⁴ Portanto, redes tecidas desde a década de 1830, quando Paula Brito começou a imprimir a *Revista Médica Fluminense*, certamente

Estado dos Negócios da Fazenda. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1846. p. 4. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu>>. Acesso em: 12/12/2012.

²⁵³ Lei de 3 de Outubro de 1832. Dá nova organização às atuais Academias Medico-cirúrgicas das cidades do Rio de Janeiro, e Bahia. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. V. 1, 1832, p. 87. Disponível em: <www2.camara.leg.br>. Acesso em: 03/12/2012.

²⁵⁴ “Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro”; “Academia Imperial de Medicina”. *AL*, 1846, p. 70-17; 193-194.

contribuíram para que médicos recém-formados se dirigissem preferencialmente à Praça da Constituição, n. 64, a fim de imprimirem suas teses. Do modo como fez o Dr. João Arnaud de Araújo Lima, natural de Campina, termo da Vila de Santa Luzia do Norte, nas Alagoas, que lá colocou em letra redonda sua *Dissertação sobre a amenorreia ou supressão do fluxo menstrual*, em 1844. Assim como seu colega de turma, o Dr. Joaquim Manuel Macedo com suas *Considerações sobre a nostalgia*, tese impressa pela Tipografia Imparcial no mesmo ano.²⁵⁵



Fonte: *Arquivo Médico Brasileiro*: gazeta mensal de medicina, cirurgia e ciências acessórias, Rio de Janeiro, 1844-1845.

²⁵⁵ "Obras médicas", *Arquivo Médico Brasileiro*. Tomo II, n. 4, dez. 1845, p. 96; Tomo I, n. 6, jan. 1845, p. 144.

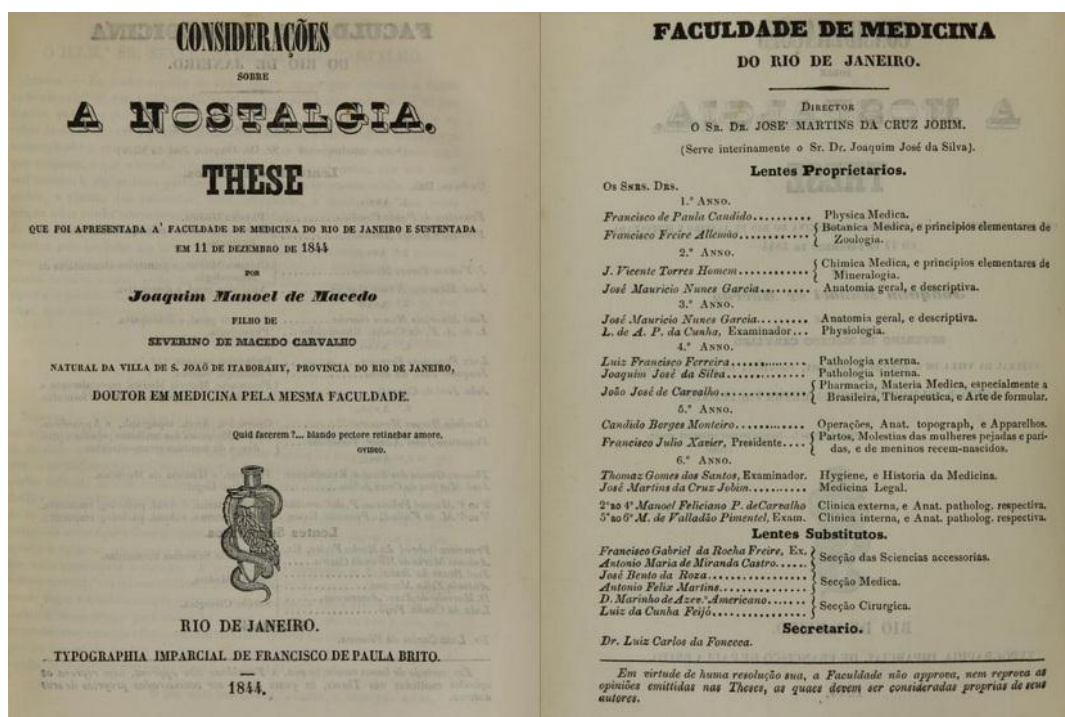


Figura 6 – Folha de rosto da tese *Considerações sobre a nostalgia*, de Joaquim Manuel de Macedo, de 1844

Pouco antes de colar grau em medicina,²⁵⁶ o Dr. Macedo publicou um romance que chamou de *A Moreninha*, impresso em tiragem reduzida na Tipografia Francesa. Saint-Amant, proprietário do estabelecimento localizado na Rua de São José, n. 64,²⁵⁷ seguramente ofereceu boas condições ao romancista de primeira-viagem que decerto pagou a edição de seu bolso. No entanto, o livro agradou de tal maneira que em poucos meses havia se esgotado. Tanto que em abril de 1845, Dutra e Mello empreendeu uma campanha nas colunas do *Diário do Rio de Janeiro* no intuito de arregimentar subscritores – entre os “amantes das letras, e especialmente do belo sexo, de cuja graça e simpatia é credora a galante Moreninha” – para uma nova edição do romance. As assinaturas podiam ser feitas nas livrarias dos Laemmert, Paula Brito e Bender e a nova edição seria ornada de “cinco estampas finas, representando as passagens mais importantes do seu enredo”.²⁵⁸

²⁵⁶ “Escola de Medicina: Colação de graus”, *Arquivo Médico Brasileiro*. Tomo I, n. 5, dez. 1844, p. 120.

²⁵⁷ “Tipografias”, *AL*, 1844, p. 257.

²⁵⁸ “Obras publicadas: *A Moreninha*”, *Diário do Rio de Janeiro*, 23/04/1845, p. 2. A segunda edição de *A Moreninha*, de 1845, saiu pela Tipografia Americana de I. P. da Costa.

Embora coadjuvasse com os livreiros Laemmert e Bender na venda de assinaturas para a segunda edição de *A Moreninha*, Paula Brito desempenhou um papel muito importante neste momento em que o romance seduziu de vez, tanto os letrados como os leitores no Rio de Janeiro. Em 1836, seguindo o modelo francês, *O Chronista* havia sido o primeiro a demarcar o espaço do folhetim entre os jornais em circulação na cidade, diferenciando o rodapé da primeira página das demais seções da folha como ponto de entretenimento dos leitores. Em seguida, novamente seguindo a matriz europeia, o romance francês colonizou esse espaço que já se reproduzia em outros jornais. Em 1839, no entanto, o *Jornal do Commercio* começou a abrigar prosa de ficção escrita por autores brasileiros em seu folhetim, uma novidade até então. Paula Brito, Justiniano José da Rocha e João Manuel Pereira da Silva foram os primeiros autores brasileiros a publicar romances no folhetim do *Jornal do Commercio*. Um traço marcante dessas primeiras narrativas, para além da adequação do gênero romance às características brasileiras, era a legitimação de uma certa concepção de literatura nacional, construída em oposição não apenas à Europa, mas também em relação às províncias, tendo a Corte como centro.²⁵⁹ Em meio a esse processo surgiu também o editor literário no Rio de Janeiro.

Portanto, em se tratando de romance com DNA brasileiro, bom número de páginas foi escrita antes que Macedo publicasse *A Moreninha*, em setembro de 1844. Desde que o romance, nacional ou estrangeiro, invadiu os folhetins dos jornais da Corte, os proprietários das folhas constataram que, como um imã, eles atraíam leitores. Porém, apesar das narrativas publicadas no *Jornal do Commercio* em 1839, faltava testar o desempenho do “romance brasileiro” em outro suporte: o livro. Isso aconteceu em maio de 1843, quando Paula Brito imprimiu e vendeu por subscrição o “romance brasileiro” *Um roubo na*

²⁵⁹ A historiografia do romance brasileiro é vasta, merecendo destaque os estudos recentes, marcados por competente pesquisa empírica, a exemplo dos reunidos em: ABREU, Márcia (Org.). *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008. Entre esses estudos, Ilana Heineberg definiu a fase inicial do romance folhetim brasileiro como “mimética”, por não haver uma distinção clara entre as narrativas nacionais e as estrangeiras que ocupavam o mesmo espaço no *Jornal do Commercio*. HEINEBERG, Ilana. Miméticos, aclimatados e transformados: trajetórias do romance-folhetim em diários fluminenses. In: ABREU, Márcia (org.). *Trajetórias do romance...* op. cit., 2008. p. 502. Jefferson Cano, por sua vez, observa justamente a distinção entre os primeiros romances brasileiros e as matrizes europeias. Para o historiador, o caráter nacional nessas narrativas construía-se tanto na oposição ao modelo europeu, como na tensão entre o “local e o provincial”, importante em tempos de revoltas como a Farroupilha. CANO, Jefferson. Nação e ficção no Brasil do século XIX. *História Social*, n. 22-23, primeiro e segundo sem. 2012.

Pavuna.²⁶⁰ Tratava-se de um livro de oitenta páginas, em pequeno formato e impresso sem indicação do autor que, no entanto, não se absteve de dedicá-lo a sua “prezada mãe”. Não há vestígios de recepção crítica ao romance, assim como não se sabe se Paula Brito apenas o imprimiu ou assumiu os riscos de editá-lo, comprando o manuscrito de seu autor – mais tarde identificado como Luís da Silva Alves de Azambuja Susano.²⁶¹

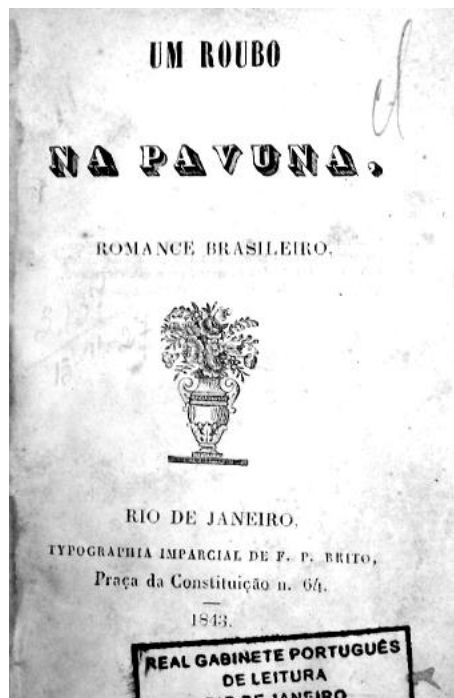


Figura 7 – *Um roubo na Pavuna*, 1843.

No mês seguinte à publicação de *Um roubo na Pavuna*, entre junho e agosto de 1843, Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa estampou nos folhetins do *Brasil*, jornal então

²⁶⁰ “UM ROUBO NA PAVUNA, romance brasileiro. Distribui-se aos assinantes na loja de Paula Brito, a 500 réis e vende-se a 800 réis”. “Obras publicadas”, *Diário do Rio de Janeiro*, 13/05/1843, p. 3.

²⁶¹ Nascido no Rio de Janeiro, em 1791, Azambuja Susano a princípio quis ser padre, ingressando no Seminário de São Joaquim. Depois de abandonar os estudos eclesiásticos e transferir-se para o Espírito Santo, fez uma bem sucedida carreira como Inspetor da Fazenda naquela província. Para além de *Um roubo na Pavuna* e de compêndios e obras jurídicas, Azambuja Susano publicou mais duas narrativas ficcionais: *O Capitão Silvestre e Frei Veloso ou A plantação de café no Rio de Janeiro* (1847) e *A Baixa do Matias, ordenança do Conde dos Arcos, vice-rei do Rio de Janeiro, romance-histórico-jurídico* (1858). “Notícia sobre Azambuja Suzano”, *Autores e Livros*, v. XI, n. 2, fev. 1950, p. 13; 15.

impresso na Tipografia Imparcial, seu *O Filho do Pescador, romance brasileiro original*.²⁶² Imediatamente após o término da publicação em série, Paula Brito publicou-o em livro – em um único volume de 152 páginas vendido a mil réis em sua livraria.²⁶³ Deste modo, o romance de Teixeira e Sousa acabou por desbravar um caminho que seria percorrido por outros tantos romances e contos no Brasil oitocentista, que somente depois de publicados em fatias nos rodapés dos jornais seriam impressos em volumes. A recepção bem sucedida na primeira etapa por certo implicava a efetivação da segunda, transformando-se o espaço do folhetim em um bem calibrado termômetro para os editores. Entretanto, a publicação de *Um roubo na Pavuna* e, sobretudo, de *O Filho do Pescador* em folhetim e em livro, sugerem no mínimo duas questões: Paula Brito estaria atento ao interesse do público leitor da Corte pelos romances nacionais, ou deliberadamente, na qualidade de impressor e editor de livros e periódicos, decidiu intervir na formação desse interesse?

No prospecto do *Arquivo Romântico Brasileiro*, periódico dedicado à divulgação de romances, que Paula Brito publicou a partir de fevereiro de 1847, pode-se encontrar algumas respostas significativas a essas perguntas:

Tendo-se desenvolvido, há não pouco tempo, em nossos leitores um excessivo gosto pela leitura de romances, ou novelas, o que vale o mesmo; e dando os nossos jornais, em seus folhetins, quase diariamente romances franceses, notamos que não poucos leitores, depois de terminado o Romance dos Folhetins, os vão comprar em folhetos, pagando assim duas vezes, uma na assinatura do jornal, outra comprando os folhetos, o que não acontecerá com uma publicação regular que publique romances; pois que uma vez comprados os números em que se publique o romance, ou assinando-se, nada mais é que encaderná-los e tem-se assim um belo e nítido volume de romances. Isso já tem sido por mais de uma vez intentado, porque malogradas tem sido tais publicações, e nunca por falta de assinantes; pois a razão é que, principiando a publicar-se um romance em um jornal para isso só feito, os grandes jornais começam também a publicá-lo, e os assinantes tendo o mesmo romance dos jornais diários, não reformam suas assinaturas, e assim o jornal dos romances tem de morrer à mingua: tal aconteceu com o *Arquivo Romântico*.

²⁶² “Folhetim: O Filho do Pescador, romance brasileiro original”, *O Brasil*, n. 419, 06/06/1843, p. 1; n. 437, 22/08/1843, p. 1. A obra de Teixeira e Sousa tem sido cuidadosamente estudada por Hebe Cristina da Silva. Prelúdio do romance brasileiro: Teixeira e Sousa e as primeiras narrativas ficcionais. Tese. (Doutorado em Teoria e História Literária). IEL – Unicamp, Campinas, 2009.

²⁶³ O primeiro anúncio informando a venda do romance *O Filho do Pescador* localizado foi publicado no *Diário do Rio Janeiro*, em fins de setembro de 1843. “Obras publicadas”, *Diário do Rio de Janeiro*, 25/09/1843, p. 2.

Não obstante estes tristes exemplos, vamos empreender um jornal com o título acima, em que se publicará só romances brasileiros; então ninguém os publicará senão nós, e unicamente nós.²⁶⁴

Em 1847, o gosto pelos romances era recente e crescente. Perspicaz, Paula Brito observava que os leitores, ávidos por acompanhar tais narrativas, estavam dispostos a pagar duas vezes pelo mesmo romance, assinando o jornal e comprando o folheto. Seu periódico, pelo contrário, objetivava eliminar estes custos, oferecendo romances em fascículos que, ao cabo da publicação, poderiam ser reunidos e encadernados. No entanto, do ponto de vista da sobrevivência do projeto, publicar autores nacionais era a única arma capaz de enfrentar a concorrência desleal das traduções. Afinal, em um tempo em que a pilhagem de narrativas francesas corria solta, era impossível possuir a exclusividade na publicação de determinado romance. Assim, apenas a exclusividade proporcionada pela publicação de autores nacionais – “ninguém os publicará senão nós, e unicamente nós” – salvaria o periódico. Portanto, a primeira justificativa do editor à preferência pelo romance nacional se formulava sobre razões de mercado. Porém, havia outras vantagens em jogo:

[...] Duas vantagens daqui resultarão, ou antes três: 1ª escrevendo-se sobre cousas nossas, conheceremos melhor nosso país, nossas antiguidades e todas as nossas cousas; 2ª aumenta-se nossa literatura, o que já é muito; 3ª estimula-se o gênio de nossos jovens, que feridos do exemplo se lançaram à arena dos escritores. À vista destas vantagens, esperamos que todas as pessoas amantes dos romances mandem subscrever para esta publicação, que é 500 réis, por mês, dando-se folha e meia, em bom papel, boa letra, formando uma nítida edição. O *Arquivo Romântico Brasileiro* saí todos os sábados, não sendo dia santo de guarda. Os redatores estrearam sua carreira pela publicação do romance brasileiro do Sr. Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa, que tem o título: *Tardes de um pintor ou Intrigas de um Jesuíta*. O acolhimento favorável com que o público recebeu o *Filho do Pescador*, e as *Fatalidades de Dous Jovens* do mesmo autor, nos fez lançar mão deste romance, que, em maior escala, é muito superior aos dous²⁶⁵.

Seguindo o raciocínio de Paula Brito temos que à justificativa mercadológica precedia o argumento nacionalista que, por sua vez, amparava-se na necessidade de se promover uma literatura brasileira feita por autores brasileiros. Na perspectiva de um

²⁶⁴ “Obras publicadas: *Arquivo Romântico Brasileiro*”, *Diário do Rio de Janeiro*, 20/02/1847, p. 3.

²⁶⁵ “Obras publicadas: *Arquivo Romântico Brasileiro*”, *Diário do Rio de Janeiro*, 20/02/1847, p. 3.

editor, publicar autores nacionais significava antes de tudo oferecer um produto distinto das traduções francesas que inundavam os rodapés dos jornais e as livrarias do Rio de Janeiro. Com efeito, os romances de Teixeira e Sousa, autor já conhecido e apreciado pelo público, se ajustariam feito luvas às páginas do *Arquivo Romântico Brasileiro* que teve seus folhetos impressos na Tipografia de Teixeira & Companhia, estabelecimento que o romancista e Paula Brito possuíam em sociedade desde 1845.



Figura 8 – Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa e o romance *Tardes de um pintor*, no Arquivo Romântico Brasileiro.

Filho mais velho de um negociante português e de uma parda livre, Teixeira e Sousa nasceu em Cabo Frio, em 1812. Dez anos depois, diante de inúmeras dificuldades financeiras enfrentadas por seu pai, foi obrigado a abandonar as aulas régias que frequentava e, para sobreviver, tornou-se carpinteiro. Aos treze anos de idade transferiu-se para o Rio de Janeiro no intuito de aperfeiçoar-se no ofício. Por volta de 1830, o rapaz retornou a Cabo Frio gravemente adoecido dos pulmões. Nos anos seguintes, em uma sucessão de desgraças, Teixeira e Sousa perdeu os irmãos e os pais, decidindo-se por voltar ao Rio de Janeiro. Mas enquanto ainda vivia em Cabo Frio e se curava dos pulmões,

Teixeira e Souza entregou-se aos estudos. Neste período, conforme Joaquim Norberto, que lhe dedicou uma biografia na *Revista do IHGB*, o rapaz “Não lia, devorava com avidez todos quantos livros lhe caíam nas mãos”. Conforme o biógrafo, o amor pelos estudos e as adversidades da vida foram os ingredientes que proporcionaram a transformação sofrida por Teixeira e Sousa: “Vertera-lhe n’alma, torturada pela saudade, o hino da consolação, e o rude operário tornara-se poeta!”²⁶⁶

Jovem, pardo, amante dos estudos e dos versos. As afinidades com Paula Brito eram consideráveis, e em 1840 foi justamente o editor quem o acolheu “com o riso da satisfação sobre os lábios, e utilizou o seu trabalho, proporcionando-lhe meios de subsistência”.²⁶⁷ O biógrafo empregou bem o verbo, pois certamente tinha razão ao dizer que Paula Brito “utilizou” o trabalho de Teixeira e Sousa, em contrapartida “proporcionando-lhe meios de subsistência”. O rapaz depressa aprendeu o ofício tipográfico e os macetes do comércio livreiro, tornando-se sócio de Paula Brito na já mencionada Tipografia de Teixeira & Cia, na Rua dos Ourives, n. 21. A tipografia e loja funcionaram de 1845 a 1849, quando Teixeira e Sousa, já casado e com filhos, decidiu ser mestre-escola no Engenho Velho.²⁶⁸ No entanto, foram as habilidades literárias de Teixeira e Sousa, descrito como “escritor fecundo, romancista imaginoso, poeta inspirado”,²⁶⁹ as primeiras a serem reconhecidas e “utilizadas” por Paula Brito em seus empreendimentos editoriais. Além do romance *O Filho do Pescador*, Paula Brito imprimiu os *Cânticos Líricos*, versos cujo segundo volume, de 1842, foi dedicado ao então desembargador Paulino José Soares de Sousa, futuro visconde de Uruguai. Em 1844, era a vez dos *Três dias de um noivado*, outro volume de

²⁶⁶ SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. “Biografia dos brasileiros ilustres por amar, letras, virtudes, etc.: Notícia sobre Antonio Gonçalves Teixeira e Souza e suas obras”. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*. Tomo XXXIX. Primeira parte. Rio de Janeiro: B. L. Garnier: Livreiro-editor, 1876. p. 202-203.

²⁶⁷ Idem, *Ibidem*, p. 206.

²⁶⁸ Teixeira e Sousa anunciou a criação da Tipografia de Teixeira & C. na *Gazeta dos Tribunais*. “Anúncio: Nova Tipografia na Rua dos Ourives, n. 21”, *Gazeta dos Tribunais*, 04/11/1845, p. 4. A “dissolução amigável” da sociedade foi noticiada em 1849. Na ocasião, Paula Brito anunciava que continuava à frente do estabelecimento. “Anúncio”, *O Brasil*, n. 1.487, 03/09/1849, p. 4. Sobre a transferência de Teixeira e Sousa para o Engenho Velho: SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Biografia...* op. cit., 1876. p. 210.

²⁶⁹ Idem, *Ibidem*. p. 207.

versos. Já, em 1847, saía o épico em doze cantos *A Independência do Brasil*, considerado por um leitor contemporâneo como repleto de “infinitas belezas”.²⁷⁰

CAUSAS CELEBRES
em 13 vol.; vendem-se na loja de Paula Brito, praça da Constituição n. 64.
PARDESSUS
em 5 bonitos vol.; vendem-se também na mesma loja.
FENET
em 15 vol.; obra interessante, e assim procurada. N. B. Todas estas obras se dão em conta, por já terem ido.

OBRAS TRAGICAS
DE
D. J. G. MAGALHÃES.
Antonio José, ou o Poeta e a Inquisição, original. Olgato, original. Othelo, ou o Mouro de Veneza, tradução.

NOVELLAS.
O FILHO DO PESCADOR
COMPOSIÇÃO DE
A. G. Teixeira e Sousa;
um bom folheto com 123 paginas, preço 1\$000.

HISTORIA
DA DUQUEZA DE C...
ESCRITA POR ELA MESMO;
um galante folheto com 97 pag., preço 400.

A NORMA
Tragedia lyrica em 2 actos, arranjada de novo em quadrilhas rimadas, e offerrecida ao bello sexo. Preço 320.

FARÇAS, OU ENTREMESSES.
Juiz de Paz da Boca, com o Fado da tyrans; O Nave em Mangas de Camisa. Na praça da Constituição n. 64.

OS TRES DIAS DE UM NOIVADO
POEMA
por Antonio Goncalves Teixeira e Sousa: acha-se no prelo para se publicar no proximo mez de junho. Preço da subscripção, 2\$000 rs.; publicada a obra, custará 3\$000 cada volume.

RAMALHETE DE FLORES.
OFFERECIDO
AS JOVENS FLUMINENSES.
Este folheto, que contém—100 flores diversas—todas descriptas em 100 decimas, vende-se na loja desta officina: preço 1\$000.

ENSINO DA LINGUA FRANCEZA.
Um habil professor, casado, tendo estado em Paris 10 annos, ensina a traduzir, escrever e fallar perfeitamente a lingua franceza as pessoas de ambos os sexos, á cujas casas irá, se assim aprouver aos discipulos. Dirijam-se á esta typographia.

TYPOGRAPHIA IMPARCIAL DE FRANCISCO DE PAULA BRITO.—1844.

Figura 11 – Autores nacionais anunciados na *Gazeta dos Tribunais*, n. 135, 17/05/1844, p. 4.

Outros autores brasileiros também seriam publicados pela Tipografia Imparcial, conforme demonstra um anúncio de meia página estampado na *Gazeta dos Tribunais*, em maio de 1844 (Figura 11). Portanto, além de Teixeira e Sousa, igualmente Gonçalves de Magalhães e Martins Pena, autor de grande parte das farsas e entremeses, passariam a integrar o catálogo da Imparcial.

Entretanto, não obstante o esforço de Paula Brito em publicar romances, peças de teatro e livros de poesia de autores nacionais, quiçá objetivando criar um mercado para as letras brasileiras, a literatura era numericamente inferior a outros gêneros presentes no catálogo do editor, a exemplo das teses da Faculdade de Medicina e dos discursos políticos. De acordo com o catálogo das obras de Paula Brito coligido e publicado por Eunice Ribeiro Gondim em 1965, recentemente ampliado por José de Paula Ramos Júnior, Marisa Midori

²⁷⁰ “Obras publicadas”, *Diário do Rio de Janeiro*, 22/12/1842, p. 3. *Gazeta dos tribunais*, n. 149, 15/06/1849, p. 4. “Anúncio”, *O Brasil*, n. 516, 16/03/1844, p. 4. “Crítica Bibliográfica: A Independência do Brasil. Poema épico em XII cantos”, *Diário do Rio de Janeiro*, 05/11/1847, p. 2-3.

Deaecto e Plínio Martins Filho, foram três romances, quatro livros de poesia e 13 peças de teatro, contra, por exemplo, 35 teses de medicina e 14 discursos de políticos ilustres como Martins Francisco Ribeiro de Andrada, Francisco Gê Acayaba de Montezuma e Paulino José Soares de Sousa.²⁷¹ Todavia, a publicação de romancistas, dramaturgos e poetas brasileiros por Paula Brito ganhará novo fôlego a partir da fundação da Empresa Dous Dezembro.

Portanto, recapitulando alguns pontos, vimos até aqui que Paula Brito, após ter fundado a Tipografia Imparcial conseguiu expandir seu comércio, comprar um prelo mecânico, imprimir muitos periódicos, muitas teses da Faculdade de Medicina e inclusive arriscou editar autores brasileiros, capazes de pelejar contra as traduções francesas. Mas, afinal de contas, quem construiu Tebas, a das Sete Portas? Ou melhor, quem compunha, imprimia e distribuía essas publicações? Como se organizava o mundo do trabalho ao redor de Francisco de Paula Brito?

²⁷¹ RAMOS JR, José de Paula, et al. *Paula Brito...* op. cit., 2010. p. 183-257.

Operários, escravos e africanos livres

O fato de Paula Brito ser considerado por muitos autores como o primeiro “patrão” de Machado de Assis contribuiu sobremaneira para que o editor fosse conhecido nos estudos literários e machadianos.²⁷² No entanto, além do jovem Machado, outros tantos trabalhadores foram empregados na livraria e nas oficinas de Paula Brito. Assim, ultrapassando as fronteiras cronológicas desta parte da tese, sobretudo em virtude da escassez de dados, consideramos neste capítulo as três décadas em que o editor atuou no Rio de Janeiro, de novembro de 1831, quando se iniciou no comércio de livros e artigos variados, até dezembro de 1861, quando faleceu. Com efeito, o inventário *post-mortem* de Paula Brito pode ser um bom ponto de partida, pois trazia referências a alguns de seus empregados.²⁷³

Ao lado das despesas do aluguel do prédio no qual funcionava a oficina tipográfica, consumo de gás, medicamentos, enterro do finado editor, luto da família, o inventário também tratava das dívidas por “ordenados de caixeiros, por ordenados de entregadores de jornais e cobradores, por salários de operários”. Observando os casos individualmente listados, temos que Francisco Germano da Silva era caixeiro de Paula Brito e por seu salário de março de 1860 a viúva e inventariante do editor lhe devia 550 mil réis. Já os entregadores, que possivelmente percorriam as ruas do Rio de Janeiro distribuindo os jornais e revistas impressos por Paula Brito aos assinantes, eram Antonio Francisco de Araújo, que receberia 104 mil e 580 réis, Manuel José Rodrigues, 34 mil réis, e Moisés Antonio Sabino, 20 mil réis. Em comparação ao salário do caixeiro, os ordenados dos entregadores não eram elevados, refletindo talvez a pouca especialização do ofício, possivelmente desempenhado por jovens e crianças. Infelizmente em relação aos operários

²⁷² Ver a Introdução, notas 6.

²⁷³ *Inventário. Francisco de Paula Brito, falecido. Rufina Rodrigues da Costa Brito, Inventariante*. ANRJ, Juízo Municipal da 1ª Vara do Rio de Janeiro, n. 6.210, maço 448, 1862.

o inventário não oferece informações mais detalhadas. Na “Lista dos credores do finado Francisco de Paula Brito”, lê-se apenas: “Diversos Operários da Tipografia pelo período de uma quinzena. Duzentos e cinquenta e sete mil e oitocentos réis”. O inventário também não mencionava nenhum escravo entre os bens do finado editor, o que não significava que Paula Brito não os teve durante a vida, pelo contrário.

Em relação aos trabalhadores livres, *A Marmota Fluminense* traz dados mais precisos sobre a década de 1850. Durante a expansão da Empresa Dous de Dezembro, estudada adiante, Paula Brito anunciou naquele periódico a contratação de “Mr. Therier, hábil retratista e litógrafo, engajado em Paris”.²⁷⁴ De fato, no intuito de trabalhar para o editor brasileiro, Clemant Bernard Louis Therier desembarcou na capital do Império no dia 25 de fevereiro de 1853.²⁷⁵ Therier não teria sido o único francês engajado por Paula Brito, pois há referências de que a Dous de Dezembro empregou entre 30 e 40 operários, brasileiros e franceses.²⁷⁶ Porém, já em 1856 os inúmeros problemas financeiros que culminaram na falência da companhia se acentuaram. Com efeito, Louis Therier deixou a Dous de Dezembro em maio, associando-se a outro francês, Martinet, na criação de um novo estabelecimento litográfico no Rio de Janeiro.²⁷⁷ Caso bastante semelhante ao do tipógrafo Luiz de Sousa Teixeira que, após deixar a oficina de Paula Brito, em fevereiro de 1853, iniciou seu próprio negócio.²⁷⁸ Não há indícios de que Luiz de Sousa foi aprendiz na oficina tipográfica de Paula Brito. Porém, de volta aos anos 1840, esse caso pode encontrar certa semelhança ao de Teixeira e Sousa que, como sabemos, aprendeu tipografia com Paula Brito e, com a ajuda deste, iniciou seu próprio negócio em 1845.

Diante da carência de registros, os dados sobre a organização do trabalho em torno do editor Paula Brito tiveram de ser pinçados em diferentes fontes de diversas temporalidades. Porém, haveria chances dessa busca se tornar mais promissora a partir da

²⁷⁴ *Marmota Fluminense*, n. 350, 22/03/1853, p. 1.

²⁷⁵ “Movimento do porto”, *Diário do Rio de Janeiro*, 26/02/1853, p. 4.

²⁷⁶ “Lettres brésiliennes”, *Courrier du Brésil*, 05/10/1856, p. 2.

²⁷⁷ “Crônica Diária”, *Diário do Rio de Janeiro*, 21/05/1856, p. 1. “Foundation d’un etablissement de lithographie”, *Courrier du Brésil*, 01/06/1856, p. 4.

²⁷⁸ Em dois anúncios publicados na *Marmota Fluminense*, Paula Brito recomendava e afiançava a qualidade dos serviços de seu antigo empregado: “pois, artista como é, acha-se mais que muito habilitado para desempenhar todos os seus trabalhos, bem, e breve, reunindo a sua não vulgar aptidão, uma capacidade a toda a prova”. “O Tipógrafo Teixeira”, *Marmota Fluminense*, n. 341, 18/02/1853, p. 6; n. 342, 22/02/1853, p. 6.

aplicação do Decreto n. 384 de 16 de outubro de 1844, promulgado por Manuel Alves Branco, então Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Fazenda. Com exceção da Tipografia Nacional, o objetivo desta lei era regulamentar a arrecadação de um imposto anual, denominado patente, sobre as tipografias espalhadas pelo Império. O tributo, que diferia entre regiões, apresentando variações entre as vilas, cidades marítimas, cidades do interior e a capital, era calculado a partir do número de operários livres ou escravos empregados nos estabelecimentos:

Art. 1º Todas as Tipografias do Império, á exceção unicamente da Nacional, ficam sujeitas a um imposto de Patente anual, nos termos do Artigo decimo da Lei de vinte e um de Outubro de mil oitocentos e quarenta e três, segundo sua importância, o qual será regulado pela maneira seguinte.

§ 1º As Tipografias que empregarem até quinze operários livres pagarão:

Nas Vilas	20\$000
Nas Cidades do interior	40\$000
Nas Cidades marítimas	60\$000
Na Capital do Império	80\$000

§ 2º As que ocuparem de dezesseis até trinta operários livres pagarão o duplo das taxas acima, conforme a sua classe, e o quádruplo se excederem daquele número.

§ 3º O emprego de operários escravos, sós ou conjuntamente com os livres, seja qual for o seu número, sujeita a Tipografia ao pagamento de mais um décimo da taxa, segundo a sua classe²⁷⁹.

Como podemos observar, por exemplo, tipografias localizadas em cidades do interior do Brasil que empregassem até 15 operários livres pagariam 40 mil réis por ano. Caso empregassem entre 16 e 30 operários livres o imposto duplicaria, assim como quadruplicaria se esse número de operários livres fosse ultrapassado. No caso dos “operários escravos, sós ou conjuntamente com os livres” (grifo meu) havia uma sobretaxa de 10% sobre o imposto (Art. 1º, §3º). A lei definia (Art. 2º) que por operários entendiam-se os compositores, impressores, batedores e aprendizes. Já os artigos três e quatro dispunham que, ao final de cada ano fiscal, os proprietários das tipografias deveriam

²⁷⁹ Decreto n. 384 de 16 de outubro de 1844. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 30/05/2012. Agradeço essa fonte a Ana Paula Cardozo de Souza.

remeter às Recebedorias a relação completa de todos os operários, livres e cativos, empregados em suas oficinas.²⁸⁰

Justiniano José da Rocha atacou frontalmente nas colunas de seu jornal o Decreto 384, do “maquiavélico ministro” Alves Branco. Lembremos que o *Brasil* era conservador e que naquele momento a situação era liberal, daí o esforço de Justiniano em desacreditar toda a política fiscal do ministério.²⁸¹ Ao tentar demonstrar a inviabilidade da lei, o jornalista centrava-se em três pontos muito importantes para a discussão que empreendemos. Eis o primeiro deles:

De todos os meios de calcular a importância de uma tipografia escolheu o ministro o pior: o número de operários nem sempre está na razão do trabalho que uma tipografia apresenta, acresce que cada tipografia é uma escola, onde uma multidão de meninos vão aprender esse ofício, prestam nela alguns serviços, fáceis e grosseiros, mas não dão utilidade nenhuma a casa. Contar esses meninos para com eles aumentar a imposição da patente é castigar o dono da tipografia na razão mesmo da bondade com que quiser ele auxiliar a mocidade, dando-lhe, para o futuro, uma ocupação útil. Qual o tipógrafo que tomará um aprendiz sabendo que pode ter de pagar por ele a taxa? Assim veríamos em breve a arte tipográfica, que tanto se tem desenvolvido entre nós, que dá alimento a tantas centenas de famílias ir definhando pela falta ou pela escassez de novos operários. Assim veremos essa quantidade extraordinária de meninos brasileiros, que abundam em nossas tipografias, preparando-se um meio de subsistir que os não façam pesados ao país, antes os torne úteis – ir diminuindo a pouco e pouco, até de todo desaparecer²⁸².

Embora tais serviços fossem descritos como “fáceis e grosseiros” e o argumento de Justiniano fosse construído a partir da relevância do aprendizado para os meninos, o texto sugere a importância desses trabalhadores mirins no cotidiano das tipografias. Podemos imaginar que muitos deles se tornaram compositores tipográficos, como podia ter sido o caso de Luiz de Sousa Teixeira na oficina de Paula Brito. A partir do Decreto 384 saberíamos quantos aprendizes estavam efetivamente empregados nas tipografias do país,

²⁸⁰ Idem, *Ibidem*.

²⁸¹ Em agosto de 1844 o ministro Manuel Alves Branco havia revisado as tarifas alfandegárias de 15% sobre os produtos importados da Inglaterra, praticadas desde 1810. Ao reajustar tal percentual, a “Tarifa Alves Branco”, como ficou conhecida, possibilitou o aumento da receita do governo, bem como favoreceu a incipiente indústria nacional, pela isenção de tarifas de importação de máquinas e matérias-primas. BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. “O Brasil da Independência a meados do século XIX”. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: da Independência a 1870*. V. III. São Paulo; Brasília: Edusp; Imprensa Oficial; Fundação Alexandre de Gusmão, 2001. p. 747.

²⁸² “As patentes das imprensas”, *O Brasil*, n. 619, 10/12/1844, p. 1.

não fosse um segundo problema apontado por Justiniano. O imposto podia ser facilmente sonogado pelos tipógrafos; para tanto bastava que durante o mês fiscal se diminuíssem os serviços, despedindo os operários e aprendizes. No entanto, uma vez que “nem todas [as tipografias] têm escrituração regular”, havia ainda uma terceira barreira à aplicação da lei, Possuindo vasta experiência no ramo, Justiniano apontava que usualmente a escrituração fiscal das tipografias não era muito ortodoxa, o que dificultaria sobremaneira a aplicação de uma lei baseada em “livros que não existem”.²⁸³ Nesta perspectiva, o Decreto 384 demandaria antes de tudo uma nova postura por parte das tipografias que, depois dele, seriam obrigadas a zelar com maior rigidez por seus registros fiscais. Entretanto, fosse como fosse, a lei foi aplicada, e em fevereiro do ano seguinte a patente das tipografias aparecia entre os demais impostos arrecadados no Rio de Janeiro.

Tabela 7 – Impostos de patentes arrecadadas na Recebedoria do Município da Corte em fevereiro de 1845*

<i>Imposto de patente</i>	<i>Valor</i>
Imposto de patente na aguardente de consumo	16:005\$912
Imposto de patente do gado do consumo	9:112\$200
Imposto de patente sobre cavalos e bestas que entram no município	60\$000
Imposto de patente sobre casas de leilão e modas	1:600\$000
Imposto de patentes nas tipografias	292\$000

*Fonte: “Recebedoria do Município da Corte, fev. de 1845”, *Diário do Rio de Janeiro*, 04/03/1845, p. 2.

Em 1845, havia 16 tipografias no Rio de Janeiro. Ao dividirmos esse número pelo valor arrecadado, magros 292 mil réis, temos que cada tipografia pagou à Recebedoria do Município somente 18 mil e 250 réis. Valor bem abaixo dos 80 mil réis exigidos para as tipografias da Corte que empregassem até 15 operários livres. Conforme os valores divulgados no *Diário*, Justiniano José da Rocha tinha boa dose de razão ao advertir que a lei certamente seria burlada. Possivelmente poucos estabelecimentos na Corte se prontificaram a apresentar à Recebedoria do Município listas fidedignas indicando seus operários.

Outras fontes indicam que escravos foram largamente empregados nas tipografias da Corte. Neste sentido, há registros de que Paula Brito alugou pelo menos um escravo para

²⁸³ Idem, Ibidem.

o serviço de sua oficina, o crioulo Francisco, que fugiu do seu senhor, João José de Mattos, em agosto de 1858. Francisco era astuto, conhecido de toda a cidade a ponto de ter recebido um benefício do Teatro de São Januário, dizendo a todo mundo que era forro e que se chamava Francisco José de Mattos. Os anúncios de sua fuga descreviam-no como “muito bem vestido e calçado, sem barba, e tem um talho debaixo do queixo e falta-lhe a cabeça de um dedo da mão direita”. Quando fugiu, Francisco vendia peixe na Praça do Mercado, mas antes havia trabalhado na Alfândega e “na casa do Sr. Paula Brito como batedor”, ou seja, o encarregado de distribuir as tintas nas fôrmas de impressão.²⁸⁴

Fugitivo também era o preto Antonio, “de 20 a 21 anos, muito bem parecido”, que se evadiu do seu senhor usando “calça de riscado e camisa azul”, em novembro de 1831. A notícia de sua fuga dizia apenas que Antonio era “oficial de tipografia”, não especificando o tipo de trabalho que fazia e onde trabalhava.²⁸⁵ Caso fosse compositor tipográfico, era certo que Antonio sabia ler e escrever, a exemplo de um escravo crioulo do coronel Antonio da Costa Barros, morador do Valongo, que também resolveu fugir em agosto de 1830. Reincidente em fugas, o cativo que se dizia forro e atribuía a si mesmo o nome de Mascarenhas, era descrito no anúncio que o coronel Barros publicou no *Correio Mercantil* como “de estatura baixa, magro, feições miúdas, e muito bem falante, sabe ler, escrever e contar bem”.²⁸⁶ Mas escravos letrados, como o dito Mascarenhas, podem ser considerados uma ilha num mar de analfabetos, empregando uma expressão de José Murilo de Carvalho.²⁸⁷ Deste modo, não espanta que boa parte dos escravos empregados em tipografias fossem impressores e batedores. Diferentemente do ofício de compositor tipográfico ou de revisor de provas, o trabalho do impressor, por exemplo, era considerado pesado e não exigia especialização.²⁸⁸ Este era o caso de Theodoro, que nasceu escravo do

²⁸⁴ Sobre a fuga do escravo Francisco, ver: “Atenção”, *Correio Mercantil*, 25/08/1858, p. 4. Sobre o ofício do batedor, ver: DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia, 1775-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 189.

²⁸⁵ “Escravos fugidos”, *Jornal do Commercio*, 11/11/1831, p. 2.

²⁸⁶ “Escravos fugidos”, *Correio Mercantil*, 30/08/1830, p. 4.

²⁸⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem...* op. cit., 2007. p. 65. Conforme dados do censo de 1872, apenas um quinto da população livre do Império era alfabetizada. BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. “O Brasil da Independência a meados do século XIX”. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina...* op. cit., 2001. p. 695.

²⁸⁸ VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico* (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2000. p. 39.

Jornal do Commercio, em março 1844. O escravo aprendeu o ofício de impressor, porém não foi alfabetizado. Em 1862, Theodoro, que além de impressor era capoeira, se envolveu na morte de outro cativo, sendo por isso processado e condenado. Em um dos interrogatórios a que foi submetido, “respondeu chamar-se Theodoro, escravo a (sic) Junius Villeneuve e Cia, crioulo, filho do Rio de Janeiro, que não sabe a sua idade, *impressor, não sabe ler nem escrever*, morador a Rua do Ouvidor, n. 55”.²⁸⁹ Max Fleiuss relatava que a primeira impressora Alauzet empregada no *Jornal do Commercio* era movida por seis escravos e que dois deles eram compositores, ofício especializado que exigia domínio da leitura e escrita.²⁹⁰ Nesse sentido, entre os fundadores da Associação Tipográfica Fluminense, grêmio mutualista e de resistência dos tipógrafos do Rio de Janeiro, também havia um compositor escravo.²⁹¹

Em 1846, escravos africanos eram igualmente empregados como impressores na litografia de Heaton & Rensburg, “o maior estabelecimento litográfico do Brasil”, conforme registrou o norte-americano Thomas Ewbank. O viajante ainda descreveu o espanto de Mr. Heaton ao saber que nos Estados Unidos um impressor litográfico recebia de dez a quinze dólares semanais, ao que prontamente ouviu do proprietário da oficina que “um mil réis (50 centavos [de dólar]) é aqui um bom salário e os escravos não nos custam nem um quarto disso”.²⁹²

Não era estranha a coexistência entre operários livres e cativos nos mais diversos ramos industriais existentes no Império, das tipografias aos grandes empreendimentos, como o estaleiro da Ponta da Areia, do Barão de Mauá.²⁹³ Conforme declarou Mr. Heaton a Mr. Ewbank, para a indústria gráfica o emprego de escravos foi um excelente negócio.

²⁸⁹ *Apelação criminal. A Justiça, autor. Theodoro, crioulo escravo de Junius Villeneuve e Cia, réu.* ANRJ, Corte de Apelação, n. 1184, caixa, 160, Gal-C, 1863, fls. 52. Analisei o caso do escravo Theodoro em: GODOI, Rodrigo Camargo de. “Trabalho escravo e produção de impressões no Rio de Janeiro oitocentista”. *Textos da Escola São Paulo de Estudos Avançados*. Campinas, 2012. Disponível em: <http://www.espea.iel.unicamp.br/>.

²⁹⁰ VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e operários...* op. cit., 2000. p. 100.

²⁹¹ Idem, Ibidem. p. 71-72; 99.

²⁹² EWBank, Thomas. *A vida no Brasil*. Tradução de Jamil Almansur Haddad. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1976. p. 151.

²⁹³ Sobre os múltiplos ofícios desempenhados por escravos no Rio de Janeiro ver KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Capítulo 7; SOARES, Luiz Carlos. *O povo de “Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj; 7 Letras, 2007. Capítulo 6.

Entretanto, com exceção do crioulo Francisco, que era alugado, a pesquisa apontou que Paula Brito parece ter sido parcimonioso em empregar seus escravos e escravas no trabalho da oficina. Deste modo, ainda que autores contemporâneos advertissem que “É difícil conceber um sistema cujos efeitos sejam mais funestos e vão tão longe, como os que resultam da existência da escravidão doméstica”,²⁹⁴ era justamente esse o caso do editor.

Ainda que esses testemunhos tenham historicidade própria, escritos após a morte de um homem falido que havia legado muitas dívidas, a “pobreza” em que viveu Paula Brito era notória entre os que o conheceram e escreveram a seu respeito.²⁹⁵ Todavia, em meados dos anos 1830, o fato de Paula Brito ter sido senhor de apenas uma escrava não desmente tais concepções. Difícil precisar quando o editor comprou a escrava africana Maria, de nação Congo. Caso tenha chegado ao Rio de Janeiro após a promulgação da lei de 7 de novembro de 1831, que abolia o tráfico de africanos ao passo que tornava ilegítima a escravidão dos aqui desembarcados, Maria seria uma entre os 750 mil africanos ilegalmente escravizados entre 1831 e 1850, e Paula Brito mais um entre outros tantos senhores de escravos beneficiados pelo contrabando de africanos para o Brasil.²⁹⁶

Certo é, contudo, que em setembro de 1837 Maria Conga era descrita como “magra, e bastante fula, peitos estufados, cara redonda e feita, olhos pequenos, pálpebras grossas, cabelo cortado”.²⁹⁷ A depender do tempo de seu cativeiro no Brasil, a escrava falaria português com certa dificuldade, preservando vocábulos e o sotaque de sua língua africana de origem, falada possivelmente na região do Rio Zaire, no centro-oeste africano.²⁹⁸ Deduções também podem ser feitas em relação ao tipo de serviço que Maria realizava, sendo o trabalho doméstico o mais plausível. Mas Paula Brito, a exemplo de outros senhores urbanos de reduzida escravaria, indivíduos e famílias em geral pobres e

²⁹⁴ BURLAMAQUI, Frederico Leopoldo César. *Memória analítica acerca do comércio d’escravos e acerca dos males da escravidão doméstica*. Rio de Janeiro: Tipografia Comercial Fluminense, 1837. p. 22.

²⁹⁵ MOREIRA DE AZEVEDO, Manuel Duarte. “Biografia do Sr. Francisco de Paula Brito”, *Correio Mercantil*, n. 61, 02/03/1862, p. 2-3. MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno Biographico Brasileiro*, v. 3... op. cit., 1876. p. 545-548.

²⁹⁶ CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

²⁹⁷ “Escravos Fugidos”, *Diário do Rio de Janeiro*, 09/09/1837, p. 4.

²⁹⁸ Sobre africanos de nação congo, ver KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Apêndice A. “Origens africanas do tráfico de escravos para o Rio de Janeiro”. p. 482.

possuidores de um ou dois escravos, podia se valer do dinheiro auferido pelo aluguel dos serviços de Maria a terceiros.²⁹⁹ Conforme um anúncio de “Aluguéis” publicado no *Diário do Rio de Janeiro* em maio de 1837, Paula Brito se valeu desse arranjo senhorial. Noticiava-se então que “na Tipografia de Brito” alugava-se “uma rapariga séria e habilidosa” por 12 mil réis. Valor alto se comparado aos 320 réis estimados no mesmo ano por Frederico Burlamaqui pelo “jornal médio (diário) de um escravo ordinário”.³⁰⁰ Mas este não era o caso da “rapariga séria e habilidosa” que, longe de “um escravo ordinário”, era descrita como perfeita para o “serviço particular da casa”, ideal “para servir numa casa decente, pois suas boas qualidades assim o exigem. Sabe fazer tudo, e de tudo dá conta com fidelidade, asseio e prontidão”.³⁰¹ A cronologia sugere que esta escrava talvez fosse Maria Conga. Porém, não podemos descartar que podia ser outra escrava de Paula Brito.

Vimos que Paula Brito se casou com Rufina em Itaboraí, em maio de 1833, sendo que a família aumentou com o nascimento das filhas do casal. Rufina, que recebeu o nome da mãe, nasceu a 28 de dezembro de 1834, e Alexandrina, a 17 de abril de 1837.³⁰² Por conseguinte, ainda que pudesse ter sido alugada, o trabalho de Maria Conga na casa de Paula Brito entre o nascimento das meninas igualmente pode ter sido imprescindível. Afinal, Rufina estava grávida de Alexandrina quando a filha mais velha do casal contava menos de três anos. Por certo era Maria Conga quem, entre outros serviços, abastecia a casa com a água do concorrido chafariz da Carioca, localizado próximo à casa de Paula Brito, equilibrando a vasilha sobre a cabeça. Nesse local, Maria podia também lavar a roupa da família enquanto conversava com outras lavadeiras e carregadoras de água.³⁰³ Todavia,

²⁹⁹ Viajantes estrangeiros que passaram pelo Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX notaram a importância do aluguel de escravos para a economia de famílias que possuíam um ou dois cativos. FERREIRA, Roberto Guedes. Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. In: FLORENTINO, Manolo. *Trabalho, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 234.

³⁰⁰ BURLAMAQUI, Frederico Leopoldo César. *Memória analítica acerca do comércio d'escravos...* op. cit., 1837. p. 84.

³⁰¹ “Aluguéis”, *Diário do Rio de Janeiro*, 23/05/1837, p. 2.

³⁰² Batismo de Rufina, inocente. *Brazil, Catholic Church Records, Rio de Janeiro, Santíssimo Sacramento, Batismos 1833-1837*, Imagem 163. Disponível em: <familysearch.org>. Acesso em 25/08/2012. Batismo de Alexandrina, inocente. *Brazil, Catholic Church Records, Rio de Janeiro, Santíssimo Sacramento, Batismos 1833-1837*, Imagem 249. Disponível em: <familysearch.org>. Acesso em 25/08/2012.

³⁰³ Durante boa parte do século XIX, o abastecimento de água nas casas da Corte e a lavagem de roupa eram tarefas desempenhadas por escravas e criadas que concorriam aos chafarizes distribuídos pela cidade, locais que se converteram em importantes pontos de sociabilidade para aquelas mulheres. GRAHAM, Sandra

nada também indica que Maria não estivesse alugada neste período, servindo a outros senhores ou entregando a Paula Brito o valor combinado dos seus jornais ao cabo da semana ou período de trabalho. Talvez nunca se saiba se isso de fato aconteceu, assim como não se saberá por que Maria resolveu fugir em fins de agosto de 1837, quatro meses depois de sua senhora dar a luz à segunda filha.

No dia 24 de agosto Maria “desapareceu” da casa de Paula Brito usando “vestido de riscadinho vermelho, chale encarnado e pano da costa, fino e novo”. O fato de estar bem vestida sugere que Maria podia gozar de algum privilégio junto à família de Paula Brito. Dado que não exclui a possibilidade de Rufina e seu marido terem sido senhores severos ao ponto de tornar o cativo da africana insuportável. Neste sentido, *O Grito Nacional*, jornal ligado aos liberais, não pestanejava em acusar o conservador Paula Brito de “massacrar os seus escravos, tendo por isso perdido a amizade do seu padrinho de casamento”.³⁰⁴ Embora escrito em meio aos embates políticos entre luzias e saquaremas, as considerações do redator do jornal acabam por oferecer uma justificativa ao menos verossímil à fuga de Maria. Sugere também que Paula Brito foi senhor de outros escravos, infelizmente não localizados. Passados quinze dias da fuga da escrava, o editor publicou no *Diário* uma nota solicitando a “quem a apreender, ou dela tiver notícia, queira entregá-la ou noticiá-la na casa n. 66, da Praça da Constituição, que receberá alvissaras de seu Sr. Francisco de Paula Brito”.³⁰⁵ Porém, não sabemos o destino de Maria, personagem que decidiu evadir-se dessa história trajando seu “pano da costa, fino e novo”.

O trabalho de Maria Conga faria uma falta considerável, sobretudo a Rufina, às voltas com a casa e as filhas – Alexandrina ainda era de colo. Ainda assim, Paula Brito tentou amenizar a situação apenas no ano seguinte, alugando “uma boa preta, que saiba engomar, lavar [e] cozinhar”, certamente para o serviço da família.³⁰⁶ Não obstante, se o problema era o serviço doméstico, tudo começaria a se resolver naqueles meados de 1838.

Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Capítulo 2.

³⁰⁴ “Os Estrangeiros”, *O Grito Nacional*, n. 119, 11/01/1850, p. 2-5. Os padrinhos de casamento de Paula Brito foram Francisco Antônio de Mendonça e Mariano José de Oliveira. Francisco de Paula Brito. Casado com Rufina Rodrigues da Costa. *Livro de casamentos de livres da Freguesia do Santíssimo Sacramento*, AP 0134, fls. 145v, 01/05/1833.

³⁰⁵ “Escravos Fugidos”, *Diário do Rio de Janeiro*, 09/09/1837, p. 4.

³⁰⁶ “Aluguéis”, *Diário do Rio de Janeiro*, 18/08/1838, p. 4

Na ocasião, Paula Brito havia acabado de receber a concessão dos serviços de duas africanas livres, Graça e Querubina, ambas de nação Cassange e resgatadas do patacho *Cesar*, embarcação apresada por tráfico ilegal de africanos em maio de 1838.³⁰⁷

Ao ser apreendido, o *Cesar* contrabandeava 202 africanos para o Rio de Janeiro. Após o resgate, 191 deles, incluindo Graça e Querubina, foram enviados à Casa de Correção onde permaneceram até 11 de julho, quando depois de matriculados, foram distribuídos a concessionários particulares pelo Juiz de Direito da 3ª Vara Civil e Juiz de Órfãos interino do Rio de Janeiro.³⁰⁸ No início de agosto, o escrivão José Leite Pereira, seguindo disposições desse juiz, publicou uma declaração no *Diário do Rio de Janeiro* solicitando a todos os que receberam africanos livres do *Cesar* que comparecessem ao seu cartório na Rua do Sabão, a fim de retirarem as cartas e recibos de pagamento dos africanos.³⁰⁹ Paula Brito foi um dos concessionários que respondeu à solicitação. Enquanto isso, Graça e Querubina, após a travessia compulsória pelo Atlântico, recomeçavam a vida na casa do editor.

Entre 1821 e 1856, perto de 11 mil africanos foram resgatados, emancipados e colocados sob custódia do governo brasileiro. Tais medidas resultavam de acordos bilaterais entre o Brasil e a Inglaterra que criaram comissões mistas com o objetivo de julgar embarcações supostamente envolvidas no tráfico de seres humanos. A partir de 1817, tais convenções estabeleceram que os homens, mulheres e crianças encontradas nesses navios seriam emancipados, mas que, antes da plena liberdade, deveriam prestar serviços obrigatórios por 14 anos. Deste modo, africanos resgatados do tráfico Atlântico foram distribuídos a instituições públicas do Império ou oferecidos a concessionários particulares, também conhecidos por arrematantes.³¹⁰ Graça e Querubina Cassange seriam emancipadas em agosto de 1854, após dezesseis anos de serviço ao editor e sua família. Cassange era a

³⁰⁷ “Carregamento do Patacho Cesar”, ANRJ, IJ6 471.

³⁰⁸ “Carregamento do Patacho Cesar”, ANRJ, IJ6 471.

³⁰⁹ “Declarações”, *Diário do Rio de Janeiro*, 04/08/1838, p. 2.

³¹⁰ Sobre os africanos livres no Império são referências obrigatórias as pesquisas de Beatriz Gallotti Mamigonian: *To be a liberated African in Brazil: labour and citizenship in nineteenth century*. Thesis. PhD in History. University of Waterloo. Waterloo, Ontario, Canada, 2002. “Revisitando a ‘transição para o trabalho livre’: a experiência dos africanos livres”. In: FLORENTINO, Manolo. *Trabalho, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. “O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da Lei de 1831”. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

designação de um grande mercado de escravos situado a oeste do rio Kwango, em Angola – o que talvez não identificasse o local de nascimento das africanas, referindo-se apenas ao local em que ambas foram negociadas antes do embarque.³¹¹ Uma vez entregues a Paula Brito, podemos arriscar que Graça e Querubina foram empregadas no serviço doméstico, em tarefas semelhantes às que possivelmente desempenhava a escrava Maria Conga. Paula Brito poderia até ter ganhado algum dinheiro alugando os serviços das africanas, prática comum entre os arrematantes e incisivamente censurada pelo jurista Perdigão Malheiro.³¹² Podemos arriscar também que Rufina e Alexandrina, as filhas do editor, cresceram sob os cuidados de uma delas. Ainda assim, Graça e Querubina não seriam as únicas africanas “dadas” ao editor.

Em abril de 1839, o brigue *Leal* foi capturado a noroeste de Cabo Frio, a cerca de quinze milhas da costa, pelo *Grecian*, um navio de guerra inglês. A bordo do *Leal* encontravam-se 361 africanos e a comissão mista sediada no Rio de Janeiro considerou a embarcação “boa presa”. Por conseguinte, o português Antonio José de Abreu Guimarães, proprietário do *Leal*, Luiz da Costa Ferreira, capitão, e Manuel dos Santos Lara, piloto, foram a julgamento. Guimarães negou que fosse dono do navio, enquanto o capitão e o piloto afirmaram que “os africanos apreendidos a bordo do *Leal* iam como colonos para um dos portos da África”. Por mais esfarrapada que fosse a desculpa, os três foram absolvidos.³¹³ Paula Brito recebeu a concessão dos serviços de pelo menos um africano resgatado do *Leal*, o rapaz Fausto de nação Sunde. Sunde ou Mossunde era uma localidade à margem sul do rio Zaire, também no centro-oeste africano,³¹⁴ dado geográfico que sugere ao menos a aproximação linguística entre Fausto, Graça e Querubina, o que seria importante principalmente do ponto de vista do recém-chegado. Registros de outros africanos resgatados do *Leal*, como os malungos Isaac e Jovita, ambos de nação Muteka, permitem inferir que Fausto teria entre 11 e 13 anos quando do desembarque. No entanto,

³¹¹ Sobre os Cassange: KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro...* op. cit., 2000. p. 485.

³¹² MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. v. II. 3ª ed. Petrópolis; Brasília: Vozes; INL, 1976. p. 61. Obra originalmente editada em 1867.

³¹³ “Sinopse dos trabalhos do júri do município do Rio de Janeiro, durante a sessão ordinária do mês de março p. p.”, *Despertador*, 22/04/1840, p. 2.

³¹⁴ Sobre os Sunde: KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, op. cit., 2000. p. 488.

sem se saber a causa, Fausto morreu um ano e pouco depois de chegar à casa de Paula Brito.³¹⁵

Em março 1845, registros produzidos pelo escrivão dos africanos livres apontam que o editor usufruiu dos serviços de seis indivíduos.³¹⁶ Fausto já havia falecido; portanto, além de Graça e Querubina, havia mais quatro africanos. Outra listagem, elaborada em 1861, informava que Paula Brito recebeu a concessão dos serviços dos africanos Claro e Agostinho, ambos de nação Quelimane.³¹⁷ Em relação a Claro, as informações são bastante escassas. Todavia, sobre Agostinho sabe-se, graças à documentação produzida em razão de um mal entendido envolvendo a emancipação de outro Agostinho, que o africano livre cedido a Paula Brito foi enviado à Casa de Correção em maio 1855, lá permanecendo até outubro daquele ano. Depois disso, Agostinho foi transferido para a Santa Casa de Misericórdia, “onde deve continuar a estar”, conforme uma carta remetida ao chefe de polícia do Rio de Janeiro em agosto de 1862.³¹⁸

Outra africana livre cujos serviços foram concedidos a Paula Brito foi Maria Benguela. Não há registros de quando, muito menos de qual embarcação Maria foi resgatada. Porém, em junho de 1857, Paula Brito revolveu transferir seus serviços a Fernando Rodrigues Silva, tabelião e escrivão na cidade de Valença. Porém o Juiz de

³¹⁵ Do mesmo carregamento de Fausto, Isaac era descrito como “magro, dentuço, com a cabeça rapada, por ter saído da Casa de Correção”, contava entre “11 para 12 anos” quando fugiu de seu concessionário em 1842. De modo semelhante, Jovita fugiu de seu arrematante em 1840, contando “de 11 a 13 anos de idade”. “Escravos fugidos”, *Diário do Rio de Janeiro*, 27/05/1842, p. 4. *Despertador*, 24/02/1840, p. 4. No verso da carta de emancipação de Fausto, assinada a 28 de junho de 1839, encontra-se laconicamente anotado “Faleceu em 14 de fevereiro de 1841, seus serviços foram confiados a Francisco de Paula Brito”. “Carta de emancipação do africano Fausto de nação Sunde”, ANRJ, IJ6 471.

³¹⁶ “Relação nominal das pessoas a quem têm sido confiados Africanos livres, quantos e seu estado de dívida em 31 de dezembro de 1844, desde o segundo semestre do ano financeiro de 1840-41 em que passou a arrecadação de seus salários a ser feito pela Recebedoria do Município da Corte, até o fim do ano financeiro próximo findo de 1843-1844 na forma exigida em aviso da Secretaria de Justiça de 10 de setembro de 1844”, ANRJ, IJ6 471.

³¹⁷ “Relação de todos os Africanos Livres que até a presente data ainda se acham sob a responsabilidade dos particulares que foram confiados”, março de 1861, National Archives (Kew/United Kingdom) FO 128/48 fs. 290-344. Devo esta referência ao Prof. Daryle Williams, a quem agradeço. Destino das caravanas de escravos que vinham do interior, Quelimane era um porto ao norte do rio Zambeze, em Moçambique. Como esclarece Mary Karasch, “preços mais baixos e um fornecimento adequado de jovens de dez a catorze anos de idade atraíam também os traficantes brasileiros” a essa localidade da África Oriental. KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, op. cit., 2000. p. 61; 494.

³¹⁸ “Secretaria de Polícia da Corte, dossiê relativo a Agostinho Moçambique”, setembro de 1862. ANRJ, IJ6 516. Sou grato ao Prof. Sidney Chalhoub por essa documentação. Agradeço também ao professor Robert Slenes pela fundamental ajuda em decifrar o termo Quelimane originalmente abreviado na fonte.

Órfãos indeferiu a transferência, ao constatar que o editor devia dois anos de salários a Maria Benguela.³¹⁹ O salário anual de um africano livre, depositado aos cuidados do Curador dos Africanos Livres, era de 12 mil réis. Por mais desfalcadas que estivessem as finanças de Paula Brito durante a concordata e a falência da Empresa Dous de Dezembro, precisamente entre 1856 e 1857, deixar de depositar os salários de Maria Benguela soa como descaso. Com efeito, somente depois de quitados os 24 mil réis, a africana pôde, sabe-se lá se a contragosto, seguir para Valença.

Beatriz Mamigonian demonstra que os arranjos de trabalho estabelecidos entre concessionários e seus africanos em nada diferiam dos estabelecidos entre senhores e escravos. A historiadora mostra que dos africanos livres examinados em sua extensa pesquisa, grande maioria foi empregada no serviço doméstico. Conforme sua avaliação, esse tipo de trabalho não especializado reduzia drasticamente as possibilidades de autonomia desses indivíduos após a emancipação. Os poucos africanos livres que desempenharam ofícios especializados eram carpinteiros e pedreiros, e nenhum deles foi localizado trabalhando no comércio ou em profissões mecânicas.³²⁰ Para além desses serviços, no entanto, a oficina de encadernação montada na Casa de Correção, primeira prisão com trabalho do Rio de Janeiro, em 1850, pode ter se tornado local de aprendizado técnico para alguns africanos livres. De acordo com as pesquisas de Carlos Eduardo Moreira de Araújo, embora bem longe de serem criminosos, muitos desses trabalhadores passaram longas temporadas na Casa de Correção, empregados principalmente na construção do prédio.³²¹ Como inferido, alguns deles também pôde ter aprendido o trabalho de encadernação e, uma vez emancipados, puderam ser aproveitados por oficinas da cidade. Portanto, havia chances reais de Agostinho, Claro ou mesmo Fausto terem servido por certo tempo também na tipografia de Paula Brito.

³¹⁹ “Petição de transferência dos serviços da africana livre Maria Benguela, autor Francisco de Paula Brito”. ANRJ, Diversos (GIFI) Justiça, 6D-130, 11/06/1857. Agradeço ao Prof. Daryle Williams pela indicação deste documento. Sobre a atuação de Fernando Rodrigues Silva no “ofício de tabelião de notas e escrivão do judicial e órfãos do município de Valença”, ver: “Expediente da secretaria do governo”, *Diário do Rio de Janeiro*, 25/03/1850, p. 1.

³²⁰ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. To be a liberated African in Brazil... op. cit., 2002. p. 103-104.

³²¹ ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. Cárceres imperiais: a Casa de Correção do Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional no Império, 1830-1861. Tese (Doutorado em História), Unicamp, IFCH, Campinas, 2009. p. 182; 186; 265-266.

Em todo caso, ter recebido a concessão de sete indivíduos, um deles não identificado, coloca Paula Brito numa posição respeitável no *ranking* dos arrematantes privados do Rio de Janeiro. Embora o Decreto de 19 de novembro de 1835 estipulasse com clareza que “não se concederão à mesma pessoa mais do que até oito Africanos, salvo quando for preciso maior número deles ao serviço de algum Estabelecimento Nacional”, havia concessionários particulares na Corte usufruindo dos serviços de oito a 22 indivíduos.³²² Receber tais concessões refletia antes de tudo o prestígio social desses homens e mulheres supostamente escolhidos em virtude de sua “reconhecida probidade e inteireza”, conforme os definiam um Aviso da Secretaria de Justiça ao Juiz de Órfãos redigido em dezembro de 1834.³²³ Porém, a seleção daqueles que recebiam os serviços dos africanos livres obedecia ao arbítrio de burocratas e membros do governo imperial, tornando-se sinônimo de favor político, moeda na troca por apoio político.³²⁴

Isso fica patente em um episódio ocorrido na Câmara dos Deputados a 11 de maio de 1839. Nesse dia os representantes das províncias discutiam acaloradamente a nomeação das comissões de orçamento. Em seu discurso, o deputado Navarro rebatia as acusações de corrupção feitas ao gabinete anterior, o qual tinha o conservador Bernardo Pereira de Vasconcelos à frente das pastas do Império e da Justiça.³²⁵ A certa altura de seu agitado discurso, que mereceu reproche do presidente da Câmara, Navarro afirmou:

O SR. NAVARRO – Eu não posso falar sem agitar-me; não sou estátua.

E nem se diga, senhores, que o ministro [Bernardo Pereira de Vasconcelos] corrompia esse deputado. Quando pretendia algum Africano, o ministro lh'o concedia: haverá nisso corrupção? Muito vil é quem se corrompe por 2 ou 4 Africanos; muito vil é quem supõe que é possível essa corrupção. Ora, o que fazia neste caso o ministério? Calculava que por amor dos Africanos não devia azedar esse deputado, perder esse voto e fazê-lo passar de pronto para a oposição, como sucedeu quem lhe não foi feita a vontade [...].³²⁶

³²² Neste sentido, o perfil de Paula Brito diferia dos demais arrematantes identificados por Mamigonian, grupo majoritariamente engajado em atividades não produtivas, como militares e funcionários públicos. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *To be a liberated African in Brazil...* op. cit., 2002. p. 88; 104.

³²³ Documento reproduzido na íntegra por Beatriz Mamigonian nos anexos de sua tese. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *To be a liberated African in Brazil...* op. cit., 2002. p. 302.

³²⁴ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *To be a liberated African in Brazil...* op. cit., 2002. p. 88; 105.

³²⁵ *Despertador*, 14/05/1839, p. 1.

³²⁶ *Idem*.

A carapuça costurada por Navarro destinava-se a vestir a cabeça do deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, irmão de José Bonifácio, que prontamente replicou o colega esclarecendo sobre os africanos que recebera:

O SR. A. MACHADO – É para explicar fatos errados, que este mancebo avançou, que eu pedi a palavra [...].

Tornou a errar o jovem deputado, talvez por que apreendeu mal as lições que lhe deu o Mefistófeles do Brasil. Pessoa desgraçada aqui (D. Antonia de Moraes) e o meu correspondente pediram-me que, tendo eu algumas relações como o ministério, falasse a seu favor sobre a aquisição dos serviços de alguns Africanos; pedi para D. Antonia de Moraes e deram-lhe dous moleques; pedi para Jeronimo Francisco de Freitas Caldas, e deram-lhe dous. Entendo que não são meios de corrupção...

O SR. NAVARRO – Eu não pedi nenhum.

O SR. ANDRADA MACHADO – Não sei; nem eu pedi para mim, porque não preciso de governo algum. Tenho feito ao Brasil serviços que o Sr. deputado não há de nunca fazer [...].³²⁷

O que fica dessa discussão é a confirmação da importância dos africanos livres na barganha política do império. Redes clientelistas se formavam em torno da concessão desses trabalhadores, ligando pelas amarras do favor gente “desgraçada”, como a citada D. Antonia de Moraes, a deputados e ministros.³²⁸ Neste sentido, o gabinete de 19 de setembro de 1837, chefiado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, parece ter se prodigalizado na distribuição dos serviços dos africanos livres. Um artigo de Justiniano José da Rocha, também arrematante, publicado no *Brasil* em outubro de 1840, dizia que “imenso era o estrondo e espalhafato que faziam os Srs. que hoje estão no poder a respeito das distribuições de Africanos, feitas pelo gabinete de 19 de setembro”. Defendendo a política desse gabinete na imprensa, assim como Navarro fazia na Câmara, Justiniano tentava esclarecer seus leitores que “[s]e houvessem posto patente tudo isso de Africanos, ver-se-ia

³²⁷ Idem.

³²⁸ A concessão de africanos a particulares “azeitou a máquina de apadrinhamento e suborno do governo imperial”. CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão...* op. cit., 2012. p. 55.

que os inimigos do ministério foram tanto ou mais bem aquinhoados do que seus amigos [...]”.³²⁹

Em 1837, os indícios apontam que Paula Brito, então um liberal-andradista convicto, pendia mais para o lado de Antônio Carlos. Consequentemente, de acordo com o julgamento de Justiniano José da Rocha, o editor estaria entre os inimigos do gabinete de 19 de setembro “aquinhoados” com os serviços dos africanos livres que recebeu. Porém, Paula Brito não permaneceria liberal e andradista por muito tempo. Após a recomposição definitiva dos partidos políticos e do “Golpe da Maioridade” o editor se alistou as fileiras do partido conservador.

³²⁹ “Os Africanos”, *O Brasil*, 24/10/1840, p. 2. Texto atribuído a Justiniano José da Rocha por Raimundo Magalhães Jr. *Três panfletários do segundo reinado*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. p. 133-134 (Coleção Afrânio Peixoto, 86).

“Consiste só no *regresso* o *progresso* da nação”

Em 1850, um articulista anônimo do *Grito Nacional*, jornal ligado aos liberais, escreveu que o conservador Paula Brito “aprendeu e mal a língua francesa na casa de um francês Mr. Plancher”. Joaquim Manuel de Macedo, por sua vez, escreveu que Paula Brito a “aprendeu suficientemente”. Mas apesar do editor não ter sido uma autoridade na língua de Montaigne, seus conhecimentos lhe bastavam para traduzir algumas peças de teatro, folhetins e versos de Évariste de Parry.³³⁰ E, ao buscarmos o momento da manifestação de uma consciência conservadora a suplantar a exaltação política professada na juventude do editor, antes mesmo da formação dos partidos liberal e conservador, uma dessas traduções pode dizer algo a respeito. Não exatamente uma tradução que Paula Brito fez, mas pelo contrário, uma que ele não fez:

Sr. Redator – Constando-me que se tem dito ter sido eu o tradutor do drama intitulado: *O Rei se diverte* – não querendo roubar a glória de quem o traduziu, nem ser alvo das censuras que se tem feito; declaro que nenhum drama tenho traduzido para o Teatro Constitucional Fluminense, a exceção dos – *Abrasadores* – que subiu a cena há muito tempo, o qual não agradou, apesar de ser mui decente, e de ter cenas de boa moral. Rogo-lhe, Sr. Redator, haja a bondade de publicar estas linhas do seu colega e amigo – Francisco de Paula Brito.³³¹

O rei se diverte era a tradução de *Le roi s’amuse*, peça de Victor Hugo cujo conteúdo político já causara problema em Paris, quando foi censurada no dia seguinte a sua estreia, em novembro de 1832. A fim de divertir-se, Francisco I, o rei em questão, cometia toda sorte de atrocidades. Entre elas, seduziu a filha de seu bufão, que no intuito vingar-se

³³⁰ “Os Estrangeiros”, *O Grito Nacional*, n. 119, 11/01/1850, p. 3. MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno Biographico Brasileiro*, v. 3... op. cit., 1876. p. 546. Entre maio de 1839 e março de 1840, Paula Brito traduziu narrativas algumas francesas publicadas no folhetim do *Jornal do Commercio* e versos de Parry publicados na *Mulher do Simplício* e *A Fluminense Exaltada*, n. 66, 25/12/1840, p. 12; 14-15; n. 73, 22/12/1842, p. 12.

³³¹ “Notícias particulares”, *Diário do Rio de Janeiro*, 28/11/1836, p. 3.

do monarca perverso e pervertido tramou seu assassinato. Porém, já no fim da peça, quem morria era a moça inocente. Quatro anos depois, ao estrear no Rio de Janeiro, *O rei se diverte* foi duramente censurado por Justiniano José da Rocha em seus folhetins do *Chronista*. Os senões de Justiniano, que se estendiam a todas as “depredações da escola romântica”, concentravam-se em primeiro lugar na ausência de moral na peça e, em segundo, na profanação da figura de um rei. Ao ler a crítica de Justiniano inserida na série de folhetins que a antecedia, Jefferson Cano demonstrou que esses textos constituíam-se como mais um traço do conservadorismo inspirado em Benjamin Constant emergente em meados da década de 1830. Neste momento, conceitos como liberdade e igualdade passavam por uma profunda revisão, paulatinamente se ajustando aos interesses regressistas. Assim, os folhetins de Justiniano se caracterizariam, conforme o historiador, como “uma revisão implacável dos enganos liberais”. Postura que se estendia e, mais que isso, informava o modo como se devia apreciar criticamente uma peça de teatro como *O rei se diverte*, imoral também do ponto vista político.³³²

Talvez mais interessado em resguardar sua imagem e seus negócios, Paula Brito podia apenas querer distância de polêmicas. No entanto sua recusa em ver seu nome associado à tradução de *Le roi s’amuse* é, na perspectiva descrita, bastante sugestiva. Na nota de desagravo, o editor assumia a tradução dos *Abrasadores*, peça que se não fez muito sucesso ao menos era “mui decente” e possuía “cenas de boa moral”. Além disso, Paula Brito dizia não querer “roubar a glória” do verdadeiro tradutor e, ao mesmo tempo, procurava se esquivar das censuras à peça de Victor Hugo. Mas, embora não haja referências diretas à crítica de Justiniano José da Rocha no *Chronista*, editor e jornalista podiam estar vivenciando um processo semelhante após a queda de Feijó e a ascensão regressista de 1837: ambos aquietavam os ímpetus liberais e, no primeiro caso, exaltados dos primeiros tempos das regências. Destaque seja dado ao termo “processo”, pois ao que tudo indica não estamos diante de uma mudança abrupta, uma epifania regressista e conservadora. No caso de Paula Brito, seria verossímil associar seu início aos processos judiciais sofridos durante a regência Feijó, em virtude da publicação de periódicos como o

³³² CANO, Jefferson. “Justiniano José da Rocha, cronista do desengano”. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em cousas miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Ed. da Unicamp, 2005.

Seis de Abril extraordinário, em junho de 1834. Ou, recuando um pouco mais no tempo, à tentativa de empastelamento de sua tipografia, em dezembro de 1833. Especulações plausíveis. No entanto, uma leitura atenta do longo jornal em versos de Paula Brito pode oferecer um ângulo privilegiado desse processo. Assim, a partir de 1835, *A Mulher do Simplício* podia até continuar *Fluminense*, mas aos poucos deixava de ser *Exaltada*. Sem embargo do nome, o jornal, seguindo as disposições políticas de Paula Brito, passou a andradista e maiorista, encerrando seus dias como saquarema.

O entusiasmo de Paula Brito com os Andradas era patente na *Mulher do Simplício* em março de 1837, quando ao cabo da oitava página de um longo poema em versos brancos a redatora arrematava:

Vivas se entoem aos Leais ANDRADAS
Que parte houveram nessa Grande Empresa,
E a quem o Brasil já deve tanto!
Que alegres festejamos, saiba o Mundo:
PÁTRIA, CONSTITUIÇÃO, PEDRO SEGUNDO³³³.

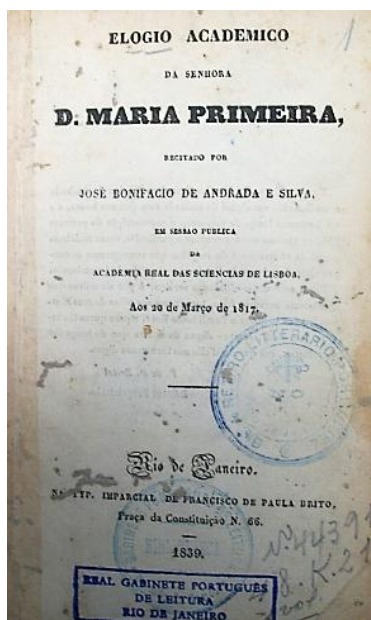


Figura 9 – *Elogio Acadêmico* de José Bonifácio

³³³ “A Constituição Brasileira”, *A Mulher do Simplício ou A Fluminense Exaltada*, 25/03/1837, p. 8.

Os tipos diferenciados originalmente empregados na revista como que sublinham os termos chaves das convicções políticas de Paula Brito naquele momento: lealdade aos Andradas, à Pátria, à Constituição e ao imperador d. Pedro II. Para a redatora, persona lírica assumida pelo editor, eram os liberais paulistas os principais agentes da Independência do Brasil, dado que deveria ser levado em consideração nas eleições para o senado de 1838: “Certa estou que os Eleitores/ Têm viva a reminiscência/ Do quanto os nossos ANDRADAS/ Fizeram na Independência”.³³⁴ Após a morte de José Bonifácio, seu irmão Martim Francisco Ribeiro de Andrada confiou a Paula Brito a edição do manuscrito de seu *Elogio Acadêmico da Senhora D. Maria Primeira*, recitado na Academia Real das Ciências de Lisboa em março de 1817. A nota do editor que Paula Brito publicou no volume é uma peça muito interessante, na medida em que demonstra como em certos casos a atividade editorial por ele desempenhada mantinha estreita relação com seus princípios políticos:

Tendo o Exmo. Sr. Martim Francisco Riberito de Andrada nos ofertado, em sinal de amizade com que nos honra, e a qual estamos longe de merecer, o manuscrito do presente Elogio; gostoso nos apresamos a publicá-lo, como mais um sinal de veneração e do respeito que consagramos às sempre choradas cinzas do Patricarca da nossa Independência.

Possa esse nosso diminuto serviço, a par de outros que igualmente havemos feito, tornar-se aos olhos de seus Ilustres Irmãos (a quem o Brasil tanto deve, e para quem tão ingrato tem sido), sempre digno da estima que de longe lhe merecemos, em quanto dela nos ternarmos digno.

F. de P. Brito
Editor Proprietário³³⁵

Como veremos adiante, esse tendência se acentuará na década de 1850 quando o editor ligado aos conversadores demonstrará algumas reservas em publicar romancistas liberais, principalmente o jovem José de Alencar. Porém, em 1839, o apoio aos irmãos Andrada era incontestável. Nos meses seguintes, Antonio Carlos estaria entre os principais articuladores da antecipação da maioria de d. Pedro II, manobra política operada pelos

³³⁴ “O Senador”, *A Mulher do Simplicio ou A Fluminense Exaltada*, 22/12/1838, p. 7-8.

³³⁵ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Elogio Acadêmico da Senhora D. Maria Primeira, recitado por José Bonifácio de Andrada e Silva, em sessão pública da Academia Real das Ciências de Lisboa aos 20 de março de 1817*. Rio de Janeiro: Tip. Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1839.

liberais no sentido de tentar frear a proeminência do partido regressista, no poder desde a queda de Feijó, em setembro de 1837. Não há dúvidas que Francisco de Paula Brito foi por toda a sua vida um leal súdito de Sua Majestade Imperial, “o Salvador do Brasil”, como ele mesmo escreveu em um soneto dedicado a d. Pedro II, em dezembro de 1839. Neste sentido, o golpe maiorista promovido pelos liberais em 1840 potencializou as simpatias de Paula Brito pelos líderes daquele partido. Afinal, naquele momento, ambos professavam o mesmo credo, resumido em versos pela redatora da *Mulher do Simplício*: “Só PEDRO e Constituição/ Ao Brasil podem salvar:/ *Quem governa aos dezoito anos,/ Pode aos quinze governar*”.³³⁶

Na noite de 24 de julho de 1840, dia seguinte à declaração da maioridade, na qual se formou o gabinete liberal chefiado por Antonio Carlos, Paula Brito declamou um extenso poema diante do jovem monarca, das princesas e do público presente no Teatro São Pedro. Inevitável imaginar quão maçante pode ter sido a um jovem de 15 anos ouvir pacientemente aqueles 111 versos, que assim se iniciavam:

Salve, por Ti, Senhor, este áureo Dia
Da Tua Aclamação! Ó tenro Pedro
Brasileiro Monarca – salve a glória
Que teve em Te Aclamar Teu grato Povo!
Pátria! Pátria feliz despe esse luto,
Que há longo tempo teu pesar nos mostra;
Brasílio Povo, generoso e dócil,
Já não tens que temer o braço hediondo
Da falaz anarquia [...]³³⁷

Mas o trecho é interessante, pois demonstra que Paula Brito compreendia a maioridade como uma espécie de nova era de prosperidade e ordem, na qual a pátria finalmente exorcizava o fantasma da anarquia regencial. Entretanto, em pouco tempo, o entusiasmo da *Mulher do Simplício* ou *A Fluminense Exaltada* com os rumos tomados

³³⁶ “O ano de 1839 e o de 1840”, *A Mulher do Simplício ou A Fluminense Exaltada*, 21/06/1840, p. 1. Grifos originais. O poema foi impresso também avulso para ser vendido ou distribuído. BRITO, Francisco de Paula. *Hino à maioridade de S. M. o I. proclamado pela Assembleia, tropa e povo, no dia 22 de julho de 1840*. Rio de Janeiro: Imprensa Imparcial de F. de Paula Brito, 1840. BN, Obras raras, 099A, 021, 096.

³³⁷ “Ao dia 23 de julho de 1840, recitado em presença de S. M. I. o Senhor D. Pedro II, e de suas irmãs no teatro de S. Pedro d’Alcântara, na noite em que se esperava a organização do novo ministério”, *A Mulher do Simplício ou A Fluminense Exaltada*, n. 65, 01/12/1840, p. 3.

depois da festejada maioria arrefeceu consideravelmente. Em versos cujo mote era “Ora o homem tem razão”, a redatora se perguntava:

Produce a Maioridade
Os desejados efeitos?
A prometida igualdade,
Na ordem de seus preceitos
Os povos já tendo vão?
Ora o homem tem razão!³³⁸

Está implícito que a cada pergunta colocada pela redatora a resposta era um peremptório não, expressão de seu desengano político com os anteriormente considerados “Firmes, ilustres, liberais e honrados” dirigente da nação, ou seja, o Gabinete liberal de 24 de julho. Além do mais, as perguntas não eram poucas, sendo algumas delas de vital importância a Paula Brito, bem como aos demais cidadãos de origem africana do império, gente “mesclada” e de “cor trigueira”:

Alguém O terá disposto [o Imperador]
Entre um povo tão *mesclado*,
A desprezar pelo rosto
O cidadão devotado
Ao Trono, às Leis e à Nação?
Ora o homem tem razão.

[...]

Quem tiver merecimento,
Inda tendo a cor trigueira,
Encontrará valimento,
Ou continua a manqueira
De amanhã sim, hoje não?
Ora o homem tem razão³³⁹.

Conforme José Murilo de Carvalho, a intensa participação popular fez com que o 23 de julho de 1840 soasse como uma reedição do 7 de Abril de 1831. Passados nove anos, mais uma vez, elite, povo e tropa tomavam as ruas do Rio de Janeiro, só que desta vez

³³⁸ “Ora o homem tem razão”, *A Mulher do Simplicio ou A Fluminense Exaltada*, n. 66, 23/12/1840, p. 4.

³³⁹ Idem, Ibidem.

objetivando alçar um monarca ao trono, não derrubá-lo.³⁴⁰ Deste ângulo, ou seja, daqueles que das ruas saudavam o novo imperador, o início efetivo do segundo reinado podia sinalizar mudanças sociais que, no suceder dos dias e semanas, não aconteceriam. Assim, nos versos acima, Paula Brito mostrava-se sensível não somente à sua própria sorte, mas à de todos os cidadãos de cor devotados “ao Trono, às Leis e à Nação”, que novamente ficavam a ver navios. Particularmente navios negreiros que, não obstante a proibição do tráfico desde 1831, continuavam a aportar nas praias do país:

Teremos de ver os povos,
E algumas autoridades,
Traficando em negros novos,
Que nas vilas e cidades
As classes mesclando vão?
Ora, o homem tem razão.

Ou a Lei será banida,
Que proíbe a traficância,
Para então ser permitida
Essa, filha da ignorância,
Desumana escravidão!
Ora, o homem tem razão.³⁴¹

Tráfico ilegal de africanos e exclusão de cidadãos de cor eram temas indissociáveis no raciocínio de Paula Brito. O problema é que apenas esse fator não explica a virada conservadora do editor, pois contrabando de africanos era assunto ao qual liberais e conservadores faziam vista grossa desde a promulgação da lei de 1831. A título de lembrança, só em 1837, após a ascensão do gabinete regressista chefiado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, 57 mil africanos entraram ilegalmente no país.³⁴² No entanto, conforme os versos publicados na *Mulher do Simplicio*, os liberais que promoveram a maioria de d. Pedro II estavam aquém das expectativas de Paula Brito.

Talvez isso explique por que o editor tornou-se abertamente conservador em algum momento entre 1840 e 1841, conforme atesta outro poema, desta vez dedicado a Paulino

³⁴⁰ CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II...* op. cit., 2007. p. 39-40.

³⁴¹ “Ora o homem tem razão”, *A Mulher do Simplicio ou A Fluminense Exaltada*, n. 66, 23/12/1840, p. 4.

³⁴² CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão...* op. cit., 2012. p. 72. Ver principalmente o quarto capítulo “Modos de silenciar e de não ver”.

José Soares de Souza, futuro visconde de Uruguai, no qual Paula Brito, parafraseando Camões, disse textualmente: “Mudam-se as cenas, muda-se a política,/ Desce o partido teu, sobe o contrário/ (Partido que era meu) [...]”.³⁴³ No poema publicado na *Mulher do Simplício* em dezembro de 1841, Paulino era diversas vezes chamado de “Mecenas”. Além disso, o título, “Tributo de gratidão”, insinua que Paula Brito foi de algum modo e por algum motivo agraciado pelo líder conservador, o que era prontamente esclarecido em uma das estrofes:

Mais de uma vez, Senhor, que te ei buscado,
Sempre para valer aos infelizes,
(pois ainda para mim não pedi graças)
Acho-te franco, justo e desvelado
Quanto mais te procuro, mais te encontro.³⁴⁴

Se o favor “era nossa mediação quase universal”, como escreveu Roberto Schwarz,³⁴⁵ foi certamente ele, como demonstra a estrofe acima, quem estreitou os laços entre Paulino e Paula Brito. Porém, além do futuro visconde de Uruguai, também Eusébio de Queirós, chefe de polícia do Rio de Janeiro e outro importante líder conservador, recebia um soneto encomiástico de Paula Brito publicado na mesma edição da *Mulher do Simplício*.³⁴⁶

A imprensa liberal, por sua vez, não deixou ileso o hábito de Paula Brito de incensar as lideranças conservadoras com suas poesias. Em 1856, por ocasião da morte do Marquês de Paraná, o redator do *Grito Nacional* chamaria de “poema água doce” um soneto que Paula Brito distribuiu no Teatro Lírico em homenagem ao líder conservador falecido. O redator acusava o editor de ter “confundindo o nosso primeiro dia, o dia da emancipação do Brasil com a sorte de um homem, que nem a mais mínima parte teve nesse majestoso

³⁴³ “Tributo de gratidão ao Ilustríssimo e Exmo. Snr. Dr. Paulino José Soares de Souza, oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça”, *A Mulher do Simplício ou A Fluminense Exaltada*, n. 71, 23/12/1841, p. 6.

³⁴⁴ Idem, *Ibidem*, p. 7.

³⁴⁵ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000. p. 16.

³⁴⁶ “Soneto ao Ilmo. Snr. Dr. Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, Comendador da Ordem da Rosa, Juiz de Direito e Chefe de Polícia do Corte”, *A Mulher do Simplício ou A Fluminense Exaltada*, n. 71, 23/12/1841, p. 13.

fato!”. E, após transcrever as duas primeiras estrofes do soneto, arrematava: “Ora puff, sô adulador! Que bajulação fedorenta!”³⁴⁷. Ainda em 1856, o *Grito Nacional* faria troça de outro soneto que Paula Brito declamou por ocasião do retorno de Paulino José Soares de Souza, então chamado de o “herói dos chouriços”, de uma viagem a Europa. Conforme o redator, “Das fraldas do Pão de Açúcar, dirigiu o Sr. Paula Brito à S. Ex. uma alocução em verso, com o título de soneto, que foi muito aplaudido pelas circunstâncias, e por uns 40 mil mais, da vizinhança que a ele se agregaram para este *nobre* fim”.³⁴⁸ Deste modo, de volta à *Mulher do Simplício*, temos que versinhos publicados em 1842, prenunciavam que a virada conservadora de sua redatora foi de fato consistente:

Eis, leitores, até agora
Nossas causas tais quais são:
Consiste só no *regresso*
O *progresso* da nação!³⁴⁹

Por conseguinte, eram página virada os dias exaltados da Regência:

Se outrora gritava afouta
Ferro, fogo, exaltação;
Hoje exp’riente, só peço
Ordem, paz, doce união.³⁵⁰

Todavia, a adesão de Paula Brito aos conservadores não se restringiu aos sonetos e versinhos da redatora da *Mulher do Simplício*, estendendo-se também às eleições. O editor se enquadrava no grupo de brasileiros que a *Constituição do Império* definia como “Cidadãos ativos”, ou seja, os que por terem nascido ingênuos, não serem “criminosos pronunciados em querela ou devassa” e possuírem “renda líquida anual de duzentos mil réis por bens de raiz, indústria, comércio, ou emprego” podiam ser eleitores. Com efeito, uma vez escolhidos nas eleições primárias, eram cidadãos como Paula Brito que votavam em

³⁴⁷ “A Revista Comercial”, *O Grito Nacional*, n. 869, 08/10/1856, p. 3.

³⁴⁸ “O regresso do herói dos chouriços”, *O Grito Nacional*, n. 871, 17/10/1856, p. 3..

³⁴⁹ “São progressos da nação”, *A Mulher do Simplício ou A Fluminense Exaltada*, n. 72, 01/10/1842, p. 7.

³⁵⁰ “Ocorrências da praça”, *A Mulher do Simplício ou A Fluminense Exaltada*, n. 76, 23/12/1843, p. 4.

deputados, senadores e membros dos conselhos provinciais.³⁵¹ Nas eleições de agosto de 1849 a Freguesia do Santíssimo Sacramento possuía 38 eleitores ligados ao partido conservador (Anexo 4). Eram companheiros de chapa de Paula Brito, médicos, proprietários, empregados públicos, juízes, e até o mesmo o então Ministro da Justiça, Eusébio de Queirós. Porém, além de votante conservador, em certas ocasiões Paula Brito também atuou como membro da mesa eleitoral, como nas eleições de dezembro de 1848, quando ao lado Antonio Joaquim de Azevedo, o editor foi secretário da mesa presidida pelo Dr. Antonio Saldanha da Gama, juiz de paz do 2º distrito da Freguesia do Santíssimo Sacramento.³⁵²

No ano anterior, quando era suplente da mesa, Paula Brito protagonizou uma contenda com o presidente da mesa, o liberal Joaquim Pinheiro de Campos, juiz de paz e delegado de polícia. O problema começou quando Pinheiro de Campos decidiu que as cédulas fossem por ele depositadas na urna. Nenhum dos mesários se contrapôs ao presidente, mas Paula Brito notou que o delegado examinava minuciosamente cada voto antes de depositá-lo. Diante disso, o editor protestou dizendo que cada eleitor deveria depositar o próprio voto. Ao que o delegado retrucou, afirmando que fazia isso para evitar que um eleitor depositasse mais de um voto na urna, segundo ele, como acontecera nas eleições anteriores naquela freguesia. Paula Brito ficou bastante indignado com a acusação do presidente, pois que havia sido mesário nas eleições passadas e as acusações de fraude recaíam sobre ele. Assim, a tréplica do editor foi outra acusação. Paula Brito disse que se o delegado fazia questão de examinar cada voto era para se certificar se eles “pertenciam ou não ao lado do governo”. Os demais presentes apoiaram Paula Brito, tanto que o Conselheiro Barreto Pedroso teria dito “que as cédulas deviam ir à urna sem passarem pela alfândega”. Certamente a contragosto, Pinheiro de Campos teve de acatar o protesto do editor.³⁵³ Em 1847, o país vivia o chamado quinquênio liberal (1844-1848). Assim, ao questionar o procedimento de Pinheiro de Campos nas eleições daquele ano, Paula Brito apenas defendia os interesses do partido conservador, desvelo que pode estar na raiz do

³⁵¹ *Constituição Política do Império do Brasil* (de 25 de março de 1824). Cap. VI, art. 94. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 09/01/2013.

³⁵² “Eleições”, *O Brasil*, n. 1.294, 18/12/1848, p. 3-4.

³⁵³ *O Brasil*, n. 1.012, 11/11/1847, p. 2.

boato que correu no Rio de Janeiro da suposta nomeação de Paula Brito para delegado de polícia em março de 1848.³⁵⁴

Enquanto isso, o *Grito Nacional*, como vimos acima, um dos porta-vozes do partido liberal na imprensa do Rio de Janeiro, atacava o editor sempre que a oportunidade surgia. Esse jornal circulou na Corte por respeitáveis dez anos, entre 1848 e 1858, e já em agosto 1849, justamente por ocasião das eleições, Paula Brito começou a figurar em suas páginas em artigos como este:

Deixando em descanso o *imparcial* F. de Paula Brito, desertor do partido, e que pelo *seu nascimento*, e COR, nunca o devera fazer; ainda que para os Liberais foi de vantagem; porque eles não querem homens, *que servem em tempo de eleição para fazerem CERTAS transações*; deixando esse nosso patrício que (honra lhe seja feita) não pretende ser branco, mas sim todo metido com os brancos, *únicos* que têm posições neste país de *bodes*, e *caibras* (sic), assim por eles designados [...].³⁵⁵

Como podemos observar, o uso político da raça ultrapassou os limites cronológicos das regências, certamente perfazendo longa carreira no idioma político do Império. Como aconteceu nos primeiros anos após o Sete de Abril de 1831, novamente a cor da pele era articulada ao discurso político e dele emergia. Conforme o *Grito Nacional*, pardo e mulato eram sinônimo de liberal. Logo, embora não quisesse ser branco, mas vivesse “metido com os brancos”, Paula Brito cometia dupla traição. Abandonando a causa liberal no início da década de 1840, o editor igualmente traía sua cor. Mas a adesão de africanos e afrodescendentes ao partido conservador no decorrer do Segundo Reinado desmentia a livre associação realizada pelo *Grito Nacional*. A título de exemplo, na medida em que proporções espaço-temporais significativas devem ser guardadas, na década de 1880 o liberto Cândido da Fonseca Galvão, o autoproclamado d. Obá II, príncipe africano do Rio de Janeiro, defendia ardorosamente os conservadores em seus artigos publicados em pequenos jornais da cidade. Nos anos 1870, cumpre destacar a atuação das maltas de capoeiras, como a afamada “Flor da Gente” da Freguesia da Glória, sempre dispostas a lutar, no sentido lato do termo, pelos interesses desse partido. No Recife, os homens pardos

³⁵⁴ “Variedades”, *O Brasil*, n. 1.068, 28/03/1848, p. 4. “Notícias diversas”, *Diário do Rio de Janeiro*, 02/03/1848, p. 2.

³⁵⁵ “As eleições: notáveis acontecimentos dos dias 5, 6, 7 e 8”, *O Grito Nacional*, n. 61, 18/08/1849, p. 1-2.

organizados em torno da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais buscavam apoio político justamente nas lideranças do partido conservador da província de Pernambuco.³⁵⁶

De volta às páginas do *Grito Nacional*, temos que o jornal, após acusar Paula Brito de ter traído sua cor ao tornar-se saquarema, ainda traçou um esboço biográfico nada lisonjeiro do editor. O objetivo do longo texto, publicado em janeiro de 1850, era contestar um artigo de Próspero Diniz publicado na *Marmota da Corte* em dezembro de 1849, que seria, nas palavras do redator do *Grito*, “o mais atrevido e insultuoso, contra a nobre e ilustrada Nação Francesa” (Grifos originais). Paula Brito entraria na história como o “insinuador, ou conselheiro” de Prospero Diniz, daí a necessidade do *Grito Nacional* de revelar a todos os seus leitores a sua versão do passado do editor:

Francisco de Paula Brito, corre de boca em boca, que de *ruim* oficial de alfaiate, trabalhando na casa de uma preta velha e quitandeira, morava na Rua dos Barbons passou a impressor, onde assim, aprendeu *e mal* a língua francesa na casa de um francês Mr. Planchér (sic), primeiro dono do estabelecimento e da folha do *Jornal do Comercio* (sic). Abrindo uma lojinha no largo do Rocio, diz-se que montou uma pequena tipografia a *expensas* de vários cidadãos, para imprimir as proclamações que se espalharam no dia 3 de abril de 1832, e assim por diante foi marchando sempre pertencendo ao partido liberal, oferecendo versos a todos os membros deste partido, e com especialidade aos Grandes Andradas, os quais foram apeados do poder logo depois da época da Maioridade: vendo que o vento *soprava bonançoso* para o lado do partido que então guerreava, com espanto geral, (menos nosso) queimou este *saltimbanco político o podre incenso, e a lisonja mais baixa e vil* aos membros do ministério de 41, com particularidade ao Sr. Paulino José Soares de Souza! Assim, continuou; e auxiliado pela sorte, já com a FELIZ compra de um prelo mecânico por 101\$000 mil réis, enfeitando logo posteriormente uns poucos de contos de réis já com as loterias, e o rendimento do *melhor* chá e mate, do *melhor* rapé, e *melhores* dísticos para catacumbas dos finados, já finalmente, com a esperança de 50 contos pela Assembleia Provincial para estabelecer uma tipografia, que publique os atos oficiais; e assim mais outros tantos contos e privilégio, para extrair o azeite da mamona etc.³⁵⁷

Para o redator, Paula Brito, que se tornou impressor por ser mau alfaiate, não passava de um “saltimbanco político” que abandonara o lado liberal ao perceber que o

³⁵⁶ SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 121; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro (1850-1890). Dissertação (Mestrado em História) – IFCH, Unicamp, Campinas, 1993. p. 281; 289; MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: Mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2012. p. 185.

³⁵⁷ “Os Estrangeiros”, *O Grito Nacional*, n. 119, 11/01/1850, p. 2-5.

“vento *soprava bonançoso* para o lado do partido que então guerreava”. Com efeito, tentando decifrar o argumento do redator do *Grito Nacional*, temos que seu texto testemunhava um momento em que Paula Brito já era um impressor e comerciante destacado no Rio de Janeiro. A questão, portanto, era esclarecer aos leitores que tal sucesso apenas se explicava graças às benesses do partido conservador e suas lideranças, como o citado visconde de Uruguai.

Mas, de certo modo, o *Grito Nacional* tinha razão, sobretudo quando fazia referência a uma subvenção que Paula Brito esperava da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro desde 1848. No início de junho de 1848, o editor submeteu à Assembleia um pedido de crédito em apólices da Província no valor de avultados 50 contos de réis. O que Paula Brito pretendia fazer com tanto dinheiro foi detalhadamente explicado no jornal *O Brasil*:

1º - Montar uma tipografia em grande escala, com *caráter oficial*, que seja o tipo dos melhoramentos modernos, barateando-se assim o preço das edições hoje feitas entre nós.

2º - Criar uma folha diária, em belo formato, e nítida impressão, na qual publicará GRATUITAMENTE os atos do governo, e bem assim os da Assembleia; estes, porém, mediante convenções depois estipuladas.

3º - Adicionar ao estabelecimento uma litografia, loja de encadernação, de papel, livros, etc., tudo no melhor gosto possível, de que há falta na província.

4º - Ensinar a arte tipográfica a 20 moços fluminenses, a 4 dos quais mandará, a expensas suas, aprender taquigrafia, para que se tornem os – taquígrafos da Assembleia Provincial.

5º - Que lhe fique o direito de imprimir todas e quaisquer obras, afim de uniformizar os livros, e mais impressos das repartições fiscais, etc.

6º - Que se lhe permita indenizar os cofres da província da quantia pedida nos prazos de 11 a 12 anos.³⁵⁸

A ideia era montar uma moderna tipografia para atender o governo da Província do Rio de Janeiro. A questão é que a Província Fluminense mantivera-se como reduto conservador desde a presidência de Rodrigues Torres, em 1836. Conforme Ilmar Rohloff de

³⁵⁸ “Variedades”, *O Brasil*, n. 1.143, 06/06/1848, p. 4.

Mattos, a amplitude desse domínio ultrapassou os limites da simples administração provincial, na medida em que o Rio de Janeiro se tornou um laboratório “no qual os Saquaremas tanto testavam medidas e avaliavam ações que buscavam estender à administração geral, quanto aplicavam decisões do Governo-Geral, sempre com a finalidade última de consolidar a ordem no Império”.³⁵⁹ Uma das frentes privilegiadas pelas sucessivas administrações saquaremas na Província do Rio de Janeiro, seguindo o fundamental estudo de Ilmar Mattos, foi a instrução pública, posto que aqueles dirigentes não demoraram a descobrir a eficácia política da educação.

Tomando a educação para além do sistema escolar, igualmente caro à direção saquarema, mas também no âmbito da formação do povo por intermédio do consumo de impressos e, conseqüentemente, de ideias, Paula Brito esteve ligado ao processo histórico descrito por Ilmar Mattos. Para além de um eleitor e mesário pronto a defender os interesses de seu partido, ou de um poeta cuja musa saquarema estava sempre disposta a cantar os seus líderes, Paula Brito esteve entre os cidadãos recrutados pelos saquaremas para colocar em prática seu ambicioso projeto que consistia em construir o Estado Imperial ao mesmo tempo em que se constituíam a si próprios como senhores desse Estado. Cidadãos comuns, como homens de letras, médicos, professores e, no nosso caso, editores, fundiram-se à causa saquarema.³⁶⁰ No entanto, tal adesão envolvia negociação, troca, contrapartida. Ao menos é o que sugere as relações entre Paula Brito e o visconde de Uruguai, bem como a indignação do redator do *Grito Nacional* com o vento que “*soprava bonançoso*” para os lados do editor após sua virada conservadora. Compensações que podiam se materializar em subvenções governamentais semelhantes à que Paula Brito pleiteava junto à Assembleia Provincial do Rio de Janeiro.

Mas não obstante as críticas do *Grito Nacional*, a iniciativa de Paula Brito foi saudada pela imprensa. Dois dias após noticiá-la em primeira mão, Justiniano José da Rocha voltou ao assunto nas colunas do *Brasil*. No novo artigo, Paula Brito foi descrito como “um dos nossos tipógrafos mais inteligentes, mais zelosos dos progressos de sua arte, [...] cidadão bastante conhecido, bastante apreciado”, proprietário de “um dos melhores

³⁵⁹ MATTOS, Ilma Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 265.

³⁶⁰ Idem, Ibidem. p. 287.

estabelecimentos tipográficos da Corte”, sem nada deixar a desejar em relação às tipografias estrangeiras instaladas na cidade. Justiniano via apenas vantagens na concessão do crédito a Paula Brito. Conforme o redator, a Tipografia Nacional, além de onerosa aos cofres públicos, era tecnicamente atrasada, “das mais lerdas das nossas tipografias montadas em grande pé”, isso porque, avaliava, “o governo é péssimo administrador de empresas industriais”. O que chamamos hoje de iniciativa privada seria, portanto, a solução.³⁶¹ Justiniano igualmente esclarecia que o novo empreendimento seria instalado do outro lado da baía, em Niterói, capital da província. Além disso, explicava de maneira mais detalhada como o empréstimo se efetivaria através da concessão e venda de apólices. De acordo com o redator do *Brasil*, o valor do empréstimo podia ser considerado pequeno se comparado aos custos de publicação da *Gazeta Oficial*, que consumia por volta de 40 contos de réis.³⁶²

No mês seguinte o jornal *O Americano* noticiou em linhas repletas de entusiasmo que a comissão nomeada pela Assembleia Provincial do Rio de Janeiro para deliberar sobre a emissão das apólices havia deferido a proposta apresentada por Paula Brito, “o nosso primeiro tipógrafo”, com apenas um voto contrário. Respeitosamente, o jornal censurou o deputado dissidente, reafirmando que da concessão “nada [poderia] provir de prejudicial aos interesses financeiros da Província”.³⁶³ Porém, o editor não era o único tipógrafo de olho nas apólices da Província, uma vez que “as duas concorrências que tem a proposta do Sr. Paula Brito, não devem a embaraçar nem nos fazem hesitar sobre a ulterior confirmação da Assembleia”. Nesse sentido, Paula Brito teria redigido um memorial relatando “seus assíduos esforços, [...] seu empenho e constante aplicação ao trabalho”. Por esses e outros motivos, ainda conforme o *Americano*, a opinião pública visivelmente pedia para os lados de Paula Brito. Mas caberia aos deputados a decisão final.³⁶⁴ Em 1848, descartando-se a Tipografia Imparcial de Paula Brito e a Tipografia Nacional, havia mais 19 tipografias no Rio de Janeiro.³⁶⁵ Não há indícios concretos, mas o governo provincial poderia ter aberto

³⁶¹ “O pedido do Snr. Paula Brito”, *O Brasil*, n. 1.145, 08/06/1848, p. 4.

³⁶² “O pedido do Snr. Paula Brito”, *O Brasil*, n. 1.145, 08/06/1848, p. 4.

³⁶³ “Assembleia provincial”, *O Americano*, n. 85, 05/07/1848, p. 4.

³⁶⁴ “Assembleia provincial”, *O Americano*, n. 85, 05/07/1848, p. 4.

³⁶⁵ *AL*, 1848. p. 474-475. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu>>.

prévia concorrência para a concessão das apólices. Como efeito, todas as demais tipografias se tornavam possíveis concorrentes.

Mas, a despeito de suas credencias, da opinião pública favorável e das relações com políticos conservadores, tudo indica que Paula Brito acabou não recebendo o crédito em apólices da Província do Rio de Janeiro. No entanto, dois anos depois o editor se engajou em um novo projeto, que retomaria e ampliaria o plano traçado em 1848. A ideia era criar um dos mais ambiciosos estabelecimentos tipográficos do Império, a Empresa Tipográfica Dous de Dezembro.

Terceira Parte

Vida e morte da Empresa Dous de Dezembro

Homem de cor e Impressor da Casa Imperial

Em meio aos embates entre liberais e conservadores na imprensa do Rio de Janeiro, pode-se constatar que a instrumentalização da raça no discurso político avançou para além dos primeiros anos das regências, quando jornais como *O Mulato* ou *O Homem de Cor* foram publicados. Assim, no início da década de 1850, a folha liberal *O Grito Nacional* acusava o conservador Paula Brito de ser hostil a “gente de cor”, tanto em relação aos seus escravos quanto em relação às negras com as quais dividia as barcas em suas viagens a Niterói:

Hoje, esta *notabilidade* [Paula Brito] repele a *gente de cor*, começando por massacrar os seus escravos, tendo por isso perdido a amizade do seu padrinho de casamento; e geralmente se lhe *atribui a paternidade* de um artigo inserto no *Niterói*, periódico publicado em sua tipografia de interesse com o Sr. Candido Martim Lopes, em Niterói, pedindo ao administrador das barcas de vapor, que não consentisse o ingresso das *negras* para baixo da tolda, porque tendo ele de fazer aquelas viagens, a fim de ir tomar ares na casa do *grande tamarindo*, que alugara à beira da praia, MUITO O INCOMODAVA A CANTIGA DAS MESMAS negras!!!!!!³⁶⁶

Não obstante o peso das acusações, a referência à ascendência africana da maneira como era articulada pelo redator do *Grito* não soa como desqualificativo da personagem Paula Brito. Conforme o argumento de seus opositores, degradante era a maneira como o editor procedia contra outros homens e mulheres de cor. Portanto, é possível considerar que no momento em que a menção à cor dos indivíduos começava a desaparecer da qualificação de testemunhas em processos cíveis e criminais no “antigo Sudeste escravista”, bem como antes que a recepção das teorias raciais alterasse práticas e discursos,³⁶⁷ cidadãos livres de

³⁶⁶ “Os Estrangeiros”, *O Grito Nacional*, n. 119, 11/01/1850, p. 3. Grifos originais.

³⁶⁷ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. p. 105-106. SCHWACZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ascendência africana como o editor Francisco Paula Brito lutavam e eram disputados na arena política, enquanto indivíduos plenos de direitos políticos, nos termos da Constituição de 1824.³⁶⁸ Por conseguinte, a cor da pele podia emergir no debate político veiculado na imprensa como elemento que reforçava laços e alianças.

Paula Brito posicionou-se sobre as virtudes do homem livre de cor no episódio envolvendo o preto Simão, um marinheiro livre cabo-verdiano que trabalhava como carvoeiro a bordo do *Pernambucana*, vapor que naufragou durante uma viagem do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro no dia 8 de outubro de 1853. Ao todo 42 pessoas morreram no desastre, no entanto, 13 passageiros foram salvos graças ao fôlego e ao altruísmo de Simão. Nas semanas seguintes o marinheiro luso-africano transformou-se em uma celebridade no Rio de Janeiro, cidade em que a Associação Comercial organizou uma subscrição em seu nome. No início de novembro, Simão foi recebido por d. Pedro II, que lhe ofereceu 400 mil réis como prêmio, além de uma condecoração. Autoridades portuguesas igualmente manifestaram-se, todos festejando o heroísmo do marinheiro.³⁶⁹ Paula Brito, por sua vez, tratou do tema em um artigo publicado na *Marmota Fluminense* de 8 de novembro sugestivamente intitulado “O Preto Simão: A cor não faz o Herói, não, são seus feitos”:

O desgraçado acontecimento do naufrágio do Vapor Pernambuco fez aparecer, em 1853, um Herói, um Preto, que cheio de coragem e amor pela humanidade, lançou-se ao mar, não uma, mas muitas vezes, e arriscando em cada uma delas a vida, foi assim salvando a de quantos passageiros nele, e só nele tinham fixos os olhos! Isto é tanto mais louvável quanto, sendo ele *Preto*, todos aqueles a quem salvava eram *Branco*s, entrando neste número senhoras casadas, moças donzelas, e crianças, a quem ele respeitava e animava cheio de confiança em si! Cansado já da luta, sentindo enfraquecidas as pernas, do resfrio do mar, estendeu-se uma vez sobre a praia, e esfregando-as com areia, pode assim restabelecer a circulação do sangue, e conseguir seus desejos, até onde puderam chegar suas forças, e lhe permitiram as circunstâncias!

Não será este *Preto* digno de uma pensão do Estado? Consta-nos que na praça se promove para ele uma subscrição; o ato é louvável, bonito, e até mesmo um dever; mas isto só não basta; em casos tais o governo deve tomar a iniciativa e animar com

³⁶⁸ MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico...* op. cit., 2000. p. 20.

³⁶⁹ WILLIAMS, Daryle. The intrepid mariner Simão: visual histories of blackness in the Luso-Atlantic at the end of the slave trade. In: LUGO-ORTIZ, Agnes. ROSENTHAL, Angela. (Ed.). *Slave portraiture in the Atlantic World*. New York: Cambridge University Press, 2013.

o exemplo a outros, para que façam o mesmo, caso se achem (o que Deus não permita) nas circunstâncias em que se viu o preto Simão! Tantas pessoas salvas do naufrágio por um só homem... é caso tão extraordinário, que deve ser encarecido por quantos tiverem coração benfazejo, e amor à humanidade. Honra aos jornais que disto se têm ocupado com empenho. Daremos com o próximo número o retrato deste Herói.³⁷⁰

A promessa seria cumprida e os assinantes da *Marmota Fluminense* de fato receberiam o retrato de Simão encartado no número seguinte (Figura 10). Todavia é importante observar que, em um contexto no qual a referência à cor dos cidadãos brasileiros livres de origem africana, longe de ser negada, era com frequência articulada na imprensa política, Paula Brito converteu o episódio protagonizado por Simão em uma oportunidade para posicionar-se nesse debate genuinamente nacional.³⁷¹ Embora o marinheiro fosse um súdito português nascido em Cabo Verde, o que podia estar em jogo para Paula Brito era a chance de salientar o valor dos homens livres, como ele, filhos e netos de libertos. Portanto, ao enaltecer o feito de Simão – “um Herói, um Preto” –, o editor podia ter em mente interlocutores pontuais, possivelmente ligados ao partido liberal como aqueles que três anos antes o acusavam de “repelir a gente de cor”.



Figura 10 – Retrato do preto Simão oferecido aos assinantes da *Marmota Fluminense*.

³⁷⁰ “O Preto Simão: A cor não faz o Herói, não, são seus feitos!”, *Marmota Fluminense*, n. 416, 08/11/1853, p. 3. Grifos originais.

³⁷¹ Daryle Williams, por sua vez, analisa a dimensão atlântica do evento envolvendo o preto Simão e seus desdobramentos após o fim do tráfico de africanos para o Brasil. WILLIAMS, Daryle. The intrepid mariner Simão... op. cit.. p. 408.

Além do artigo e do retrato produzido nas oficinas da Empresa Tipográfica Dous de Dezembro, Paula Brito também compôs um poema, “Simão, o Herói da Pernambucana”, em que cantava o marinheiro como “Homem de força e valor”. Em uma das estrofes finais, Paula Brito lembrava que “Nosso monarca é o primeiro/ Em dar o exemplo sublime,/ De que Ele fazer não sabe/ Da cor dos homens um crime”. Vale lembrar, como veremos melhor adiante, que a esta altura d. Pedro II já era o primeiro acionista do grande empreendimento gráfico criado por Paula Brito que, por sua vez, fechava o poema declarando: “– A Virtude não tem cor –”.³⁷² Por si, a necessidade dessa máxima atesta o quanto o preconceito de cor era parte da experiência cotidiana desses cidadãos, embora polêmicas pudessem florescer caso barreiras puramente raciais fossem impostas ao livre trânsito desses homens, sobretudo quando se tratava de respeitáveis negociantes e senhores de escravos. Ao menos foi assim quando Paula Brito foi barrado no Club Fluminense, semanas depois do naufrágio do vapor *Pernambucana*.

No transcorrer do segundo semestre de 1853, o empresário Augusto Carlos Gonçalves e Souza submeteu a antiga casa de polícia situada na Praça da Constituição, vizinha a loja e tipografia de Paula Brito, a uma suntuosa reforma, transformando-o no “edifício mais coquete que se pavoneia na capital do Império”.³⁷³ Em breve ali seria instalado o Club Fluminense, novidade que causou certo alvoroço no Rio de Janeiro. Já em meados de outubro, o *Correio Mercantil* publicou o “Regulamento para o Club Fluminense”. Trinta e três artigos redigidos por seu idealizador e proprietário que explicavam em detalhes os objetivos e o funcionamento da instituição. Quanto aos objetivos, o primeiro artigo dizia o seguinte:

Art. 1º - O estabelecimento intitulado *Club Fluminense* é propriedade de seu empresário Augusto Carlos Gonçalves e Souza, e tem por objetivo proporcionar às pessoas educadas e polidas da sociedade desta Corte um ponto de reunião, onde possam encontrar agradável passatempo com os lícitos divertimentos admitidos em tais estabelecimentos nas principais cortes da Europa.³⁷⁴

³⁷² “Simão, o Herói da Pernambucana”, *Marmota Fluminense*, n. 419, 18/11/1853, p. 1.

³⁷³ “Crônica da quinzena”, *Novo Correio das Modas*, Tomo II, 1853, p. 176.

³⁷⁴ “Club Fluminense”, *Correio Mercantil*, 14/10/1853, p. 2.

“Ponto de reunião” para as “pessoas educadas e polidas da sociedade”, o Club admitiria três classes de sócios – os instaladores, os ordinários e os adventícios.³⁷⁵ Os “passatempos” oferecidos pelo Club, que funcionaria diariamente das nove da manhã à meia noite, seriam variados. Lá os sócios e suas famílias poderiam ler periódicos nacionais e estrangeiros, jogar bilhar, xadrez, gamão e bagatela – o carteadado seria permitido apenas nas noites de baile. O Club contaria também com inúmeros salões, como o de música, de jantar, o de bailes, o de fumar e um especial para chás e refrescos. Além, é claro, dos gabinetes de toalete e da chapelaria.³⁷⁶

Boquiaberto, um folhetinista anônimo do *Diário do Rio de Janeiro* descrevia a elegância das dependências: “Os grandes e numerosos salões do nosso Club estão adornados com todo o luxo e gosto dos mais belos estabelecimentos, que neste gênero nos oferecem as capitais da Europa, aonde as comodidades se enlaçam aos caprichos da moda e a voluptuosidade das artes”. Conforme ponderava o mesmo autor, o Club seria apreciado principalmente pelos estrangeiros que passavam longas temporadas no Rio. Ilustres visitantes que melhor poderiam “avaliar os nossos costumes e a nossa civilização”.³⁷⁷ As subscrições para o ingresso no Club Fluminense foram anunciadas nos jornais e muita gente, julgando-se parte da boa sociedade, concorreu à solicitação do empresário. Mas em pouco tempo este se viu em meio a sérios apuros. Afinal, como selecionar as “pessoas educadas e polidas”? Quem seriam os melhores representantes dos “nossos costumes e [da] nossa civilização”? Antes do baile de inauguração, que contaria com a presença do Imperador e da Imperatriz, o Sr. Augusto Carlos não pensou duas vezes e eliminou das listas de subscritores os nomes que julgou inaptos a ingressar em seu seletto Club.

Vozes troaram das colunas dos jornais exigindo explicações da parte do empresário. No *Jornal do Commercio* falava-se jocosamente do “Club sangue azul”.³⁷⁸ No *Correio*

³⁷⁵ Aqueles que ingressassem antes da inauguração efetiva da Club seriam sócios instaladores, os quais pagariam 30 mil réis de joia e mensalidades de 6 mil réis pelo prazo de seis meses. Sócios ordinários seriam aqueles aceitos após a inauguração. Com efeito, perderiam o desconto na joia, pagando por ela 50 mil réis. “Membros adventícios” seriam os que, por não residirem na corte seriam isento da joia, mas pagariam mensalidades renováveis de 10 mil réis. “Club Fluminense”, *Correio Mercantil*, 14/10/1853, p. 2.

³⁷⁶ O relato acima foi escrito a partir dos artigos do “Regulamento para o Club Fluminense”. “Club Fluminense”, *Correio Mercantil*, 14/10/1853, p. 2.

³⁷⁷ “Folhetim do Diário, Crônica”, *Diário do Rio de Janeiro*, 20/11/1853, p. 1.

³⁷⁸ “Club Sangue Azul”, *Jornal do Commercio*, 29/12/1853, p. 2.

Mercantil um leitor que assinava como Zebedeu afirmava que algumas pessoas conhecidas, embora estivessem “muito no caso de pertencerem a um tal estabelecimento”, foram “riscadas por indignas”. Logo, a advertência ao proprietário era clara: “Sr. Augusto, se V. S. quer tirar algum resultado de suas fadigas e dispêndios, não deixe praticar, ou não pratique injustiças, que reverterão unicamente em seu prejuízo”.³⁷⁹ No mesmo jornal, O Procurador da Roça contava em carta endereçada ao seu Advogado da Roça que havia deixado o Club, o qual “parece que o numerário tem consideravelmente diminuído”, após um amigo seu ter sido “riscado” – “o Sr. Dr. sabe que nem toda a gente da roça é conhecida na cidade, e por isso zás! *Risco por cima*”. A certa altura da missiva o Procurador da Roça se questionava: “Porque seria o Sr. P. B. excluído?”³⁸⁰

As iniciais P. B. certamente se referiam à Paula Brito. No *Diário do Rio de Janeiro*, sem empregar pseudônimos, José Silveira do Pillar, que havia indicado alguns nomes para o Club Fluminense, dirigiu-se à Diretoria da instituição “exigindo dela que lhe dê o justo motivo que tivera para riscar o nome do Sr. Francisco de Paula Brito da lista dos sócios por ele propostos”. Caso esta não se manifestasse, José Silveira ameaçava recorrer ao Chefe de Polícia, para que “em sua presença”, repetia, “declarem formalmente a forte razão que tiveram para eliminar o nome do Sr. Francisco de Paula Brito da lista dos sócios”, posto que este era “tão digno de pertencer a essa sociedade como todos os demais senhores”.³⁸¹

Quase nada se sabe a respeito de José Silveira do Pillar.³⁸² Em todo caso, apenas três dias depois de manifestar-se no *Diário*, ele novamente cobrou explicações do Club Fluminense sobre o veto ao nome de Paula Brito no *Jornal do Commercio*. No novo artigo, depois de reafirmar que o editor era um homem muito bem posicionado, pois “suas relações não são daquelas que o desacreditam”, José Silveira apontou sem rodeios os motivos da recusa: “Consta-me que deu a nobre diretoria como *causa* da risca que passaram sobre o

³⁷⁹ “Club Fluminense”, *Correio Mercantil*, 19/12/1853, p. 2.

³⁸⁰ “Club Fluminense”, *Correio Mercantil*, 27/12/1853, p. 1-2.

³⁸¹ “Aos Srs. Presidente e Diretores do Club Fluminense”, *Diário do Rio de Janeiro*, 28/12/1853, p. 3.

³⁸² Nota publicada no *Diário do Rio de Janeiro* indica que José Silveira do Pillar havia sido demitido do cargo de praticante da recebedoria ligada ao Ministério da Fazenda, em fevereiro de 1852. “Ministério da Fazenda”, *Diário do Rio de Janeiro*, 05/02/1852, p. 1.

nome do Sr. P. Brito da lista dos sócios propostos para o dito Club, ser este senhor homem de cor!!”³⁸³

José Silveira defendia ser enganoso acreditar que a segregação de homens de cor era indício de civilização. Cortes europeias, como a do imperador dos franceses cercado por “*Mauritanos* e mesmo *Africanos*”, provavam o contrário. Até mesmo o Brasil era rico de exemplos dessa natureza. “Não vedes alguns acentos do nosso *parlamento* ocupados por homens da *cor* daquele que hoje impelis de vosso seio [...]?”³⁸⁴, dizia José Silveira. Até d. Pedro II “não se *envergonha* em ter em sua Corte e a *seu lado* homens *mauritanos*, e alguns deles grandes ilustrações e ornatos do país”.³⁸⁴ Embora bem longe de ser um mauritano, e sim filho e neto de libertos crioulos, Paula Brito também podia ser visto em certas ocasiões na presença do imperador, como quando compôs e imprimiu no Palácio da Quinta da Boa Vista seu “Soneto à imprensa, dedicado a S. M. Imperial o senhor D. Pedro II”.³⁸⁵ Como sabemos, Paula Brito também mantinha boas relações com políticos importantes, sobretudo lideranças do partido conservador. E, para além do âmbito político, instituições que gozavam de algum prestígio, como o Conservatório Dramático Brasileiro, órgão oficial de censura teatral na Corte, igualmente reconheciam os méritos do editor.³⁸⁶

Por tudo isso é difícil dimensionar o impacto da recusa do Club Fluminense sobre Paula Brito. Ainda que ele vivesse “todo metido com os brancos”, sendo uma personalidade conhecida e reconhecida dos meios político e literário da Corte, vez por outra homens como o Sr. Augusto Carlos lembravam a Paula Brito, Rufina e suas filhas, já moças de 18 e 15 anos, o peso da ascendência escrava da família. Entretanto, para além da amizade devotada

³⁸³ *Jornal do Commercio*, 31/12/1853, p. 1.

³⁸⁴ *Jornal do Commercio*, 31/12/1853, p. 1.

³⁸⁵ Ao contrário de outros congêneres, esse soneto não foi datado. Lê-se ao fim dos versos: “Pelo mais fiel súdito - Francisco de Paula Brito./ Composto e impresso na Imperial Quinta da Boa Vista em presença de S. M. I.” BRITO, Francisco de Paula. *Soneto à imprensa, dedicado a S. M. Imperial o senhor D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Composto e impresso na Imperial Quinta da Boa Vista, s. d. BNRJ, Obras raras, 088, 004, 010, n. 6.

³⁸⁶ Paula Brito era um dos censores do Conservatório Dramático Brasileiro. Em agosto de 1851, o editor emitiu parecer favorável à peça *A pobre louca*, de Augusto de Sá, sucintamente afirmando: “A - *Pobre louca* - composição do Sr. Augusto de Sá, nada tem que ofenda a moralidade e os bons costumes, e por isso/ Pode ser representada./ Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 1851./ Francisco de Paula Brito”. VASCONCELOS, José Rufino Rodrigues de. *Designação de José Rufino Rodrigues de Vasconcelos para Francisco de Paula Brito examinar a peça A pobre louca*. Rio de Janeiro, 03/08/1851. BNRJ, Manuscritos, Coleção Conservatório Dramático Brasileiro, I-8, 8, 50. Sobre o Conservatório Dramático Brasileiro, ver: SOUZA, Silvia Cristina Martins de. *As noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*. Campinas: Editora da Unicamp; Cecult, 2002. Capítulo 2.

ao editor, a indignação expressa por José Silveira do Pilar e pelo Advogado da Roça, certamente acompanhada e quiçá compartilhada por leitores da imprensa diária do Rio de Janeiro, devia-se ao fato de Paula Brito naquele momento destacar-se como o proprietário do maior empreendimento gráfico do Império. Em fins de 1853, o editor não era um homem de cor comum. Com efeito, possivelmente estariam aí as origens de boa parte do alvoroço.

Tão importante empreendimento era a Empresa Tipográfica, depois Literária, Dous de Dezembro, companhia por ações fundada por Paula Brito em fins de 1850 certamente no influxo da reconversão dos capitais até então empregados no tráfico transatlântico de escravos. Na primeira metade do século XIX, o Brasil recebeu em torno de 80% dos cativos embarcados na Costa da África. Não obstante o volume, o comércio de seres humanos representava um negócio altamente vantajoso, alcançando lucros na casa dos 500%. O desmonte do tráfico negreiro, definitivamente extinto pela Lei n. 581 de 4 de setembro de 1850, também conhecida como lei Eusébio de Queirós, fez refluir para o país capitais avaliados acima dos 16 mil contos de réis.³⁸⁷

Tanto o fim do tráfico negreiro quanto todo o dinheiro dele proveniente eram aguardados há algum tempo. Em 1846, por exemplo, a resposta do Ministério do Império a um pedido de subvenção feito pelo francês André Gaillard para sua fábrica de papel montada no Andaraí dizia “que o Brasil necessita da importação de Fábricas não só para empregar os capitais que ficarão desocupados e perdidos com a cessação do tráfico, senão também para chamar da Europa colonização profícua e inteligente”.³⁸⁸ Portanto, era esperado que parte do dinheiro dos traficantes de escravos africanos financiasse a incipiente industrialização do país, como de fato aconteceu com a proliferação de sociedades anônimas e comanditárias no Rio de Janeiro a partir de 1851.³⁸⁹ Deste então, até 1865,

³⁸⁷ *Relatório da comissão encarregada pelo governo imperial por Avisos de 1º de outubro e 28 de dezembro de 1864 de proceder a um inquérito sobre as causas principais e acidentais da Crise do mês de setembro de 1864*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865. p. 24.

³⁸⁸ GAILHARD, André. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império solicitando expedição de ordem para que possa receber o produto de quatro loterias a benefício de sua fábrica de papel, 1845-1846. BN RJ, Manuscritos, C-486, 5, n. 3-4. Doc. 7.

³⁸⁹ Ao lado do trato interno de mulas, da transferência de fundos para Portugal, da reutilização de parte da frota negreira para o transporte de escravos para Cuba e de imigrantes portugueses para o Brasil, Alencastro afirma, seguindo a indicação do Barão de Mauá, que as sociedades anônimas criadas no Rio de Janeiro a

foram inscritas no Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro um total de 76 companhias anônimas e 515 sociedades em comandita.³⁹⁰

Ninguém, portanto, estranhou quando os ventos que antes da navegação a vapor inflavam as velas dos tumbeiros passaram a soprar, naquele prelúdio da década de 1850, favoráveis aos comerciantes e empreendedores do Rio de Janeiro. Paula Brito percebeu então a possibilidade de concretizar a acalentada ideia de criar “uma tipografia em grande escala”, conforme o projeto apresentado à Assembleia Provincial do Rio de Janeiro em 1848. Não há dúvidas de que a criação daquele estabelecimento oficial não foi adiante. As razões para isso podem ter sido diversas, desde a desistência da Assembleia Provincial em

partir de 1850 também se beneficiaram da reciclagem desses capitais. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Bahia, Rio de Janeiro et le nouvel ordre colonial 1808-1860”. In: CHASE, Jeanne. (Org.). *Géographie du capital marchand aux Amériques: 1760-1860*. Paris: Centre d’études nord-américains; École des hautes études en sciences sociales, 1987. p. 133-134. Entre os historiadores que trataram do tema, ver: VITORINO, Artur José Renda. *Cercamento à brasileira: conformação do mercado de trabalho livre na Corte das décadas de 1850 a 1880*. Tese (Doutorado em História) – IFCH, Unicamp, Campinas, 2002. p. 37. LEVY, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977. p. 77-83. Da mesma autora: *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboço de história empresarial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p. 50-51. LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, p. 211. Entre os relatos da conversão dos capitais negreiros produzidos no século XIX, ver: SOARES, Sebastião Ferreira. *Histórico da Companhia Industrial da Estrada de Mangaratiba e análise crítica e econômica dos negócios desta Companhia*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861, p. 39-40.

³⁹⁰ “Mapa das companhias e sociedades anônimas registradas no Tribunal do Comércio da Corte do Império, desde a execução do Código Comercial até dezembro do corrente ano”; “Mapa das sociedades em comandita registradas no Tribunal do Comércio da Capital do Império, desde a execução do Código Comercial até o mês de dezembro de 1865”. In: ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. *Relatório do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral da Quarta Sessão da Décima Segunda Legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1866. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/>>. Acesso em 01/11/2011. Os dados dos “Mapas” foram analisados em sua totalidade por Maria Bárbara Levy que os considerou “a mais completa fonte para o assunto”. LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboço de história empresarial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, p. 55-57. No entanto, ainda que completo, o levantamento não abrange todas as companhias fundadas na Corte, pois muitas funcionaram sem aprovação do governo. SOARES, Sebastião Ferreira. *Esboço ou Primeiros Traços da Crise Comercial da Cidade do Rio de Janeiro em 10 de Setembro de 1864*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865. p. 33. Sociedades anônimas eram assim denominadas justamente por não possuírem firma ou razão social. Sua origem remonta às grandes companhias comerciais e industriais que necessitavam de vultosas somas em dinheiro para se organizarem. Este capital era fracionado em ações, cujos valores tornavam-no acessível a um número maior de interessados. Já as sociedades em comandita caracterizam-se por possuírem basicamente dois tipos de sócios: os gerentes e os comanditários. Os primeiros, também chamados “sócios solidários”, eram “ilimitada e solidariamente responsáveis por todas as dívidas, compromissos e obrigações sociais” da companhia, enquanto os comanditários, “somente obrigados pela cota de capital das ações que subscreverem”. FARIA, Antonio Bento de (Ed.). *Código Comercial Brasileiro anotado de acordo com a doutrina, a legislação e a jurisprudência nacional e estrangeira, e os princípios e regras do direito civil, seguido de um apêndice contendo o Regulamento n. 737 de 1850, e todas as leis comerciais em vigor, igualmente anotadas*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, editor, 1912, p. 252; 268.

conceder os 50 contos em apólices, ou mesmo que outro tipógrafo que participava da concorrência tivesse levado a subvenção. Especulações à parte, o certo é que dois anos depois Paula Brito retomou e ampliou o projeto, transformando-o no *Plano* da Empresa Tipográfica Dous de Dezembro.

Durante os pouco mais de seis anos que separam sua criação e falência, a Dous de Dezembro teve duas configurações distintas. A primeira foi exposta no *Plano* da companhia, documento redigido por Paula Brito em 1850 e publicado no ano seguinte.³⁹¹ Para além de apresentar as regras de funcionamento da empresa, o *Plano* funcionava também como contrato de compra e venda das ações. No exemplar localizado, o acordo havia sido celebrado entre o editor e o padre Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte, professor de gramática e latim no Seminário Episcopal de São José, no dia 1º de abril de 1852.³⁹² Certamente em virtude desse caráter contratual, o *Plano* era cuidadoso em expor ao seu leitor e/ou acionista em potencial as vantagens que cercavam o empreendimento. A rubrica que informava que a companhia tinha por “protetores e primeiros acionistas Suas Majestades Imperiais”, ou seja, que fora constituída sob os auspícios de d. Pedro II e d. Teresa Cristina, era parte essencial dessas garantias. Além disso, a data escolhida para sua fundação – dois de dezembro de 1850 – bem como o nome da empresa eram bastante sugestivos. Aniversário de d. Pedro II, a data era um dos feriados nacionais mais importantes do Império.³⁹³ Desconheço se Paula Brito foi o primeiro, porém é certo que não foi o único tipógrafo a homenagear o Imperador por meio da referência ao seu natalício. Em São Paulo, Antonio Louzada Antunes fundou a Tipografia Dous de Dezembro que, vinculada ao desenvolvimento da produção de livros nessa cidade, funcionou também nos anos 1850.³⁹⁴ Mas no caso de Paula Brito, havia um pequeno agravante. Como sabemos, o

³⁹¹ O exemplar do *Plano da Empresa Tipográfica Dous de Dezembro* aqui estudado foi localizado em uma ação movida no Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro pelo Pe. Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte contra o editor, em 1857. *Ação Ordinária. Pe. Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte, autor. Francisco de Paula Brito, réu.* ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 1.885, caixa 1.832, 1857.

³⁹² “Negócios Eclesiásticos”. *AL*, 1857. p. 157. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/>>. Acesso em 24/10/2011.

³⁹³ KRAAY, Hendrik. *Days of National Festivity in Rio de Janeiro, Brazil, 1823-1889*. Stanford: Stanford University Press, 2013. p. 112.

³⁹⁴ DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros...* op. cit., 2011. p. 134.

editor nasceu no dia dois de dezembro de 1809,³⁹⁵ 16 anos antes de Sua Majestade Imperial.

Ao subscrever a companhia, o imperador certamente impressionou-se com o alcance do *Plano*, tanto que outorgou a Paula Brito o título de Impressor da Casa Imperial, que ele passou a ostentar não só nos livros e jornais que imprimia, mas também no frontão de sua oficina. Em dezembro de 1851, Paula Brito já havia finalizado a reforma que transformara sua antiga residência na Praça da Constituição na sede da companhia, faltando somente autorização da Câmara Municipal para mudanças na fachada do prédio, onde se abririam portas e janelas para a rua e se instalaria as Armas do Império, “como impressor que é da Casa Imperial”.³⁹⁶ A proteção de Suas Majestades à Dous de Dezembro certamente resultava do longo e paciente esforço no qual Paula Brito se empenhou a partir de meados dos anos 1830. Porém, após a Maioridade, além dos políticos conservadores, Paula Brito estreitou os laços com o próprio monarca e sua consorte. Neste sentido, é certo que os negócios entre eles se efetivaram na prática, ultrapassando a esfera das mercês e dos poemas laudatórios. Ao falecer, Paula Brito devia dinheiro aos imperadores do Brasil, 300 mil réis à d. Pedro II e 120 mil réis a d. Teresa Cristina. Valores pequenos, se comparados a outros credores igualmente listados em seu inventário *post-mortem*, mas significativos na perspectiva das redes de solidariedade que o editor teceu durante a vida.³⁹⁷

³⁹⁵ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. “Biografia do Sr. Francisco de Paula Brito”. *Correio Mercantil*, n. 59, 28/02/1862, p. 2.

³⁹⁶ Tipografia de Francisco de Paula Brito. Requerimento e informações para melhoramentos na Empresa Tipográfica, 1851. AGCRJ, 50.3.46.

³⁹⁷ *Inventário. Francisco de Paula Brito, falecido. Rufina Rodrigues da Costa Brito, Inventariante*. ANRJ, Juízo Municipal da 1ª Vara do Rio de Janeiro, n. 6.210, maço 448, 1862. fls. 16.



Figura 12 – Plano da Empresa Tipográfica Dous de Dezembro.

De volta ao *Plano* da Empresa Tipográfica, temos que este era dividido em seis artigos. O primeiro deles tratava dos benefícios que a companhia traria à “arte tipográfica em todo o Império do Brasil”. Para tanto promoveria o “progresso das Ciências e das Letras” e, ao mesmo tempo, se comprometia com a qualidade e o bom preço dos impressos. O segundo e o terceiro artigo tratavam dos valores das ações, bem como das vantagens aos acionistas:

§ 2º - Para preenchimento destes fins, capitalizar-se-á uma SOMA DE SEXTENTA CONTOS DE RÉIS, divida em 150 ações de quatrocentos mil réis cada uma, e este capital vencerá o juro de seis por cento ao ano, sendo metade paga em Junho e outra metade em Dezembro de cada ano.

§ 3º - Os acionistas, além do juro estipulado, receberão grátis um exemplar de quaisquer jornais que pela Empresa sejam impressos a sua custa.³⁹⁸

³⁹⁸ Ação Ordinária. Pe. Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte, autor. Francisco de Paula Brito, réu. ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 1.885, caixa 1.832, 1857. fls. 4.

Paula Brito precisava capitalizar 60 contos de réis para iniciar o empreendimento. Para termos uma ideia do que essa quantia representava no âmbito dos negócios tipográficos no Rio de Janeiro, o orçamento do governo para o biênio 1850-1851, autorizava o gasto de até 33 contos de réis com a Tipografia Nacional, valor reajustado para 40 contos de réis no biênio seguinte.³⁹⁹ Em 1850, a Tipografia Nacional dispunha de “de seis prelos de ferro franceses, três ditos ingleses, e um mecânico”, empregando “18 compositores, 15 aprendizes, um mestre, um guarda-tipos, oito impressores, 12 aprendizes, e um contínuo que serve de porteiro”.⁴⁰⁰ Ao se levar em conta que Paula Brito pretendia criar uma tipografia, como ele mesmo dirá “que não consta superior nesta corte”, e que para tal importava equipamentos da França,⁴⁰¹ os 60 contos necessários para a organização da companhia, fracionados em 150 ações de 400 mil réis, não representavam algo excepcional em comparação com os valores orçados para a manutenção da Tipografia Nacional. Entretanto, além do capital, o *Plano* também definiu os lucros sobre as ações em 6% ao ano. Em dinheiro o percentual equivalia a 24 mil réis pagos em duas parcelas. Individualmente é pouco, porém ao se considerar um grupo de 100 acionistas, nada menos que dois contos e 400 mil réis do faturamento anual da empresa seria destinado à amortização dos juros.

Mas para negociar os papéis, o editor precisava oferecer vantagens aos acionistas, conforme regia o terceiro artigo do *Plano*. Assim, além dos juros anuais, cada um deles receberia um exemplar das obras impressas pela Empresa Tipográfica, medida que encerrava certo paradoxo, pois, se por um lado, contribuía para atrair novos acionistas, por outro, excluía 150 compradores em potencial das mesmas obras. Já os três artigos finais versavam sobre as garantias oferecidas aos acionistas:

§ 4º - O Empresário não fica obrigado à amortização do capital, senão depois de findos seis anos, que tantos durará a Empresa.

§ 5º - Ficam hipotecados ao pagamento do capital e juros, os Estabelecimentos que o Empresário atualmente possui na Praça da Constituição ns. 64, 66 e 78, cujo

³⁹⁹ Lei n. 555 de 15 de junho de 1850; Lei n. 668 de 11 de setembro de 1852. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 25/10/2011

⁴⁰⁰ *AL*, 1850. p. 199. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/>>. Acesso em 20/10/2011.

⁴⁰¹ *A Marmota na Corte*, n. 177, 22/07/1851, p. 2.

inventário, com as competentes avaliações, será patente aos Srs. Acionistas, que desejarem vê-lo, se será devidamente registrado. Todos os mais bens que o Empresário possa vir a possuir, por qualquer forma que seja, ficam igualmente hipotecados.

§ 6º - São transferíveis as Ações por meio de endosso regular, o qual será averbado no livro dos talões para a percepção do juro pelo contador⁴⁰².

Paula Brito desobrigava-se da amortização do capital empregado pelos acionistas dentro do período dos seis anos a princípio previstos para a existência da sociedade anônima. No 5º artigo, o mais importante, o editor hipotecava todos os seus bens como garantia, incluindo os que eventualmente fossem adquiridos. Por fim, definia-se o modo como as ações e juros seriam escriturados. Enquanto isso, nas páginas d'A *Marmota na Corte*, Paula Brito se esforçava para negociar as ações da companhia, conforme ilustra um anúncio da revista *Guanabara* publicada em junho de 1851:

Terça-feira 1º de Julho publica-se o n. 7 deste jornal científico e literário, com duas estampas, e interessantes artigos dos Snrs. *Macedo, Porto-Alegre, Capanema, Freire Alemão, Burlamaque, Magalhães*, e outros.
Subscreve-se a 5\$ rs. por semestre, ou 10\$ por ano. Os Snrs. assinantes devem mandar reformar suas assinaturas até 30 do corrente.

As pessoas que tomarem ações da empresa tipográfica – DOUS DE DEZEMBRO – receberão grátis desde já (além do mais que podem ter para o futuro) o *Guanabara*, os *Anais de Medicina*, a *Marmota na Corte*, e o juro das ações, que é o mesmo das apólices da dívida pública. Os interessados podem se dirigir à loja de Paula Brito, Praça da Constituição, n. 64.⁴⁰³

Comprar papéis da dívida pública também podia ser um bom negócio,⁴⁰⁴ mas somente os acionistas da Dous de Dezembro receberiam exemplares da revista *Guanabara*, d'A *Marmota na Corte* e dos *Anais de Medicina*. Ainda assim nem todos se mostravam satisfeitos com o preço das ações. Neste sentido, em julho de 1851, apareceu no jornal *O*

⁴⁰² *Ação Ordinária. Pe. Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte, autor. Francisco de Paula Brito, réu. ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 1.885, caixa 1.832, 1857. fls. 4.*

⁴⁰³ *A Marmota na Corte*, n. 170, 27/06/1851, p. 4.

⁴⁰⁴ Como esclarece Maria Bárbara Levy, nem mesmo diante das crises comerciais de fins de 1850 e início de 1860 os títulos da dívida pública se desvalorizariam. Ademais, já em fins de da década de 1860, foram precisamente esses títulos que financiariam parte, em torno de 28%, das despesas decorrentes da Guerra do Paraguai. LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas...* op. cit., 1994. p. 89; 91.

Commercio, de Niterói, um artigo sugerindo que o capital levantado com a venda das primeiras ações já encontrava um destino, pois Paula Brito acabara de importar da França “máquinas complementares para a sua oficina”. O texto informava também, indicando uma possível ampliação do mercado, que havia a intenção por parte do editor de “propagar nas províncias as publicações literárias feitas na Corte, e vice-versa”. Nessa perspectiva, Paula Brito era comparado ao célebre ator João Caetano, no que concerne aos serviços que ambos prestavam às letras brasileiras em suas respectivas áreas. Ser comparado ao principal ator e empresário teatral do Império em meados do século XIX sem dúvida era um grande elogio. Assim, a curiosa metáfora empregada pelo autor do “pinto [que] revolve-se no ovo, [...] vai nascer!” sintetizava a importância do empreendimento de Paula Brito para a “prosperidade e progresso” da literatura no país. Mas sem embargo dos elogios galináceos, o autor encerrava seu texto em tom de crítica: “sentimos que o preço das ações não fosse mais módico, o Sr. Paula Brito devia lembrar-se dos homens de letras e não dos capitalistas, e aqueles e não estes deverão ser seus únicos acionistas”.⁴⁰⁵ Afinal, que homem de letras disporia dos 400 mil réis necessários para se tornar acionista da Dous de Dezembro? A resposta estava implícita e o articulista acabava acusando Paula Brito de preterir os homens de letras em favor dos capitalistas.

Paula Brito não se esquivou e contestou o articulista de Niterói na *Marmota da Corte*. Em sua réplica o editor primou pela precisão e após breves agradecimentos foi direto ao assunto: “permite S. S. que [...] eu dê a razão porque não dividi as ações da minha *Empresa Tipográfica* em quantias menores de 400 [mil réis], como são as ações das companhias de Niterói, Botafogo, Ônibus, Gôndolas, Monte de Socorro, e outras que há nesta corte”. Pois bem, passemos a palavra ao editor:

Primeiro que tudo eu preciso de um pronto capital que sirva de recurso ao desempenho de compromissos que fui obrigado a contrair para elevar meu estabelecimento (que não consta superior nesta corte) ao pé em que se acha, como o podem atestar o Srs. E. Laemmert, Nicolau Lobo Vianna, e Fortunato Raymundo de Oliveira, que o avaliaram (para que isso servisse de base ao computo das ações); e vendo eu que os nossos capitalistas, para darem emprego a seus fundos, não

⁴⁰⁵ “A Empresa Tipográfica”, *Marmota na Corte*, n. 177, 22/07/1851, p. 2. Sobre a trajetória de João Caetano, ver: PRADO, Décio de Almeida. *João Caetano: o ator, o empresário, o repertório*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

precisam das vantagens que lhes ofereço em dinheiro, porque aí estão as apólices, os bilhetes do tesouro, os bancos, etc., para nisso os empregarem com garantias infalíveis (se as há nesta vida); ofereço-lhes então os jornais meus, ou em que tenho parte. Ora, estes jornais que eu daria aos meus 150 acionistas de 400 [mil réis], se fossem emitidas todas as ações, não os poderia dar a 300 [mil réis], se elas fossem de 200 [mil réis], ou a 600, se elas fossem de 100 [mil réis]. Poderia, é verdade, ter eu concebido o meu plano de outro modo; pensei nisto; em caso nenhum, porém, me convinha ter grande número de acionistas, e a razão eu a darei para o futuro. Demais, 400 [mil réis] é uma quantia regular; os juros de 6 por %, e as assinaturas dos jornais, sobem quase a 1 por % ao mês, lucro este que pode convidar aos estranhos, que comigo não tem relações, que me não consagram amor, nem ódio, a serem meus acionistas; os meus amigos, porém, aqueles que me têm afeição, e com que posso contar, comerciantes e capitalistas com quem tenho tido relações e transações, esses aceitarão as ações a 400 [mil réis], quando eu a eles recorrer; e assim como as tomam desse valor, as tomariam de maior quantia, porque me conhecem, me estimam, louvam meus esforços, animam-me, e protegem-me; contam comigo, e não com os meus teres e haveres; contam com o que eu posso fazer, porque veem o que já tenho feito.⁴⁰⁶

Ao justificar o preço das ações e, conseqüentemente, a necessidade de oferecer exemplares dos impressos aos acionistas, Paula Brito seguia um raciocínio em essência bem simples. Em sua origem estaria algo que de fato devia tê-lo preocupado bastante quando concebeu a Empresa Tipográfica Dous de Dezembro. Ora, o editor precisava de capital para investir em sua oficina, mas como atrair a atenção dos investidores, dos capitalistas, sobretudo aqueles que não estavam entre seus amigos, diante da grande disponibilidade de investimentos rentáveis no Rio de Janeiro naquele momento – “as apólices, os bilhetes do tesouro, os bancos, etc.”? Os dados das companhias e sociedades anônimas registradas no Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro, entre 1851 e 1852, oferecem uma dimensão bastante precisa da concorrência sofrida pelos papéis da empresa de Paula Brito no mercado de ações da Corte. Conforme a Tabela 8, o editor tinha razões plausíveis em criar atrativos para os investidores do Rio de Janeiro, exatamente como fez em relação à disponibilização dos impressos aos acionistas em potencial.

⁴⁰⁶ *Marmota na Corte*, n. 177, 22/07/1851, p. 2.

Tabela 8 –Sociedades Anônimas registradas no Tribunal do Comércio da Corte entre 1851 e 1852.

<i>Denominações</i>	<i>Data de registro</i>	<i>Objetivo</i>	<i>Capital</i>	<i>Ações em que se divide o capital</i>	<i>Duração</i>
Banco Comercial do Rio de Janeiro	08/01/1851	Depósito e descontos de capitais	5.000:000\$000	10.000 de 500\$000	20 anos
Monte do Socorro	10/01/1851	Depósito e empréstimo a prazo	400:000\$000	4.000 de 100\$000	Indeter.
Cia Brasileira de Paquetes a Vapor	22/01/1851	Navegação por escalas do Rio de Janeiro ao Pará	720:000\$000	2.000 de 350\$000	Indeter.
Cia Seguros Marítimos – Regeneração	08/02/1851	Seguros sobre embarcações de qualquer bandeira	360:000\$000	300 de 1:000\$000	20 anos
Cia de Navegação do Rio Inhomirim	20/03/1851	Navegar a vapor entre o Porto da Estrela e o do Rio	60:000\$000	200 de 300\$000	Indeter.
Cia de Seguros contra o fogo - Argos Fluminense	20/03/1851	Segurar sobre [casas], moradias, trastes, etc.	1.000:000\$000	1.000 de 1:000\$000	Indeter.
Cia Fluminense de Ônibus	20/03/1851	Transportar passageiros da Cidade para os arrabaldes	Indeterminado		10 anos
Cia de Seguros Marítimos - Nova Permanente	15/05/1851	Seguros sobre navios e mercadorias	400:000\$000	400 de 1:000\$000	10 anos
Cia de Seguros Marítimos - [Ilegível]	19/08/1851	Seguros sobre navios e mercadorias	400:000\$000	400 de 1:000\$000	30 anos
Cia de Seguros contra o fogo - Phoenix Fluminense	22/10/1851	Seguros sobre casas e mercadorias	1.000:000\$000	1.000 de 1:000\$000	Indeter.
Cia Caixa Econômica do Rio de Janeiro	25/10/1851	Receber dinheiro a prêmio	Indeterminado		Indeter.
Cia de Navegação por Vapor - Macaé e Campos	07/01/1852*	Navegação entre a Corte, Macaé e Campos	Indeterminado		20 anos

*Não constavam mais registros em 1852 e 1853. A *Cia de seguro mutuo contra o fogo*, cujo objetivo era segurar prédios, móveis e mercadorias, foi registrada no Tribunal do Comércio a 01/02/1854.

Fonte: “Mapa das companhias e sociedades anônimas registradas no Tribunal do Comércio da Corte do Império, desde a execução do Código Comercial até dezembro do corrente ano”. In: ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. *Relatório do Ministério da Justiça...* op. cit., 1866.

Em sua resposta ao articulista do *Commercio*, Paula Brito chegou a mencionar algumas das companhias acima como a “Niterói, Botafogo, Ônibus, Gôndolas, Monte de

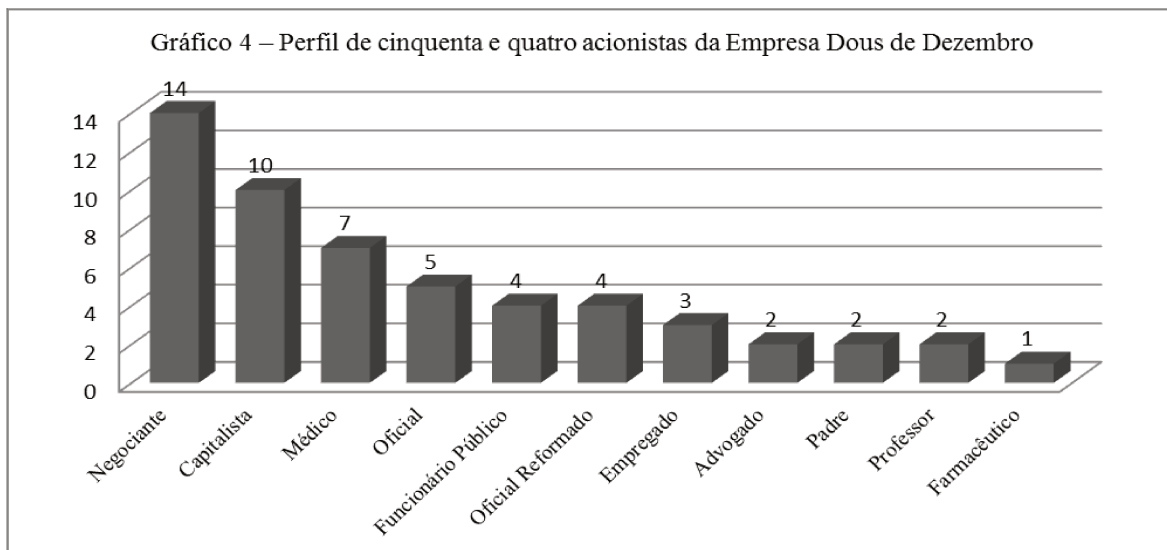
Socorro, e outras que há nesta corte”. Entre elas, a Monte do Socorro, registrada no Tribunal do Comércio da Corte em janeiro de 1851, e descrita como do ramo de depósitos e empréstimos a prazo, possuía um capital de 400 contos de réis dividido em quatro mil ações de 100 mil réis, valor bem inferior às ações da Dous de Dezembro. Do mesmo modo, os papéis da companhia de Paula Brito eram mais caros que os da Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor, negociados a 350 mil réis e os da Companhia de Navegação do Rio Inhomirim, negociados a 300 mil réis. Vale ressaltar que essa companhia, cujo objetivo era realizar a navegação a vapor entre o Porto da Estrela e o Rio de Janeiro, possuía um capital idêntico ao da Dous de Dezembro. Com efeito, a estratégia de usar os impressos como isca para atrair acionistas era talvez a única possível ao editor. Como registrou Paula Brito, isso seria inviável caso as ações da Empresa Tipográfica fossem negociadas, por exemplo, a 300 mil réis. Restava a Paula Brito arriscar e confiar no gosto dos endinheirados pela leitura dos seus impressos. O que não funcionou muito bem, na medida em que, com o tempo, o editor abandonou essa prática, permitindo que seus acionistas escolhessem receber um acréscimo de 10% em dinheiro nos prêmios anuais de suas ações em lugar dos periódicos.⁴⁰⁷

Em todo caso, nos primeiros tempos da Dous de Dezembro a tática empregada por Paula Brito ia surtindo algum efeito. Um ano depois da fundação da companhia, um balanço publicado na *Marmota na Corte* informava que restavam apenas 19 das 75 ações emitidas até aquele momento. O artigo também listava os nomes de 44 acionistas, entre eles personagens influentes nas artes e política do Império, como o Ministro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, o Visconde de Abrantes, o médico e literato Joaquim Manuel de Macedo e Manuel de Araújo Porto-Alegre.⁴⁰⁸ Contudo, levantamento mais completo dos acionistas da Empresa Tipográfica foi publicado na revista *Guanabara*, em 1856. Debaixo do título “Acionistas da Empresa Dous de Dezembro que, como tais, receberam o *Guanabara*”, a lista é composta por 118 nomes, dos quais pode-se identificar 104 homens e onze mulheres. A comparação entre a lista dos acionistas que receberam a revista *Guanabara* com o

⁴⁰⁷ Suplemento, n. 1, *Marmota Fluminense*, n. 412, 25/10/1853, p. 1.

⁴⁰⁸ *Marmota na Corte*, n. 215, 02/12/1851, p. 4.

Almanak Laemmert oferece um perfil aproximado da composição social de parte do quadro de acionistas da companhia de Paula Brito (Anexos 5 e 6).⁴⁰⁹



Fonte: “Acionistas da Empresa Dous de Dezembro que, como tais, receberam o Guanabara”, *Guanabara*, Tomo III, 1856. “Guia do Rio de Janeiro ou indicador alfabético da morada dos seus principais habitantes; altos funcionários, empregados, negociantes, capitalistas, proprietários, fabricantes, artistas, industriais, etc., mencionados em seus lugares competentes no Almanak Laemmert de 1858”. In: *AL*, 1858.

Deste modo, conforme o Gráfico 4, entre os acionistas listados no *Guanabara* o número de negociantes e capitalistas é expressivo. Entre os negociantes encontrava-se Antonio Pereira Ribeiro Guimarães, negociante de grosso trato de fumo e charuto; João José Fernandes d’Azevedo, comerciante de madeira para a construção civil e indústria naval; o comendador Patrício Ricardo Freire que comprava e vendia ouro, prata e

⁴⁰⁹ O cruzamento dos dados possibilitou a identificação, de 54 dos 118 acionistas listados na revista *Guanabara*. Em 1858, o *Almanak Laemmert* apresentou pela primeira vez o “Guia do Rio de Janeiro ou indicador alfabético da morada dos seus principais habitantes”. Extenso, o Guia apresentava os nomes sucedidos pelo respectivo endereço e pela indicação das ocorrências dos mesmos nas diferentes seções do *Almanak*. Embora em alguma medida eficaz, esse método apresenta apenas uma amostra do perfil dos acionistas da Dous de Dezembro. Em primeiro lugar porque a lista restringe-se aos acionistas que receberam a revista *Guanabara*. Até esse ano ocorreram mudanças substanciais nos planos acionários da Dous de Dezembro, o que excluiria os acionistas que não recebiam a publicação. Em segundo lugar, o *Almanak Laemmert* de 1858 trata apenas dos moradores do Rio de Janeiro, o que exclui acionistas que moravam fora do então chamado Município Neutro. Além disso, muitos acionistas listados em 1856 no *Guanabara* podem ter se mudado da corte, ou mesmo falecido, em 1858. “Acionistas da Empresa Dous de Dezembro que, como tais, receberam o Guanabara”, *Guanabara*, Tomo III, 1856. “Guia do Rio de Janeiro ou indicador alfabético da morada dos seus principais habitantes; altos funcionários, empregados, negociantes, capitalistas, proprietários, fabricantes, artistas, industriais, etc., mencionados em seus lugares competentes no Almanak Laemmert de 1858”. In: *AL*, 1858. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/>>. Acesso em: 02/02/2012.

brilhantes; assim como comerciantes possivelmente mais remediados, como Manuel José Ferreira, dono de um armazém de secos e molhados. Havia também negociantes que tranquilamente podiam ser classificados como capitalista, a exemplo de Francisco José de Mello e Souza, negociante de gado e diretor do Banco Comercial e Agrícola do Rio de Janeiro. Já entre os capitalista encontrava-se Barão de Mauá, bem como homens ligados a ele, como Antonio Ribeiro Queiroga, listado no *Almanak* como “sócio responsável e gerente do Banco Mauá, MacGregor e Cia”. Do Banco do Brasil apareciam os diretores João Henrique Ulrich e Militão Correia de Sá. O já mencionado Ministro Silva Ferraz também poderia ser classificado entre os capitalistas, principalmente em virtude de sua atuação como diretor da Companhia Seguradora Contra a Mortalidade dos Escravos e como secretário do conselho da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres. Além dos banqueiros e seguradores, o quadro de acionista dispunha também de donos de colégios, como os sócios Dr. Mateus da Silva Chaves e Dr. Rufino Soares de Almeida, proprietários do Colégio Marinho.

Outro grupo representativo entre os acionistas da companhia de Paula Brito era o composto por médicos. Cirurgiões como os Drs. Frederico João Ormerod, Francisco José de Sá Júnior e Marcos José Pereira do Bonfim, assim como nosso já conhecido Dr. Ludgero da Rocha Ferreira Lapa, antigo redator-chefe do *Arquivo Médico Brasileiro*. Depois dos médicos estavam os oficiais e oficiais reformados. No primeiro caso, o destaque é certamente o Capitão de Mar e Terra e Comandante do Batalhão Naval Manuel Francisco da Costa Pereira. Já entre os oficiais reformados, estava o Tenente Libório José de Almeida, ainda na ativa em 1858 como Capitão do Corpo Policial de Niterói.

Foram quatro os funcionários públicos identificados entre os acionistas: o escrivão de polícia Antonio Xavier de Mello; o escriturário a serviço do Ministério da Fazenda, Augusto Henrique Gonzaga; o oficial de secretaria Feliciano Zeofrido Rangel Maia; e José Joaquim dos Santos, que atuava como conferente na Alfândega. Em relação aos três acionistas classificados como Empregados, todos ocupavam postos em bancos instalados na Corte. Antonio José Marques de Sá era “Fiel do Tesoureiro do Banco do Brasil”; Manuel José da Costa Ludovico trabalhava como Primeiro Escriturário no Banco Rural e Hipotecário; e Ricardo Soares da Costa Guimarães era tesoureiro na Caixa Econômica do

Rio de Janeiro. Ao lado do Sr. Antonio Alves Ferreira, único farmacêutico entre os acionistas, havia mais dois padres, dois advogados e dois professores. Deste modo, além do nosso já conhecido Pe. Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte, outro clérigo acionista foi o Cônego Joaquim de Oliveira Durão, cura da Capela Imperial, Examinador Sinodal da Cúria Episcopal e Lente de Teologia Dogmática no Seminário de São José. Os advogados eram o Dr. João Caldas Vianna e o Senador e Desembargador João Antonio de Miranda. Finalmente, os professores eram Gabriel de Medeiros Gomes, que lecionava latim e “gramática nacional” no Colégio Pedro II, e João Maria Pereira de Lacerda, Capitão de Fragata e Lente de Geometria na Escola da Marinha.

As ocupações dos acionistas identificados reforça o argumento do articulista anônimo do jornal o *Commercio*, segundo o qual Paula Brito preteria os literatos em favor dos capitalistas e negociantes. Basta observar o número de professores que possuíam ações da companhia para darmos alguma razão ao jornalista. Não obstante o *Plano* da Empresa Tipográfica Dous de Dezembro dizer que um dos seus objetivos era “auxiliar o progresso das Ciências e das Letras”, Paula Brito também era um capitalista e negociante e, como tal, buscava priorizar as fontes mais eficientes para capitalizar os recursos para a organização e manutenção do seu empreendimento, o que por algum tempo deu certo. Todavia, em breve Paula Brito passou a negociar ações a 100 mil réis, certamente com vistas a torná-las acessíveis a um público mais amplo que o restrito apenas aos negociantes e capitalistas. Enquanto isso a companhia crescia.

De Empresa Tipográfica à Empresa Literária

Finalizada a reforma que transformou sua casa em oficina tipográfica, Paula Brito estava às voltas com a construção de um “extenso armazém” com duas fachadas, uma voltada para a Praça da Constituição e outra para a Rua da Lampadosa, no qual seriam instaladas as oficinas de litografia e estamperia da Dous de Dezembro.⁴¹⁰ Não que as obras se dessem sem percalços, pelo contrário. Em meados de 1852, Manuel Francisco da Silveira Freitas, “possuidor de uma morada de casa sita na Rua da Lampadosa, n. 35”, requereu e conseguiu junto ao Juiz Municipal da Primeira Vara da Corte o embargo da obra. O vizinho alegava que, em “detrimento de sua propriedade e turbção de sua posse”, o prédio iria “despejar águas” em seu quintal. Por conseguinte, o pedreiro José Tavares de Souza e o carpinteiro Manuel Joaquim da Costa Júnior, assim como os demais oficiais que trabalhavam na construção de Paula Brito, foram intimados pelo oficial de justiça a suspender suas atividades. No entanto, o editor tinha urgência em concluir o prédio. Assim, depressa buscou um acordo com Manuel Francisco, remetendo em seguida uma petição ao juiz na qual afirmava o desejo de “continuar com sua obra sem demandar” e que para tanto “obrig[ava]-se a demolir tudo quanto por ventura faça dano ao prédio do seu vizinho por ter assim se convencionado com o mesmo”.⁴¹¹ Solucionado o problema, as obras continuaram, e em breve o prédio alojaria o maquinário importado da Europa.

Dois meses mais tarde, o editor anunciou na primeira página da *Marmota Fluminense* a distribuição de *Júlia*, uma valsa para flauta e primeiro trabalho de litografia feito nas oficinas da Empresa Tipográfica Dous de Dezembro. “Além da Tipografia, montada em grande escala, temos já – *Litografia, Estamperia, e Oficina de Encadernação*”,

⁴¹⁰ “Aos nossos leitores e assinantes”. *Marmota Fluminense*, n. 258, 04/05/1852, p. 1; “Empresa Dous de Dezembro”, *Marmota Fluminense*, n. 280, 20/07/1852, p. 1.

⁴¹¹ *Embargo de obra nova. Manuel Francisco da Silveira Freitas, autor; Francisco de Paula Brito, réu.* ANRJ, Juízo Municipal da 1ª Vara do Rio de Janeiro, n. 21. Maço 38, 1852.

informava satisfeito o empresário. O anúncio dizia também que uma parte dos equipamentos da companhia se encontrava a caminho, enquanto outra aguardava liberação na Alfândega. Além disso, o vapor *Tay* levava à Europa novas encomendas do editor.⁴¹² No final de 1852, Paula Brito prometia a seus acionistas que em quatro ou seis meses as oficinas da Dous de Dezembro estariam complementemente montadas.⁴¹³

Difícil precisar quantos prelos a Dous de Dezembro efetivamente possuiu durante sua existência. Em 1856, o jornal *Courrier du Brésil* informava que a companhia “possuía diferentes salas, onde há uma prensa de impressão com 13 prelos, dos manuais aos mais complicados”.⁴¹⁴ Processos comerciais movidos contra o editor no Tribunal do Comércio, no entanto, sugerem que, entre 1854 e 1856, as oficinas da Dous de Dezembro foram equipadas com pelo menos três prelos litográficos e dois prelos Stanhope. Não há informações detalhadas sobre os prelos litográficos, porém, criado pelo Lord Stanhope no final do século XVIII, o prelo que levou seu nome, ainda que manual, era todo construído em ferro. A novidade causou considerável impacto na produção tipográfica. Conforme Gérard Martin, a impressão diária saltou para duas a três mil folhas.⁴¹⁵ Em todo caso, um folheto de propaganda da Dous de Dezembro impresso possivelmente entre 1853 e 1855, indica a dimensão que os negócios de Paula Brito alcançaram nesse período. Nele vê-se que, para além dos números 64 e 68 da Praça da Constituição, a empresa de fato passou a ocupar os números 31 e 33 da Rua da Lampadosa, enquanto que a loja, sortidíssima, funcionava no n. 78 da Praça Constituição, esquina com a Rua de S. Jorge. O folheto apresentava o Impressor da Casa Imperial ao lado de seus clientes mais ilustres como a Academia Imperial de Medicina, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a Colégio Marinho, as empresas do Barão de Mauá, assim como “outras Associações Científicas, Literárias e Industriais”. Já as oficinas da companhia eram descritas deste modo:

TIPOGRAFIA EM GRANDE ESCALA
com proporções para imprimir com a maior rapidez, asseio, bom gosto e por preços
cômodos, todas as obras, por mais difíceis que sejam.

⁴¹² “Júlia”, *Marmota Fluminense*, n. 298, 21/09/1852, p. 1.

⁴¹³ *Marmota Fluminense*, n. 319, 02/12/1852, p. 1.

⁴¹⁴ “Lettres brésiliennes”, *Courrier du Brésil*, 05/10/1856, p. 2.

⁴¹⁵ MARTIN, Gérard. *L’Imprimerie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1966. p. 11-13.

LITOGRAFIA

para cartões de visita, etiquetas de comércio, bilhetes de botica, para vinhos e licores, circulares, mapas, e muitas outras gravadas, escritas, ou autografadas, sempre nítidas e ao gosto moderno.

ESTAMPARIA

para Registros das diversas Invocações e tudo o mais que for aberto em chapa.

GRANDE OFICINA DE ENCADERNAÇÃO

onde se aprontam, tanto em brochura, como encadernadas, todas as obras, ainda as mais delicadas, músicas, etc., e na qual se achará sempre um completo sortimento de livros em branco para o comércio repartições públicas e escrituras particulares em fólio, em quarto, e em oitavo, o melhor que se pode desejar, tanto de encadernação inteira, como de meia encadernação, acartonados, etc.⁴¹⁶

Não fossem as dificuldades que o editor começava a enfrentar nesse momento, podia-se até acreditar que a empresa caminhava extremamente bem. Neste sentido, folhetos de propaganda podem ser tendenciosos e, em razão disso, devem ser lidos com cuidado. Todavia, o panfleto indica que a construção do armazém iniciada em 1852, bem como a importação de novos equipamentos, certamente estava finalizada.

Em pouco tempo Paula Brito passou a negociar ações a preços reduzidos. Como vimos no capítulo anterior, originalmente os papéis da companhia eram vendidos a 400 mil réis com juros anuais de 6%, pagos em duas parcelas. Em outubro de 1853, no entanto, um anúncio publicado no Suplemento da *Marmota Fluminense* pela primeira vez fez referência às ações vendidas a 100 mil réis. O percentual de rendimento dessas ações se manteria em 6%, com a diferença que, ao invés de todos os jornais de propriedade de Paula Brito, o acionista que optasse por essas ações receberia grátis apenas uma assinatura da *Marmota*

⁴¹⁶ *EMPRESA TYPOGRÁFICA Dous de Dezembro de Paula Brito*. Rio de Janeiro: Empresa Typográfica Dous de Dezembro. s. d. BNRJ, Obras raras, 088, 001, n. 9. A grande variedade de itens à venda na Loja de Francisco de Paula Brito eram listados no verso do folheto.

Fluminense.⁴¹⁷ No entanto, para além de aumentar o quadro de acionistas, é provável que a venda de ações a preços reduzidos decorresse da transformação da Empresa “Tipográfica” Dous de Dezembro na Empresa “Literária” Dous de Dezembro. Gestada no decorrer de 1854 e oficialmente iniciada no ano seguinte, essa transformação ultrapassava a simples mudança no nome da companhia. Confiante, o editor estava prestes a dar o passo mais ambicioso de sua trajetória. Por conseguinte, Paula Brito começou o processo para a aprovação dos Estatutos da nova companhia por meio de uma petição encaminhada ao Ministério do Império em abril de 1855:

Senhor.

À consideração de V. M. I. submeto Francisco de Paula Brito os Estatutos da “Empresa Literária Dous de Dezembro” e contando com o favor dos Poderes do Estado, pelos serviços que na sua arte tem prestado ao País e espera prestar em maior escala, se for por V. M. I. bem acolhido, e de qualquer forma apatrocinado:

P. a V. M. I. se digne aprovar ou determinar em contrário o que for de sua Imperial vontade.

ERM [Espera Receber Mercê]

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1855
Francisco de Paula Brito.⁴¹⁸

Ainda que destinado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, na ocasião Luiz Pedreira do Couto Ferraz, como de praxe, a petição reportava-se diretamente a d. Pedro II, a quem, em outro documento, o editor pedia que aceitasse apadrinhar o empreendimento. Note-se que para convencer “os poderes do Estado”, Paula Brito argumentava baseando-se nos “serviços que na sua arte [havia] prestado ao País”,

⁴¹⁷ “Empresa Tipográfica”. In: Suplemento, n. 1, *Marmota Fluminense*, n. 412, 25/10/1853, p. 1. O anúncio repetiu-se no Suplemento, n. 2, *Marmota Fluminense*, n. 413, 28/10/1853, p. 1. As referências às ações de 100\$000 se repetiriam em outros números do bissemanário: “Aviso”, *Marmota Fluminense*, n. 424, 06/12/1853, p. 1; *Marmota Fluminense*, n. 425, 09/12/1853, p. 1; *Marmota Fluminense*, n. 426, 13/12/1853, p. 1; *Marmota Fluminense*, n. 427, 16/12/1853, p. 1; *Marmota Fluminense*, n. 428, 20/12/1853, p. 1.

⁴¹⁸ BRITO, Francisco de Paula. *Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando que seja aprovado o estatuto de sua Empresa Literária Dous de Dezembro*. Doc. 5. BNRJ, Manuscritos, C-0803, 004. 1855.

bem como nos que ainda esperava “prestar em maior escala”. De fato, os Estatutos da Empresa Literária Dous de Dezembro mostram que essa escala era bem maior do que a anteriormente proposta pela Empresa Tipográfica. O requerimento de Paula Brito tramitou sem maiores percalços nas malhas da burocracia imperial em fins de abril de 1855. No dia 24, os documentos chegaram às mãos do Conselheiro Procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional, que no início de maio fez uma pequena ressalva quando à duração da companhia. Em pouco tempo esse detalhe foi ajustado, e em questão de semanas foi promulgado o Decreto n. 1.610 de 23 de maio de 1855, autorizando a incorporação e aprovando os Estatutos da Empresa Literária Dous de Dezembro.⁴¹⁹

Os Estatutos eram divididos em 15 artigos. O primeiro deles, após um breve descritivo da companhia, expunha o montante do capital da Empresa, bem como o número e os valores das ações:

Art. 1º A empresa - Dous de Dezembro - composta de tipografia em grande escala, litografia, estamperia, e oficina de encadernação, passa a ser de uma associação, com o título acima, cujo capital será de 500:000\$000 em 2.500 ações de 200\$000 cada uma.

Se o preço das ações parece razoável, o capital da nova companhia impressiona. Dos tímidos 60 contos de réis necessários para a organização da Empresa Tipográfica, em 1850, a Empresa Literária de Paula Brito precisava de nada menos que 500 contos de réis, capitalizados em 2.500 ações de 200 mil réis. O décimo quinto e último artigo dos Estatutos, estipulava que a Empresa Literária duraria “pelo tempo de vinte anos”, extinguindo-se em 1875. Como veremos, nem Paula Brito, muito menos sua companhia, viveu tanto. Todavia, como mostra a Tabela 9, vinte anos era o tempo médio previsto por outras sociedades anônimas registradas no Tribunal do Comércio em 1855. A Tabela 9 igualmente mostra que os 500 contos de réis de capital da Empresa Literária eram de fato expressivos. Obviamente nada comparado aos 10 mil contos de réis da Companhia Farol Agrícola e Industrial.

⁴¹⁹ *Marmota Fluminense*, n. 594, 26/06/1855, p. 1-2; Decreto nº 1.610, de 23 de Maio de 1855. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/>. Acesso em: 16/01/2012.

Tabela 9 – Sociedades Anônimas registradas no Tribunal do Comércio da Corte em 1855.

<i>Denominações</i>	<i>Data de registro</i>	<i>Objetivo</i>	<i>Capital</i>	<i>Ações em que se divide o capital</i>	<i>Duração</i>
Companhia de Vapores Santista	11/01/1855	Transporte de passageiros e cargas entre a cidade do Rio de Janeiro e Santos	130:000\$000	200 ações de 250\$000	10 anos
Empresa Provincial de Transportes	03/02/1855	Transportar quaisquer gêneros de Macacos para a Pavuna	500:000\$000	2.500 ações de 200\$000	30 anos
Associação Colonial do Rio Novo	05/03/1855	Importar famílias e cultivar as terras do Rio Novo	300:000\$000	3.000 ações de 100\$000	Indeter.
Imperial Companhia Seropédica Fluminense	23/05/1855	Criação do bicho da seda e cultura da amoreira	400:000\$000	1.600 ações de 250\$000	20 anos
Companhia Niterói e Inhomerim	25/05/1855	Navegação à vapor na baía do Rio de Janeiro	2.400:000\$000	12.000 ações de 200\$000	Indeter.
Companhia Estrada de Mangaratiba	04/07/1855	Transporte de passageiros e cargas	100:000\$000	2.000 ações de 50\$000	10 anos
Sociedade Fluminense [ilegível]	19/07/1855	Criação de animais domésticos	250:000\$000	500 ações de 500\$000	20 anos
Companhia União Campista e [ilegível]	06/08/1855	Navegação entre o Rio de Janeiro e Campos	400:000\$000	50.000 ações de 200\$000	Idem
Companhia Farol Agrícola e Industrial	16/11/1855	Fundar uma escola agrícola na Corte	10.000:000\$000	50.000 ações de 200\$000	25 anos

Fonte: “Mapa das companhias e sociedades anônimas registradas no Tribunal do Comércio da Corte do Império, desde a execução do Código Comercial até dezembro do corrente ano”. In: ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. *Relatório do Ministério da Justiça...* op. cit., 1866.

O capital da nova Dous de Dezembro era superior a seis das nove companhias registradas. No que se refere aos papéis da Empresa Literária, bem como à situação dos antigos acionistas da Empresa Tipográfica, fossem os proprietários de ações de 400 ou de 100 mil réis, os Estatutos regulamentavam que a vantagem penderia para os acionistas de 400 mil réis que automaticamente tornavam-se proprietários de duas ações de 200 mil réis. Já os acionistas de 100 mil, ou pagavam a diferença ou resgatavam seus papéis, cessando a participação na companhia (artigos 11 e 12). Por ter cedido os seus estabelecimentos e propriedades à Empresa, Paula Brito tornava-se proprietário de 500 ações (artigo 12), o que representava, em moeda corrente do Império, consideráveis 100 contos de réis. Neste sentido, os Estatutos da Empresa Literária previam também que o editor deveria continuar à

frente da companhia como “administrador da associação, se ela assim o julgar conveniente”. Para tanto, receberia um ordenado ou uma participação no rendimento anual da companhia (artigo 8). Havia até diretrizes para uma possível viagem de Paula Brito à Europa, “em benefício da associação” (artigo 10). Mas, além da participação nos lucros e eventuais viagens, Paula Brito poderia também ser premiado em virtude da expansão e diversificação dos negócios:

Art. 9º. Por cada nova especulação, ou novo ramo da empresa, dos que tem em vista o administrador, como seja fundição de tipos, fabrica de cartões, de cartas de jogar, impressão de livros nacionais, e estrangeiros, venda dos mesmos, mandados vir da Europa, bem como da legislação do País, por ordem do Governo, e algumas outras, poderá a diretoria arbitrar-lhe hum prêmio ou dar-lhe uma porcentagem, o que só terá lugar verificadas as vantagens de qualquer d'elas.

Caberia à direção da companhia decidir quanto Paula Brito levaria “por cada nova especulação, ou novo ramo” no qual a Empresa Literária se aventurasse. A direção, por sua vez, era definida como a responsável pela “gerência de todos os negócios, a caixa, e a respectiva escrituração” (artigo 7). A nomeação da direção da companhia e suas atribuições, mesmo em caso do eventual falecimento de Paula Brito, eram definidas nos artigos 13 e 14 respectivamente:

Art. 13. A diretoria durará dous anos, e poderá continuar, no fim d'eles, quando seja reeleita; a ordem dos seus membros, será regulada pelas votações, como é de costume. A admissão e demissão do caixa e empregados serão feitas livremente por ela; as dos chefes de oficinas e operários pelo administrador, á sua ordem ou como for convencionado.

Art. 14. No caso de morte do administrador, ou de qualquer inconveniente, que obste a marcha da associação, a diretoria tomará as medidas precisas para que ela continue, ou cesse, observando-se então o que for deliberado em assembleia geral.

Os Estatutos da Empresa Literária Dous de Dezembro eram mais complexos e detalhados que o Plano da Empresa Tipográfica. Uma vez realizada, a Empresa Literária teria proporções bem maiores que sua antecessora. Entretanto, tirar os Estatutos do papel não seria tarefa fácil. Paula Brito sabia disso e contava com a proteção do governo para incorporar a companhia:

Art. 5º. A diretoria por si, conjuntamente com o administrador Francisco de Paula Brito, ou este por si só, requererão aos Poderes do Estado o auxilio que se julgar conveniente, dando para isso todas as razões precisas.

Art. 6º. Pelo auxilio, que foi prestado á associação, fica o Governo com direito a mandar fazer nos estabelecimentos d'ela toda e qualquer obra que julgar conveniente, sem que por isso pague mais do que os preços marcados pela Tipografia Nacional, ou outras quaisquer Repartições públicas idênticas ás da associação.

Na eventualidade do auxílio governamental se efetivar, os Estatutos previam como contrapartida ao governo o direito de imprimir o que quisesse nas oficinas da companhia. No entanto, independentemente da promulgação do Decreto 1.610, a efetivação da Empresa Literária Dous de Dezembro estava condicionada às sinecuras dos “Poderes do Estado”. O artigo 5 dizia que o governo podia oferecer o “auxílio que julga[sse] conveniente”, mas Paula Brito tinha clareza sobre como ele poderia ajudá-lo e o explicava em um requerimento enviado ao Ministério do Império, que, por sua vez, o encaminhou a Câmara dos Deputados, conforme se lia no Expediente da Sessão de 6 de agosto de 1855:

Do Ministro do Império remetendo o requerimento em que Francisco de Paula Brito pede ao governo imperial que se tomem 400 ações, sem prêmio por tempo de 5 anos, de uma companhia que pretende fundar com o título – *Empresa Literária* – à comissão de Comércio, Indústria e Artes.⁴²⁰

Fazendo os cálculos, o editor esperava que o governo investisse por intermédio da compra de 400 ações de 200 mil réis, 80 contos na Empresa Literária Dous de Dezembro. Paula Brito queria também que por cinco anos os papéis adquiridos pelo governo não rendessem juros. Na Câmara dos Deputados o requerimento do editor foi destinado à Comissão de Comércio, Indústria e Artes que poucos dias depois, na Sessão de 10 de Agosto, emitiu o seguinte parecer:

A comissão de indústria e artes, para poder dar parecer sobre o incluso requerimento de Francisco de Paula Brito, requer que se peçam ao governo, pelos ministérios do Império e Fazenda, informações sobre a vantagem da empresa,

⁴²⁰ *Anais da Câmara dos Deputados*, Sessão de 6 de Agosto de 1855, p. 58.

possibilidade de concurso, e o subsídio que se pede, e sua opinião sobre tais pontos.⁴²¹

A apreciação do Ministro do Império sobre as vantagens da Empresa Literária, seguindo a solicitação da Comissão de Comércio, Indústria e Artes da Câmara dos Deputados, seria apresentada na Sessão de 4 de setembro.⁴²² Todavia, enquanto as petições iam e vinham entre os ministérios e a Câmara, Paula Brito explicava aos leitores da *Marmota Fluminense* os motivos pelos quais precisou recorrer ao governo. A subvenção seria empregada no “pronto pagamento dos credores parciais” da Empresa Tipográfica.⁴²³ Deste modo, a incorporação das duas companhias vinculava-se ao pagamento de dívidas. E, como oportunamente veremos, neste momento alguns dos credores de Paula Brito já o acionavam no Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro.

Enriquecido pelos impostos aduaneiros, o Tesouro retinha boa parte do dinheiro do país. Em consequência, toda e qualquer iniciativa mercantil, industrial ou bancária dependia das benesses do Estado.⁴²⁴ Deste modo, Paula Brito não era o único a solicitar tais subsídios. Em 1856, a Imperial Companhia Seropédica, por exemplo, obteve do governo provincial do Rio de Janeiro uma subvenção de 120 contos dividida em quatro anos. Dinheiro que deveria ser investido no custeio na fábrica, compra de terras e equipamentos, engajamento de operários livres e formação de viveiros do bicho da seda.⁴²⁵ Em 1855, o próprio editor havia conseguido uma importante concessão do governo, por sua vez, confirmada no Decreto n. 1717 de 23 de Janeiro de 1856, que dava a Paula Brito o privilégio por cinco anos na fabricação de cartas de jogar por cromolitografia, sofisticado método de impressão em dez cores feito na Dous de Dezembro⁴²⁶. Assim, Paula Brito não cruzava os braços e lançava mão das colunas da *Marmota Fluminense* para tentar

⁴²¹ *Anais da Câmara dos Deputados*, Sessão de 10 de Agosto de 1855, p. 97.

⁴²² *Anais da Câmara dos Deputados*, Sessão de 4 de Setembro de 1855, p. 333.

⁴²³ “Empresa Tipográfica Dous de Dezembro”, *Marmota Fluminense*, n. 616, 26/08/1855, p. 1.

⁴²⁴ VITORINO, Artur José Renda. Patrimonialismo e finanças: política monetária de liberais e conservadores no Segundo Reinado. *Revista de História Regional*, 15(1), 131-168, Verão, 2010.

⁴²⁵ “Indústria”. In: FERRAZ, Luiz Pedreira do Couto. *Relatório do ano de 1856, Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 10ª Legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1857. p. 117. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/>>. Acesso em: 27/01/2011.

⁴²⁶ “1855”, *Marmota Fluminense*, n. 546, 30/01/1855, p. 1. *Anais da Câmara dos Deputados*, Sessão de 14 de maio de 1856, p. 21. Decreto 1717 de 23 de Janeiro de 1855. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/>.

convencer das vantagens que sua Empresa Literária traria ao país. Os melhoramentos que a arte tipográfica ia alcançando em França, debaixo da proteção de Napoleão III, serviam muito bem para o editor fluminense lembrar não somente os seus assinantes e leitores, mas também aos ilustres deputados e ministros, da relevância de sua companhia:

Pessoa da arte, bem informada, nos assegura que o governo francês despendeu o ano passado 200.000 francos (70:000\$) com a impressão do – *Espécimen da Tipografia Imperial* – para a exposição de Paris. Dizem-nos ser uma obra de subido gosto, e da qual apenas se imprimiram 100 exemplares.

A França, como a Inglaterra, Alemanha, Bélgica, e os Estados Unidos, sabem o valor que tem a imprensa, e os recursos que dela se tiram; nós!... é melhor que nos calemos, para que se nos não averbe e suspeitos.

Aos nossos correspondentes vamos encarregar da compra desta obra, que dever ser um monumento tipográfico, que fará hora ao reinado de Napoleão III. As páginas dos livros são a eternidade dos Reis.⁴²⁷

Se os governos europeus reconheciam a importância da tipografia e, por conseguinte, da imprensa, por aqui a coisa se dava de outra maneira. No entanto, iniciava-se o ano de 1856 e um anúncio das ações de Empresa Literária publicado no dia 1º de janeiro na *Marmota Fluminense*, sugere que ainda era incerta a subvenção requerida junto ao governo.⁴²⁸ Adiante veremos que, ao invés da compra das ações da Empresa Literária Dous de Dezembro, o governo acabou aprovando um empréstimo ao editor no valor de 80 contos de réis. Porém, o empréstimo chegaria tarde demais e, sem a pronta ajuda do governo, a Empresa pediu concordata.

⁴²⁷ “Notícia Tipográfica”, *Marmota Fluminense*, n. 634, 09/10/1855, p. 1.

⁴²⁸ “Empresa Dous de Dezembro”, *Marmota Fluminense*, n. 664, 01/01/1856, p. 1.

As dívidas e o perigoso jogo das ações

Em 1854, João Ferreira da Cruz Forte publicou sua comédia em dois atos *O jogo do burro ou A febre das ações*. A peça trata das peripécias de Frederico, jovem ambicioso e apaixonado por Lala, na Praça do Comércio do Rio de Janeiro. O pai da donzela, o negociante João Dias, é contra o romance, pois considerando Frederico um pelintra, deseja que Lala despose seu compadre, o também negociante Lourenço Mendes. Basicamente é sobre esta trama que se desenvolve a comédia que, para além dos amores de Frederico e Lala, tem por mote a febre das ações que assolava o Rio de Janeiro naquele momento:

LALA – Ainda não sei positivamente... mas, meu Frederico... que remédio terei eu?... Tu bem sabes que o Papai não é homem que seja capaz de ceder...

FREDERICO – Isso veremos depois... por hora é preciso somente que tu resistas, seja como for... Um mês é bastante... N'esta resistência está nossa salvação... Eu te digo... Tu sabes o que vai aí por essa praça com o jogo das ações?... É uma febre amarela... é um jogo terrível... vai lá o diabo... é um jogo que leva coiro e cabelo... parece que estão todos doidos... Quem tem finura e atividade com uma migalha de fortuna é para fazer rios de dinheiros!... é para fazer grosso cabedal n'um instante... Teu pai também lá anda... Já ganha talvez mais de 50 contos....

LALA – Deveras?... mas isso que tem para o nosso caso, meu Frederico?...⁴²⁹

No restante da cena o rapaz conta a sua amada como também ele estava lucrando com o “jogo das ações”. Além de Frederico, outros personagens queriam entrar na brincadeira e para isso não mediam esforços. D. Gertrudes, mãe de Lala, nem pestanejou ao vender os escravos Florindo e Luciana para que seu marido comprasse papéis na Praça do Comércio. Pelo mesmo motivo um sacristão hipotecou seu único escravo, um oficial reformado hipotecou seu fardamento e mobília, um professor vendeu sua biblioteca, um

⁴²⁹ FORTE, J. J. da Cruz. *O jogo do burro ou a febre das ações*. Comédia em 2 atos. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de M. J. Pereira da Silva Jr., 1854. BNRJ, Obras raras, 41, 17, 5. p. 13-14.

empregado público as joias de sua esposa e um boticário toda a sua botica. Na Praça do Comércio, cenário do segundo ato, as companhias com ações à venda eram as mais esdrúxulas, como o Banco Imaginário das Cinco Partes do Mundo, com fundos realizáveis em letras de papel pardo; a Companhia a Vapor de Paquetes Aerostáticos para a Lua em 20 segundos; a Companhia Aurífera para exploração de metais no Pão de Açúcar; a Companhia Fantástica de Ensino Rápido para os recrutas e amas de leite “pelo novíssimo método de sombrinhas elétricas em 24 horas”; e a Companhia Odorífera “de despejos e imundices da Cidade por extrações de Patecholy”. No desfecho da peça, após ter feito fortuna com as ações da Companhia de Paquetes Aerostáticos para a Lua, Frederico salva João Dias da falência decorrente da desvalorização dos papéis da Companhia Fantástica de Ensino Rápido. E, como o leitor deve estar adivinhando, o herói acaba por conquistar também a mão de sua amada.

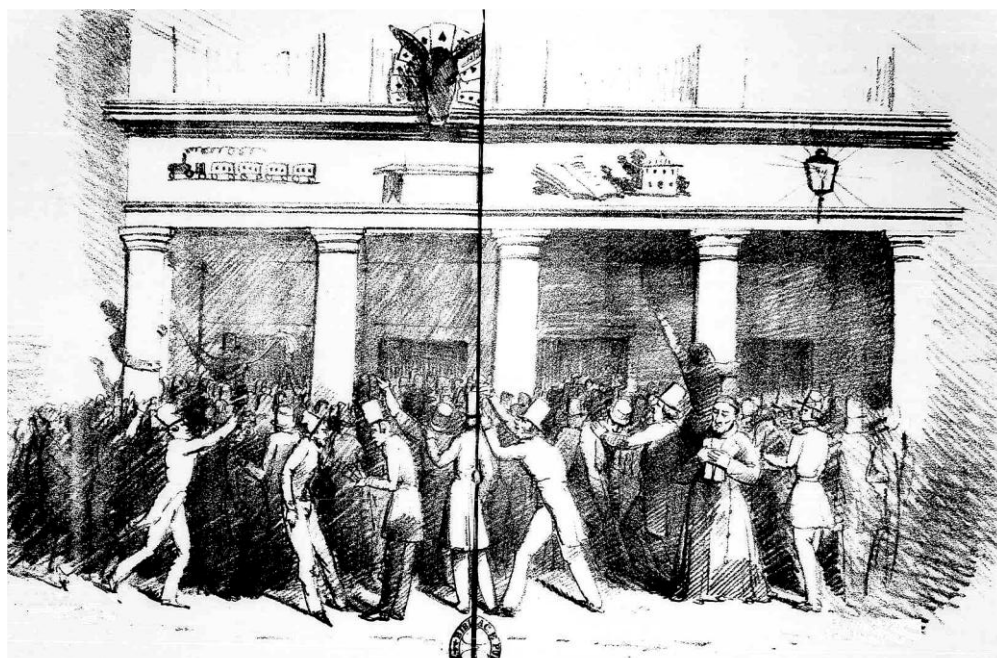


Figura 13 – “A Febre da Praça”

Em período próximo à publicação da comédia, a *Marmota Fluminense* de Paula Brito estampou uma caricatura que também representava o tal “jogo do burro”. Intitulado “A Febre da Praça”, o desenho não fazia referência direta à peça de Cruz Forte, mas

retratava o “povo em tumulto” em virtude das ações do Banco do Brasil, do Banco Hipotecário, bem como “das empresas do caminho de ferro e iluminação a gás”.⁴³⁰ Observando o desenho, logo abaixo da cabeça de burro, no frontão sustentado pelas colunas, figuravam os emblemas das companhias por cujos papéis os negociantes – representados por clérigos, militares e capitalistas trajando casaca e cartola – se alvorocavam. Deste modo, tanto o desenho quanto a comédia oferecem um testemunho interessante daquele momento singular no qual as sociedades anônimas causavam furor na Corte imperial.

No entanto, esse momento singular teria sido extremamente danoso no longo prazo. Ao menos assim avaliou Sebastião Ferreira Soares, então preocupado em entender a crise financeira que ocasionou a quebra do Banco Souto, em setembro de 1864. Para Ferreira Soares, eram inegáveis os benefícios que a reciclagem dos capitais negreiros trouxe para “os melhoramentos materiais” do país, porém: “O comércio do Brasil não estava educado ainda para o desenvolvimento e manejo das companhias industriais anônimas, e nem tão pouco para as operações bancárias, quando se apresentaram em grande profusão na praça do Rio de Janeiro”. Com efeito, o “imoral jogo da agiotagem entre todas as classes da sociedade”, decorrente da negociação dos papéis dessas companhias, foi um dos principais propulsores da crise financeira de 1864.⁴³¹

A quebra do Banco Souto em si não nos interessa muito. Porém, as causas e os efeitos imediatos que o tal “imoral jogo da agiotagem” exerceu sobre as companhias anônimas instaladas na Corte interessa bastante. Paula Brito, que havia fundado a Empresa Tipográfica Dous de Dezembro, em fins de 1850, estava prestes a criar a Empresa Literária no momento em que a febre das ações começou a arder na Praça do Comércio do Rio de Janeiro. Mas, assim como a febre amarela, que de tempos em tempos fazia suas vítimas, a febre das ações também foi fatal. Ainda de acordo com Ferreira Soares, a especulação acionária que assolou o Rio de Janeiro começou com um deslize do Marquês de Paraná em 1854 – “dos grandes homens, os grandes erros”, justificaria o autor. Em 1853, o então Ministro do Império, Visconde de Itaboraí, no intuito centralizar o sistema de crédito e

⁴³⁰ “A Febre da Praça”, *Marmota Fluminense*, n. 476, 06/06/1854, p. 1.

⁴³¹ SOARES, Sebastião Ferreira. *Esboço ou Primeiros Traços da Crise...* op. cit., 1865. p. 33.

regularizar o meio circulante, projetou a fusão dos dois principais bancos do Rio de Janeiro, o Banco Comercial e o Banco do Brasil. Entretanto, o gabinete caiu em setembro de 1853, ficando a cargo do todo-poderoso ministro Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná, a tarefa de levar a fusão adiante.

A tormenta veio quando Paraná autorizou a distribuição das ações do novo Banco do Brasil a juros de 10%, desencadeando a febre na Praça do Comércio. Conforme Ferreira Soares, tão logo a medida foi aplicada “começaram [...] a organização de projetos bancários e de companhias anônimas para diversas empresas, e sem que se achassem incorporadas legalmente, eram as suas ações distribuídas e lançadas na praça, compradas e vendidas com maior ou menor ágio [...]”.⁴³² A questão que parece fundamental por trás do “jogo do burro” ou da “febre das ações” era a ausência de lastro que sustentasse a criação de tantas companhias anônimas e casas bancárias. Paula Brito é um bom exemplo disso, uma vez que a incorporação da Empresa Literária Dous de Dezembro dependia de recursos do Tesouro. Ora, a necessidade de subvenção governamental por si sugere a fragilidade do mercado de ações do Rio de Janeiro. Portanto, entre 1854 e 1857, período que coincide com frustrada tentativa de expansão e consequente concordata e falência da companhia de Paula Brito, “foram anos em que muito se agiotou na Praça do Rio de Janeiro; e nesse imoral jogo das ações muitos incautos sacrificaram as suas fortunas, e os espertos bons capitais lucraram”.⁴³³ As dívidas que desempenharam um papel muito importante no *debacle* da Dous de Dezembro indicam que Paula Brito fez parte do grupo dos incautos.

Entre 1853 e 1856, em decorrência de processos no Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro, Paula Brito teve decretada a penhora de muitos dos seus bens, sobretudo prelos litográficos e tipográficos. O Tribunal do Comércio era uma instituição recente, criada pelo *Código Comercial* promulgado em junho de 1850, pouco antes da lei que suprimiu o tráfico transatlântico de escravos. Neste sentido, 1850 foi um ano peculiar na história do Segundo Reinado, pois, além do *Código Comercial* e da Lei Eusébio de Queirós, outra legislação igualmente importante promulgada naquele ano foi a Lei de Terras, trindade em essência ligada a uma só questão. Assim, se uma lei extinguiu o “infame comércio”, outra regulava o

⁴³² Idem, Ibidem. p. 41-42.

⁴³³ Idem, Ibidem, p. 55.

latifúndio como medida compensadora aos fazendeiros privados do abastecimento contínuo de africanos e, por fim, uma terceira regulava as atividades comerciais tendo em vista o retorno das divisas antes empregadas naquele lucrativo negócio.⁴³⁴ Com efeito, Paula Brito e os demais negociantes do país estavam subordinados a uma nova legislação mercantil que acabara de entrar em vigor à sombra da abolição do tráfico de escravos africanos.⁴³⁵

Entre os autos comerciais depositados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro foram localizados 19 processos contra o editor, por meio dos quais é possível acompanhar o andamento da bancarrota da Empresa Dous de Dezembro. Em linhas gerais, conforme as disposições da legislação mercantil adotada em 1850, uma ação comercial tramitava em três etapas. Primeiramente, tentava-se a conciliação entre as partes perante o juiz de paz da freguesia mais próxima. Nos processos estudados, Paula Brito não compareceu a nenhuma das audiências conciliatórias a que foi intimado. Portanto, sem conciliação entre as partes o caso era remetido ao Tribunal do Comércio onde ocorria o julgamento da dívida por intermédio de uma *Ação de Dez Dias* que, como o próprio nome indica, sentenciava que o devedor condenado deveria pagar a dívida acrescida dos juros e custas processuais em até 10 dias. Quando isso não acontecia, seguia-se a *Execução*, momento em que os bens dos devedores eram avaliados e vendidos em hasta pública para pagamento dos credores.

Paula Brito foi processado por quatro de seus fornecedores, sendo dois deles, Saportas e Companhia e Eugênio Bouchaud, negociantes que abasteciam as tipografias do Rio de Janeiro dos mais variados itens. Em outubro de 1853, Paula Brito não resgatou a letra de câmbio de pouco mais de um conto que havia assinado ao comprar “objetos de tipografia” na casa Saportas e Cia. É interessante nesse caso que o documento vinha endossado por Luiz Thorey, importador de prelos franceses e fornecedor de objetos tipográficos. Durante a execução da dívida, já em novembro de 1854, por pouco Paula Brito não perdeu dois de seus prelos Stanhope.⁴³⁶ Já a “grande fundição e armazém de tipos

⁴³⁴ VITORINO, Artur José Renda. *Cercamento à brasileira...* op. cit., 2002. p. 40.

⁴³⁵ Dois regulamentos complementares ao *Código Comercial* foram aprovados a 25 de novembro de 1850. O primeiro deles, Decreto n. 737, tratava do processo comercial e o segundo, Decreto n. 738, tratava dos Tribunais do Comércio, instituídos naquele ano, bem como dos processos de falência. MARTINS, Fran. *Curso de Direito Comercial*. Rio de Janeiro: Forense, 1986. p. 46.

⁴³⁶ O valor total da compra era de 1:132\$625. *Ação de dez dias. Saportas e Cia, autor. Francisco de Paula Brito, réu* ANRJ, Coleção de Processos Comerciais, n. 608, caixa 1.199, 1854. *Execução. Saportas e Cia,*

De Bouchaud” era o local onde os tipógrafos do Rio de Janeiro encontravam “uma grande variedade de tipos de fantasia, vinhetas moderníssimas de todos os gêneros, como igualmente uma rica coleção de emblemas, [...] tinta de imprimir, caixas francesas, ramas, rametas, guarnições de rolos, formas de rolos, cunhos, biseaux, regretas, brossas e todos os pertences da arte tipográfica”.⁴³⁷ Neste fornecedor, Paula Brito comprou a prazo 500 e tantos mil réis em tipos para sua oficina em janeiro de 1856. Porém, só em dezembro a conta foi paga, depois dos esforços de Bouchaud junto à justiça para penhorar ao editor “duas prensas de litografia de ferro completas com os seus pertences, em muito bom estado”.⁴³⁸

Francisco José Gonçalves Agra, negociante estabelecido na Rua do Ouvidor, teve dificuldade em receber mais de um conto de réis que o editor comprou-lhe em chá e papel em janeiro de 1854. Neste caso, o pagamento foi dividido em cinco parcelas de 250 mil réis, com juros de 1,5% ao mês. Para cada parcela foi passada uma letra, a primeira com vencimento a 5 de março e a última a 5 de julho. Paula Brito não resgatou sequer uma delas, e quando as cinco letras foram executadas o editor esteve na iminência de perder três prelos litográficos. Calculando-se pelo valor total da penhora, cada prelo custaria em torno de 460 mil réis. Mas os equipamentos foram salvos, uma vez que a dívida foi paga em cartório no mês seguinte à penhora.⁴³⁹ A dívida contraída junto a Gonçalves Agra reforça a importância do chá vendido por Paula Brito, para além dos romances e periódicos. Anúncios constantemente publicados na *Marmota* destacavam o produto entre os diversos

executante. Francisco de Paula Brito, executado. ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 371, caixa 1.195, 1854. Sobre Luiz Thorey, ver: *AL*, 1853. p. 531-532. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/>>. Acesso em: 02/12/2011.

⁴³⁷ *AL*, 1856. p. 616. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/>>. Acesso em 06/12/2011.

⁴³⁸ Paula Brito comprou exatos 538\$300 em tipos na fundição de Bouchaud, durante a execução a penhora o valor estava em 582\$506, *Ação de dez dias. Eugenio Bouchaud, autor. Francisco de Paula Brito, réu.* ANRJ, Coleção de Processos Comerciais, n. 1.303, caixa 1.345, 1856, fls. 2; 4. *Execução. Eugênio Bouchaud, executante. Francisco de Paula Brito, executado.* ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 1.602, caixa 1.353, 1856, fls. 11.

⁴³⁹ *Ação de dez dias. Francisco José Gonçalves Agra, autor. Francisco de Paula Brito, réu.* ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 663, caixa 1.199, 1854. *Execução de sentença. Francisco José Gonçalves Agra, executante. Francisco de Paula Brito, executado.* ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 284, caixa 1.196, 1854. Sobre as atividades de Francisco José Gonçalves Agra, ver: *AL*, 1854. p. 396. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/>>. Acesso em: 01/12/2011.

itens vendidos na livraria, como papel selado, charutos, objetos de escritório, bonecas, cartas de jogar, uma “variedade infinita de cousas interessantes”.⁴⁴⁰

De modo análogo a Gonçalves Agra, o negociante Adriano Gabriel Corte Real também fornecia no atacado as “cousas interessantes” que comerciantes como Paula Brito vendiam no varejo. Em outubro de 1855, o editor comprou de Corte Real mais de três contos e 500 mil réis “em gêneros” não especificados. Na ocasião, o editor conseguiu negociar um prazo de pagamento bastante longo, na medida em que a letra vencia somente dali a nove meses, em junho de 1856. Todavia, em questão de semanas após o vencimento, a Dous de Dezembro abriu concordata, passando à alçada dos acionistas da companhia a decisão sobre o pagamento das dívidas do editor. Pouco ou nada satisfeito, Corte Real e seu advogado prosseguiram com a Ação de Dez Dias contra Paula Brito que, por sua vez, não compareceu nem à audiência conciliatória muito menos à audiência no Tribunal do Comércio, onde foi condenado à revelia pelo juiz em exercício naquele tribunal.⁴⁴¹

Não obstante os embaraços com fornecedores que envolviam somas consideráveis, Paula Brito também apresentava dificuldades em pagar dívidas inferiores a 300 mil réis. Em maio de 1855, João de Souza Monteiro, morador à Rua Nova de São Francisco da Prinha, executou uma letra do editor no valor de 188 mil e 649 réis. O documento não foi transcrito ou anexado nos autos, o que dificulta a identificação da natureza da dívida. Em todo caso, se não a tivesse quitado com juros e custas, por pouco Paula Brito perderia um prelo Stanhope completo,⁴⁴² o que seria um péssimo negócio, uma vez que um Stanhope com todos os seus pertences podia custar por volta de 600 mil réis, três vezes o valor da dívida.⁴⁴³ Já a viúva d. Mariana Augusta d’Oliveira recebeu do Dr. Joaquim Pereira de Araújo, médico homeopata que conheceremos melhor adiante, uma letra no valor 300 mil réis assinada por Paula Brito em março de 1855.⁴⁴⁴ Tudo indica que o documento foi

⁴⁴⁰ *A Marmota*, n. 943, 16/04/1858, p. 4.

⁴⁴¹ *Ação de dez dias. Adriano Gabriel Corte Real, autor. Francisco de Paula Brito, réu.* ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 1.406, caixa 1.355, 1856, fls. 8.

⁴⁴² *Execução. João de Souza Monteiro, executante. Francisco de Paula Brito, executado.* ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 1.016, caixa 1.191, 1855, fls. 13.

⁴⁴³ *Execução de sentença. Bernardino de Souza Ribeiro Guimarães, executante. Francisco de Paula Brito, executado.* ANRJ, Coleção de Processos Comerciais, n. 297, caixa 1.196, 1854.

⁴⁴⁴ *Ação Ordinária. Mariana Augusta d’Oliveira, autora. Francisco de Paula Brito, réu.* ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 949, caixa 1.192, 1855, fls. 2.

elaborado em razão de um empréstimo, pois em outras ocasiões o editor recorreu ao médico tentando recuperar a saúde de suas finanças. D. Mariana bem que tentou um acordo no juizado de paz do 3º distrito do Santíssimo Sacramento, mas, como de costume, Paula Brito não compareceu à audiência. Desta vez, porém, a Ação Ordinária movida pela viúva e seus procuradores não se estendeu por muito tempo. Talvez envergonhado diante do luto da credora, Paula Brito prontificou-se em resgatar a letra, quitando-a em cartório com todos os acréscimos processuais.⁴⁴⁵

Em boa parte dos casos de penhora, ao prontificar-se a pagar as dívidas Paula Brito conseguia ser nomeado depositário de seus prelos tipográficos e litográficos. Com isso os equipamentos permaneciam na oficina enquanto o editor buscava meios para salvá-los da venda em hasta pública. Porém, houve casos em que equipamentos foram leiloados. Em fins de março de 1854, Paula Brito emprestou um conto de réis de Bernardino Ribeiro de Souza Guimarães. A letra do empréstimo previa que o pagamento deveria realizar-se “há dous meses precisos”. Mas Paula Brito não a resgatou e o credor iniciou os trâmites para receber a dívida.⁴⁴⁶ O mandado de penhora foi expedido pelo juiz em fins de setembro. Conforme a avaliação dos bens, eram “dois prelos de Stanhope, em perfeito estado, e com todos os seus pertences”, cada um valendo 600 mil réis.⁴⁴⁷ Em fins de outubro os editais do leilão estavam afixados na Casa das Audiências, bem como publicados nos jornais do Rio de Janeiro. Pode-se imaginar a reação de Paula Brito quando folheou o *Diário do Rio de Janeiro* do dia 25 de outubro de 1854 e, na terceira página, leu o famigerado edital.⁴⁴⁸ Dessa vez o editor conseguiu salvar pelo menos um dos prelos. Ainda em dezembro, o Souza Guimarães informou ao Tribunal do Comércio que havia recebido 700 mil réis do editor, parte considerável da dívida. Desse ponto em diante o destino de um dos prelos torna-se incerto. Bernardino solicitou ao juiz que a dívida fosse recalculada e se

⁴⁴⁵ Ação Ordinária. Mariana Augusta d'Oliveira, autora. Francisco de Paula Brito, réu. ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 949, caixa 1.192, 1855, fls. 9.

⁴⁴⁶ Ação de dez dias. Bernardino Ribeiro de Souza Guimarães, autor. Francisco de Paula Brito, réu. ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 664, caixa 1.199, 1854. Execução de sentença. Bernardino de Souza Ribeiro Guimarães, executante. Francisco de Paula Brito, executado. ANRJ, Coleção de Processos Comerciais, n. 297, caixa 1.196, 1854.

⁴⁴⁷ Execução de sentença. Bernardino de Souza Ribeiro Guimarães, executante. Francisco de Paula Brito, executado. ANRJ, Coleção de Processos Comerciais, n. 297, caixa 1.196, 1854, fls. 20.

⁴⁴⁸ Diário do Rio de Janeiro, 25/10/1854, p. 3.

prosseguisse com a penhora do outro prelo. O juiz acatou a petição e um novo edital de venda em hasta pública foi passado. Porém, o processo se encerra sem informar se o editor conseguiu salvar o prelo. Tudo indica que não.⁴⁴⁹

Seja como for, os editais de leilões de bens penhorados publicados nos jornais tornavam públicas e notórias as dificuldades enfrentadas pela Empresa Dous de Dezembro. Certamente atentos às notícias, velhos credores temerários quanto ao resgate de letras assinadas ou simplesmente endossas por Paula Brito igualmente recorreram ao Tribunal do Comércio. Nestes casos, o editor pode ter se surpreendido quando José Antonio de Oliveira Bastos, comerciante estabelecido à Rua da Alfandega, protestou de uma só vez quatro letras assinadas por Eugênio Aprígio da Veiga que somadas chegavam a consideráveis quatro contos e 600 mil réis. A questão é que Eugênio Aprígio havia se mudado para Campos dos Goytacazes e quem respondia pela dívida na Corte, na qualidade de endossante, era Paula Brito. Mas o processo pode ter corrido em Campos, uma vez que os autos se encerram abruptamente.⁴⁵⁰ Já Duarte José de Puga Garcia havia emprestado 500 mil réis ao editor em março de 1848! O advogado do credor, no entanto, informava que Paula Brito havia suspenso o pagamento dos juros do empréstimo desde outubro de 1853. Deste modo, ainda que iniciada apenas em novembro de 1855, a cobrança judicial arrastou-se até outubro do ano seguinte. Os autos de execução não foram concluídos, porém uma declaração do procurador de Puga Garcia dizia que a lentidão do processo dava-se “em razão das esperas que o suplicado [Paula Brito] tem pedido”.⁴⁵¹

Em 1856, a situação se agravou ainda mais e Paula Brito, diante da concordata de sua companhia, tinha razões plausíveis para “pedir esperas”.

⁴⁴⁹ A execução se encerra com a certidão passada por Joaquim Antonio de Oliveira Motta, porteiro dos auditórios da Corte, informando que havia afixado o edital conforme solicitara o juiz. *Execução de sentença. Bernardino de Souza Ribeiro Guimarães, executante. Francisco de Paula Brito, executado.* ANRJ, Coleção de Processos Comerciais, n. 297, caixa 1.196, 1854, fls. 34.

⁴⁵⁰ *Ação de Dez Dias. José Antonio de Oliveira Bastos, autor. Eugênio Aprígio da Veiga e Francisco de Paula Brito, réus.* ANRJ, Coleção de Processos Comerciais, n. 427, caixa 1.193, 1855.

⁴⁵¹ *Ação de Dez Dias. Duarte José de Puga Garcia, autor. Francisco de Paula Brito, réu.* ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 411, caixa 1.193, 1855, fls. 2. *Execução. Duarte José de Puga Garcia, exequente. Francisco de Paula Brito, executado.* ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 1.002, caixa 1.191, 1856, fls. 3.

Da concordata à falência

Paula Brito tentou por todos os meios evitar a concordata e a falência da Empresa Dous de Dezembro. O empréstimo de quase três contos de réis que fez junto ao médico homeopata Dr. Joaquim Pereira de Araújo, em abril de 1856, evidencia que o editor estava disposto a salvar seu negócio. No ano anterior, Paula Brito já havia assinado ao médico uma obrigação de 504 mil réis. Assim, considerando apenas o capital, as dívidas de Paula Brito com o homeopata alcançavam quase três contos e 500 mil réis. A letra passada por ocasião do empréstimo feito em abril estipulava que seu vencimento seria em junho, com juros de 2% ao mês.⁴⁵² O prazo demasiado curto sugere que o editor talvez apostasse que as finanças da Dous de Dezembro retomariam o fôlego dos primeiros tempos ou, na melhor das hipóteses, que a subvenção do governo finalmente chegaria a suas mãos. Todavia, ao se levar em conta, por exemplo, o que Paula Brito devia ao fornecedor Corte Real, naquele momento suas dívidas tranquilamente chegavam aos sete contos de réis. Dinheiro suficiente para se comprar cerca de 11 prelos Stanhope ou 15 prelos litográficos semelhantes aos que existiam na oficina da Dous de Dezembro.

Deste modo, foram as dívidas que levaram o editor a reunir os acionistas e credores para juntos decidirem o destino da companhia. Pelo acordo feito na reunião realizada no dia 21 de outubro 1856, a ideia, a princípio, era liquidar a empresa sem decretá-la falida, decisão que teve implicações importantes e, para Paula Brito, negativas. O documento da concordata assinado pelos presentes, inclusive pelo vice-mordomo da Casa Imperial, assentava-se sobre quatro cláusulas, sendo que as duas primeiras deliberavam sobre as dívidas e a situação dos acionistas:

⁴⁵² *Ação de dez dias. Francisco de Paula Brito, réu. 1857. ANRJ, Juízo Especial do Comércio da 2ª Vara, 1857, n. 53, caixa 4.170. Execução. Dr. Joaquim Pereira de Araújo, executante. Francisco de Paula Brito, executado. ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 68, maço 1.514, 1857.*

1º Que se abatesse em todas as dividas contratadas até hoje 50 p. %.

2º Que cessassem d'hora em diante, todos os prêmios pelo espaço de tempo que uma Comissão, a que se encarregará a superintendência dos estabelecimentos, julgar justo, em presença do estado das cousas em andamento.⁴⁵³

Prova contundente da dimensão da crise era o abatimento sumário de nada menos que metade das dívidas da companhia seguido da suspensão dos prêmios, ou seja, do vencimento dos juros das ações daquela data em diante. A julgar pelo caso do padre Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte, em total desacordo com os balanços publicados na *Marmota Fluminense*, os acionistas não viam a cor dos seus rendimentos há mais de dois anos.⁴⁵⁴ Assim, possivelmente poucos acionistas foram surpreendidos com esta medida. Já a terceira cláusula da concordata tratava da “superintendência dos estabelecimentos”:

3º Que se nomeasse a dita Comissão, sendo de três membros, d'entre credores e acionistas, com plenos poderes para verificar o ativo e passivo da empresa e liquidá-la, de maneira a ficarem pagos todos os credores, na forma acima mencionada. Esta Comissão administrará e fará funcionar os estabelecimentos, podendo nomear gerente de sua confiança, conservando o Sr. F. de Paula Brito na administração, propriamente dos estabelecimentos sob direção da referida Comissão⁴⁵⁵.

Paula Brito visivelmente relutava em ceder seu lugar no comando. Portanto, se a comissão, por meio de um gerente, assumia a “direção” dos negócios, o editor não abria mão de seu lugar na “administração” dos mesmos. “Direção”, “administração”, sinônimos que deixam claro que a intenção de Paula Brito era manter-se à frente da Dous de Dezembro até o fim, o que conseguiu com o assentimento dos presentes. A quarta e última cláusula tratava especificamente de um credor hipotecário, ao qual Paula Brito colocava à

⁴⁵³ “Empresa Dous de Dezembro: Resolução definitiva tomada pela reunião de credores e acionistas da empresa”, *Marmota Fluminense*, n. 790, 28/10/1856, p. 1. *Justificação para Embargo. Dr. Joaquim Pereira de Araújo, justificante. Francisco de Paula Brito, justificado.* ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 557, maço 1.498, 1857, fls. 7.

⁴⁵⁴ Paula Brito costumava noticiar o pagamento, bem como convocar os acionistas da Empresa Dous de Dezembro para o recebimento dos juros de seus papéis na *Marmota Fluminense*, ver, por exemplo: “Empresa Dous de Dezembro”, *Marmota Fluminense*, n. 280, 20/07/1852, p. 1. “Empresa Dous de Dezembro”, *Marmota Fluminense*, n. 617, 28/08/1855, p. 1.

⁴⁵⁵ *Justificação para Embargo. Dr. Joaquim Pereira de Araújo, justificante. Francisco de Paula Brito, justificado.* ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 557, maço 1.498, 1857, fls. 7.

disposição a livraria, incluindo-se o prédio da Praça da Constituição, n. 78.⁴⁵⁶ Entre os muitos credores listados no inventário *post-mortem* do editor encontrava-se o Visconde de Ipanema, com quem, por uma “escritura de hipoteca”, a viúva Paula Brito herdou uma dívida de seis contos de réis. É possível que o credor hipotecário fosse Ipanema, para quem Paula Brito possivelmente perdeu o imóvel, na medida em que ele não foi listado entre os bens legados pelo editor.⁴⁵⁷

A concordata salientava também que os acionistas e credores reconheciam, “por um lado, o zelo e boa fé do mesmo Sr. F. de Paula Brito e, por outro, a impossibilidade de continuar a empresa no estado em que se acha[va]”. Reconhecimento importante, pois em última instância implicava eximir o editor ao menos da responsabilidade moral pelo estado em que chegou a companhia. Em seguida nomeou-se a comissão que fiscalizaria a liquidação da Dous de Dezembro. Dela fizeram parte Adriano Gabriel Corte Real, como sabemos um dos fornecedores do editor, e os credores Antonio José Gonçalves de Souza e José Antonio de Araújo Filgueiras.⁴⁵⁸

Portanto, após a concordata extrajudicial, Paula Brito continuou à frente da Dous de Dezembro no restante de 1856. Todavia, a liquidação da companhia não ocorreu sem conflitos, pois nem todos os credores e acionistas participaram da reunião realizada em outubro e alguns deles não ficaram nada satisfeitos com as decisões tomadas na ocasião. O médico homeopata e agiota, Dr. Joaquim Pereira de Araújo, esteve entre os credores contrariados pelas deliberações da concordata. Tanto que no ano seguinte, quando o médico acionou Paula Brito na justiça, este, de próprio punho, teve de justificar a concordata da forma como foi arranjada:

Julgando-me insalvável em outubro do ano passado, convoquei, por circulares e por anúncios aos meus credores (e entre eles ao Sr. Dr. Araújo) para expor-lhes o meu estado. Reunidos em grande maioria, entenderam que aberta a falência –

⁴⁵⁶ Idem.

⁴⁵⁷ *Inventário. Francisco de Paula Brito, falecido. Rufina Rodrigues da Costa Brito, Inventariante*. ANRJ, Juízo Municipal da 1ª Vara do Rio de Janeiro, n. 6.210, maço 448, 1862. fls. 11-11v.

⁴⁵⁸ No inventário *post-mortem* de Paula Brito, Antonio José Gonçalves de Souza aparece na listagem relativa à concordata da Dous de Dezembro. José Antonio de Araújo Filgueiras, por sua vez, aparecia no inventário em outra listagem, referente aos credores por “contas e letras”. *Inventário. Francisco de Paula Brito, falecido. Rufina Rodrigues da Costa Brito, Inventariante*. ANRJ, Juízo Municipal da 1ª Vara do Rio de Janeiro, n. 6.210, maço 448, 1862. fls. 14; 20.

judicialmente – tudo se perderia; porque, fechadas as oficinas, despedidos os oficiais, [ilegível] as máquinas, em 6 ou 8 meses que durasse o processo, pouco ou nada se viria a lucrar, e assentaram na concordata [...]. Esta concordata foi depois assinada por grande número de credores ainda, sendo o Dr. Araújo o único dissidente que quis acionar-me⁴⁵⁹.

Paula Brito alegava que, embora a companhia estivesse mal das pernas, seria imprudente decretá-la falida, processo que se arrastaria por meses. Porém, das palavras de Paula Brito é importante sublinhar que “grande maioria” definitivamente não significava a totalidade dos credores e acionistas. Deste modo, para além da falta de unanimidade no acordo, ao propor a liquidação da companhia da maneira informal e amigável como fez, Paula Brito agia à revelia da legislação mercantil, abrindo precedente para que credores e acionistas insatisfeitos, ou melhor, privados das garantias que lhes ofereciam o *Código Comercial*, se levantassem contra ele. Estaria o editor realmente agindo de boa fé como tentava demonstrar? Isso não se sabe, mas, independente das boas ou más intenções, é certo que ele atuava na ilegalidade. Conforme sumariamente regia o artigo 797 do *Código Comercial*, “todo o comerciante que cessa os seus pagamentos, entende-se quebrado ou falido”.⁴⁶⁰ Assim, os credores e acionistas que se opuseram à concordata de outubro de 1856 tinham a justiça a seu favor. Entre os descontentes, além do Dr. Joaquim Pereira de Araújo, encontra-se bem documentado no Juízo do Comércio da Corte o caso do professor de gramática e latim do seminário de São José, o já citado padre Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte.

Em fevereiro de 1857, por intermédio do seu advogado, o padre Joaquim requereu junto ao Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro a devolução dos 400 mil réis pagos pela ação número 109 da Empresa Tipográfica Dous de Dezembro. O padre adquiriu a ação em abril de 1852 e, conforme informava em seu requerimento, não recebia os juros desde julho de 1854. Porém, na medida em que a petição não dava muita ênfase aos juros, o que o acionista de batina queria era a restituição do capital investido. Conforme o documento, em um trecho que se reportava diretamente à concordata, “o Réu [Paula Brito] deu por

⁴⁵⁹ *Justificação para Embargo. Dr. Joaquim Pereira de Araújo, justificante. Francisco de Paula Brito, justificado.* ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 557, maço 1.498, 1857, fls. 9.

⁴⁶⁰ Consultar também os artigos 809, 811 e 812 do *Código Comercial*, disponível em <<http://www2.camara.leg.br/>>.

dissolvida a referida companhia fazendo essas suas operações sem que [...] se apresentasse falido nos termos do direito e fosse aberta e declarada falência pela autoridade competente”.⁴⁶¹ Preocupado com seus 400 mil réis, o padre temia que o editor, ao agir à revelia da legislação comercial, pudesse simplesmente não pagá-lo. Se o medo do padre era mesmo esse, podemos imaginá-lo se benzendo ao folhear os jornais e descobrir que Paula Brito leiloaria todos os seus bens no dia 28 de abril de 1857, às 16 horas.



Figura 14 – Anúncio do leilão da Dous de Dezembro no *Correio Mercantil* de 27/04/1857.

O editor havia contratado o leiloeiro Joaquim José de Castro Bittancourt para a organização do leilão dos seus bens. Conforme o catálogo dos itens à venda que circulou encartado no *Diário do Rio de Janeiro*, e do qual posteriormente um exemplar foi anexado à Ação movida pelo padre, Paula Brito estava disposto a se desfazer de todos os pertences da Dous de Dezembro, ou, conforme anunciava: de “toda a sua importante livraria, e oficinas de estamperia, encadernação e litografia, grande porção de obras encadernadas, ditas em brochura, grande porção de músicas, assim como o prédio n. 68 sito no mesmo

⁴⁶¹ Ação Ordinária. Pe. Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte, autor. Francisco de Paula Brito, réu. ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 1.885, caixa 1.832, 1857. fls. 3.

lugar [Praça da Constituição]”.⁴⁶² No que se refere aos livros e periódicos, os quase 900 volumes listados nominalmente no catálogo do leilão foram distribuídos em 50 lotes. Cada um deles organizado obedecendo a certa ordem temática, talvez no intuito de atrair compradores com gostos específicos. O lote 12, por exemplo, era formado exclusivamente por obras de Gonçalves de Magalhães, enquanto que o lote 13 por romances e peças teatrais de Joaquim Manuel de Macedo. De modo semelhante, havia lotes de libretos de óperas, como o lote 20, bem como lotes de peças teatrais, como o lote 28. Havia também os mais científicos, a exemplo do lote 26, composto basicamente por livros de medicina, assim como os formados por obras de gêneros variados em língua francesa, como o lote 36. Além desses impressos, o catálogo informava que também estavam à venda:

Mais 6.000 músicas diferentes, como sejam polcas, valsas, schottisches, romances, modinhas, etc., assim como cerca de 2.000 figurinos dos já distribuídos com a *Marmota*.

Mais de 20.000 estampas e santos, santas e virgens, retratos, caricaturas, etc.

Há certamente cem obras diversas, cujo número de exemplares subirá de 35 a 40.000 volumes.

Nenhum dos prelos Stanhope foi incluído no leilão, indício de que Paula Brito intentava continuar com a tipografia. Assim, em relação aos equipamentos, anunciava-se “uma litografia completa”, “uma estamperia com cerca de 150 chapas de cobre de todas as invocações”, bem como “uma oficina de encadernação”. Já o imóvel localizado à Praça da Constituição, n. 68, descrito como “de duas frentes”, seria leiloado no mesmo dia às 17h30. As condições do leilão eram as seguintes:

1º - Tudo se vende no estado em que se acha.

2º - Dinheiro à vista no ato da entrega.

3º - Todos os Srs. Compradores darão um sinal no ato da arrematação.

4º - Os lotes serão entregues no dia imediato.

5º - Os Srs. Compradores são rogados a bem examinar os lotes antes da arrematação, pois que depois de arrematados a nenhuma reclamação se atenderá.

6º - Os Srs. que não quiserem cumprir estas condições, será prudente que não lancem.

7º - Comissão para o leiloeiro de 5%.

⁴⁶² Idem, Ibidem, fls. 17.

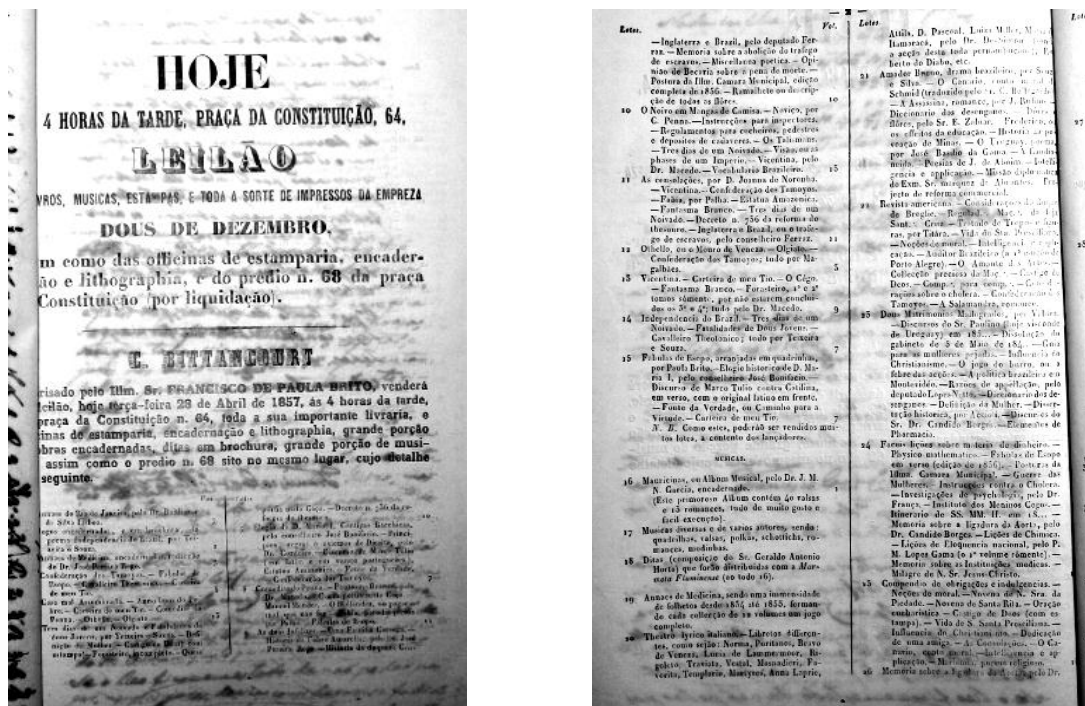


Figura 15 – Catálogo do leilão da Empresa Dons de Dezembro.

Possivelmente em virtude do mau tempo, visto que uma forte tempestade desabou sobre o Rio de Janeiro naquela tarde,⁴⁶³ o leilão foi adiado para o dia 8 de maio. Mudança de data providencial para os credores que, preocupados com suas dívidas, puderam se organizar. O incansável padre Joaquim, por exemplo, apresentou testemunhas contra o editor no dia 6 de maio, dois dias antes do leilão. Assim, prestaram depoimento ao juiz municipal da 3ª vara a serviço do juizado do comércio, Domingos Pereira Arouca, Antonio Joaquim Cardoso d'Almeida e Antonio de Miranda Marques. O ferreiro português Domingos Pereira Arouca, 32 anos e morador à Rua da Vala, afirmou que sabia “por ter ouvido dizer” que Paula Brito, para “formar” a Empresa Tipográfica, passou a vender ações de 400 mil réis, e que, também “por ter ouvido dizer”, sabia que as operações dessa companhia haviam cessado com consentimento dos acionistas, porém não “como ordena[va] o Código do Comércio”. Domingos sabia que o padre era acionista da Dons de Dezembro e “que a dita empresa se acha dissolvida e que se fo[sse] a leilão [...] continua

⁴⁶³ *Jornal do Commercio*, 29/04/1857, p. 2.

todos os bens pertencentes ao réu [...] sem algum para garantir os seus credores”.⁴⁶⁴ Antonio Joaquim Cardoso d’Almeida, também português, 20 anos, morador na Ladeira de João Homem, que vivia do ofício de “guarda-livros em diversas casas de comércio”, reforçou os mesmo pontos salientados por Domingos Pereira Arouca. Afirmou que sabia que “o réu está fazendo leilão de todos os seus bens como [era] público pelas folhas e por essa razão fica[va] sem bens alguns para garantia dos seus credores”.⁴⁶⁵ Do mesmo modo, o carioca Antonio de Miranda Marques, negociante de 34 anos e morador à Rua Nova do Livramento, disse que Paula Brito de fato havia negociado ações de 400 mil réis para “montar a sua tipografia” e que, “à vista dos anúncios feitos pelo réu”, sabia da reunião dos acionistas. Além disso, “por ser público pelas folhas”, a testemunha confirmou que Paula Brito estava “fazendo leilão de todos os seus bens relativos à tipografia”.⁴⁶⁶

Mas além do leilão, a princípio agendado para a tarde de 28 de abril, Paula Brito tomou outra decisão importante. No dia 26, o editor pediu, em conformidade com a lei, a falência da Empresa Dous de Dezembro.⁴⁶⁷ Não obstante o acordo extrajudicial com parte de seus credores e acionistas e a tentativa de manter os prelos em funcionamento nos meses que se seguiram, Paula Brito se viu sem saída. Entretanto, decretar-se falido dois dias antes do leilão não deixava de ser uma estratégia, pois significava a possibilidade de incorporar o montante arrecadado no leilão à massa falida da companhia, cujo curador fiscal nomeado na ocasião foi o credor João Manuel da Silva.⁴⁶⁸ Possivelmente instruído por seus advogados – nesse ínterim havia contratado os advogados Augusto Teixeira de Freitas e Joaquim Theodoro de Souza Soares –, Paula Brito tentava preservar o dinheiro do leilão da averse de certos credores e acionistas, leia-se principalmente o padre e o médico.

⁴⁶⁴ *Ação Ordinária. Pe. Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte, autor. Francisco de Paula Brito, réu.* ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 1.885, caixa 1.832, 1857, fls. 13v-14.

⁴⁶⁵ *Idem*, fls. 14-14v.

⁴⁶⁶ *Idem*, fls. 15-15v.

⁴⁶⁷ Conforme a sentença do juiz do comércio: “Em vista da petição a folhas, [...], hei por bem atestar a falência do comerciante Francisco de Paula Brito, a data de 26 do mês de abril de ano corrente [1857], publique esta por meio de Editais nos lugares do estilo[...]. Rio de Janeiro, 6 de jul. de 1857. João Caetano dos Santos”. *Execução. Dr. Joaquim Pereira de Araújo, executante. Francisco de Paula Brito, executado.* ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 68, maço 1.514, 1857, fls. 26-26v.

⁴⁶⁸ Neste sentido ver o artigo 830 do *Código Comercial*. Sobre a nomeação do curador, ver: *Execução. Dr. Joaquim Pereira de Araújo, executante. Francisco de Paula Brito, executado.* ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 68, maço 1.514, 1857, fls. 26-26v.

De volta ao dia 27 de abril, um dia antes da data em que aconteceria o leilão, o precavido homeopata apresentou-se à Segunda Vara do Comércio e solicitou o embargo dos bens de Paula Brito que fossem suficientes para garantir-lhe o recebimento do que ele lhe devia. A notícia do leilão dos bens da Dous de Dezembro já corria solta pelos jornais e o médico temia ficar de mãos vazias.⁴⁶⁹ Então, a exemplo do padre acionista, o Dr. Joaquim também apresentou testemunhas que confirmaram perante o juiz que Paula Brito lhe era devedor e que andava anunciando o leilão de seus bens. Neste dia, prestaram depoimento a favor do médico o português Francisco Marques Guimarães, caixeiro de 25 anos, e Francisco José Martins Neto, também português, negociante de 29 anos.⁴⁷⁰ Portanto, no dia 28 de abril, quando aconteceria o leilão, o atento Dr. Joaquim já havia conseguido junto ao juiz do comércio o mandato de embargo dos bens do editor “quantos cheguem para segurança da quantia” que lhe era devida.⁴⁷¹ Mas, como o leitor já sabe, o leilão foi adiado para o dia 8 de maio, possivelmente se estendendo até os dias 10 ou 12, conforme noticiava o jornal *A Pátria*, publicado em Niterói:

Hoje continua o leilão do Paula Brito que está passando pelo desgosto de ver sua vida perdida com tanto trabalho. Console-se, porém, que ainda pode continuar a trabalhar, e bem fez ele em tomar a presente deliberação porque ainda é tempo: libertado ele dos embaraços que lhe prendem na empresa *dous dezembro* [sic], fica habilitado para fazer nova vida, e se se deixar os cálculos de crédito, eu lhe asseguro que ainda há de ser feliz. O crédito é dinheiro que sempre se há de pagar, e quando faltam os recursos de que lançar mão, os credores não querem saber disso, nem de nada senão do seu dinheiro, aliás, aí vem o chorrilho de epítetos de velhaco, ladrão, tratante, etc., etc., por mais honrado e mais feliz que o homem seja. A nossa sociedade ainda não está constituída de maneira que se saiba descriminar o homem infeliz, mas honrado, do feliz desonrado; em se tratando do dinheiro os homens como que perdem o juízo, turva-se lhe a razão. Oxalá que tivéssemos esperança de ver regenerada a sociedade brasileira!⁴⁷²

⁴⁶⁹ *Justificação para Embargo. Dr. Joaquim Pereira de Araújo, justificante. Francisco de Paula Brito, justificado.* ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 557, maço 1.498, 1857, fls. 2-2v. A petição do Dr. Joaquim Pereira de Araújo baseava-se principalmente no artigo 321 do Regulamento 737 de 25 de novembro de 1850

⁴⁷⁰ Idem, fls. 19.

⁴⁷¹ Idem, fls. 21.

⁴⁷² *A Pátria*, Niterói, 11 e 12/05/1857, p. 3.

O jornalista anônimo procurava animar Paula Brito, que, por sua vez, agradeceu-lhe as considerações na *Marmota Fluminense*. O editor iniciava seu artigo, no qual fazia um balanço positivo de sua trajetória desde 1831, dirigindo-se a d. Pedro II. Por conseguinte, se havia um consolo quanto à falência de sua companhia, ele residia no fato do editor estar convencido da importância do papel que desempenhava em um projeto maior, que envolvia, além do progresso da tipografia no país, a perpetuação dos feitos do seu amado monarca:

Que temos feito alguma coisa pelo nosso país, e para que a história diga dele e do seu segundo Reinado o que de certo não diria se gênios como nosso não houvessem tanto e tão desesperadamente feito; que as artes, à que nos dedicamos, muito nos devem; que muito nos devem os artistas saídos, em não pequeno número, de nossas oficinas; que muito nos temos comprometido pelos partidos políticos, desde 1831 até hoje; é isso cousa que ninguém ignora; é justiça que não nos podem negar as maiores Notabilidades do nosso país.

Tranquilo em nossa consciência, não nos queixamos do que temos sofrido, nem nos arrependemos do que havemos praticado.

O dinheiro nunca foi, não é, e nem será o nosso ídolo.

Com a experiência – dos homens e das cousas – continuaremos a caminhar pela estrada da vida, unicamente com mais reserva é verdade, e um pouco mais acautelado... Nunca fizemos ostentação de cousa alguma, porque, conhecendo sempre o falso de nossa posição, sempre tivemos medo de subir, para que, novo Ícaro, não tivéssemos de precipitar-nos, derretendo-se-nos as asas.

Apesar do nada que somos, se déssemos à luz a resenha dos nossos atos, do que temos feito e do que conosco se tem praticado; a mais de um artista, a mais de um negociante, ficaria servido de exemplo a nossa humilde história, assim como também temos a certeza de que havia isso de incomodar a mais de uma pessoa.

Rio de Janeiro, 13 de Maio de 1857.

F. de Paula Brito⁴⁷³.

Os credores, no entanto, pouco ou nada se importavam com isso. Caso o historiador não tenha sido traído pela caligrafia e, sobretudo, pelas abreviaturas utilizadas pelo escrivão José Luiz de Araújo Barros, a soma total dos bens leiloados da Empresa Dous de Dezembro foi de nove contos e 800 mil réis.⁴⁷⁴ E, sem pestanejar, no dia seguinte ao leilão, o Dr.

⁴⁷³ *Marmota Fluminense*, n. 848, 19/05/1857, p. 1.

⁴⁷⁴ *Justificação para Embargo. Dr. Joaquim Pereira de Araújo, justificante. Francisco de Paula Brito, justificado.* ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 557, maço 1.498, 1857, fls. 23.

Joaquim solicitou e conseguiu um mandato de arresto, ou seja, um sequestro judicial de três contos e 625 mil réis, valor suficiente para lhe pagar a letra, juros e custos do processo que movia contra Paula Brito. O dinheiro do leilão ainda se encontrava sobre os cuidados do leiloeiro em sua residência à Rua do Hospício, quando para lá que se dirigiram o oficial de justiça Tertuliano João Batista e o escrivão José Luiz de Araújo Barros que executaram o mandato do juiz.⁴⁷⁵ Com efeito, pouco mais de um terço do montante arrecadado no leilão foi recolhido ao Cofre dos Depósitos Públicos à espera do desfecho do processo.⁴⁷⁶

Mas Paula Brito não se conformou com a decisão. No intuito de incorporar todo o produto do leilão à massa falida da Dous de Dezembro o editor solicitou ao juiz do comércio por intermédio do seu advogado, o Dr. Augusto Teixeira de Freitas, o embargo do arresto. Em sua petição o advogado considerou “odioso o procedimento destes autos”, pois colocavam seu cliente na difícil posição de “devedor suspeito”. A defesa alegava que Paula Brito agia de maneira transparente, o que tornava injusto enquadrá-lo entre os maus devedores, sendo que o leilão só foi promovido para “evitar a continuação dos prejuízos, e para pagar a seus credores”.⁴⁷⁷ A contestação do embargo apresentada pelo advogado do Dr. Joaquim não negou a “probidade” de Paula Brito, salientando que “é certo que os azares da fortuna o colocaram no estado de insolvência, como se deve deduzir não só pela concordata extrajudicial feita com parte de seus credores [...]”.⁴⁷⁸ Para o representante do Dr. Joaquim a reunião de outubro de 1856 era mais uma prova de que Paula Brito não tinha condições de pagar seus credores. Logo, para segurança de seu cliente o arresto deveria ser mantido e o dinheiro do leilão recolhido ao Cofre dos Depósitos Públicos e penhorado em favor do médico.

Em julho de 1857, e o curador fiscal nomeado por ocasião da falência da Dous de Dezembro, João Manuel da Silva, também se manifestou solicitando ao juiz que o dinheiro

⁴⁷⁵ Idem, fls. 24-24v.

⁴⁷⁶ *Execução. Dr. Joaquim Pereira de Araújo, executante. Francisco de Paula Brito, executado.* ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 68, maço 1.514, 1857, fls. 17.

⁴⁷⁷ *Justificação para Embargo. Dr. Joaquim Pereira de Araújo, justificante. Francisco de Paula Brito, justificado.* ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 557, maço 1.498, 1857, fls. 29-29v.

⁴⁷⁸ Idem, fls. 32.

fosse incorporado à massa falida da companhia.⁴⁷⁹ Astuto, o advogado do médico sacou da manga um argumento que a ele parecia infalível ao contestar o requerimento do curador: “a falência ainda não [se] encontrava aberta” quando do início do litígio entre seu cliente e Paula Brito. O advogado empregava o artigo 830 do *Código Comercial* para afirmar que “dá a entender claramente que só ficam paralisadas as sentenças que dão execução depois da abertura da falência, por isso, só fala de execuções futuras e posteriores àquelas”.⁴⁸⁰ No entanto, o desembargador e juiz especial da segunda vara do comércio do Rio de Janeiro, Dr. Antonio Thomaz de Godoy, possivelmente entendeu que a falência da Empresa Tipográfica de Paula Brito fora promulgada a tempo. Assim, ao contrário do que queria o médico, o dinheiro do leilão foi inteiramente incorporado à massa falida da companhia.⁴⁸¹

Paralelamente, a cruzada do padre Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte continuava. Um pouco antes da sentença favorável ao curador da massa falida da Dous de Dezembro, o advogado de Paula Brito quis examinar a Ação Ordinária movida pelo padre. Mas o simples pedido de vistas ao processo indignou seu procurador, d. Brás Nicolau da Silveira, que argumentou, evocando o Título XV do Livro III das Ordenações Filipinas, que Paula Brito não havia se manifestado até aquele momento, ignorando até as audiências conciliatórias no juízo de paz.⁴⁸² Entretanto, possivelmente graças ao mesmo Título XV,⁴⁸³ o juiz concedeu vistas ao advogado do editor que, sem informar o motivo, abandonou o caso poucos dias depois e já em fins de junho de 1857. Ao fim do processo, Paula Brito foi condenado a reaver os 400 mil réis ao professor de latim do Seminário de São José.⁴⁸⁴

⁴⁷⁹ *Execução. Dr. Joaquim Pereira de Araújo, executante. Francisco de Paula Brito, executado.* ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 68, maço 1.514, 1857, fls. 21.

⁴⁸⁰ *Idem*, fls. 21.

⁴⁸¹ *Idem*, fls. 22; 27.

⁴⁸² “Se o réu, sendo citado por qualquer qualidade que seja, for revel, e nunca aparecer em Juízo, per si, nem por seu Procurador ao termo que lhe foi assinado, e mais três dias, que será esperado, se for citado por Carta para a Corte, ou para a Casa do Porto, ou aparecer, e absentar sem deixar Procurador, o autor seguirá seu feito à sua revelia, sem poder requerer contra ele, que o metam em posse de nenhuns bens por benefício do primeiro, nem segundo decreto, o qual seguirá, segundo diremos no Título 20: Da ordem do Juízo. *Ordenação Filipinas*. Livro III. Título XV. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/l3p578.htm/>>. Acesso em 19/12/2011.

⁴⁸³ “Porém, se a parte, que for revel, aparecer em Juízo, antes que a sentença seja passada pela Chancelaria, ou entregue à parte, onde não houver de passar Chancelaria, tomará o feito no ponto em que se acha [...]”. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/l3p578.htm/>>. Acesso em 19/12/2011.

⁴⁸⁴ *Ação Ordinária. Pe. Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte, autor. Francisco de Paula Brito, réu.* ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 1.885, caixa 1.832, 1857, fls. 31-32.

No dia 25 de setembro de 1857, aconteceu a segunda reunião dos credores da extinta Empresa Dous de Dezembro. Realizada na sala das audiências do Tribunal do Comércio, a reunião foi presidida pelo juiz de direito do comércio da primeira vara, Dr. Firmino Rodrigues da Silva, e nela estavam presentes João Manuel da Silva, curador fiscal da massa falida, Paula Brito e 20 de seus credores.⁴⁸⁵ A reunião tinha por objetivo realizar a averiguação de todos os credores e tratar da concordata do falido. O Dr. Firmino expôs aos presentes o relatório completo da falência de Paula Brito, “desde o seu começo até o presente estado”, e sugeriu aos credores que as dívidas fossem unificadas. Paula Brito apresentou uma nova proposta de acordo aos credores, desta vez perante o juiz, em conformidade com o *Código Comercial*:

*Proponho-me a ficar com o pouco que existe na minha casa, dita empresa Dous de Dezembro, pela quantia de 10 contos de réis pagáveis em cinco anos, entrando também mais com a de dois contos de réis, para reunida a de quatro que se há de receber do Governo (caso se verifique que a compra que contratou da Litográfica), [ilegível] a de seis contos de réis, dinheiro dos órfãos do finado Doutor Júlio, que tendo sido gasto nos estabelecimentos, figurem no balanço como dívida privilegiada. Obrigó-me, porém, a entrar com os dez contos de réis com menor prazo se os puder obter, ou dos Poderes do Estado, ou de qualquer associado amigo, ou valioso meio que se me proporcione.*⁴⁸⁶

O número de credores da concordata listados no inventário *post-mortem* de Paula Brito chegava a 130 nomes⁴⁸⁷. Entre eles, o editor privilegiou, com o consentimento dos presentes à reunião, os órfãos do Dr. Júlio. Paula Brito também informava que havia tratado a venda da litografia para o Governo, talvez interessado no equipamento para a Tipografia Nacional. Entretanto, uma vez vendida a litografia, o editor afiançava que o dinheiro arrecadado seria destinado ao pagamento dos 10 contos de réis com os quais literalmente

⁴⁸⁵ *Inventário. Francisco de Paula Brito, falecido. Rufina Rodrigues da Costa Brito, Inventariante.* ANRJ, Juízo Municipal da 1ª Vara do Rio de Janeiro, n. 6.210, maço 448, 1862, fls. 18v.

⁴⁸⁶ *Inventário. Francisco de Paula Brito, falecido. Rufina Rodrigues da Costa Brito, Inventariante.* ANRJ, Juízo Municipal da 1ª Vara do Rio de Janeiro, n. 6.210, maço 448, 1862, fls. 19. Grifos originais.

⁴⁸⁷ O inventário *post-mortem* de Francisco de Paula Brito apresenta as seguintes listas de credores: “Lista dos credores do finado Francisco de Paula Brito”; “Lista dos credores do finado Francisco de Paula Brito por contas e letras que tem apresentado”; “Lista dos credores do finado Francisco de Paula Brito de que trata a concordata apresentada”. *Inventário. Francisco de Paula Brito, falecido. Rufina Rodrigues da Costa Brito, Inventariante.* ANRJ, Juízo Municipal da 1ª Vara do Rio de Janeiro, n. 6.210, maço 448, 1862.

comprou dos seus credores o que restava da Dous de Dezembro. Portanto, não obstante a quebra, o intuito de Paula Brito era continuar.

O *Relatório da comissão encarregada pelo governo imperial pelos avisos de 1º de outubro e 28 de dezembro de 1864 de proceder a um inquérito sobre as causas principais e acidentais da crise do mês de setembro de 1864*, que, como seu extenso título explica, buscava elucidar a quebra do Banco Souto, informava que, em 1857, Paula Brito e outros 48 negociantes faliram no Rio de Janeiro, acometidos pela “febre das empresas e [pelo] jogo das ações”. Em números absolutos o documento informa que Paula Brito possuía um ativo de mais de 43 contos contra um passivo de inacreditáveis 187 contos de réis (Anexo 7).⁴⁸⁸ Ainda assim, fosse com o auxílio dos “Poderes do Estado” ou de “qualquer associado amigo”, instâncias que se confundiam na política financeira praticada no império, Paula Brito queria ir adiante.

Ainda que isso pouco servisse de alento, a Dous de Dezembro faliu semanas antes que a crise mundial iniciada nos Estados Unidos desembarcasse no Rio de Janeiro. Naquele país a crise desencadeada pela elevação vertiginosa dos preços após a descoberta de ouro na Califórnia foi devastadora para o negócio dos livros. Então, a exemplo Francisco de Paula Brito, inúmeros editores e livreiros fecharam suas portas naquele conturbado 1857.⁴⁸⁹

⁴⁸⁸ *Relatório da comissão encarregada pelo governo imperial pelos avisos de 1º de outubro e 28 de dezembro de 1864 de proceder a um inquérito sobre as causas principais e acidentais da crise do mês de setembro de 1864*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865. p. 29-30.

⁴⁸⁹ Sobre a crise de 1857 e seus efeitos no Brasil, além do *Relatório* citado acima, ver: LEVY, Maria Barbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977. p. 84. VITORINO, Artur José Renda. *Cercamento à brasileira...* op. cit., 2002, p. 55. Sobre seus efeitos no mercado livreiro nos Estados Unidos, ver: GREENSPAN, Ezra. *George Palmer Putnam...*, op. cit., 2000. p. 374. Em relação à Paula Brito, ver: HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil...* op. cit., 1985, p. 90.

Quarta Parte

Ilusões redescobertas

O recomeço

Até bem pouco antes de adoecer, em dezembro de 1861, Paula Brito ainda era visto “à porta de sua oficina, sob as vestes singelas de trabalho, com o riso no semblante [e] o gracejo nos lábios”.⁴⁹⁰ Mas tanto o “riso no semblante” quando o “gracejo nos lábios” tidos como característicos do editor certamente desapareceram por longos meses entre 1856 e 1857, durante a concordata e falência da Empresa Dous de Dezembro. Nesta estação difícil de sua trajetória, a livraria situada no n. 78 da Praça da Constituição, esquina com a Rua de S. Jorge, foi fechada e por pouco a *Marmota Fluminense*, que circulava desde 1849, deixou de existir. Em maio de 1857, Paula Brito anunciou que suspenderia a publicação do jornal, argumentando que o trabalho de redação tornara-se penoso, pois seu “espírito se acha[va] embolado pelo choque de contínuas decepções”. O editor também confessou que pensava seriamente abandonar sua “missão tipográfica”.⁴⁹¹ O que acabou por salvar a *Marmota Fluminense*, bem como a “missão tipográfica” de seu redator, foi a queda do ministério Caxias no dia 4 de maio de 1857.

Depois da morte do Marquês de Paraná, a presidência do conselho de ministros foi ocupada pelo titular da pasta da Guerra daquele ministério, Luís Alves de Lima e Silva, Marquês e futuro Duque de Caxias. Inaugurava-se o Gabinete de 3 de setembro de 1856, o segundo da conciliação.⁴⁹² Em fevereiro do ano seguinte, ainda em meio à liquidação da Dous de Dezembro, Paula Brito lançou o *Moderador*, folha que circulava duas vezes por semana e era inteiramente devotada ao governo. Considerando que tão logo o ministério caiu o jornal também foi à campa sem avançar para além da décima quinta edição, é certo

⁴⁹⁰ “Discurso proferido pelo Dr. Caetano Alves de Sousa Filgueiras por ocasião da missão sétimo dia de Francisco de Paula Brito”, *Diário do Rio de Janeiro*, 24/12/1861, p. 2.

⁴⁹¹ “Ao público”, *Marmota Fluminense*, n. 845, 01/05/1857, p. 4.

⁴⁹² Sobre a conciliação partidária de 1853, ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. Organização Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Principalmente o segundo capítulo: “A nação e os partidos”.

que Paula Brito recebia dinheiro do gabinete para custear a publicação. Deste modo, os louvores ao ministério Caxias eram rasgados, como se lia logo no prospecto do *Moderador*:

Ao atual ministério devemos a inauguração de uma política larga e generosa, que nos deu o estado de prosperidade em que nos achamos, que abriu o campo das discussões a todas as capacidades e as fez coparticipantes do governo do Estado. À política do ministério devemos sem dúvida a morte dos partidos, para que em lugar deles apareça a nação manifestando seus desejos, impondo suas vontades. A essa política sábia e prudente devemos, sobretudo a extinção das dores e paixões com que se consumia a atividade dos brasileiros [...].⁴⁹³

Parece um contrassenso falar no “estado de prosperidade em que nos achamos” um homem que lutava contra a bancarrota de seus negócios. Porém, a crença nos benefícios da conciliação dos partidos suplantava tais dissabores. As páginas do *Moderador* eram recheadas de exaltações ao falecido Marquês de Paraná e a seu gabinete, ao mesmo tempo em que a peleja contra a imprensa oposicionista era aberta e constante – nomeadamente contra o *Correio Mercantil*, o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Correio da Tarde*.⁴⁹⁴ No artigo “Breves considerações sobre a política atual” o redator anônimo, certamente Paula Brito, explicava que a conciliação dos partidos era muito mais vantajosa que o antigo sistema bipartidário que contrapunha luzias e saquaremas, sobretudo ao se observar que nesse regime:

O santuário dos favores estava fechado a todo aquele que não tivesse por divisa o símbolo do partido dominante, e as altas inteligências eram dessa sorte arremessadas do seio do governo quando não tinham o cunho característico de seus princípios ou eram avessas às contradições e arbitrariedades.⁴⁹⁵

O redator entendia que, enquanto vigorasse a coligação dos partidos, o acesso às benesses do estado estava franqueado tanto aos liberais quanto aos conservadores. E um ano mais tarde, em maio de 1858, era precisamente nesse “santuário dos favores” que Paula

⁴⁹³ “Introdução”, *O Moderador*, n. 1, 05/02/1857, p. 1.

⁴⁹⁴ Entre outros artigos, ver, por exemplo: “A insistência do *Diário*”, *O Moderador*, n. 8, 03/03/1857, p. 3. “Porque se hostiliza o ministério?”, *O Moderador*, n. 8, 03/03/1857, p. 3-4. “O *Correio da Tarde* e a colonização”, *O Moderador*, n. 9, 06/03/1857, p. 3. “As queixas do *Diário*”, *O Moderador*, n. 10, 10/03/1857, p. 4.

⁴⁹⁵ “Breves considerações sobre a política”, *O Moderador*, n. 2, 06/02/1857, p. 4.

Brito foi novamente fazer suas preces. Quando o gabinete caiu e, por conseguinte, o *Moderador* deixou de ser publicado, Paula Brito voltou atrás na decisão de dar cabo da *Marmota Fluminense*. Conforme ele mesmo explicava em tom de desabafo: “a queda do ministério trouxe a cessação do *Moderador*, folha ministerial, e somos por isso forçados a continuar a *Marmota* até o fim do corrente semestre. É mais uma contrariedade!...”.⁴⁹⁶ A *Marmota Fluminense* continuou a aparecer duas vezes por semana até o fim do primeiro semestre de 1857, mas sem trazer mais nenhum figurino de moda ou partitura musical como acontecia nos áureos tempos da Dous de Dezembro.⁴⁹⁷

Findo o semestre, o editor decidiu vender espaços da *Marmota Fluminense* a “um seu amigo” que passou a publicar uma série de artigos políticos. A estratégia certamente visava estender a vida da folha por mais tempo. Porém, ao anunciar o negócio, Paula Brito tomou o cuidado esclarecer os seus leitores sobre a existência de um co-redator anônimo. Dizia que não se responsabilizava sobre o que ele publicasse em matéria de política: “[...] limitando-se a nossa humilde pena, e a de nossos dedicados amigos [...] a aqueles artigos facetos de que ela sempre trata a mais escolhida e conveniente porção, além dos folhetins e transcrições do costume”.⁴⁹⁸ Adiante veremos que manter um jornal como a *Marmota Fluminense* era determinante para um editor no século XIX. Com efeito, todo esforço para garantir sua publicação era válido.

Embora cogitasse abandonar a tipografia, Paula Brito também reconsiderou este projeto. Em meados de 1857, o editor lançou-se como comissário de artigos tipográficos na Corte atendendo seus “colegas impressores de todas as partes do império”. Não era segredo que Francisco de Paula Brito conhecia como poucos o setor tipográfico do Rio de Janeiro. Por conseguinte, apesar de as fontes não serem claras sobre o sucesso das comissões, Paula

⁴⁹⁶ “Aos Srs. Assinantes”, *Marmota Fluminense*, n. 844, 05/05/1857, p. 1.

⁴⁹⁷ “Último figurino”, *Marmota Fluminense*, n. 849, 22/05/1857, p. 1.

⁴⁹⁸ “Aos leitores”, *Marmota Fluminense*, n. 853, 05/06/1857, p. 1. Possivelmente em razão da visibilidade desses textos, Paula Brito voltaria à questão dos artigos políticos em outro número do jornal: “A *Marmota* não sendo propriedade exclusiva do redator-editor, como anunciou já no seu n. 853 de 5 e junho do corrente ano; ficou desde então bem entendido que os artigos, chamados de fundo, pertenceriam uns ao redator e outros à redação; o Paula Brito, contudo, não querendo responder senão por aquilo que faz assinará de hoje em diante o pouco que escreve com as iniciais, não sendo responsável senão por isso. P. B.”. “Retificação”, *A Marmota*, n. 901, 20/11/1857, p. 1.

Brito podia garantir aos seus clientes os melhores itens para suas oficinas.⁴⁹⁹ Todavia, já em fevereiro de 1858, pouco antes de começar a negociar com materiais tipográficos usados,⁵⁰⁰ o editor procurava um imóvel na cidade. Conforme anunciou, “[...] precisa[va] de uma casa de pouco preço [para] montar um estabelecimento – inteiramente comercial – a fim de bem e breve servir a seus numerosos fregueses, encarregando-se de tudo aquilo para que se acha habilitado”. A preferência era pela região próxima as “ruas do Cano e de S. Pedro, desde a rua dos Ourives até a Direita”.⁵⁰¹ Em questão de dias um prédio foi encontrado na Rua do Cano. Neste endereço, já em meados de março, Paula Brito montou uma nova tipografia, litografia e encadernadora.

Por suas proporções, o novo estabelecimento não podia ser comparado às oficinas da extinta Dous de Dezembro. Nesta perspectiva, entende-se a gastura de Paula Brito ao ler no *Correio Mercantil* o relato da viagem dos pastores Kidder e Fletcher ao Rio de Janeiro. A certa altura da narração, os norte-americanos diziam que “a maior tipografia do Rio de Janeiro pertence ao Sr. Paula Brito, que é um homem de cor”. Referir a sua cor não era problema, porém dizer que era o dono da maior tipografia da capital depois da falência de sua companhia, era um exagero que precisava ser contestado. Afinal, ainda havia muitos credores em seu encalço. Talvez por isso, no mesmo dia da publicação do relato dos viajantes, Paula Brito escreveu ao *Correio Mercantil*:

Sr. redator – Não podendo negar o merecimento que tem a obra dos Srs. Fletcher e Kidder devo contudo declarar que o meu estabelecimento tipográfico nunca foi, nem é, o *primeiro* desta capital, como aí se diz, conquanto seja grande e importante, e me tenha custado milhões de sacrifício, sobretudo *tendo eu de lutar com as dificuldades com que lutam todos aqueles que se acham nas minhas condições*, como bem acertadamente o dizem esses mesmos senhores. A verdade em todo o caso.

Sou, etc.

Francisco de Paula Brito.

⁴⁹⁹ “Aviso tipográfico”, *Marmota Fluminense*, n. 852, 02/06/1857, p. 4.

⁵⁰⁰ Como as “tipografias pequenas com prelos de ferro, muito em conta, para principiantes”. “Tipografias”, *Correio Mercantil*, 19/03/1858, p. 3.

⁵⁰¹ “Anúncio”, *A Marmota*, 23/02/1858, n. 928, p. 4.

Se em 1856 a Empresa Tipográfica Dous de Dezembro chegou a possuir 13 prelos, dos mais simples aos mais sofisticados, o inventário *post-mortem* de Paula Brito, de 1862, referia-se a 10 prelos – dos quais seis grandes e um pequeno estavam completos com os tinteiros e demais pertences, enquanto os demais estavam “desconcertados”.⁵⁰³ Em todo caso, o motivo da transferência da tipografia para a Rua do Cano era simples, depois de meses fechada, a livraria seria reaberta na Praça da Constituição.⁵⁰⁴

PAULA BRITO IMPRESSOR – LITHOGRAPHIO 44 RUA DO CANO 44 Neste seu novo estabelecimento en- carrega-se de — IMPRIMIR, LITHOGRAPHAR E ENCADERNAR — bem e breve tudo aquillo de que se incumbir, satisfazendo o melhor que puder a todas as exigen- cias do Corpo do Commercio; conti- nuando todavia, com o que tem na praça da Constituição n. 64.	A MARMOTA. PAULA BRITO acha-se sempre na sua NOVA TYPOGRAPHIA 44—Rua do Cano—44 continuando todavia com OS SEUS antigos estabelecimentos DA Praça da Constituição ns. 64 e 66 onde ha pessoas habilitadas para fazerem as suas vezes.	A MARMOTA PUBLICA-SE AGORA NA NOVA TYPOGRAPHIA DE PAULA BRITO Apparece — regularmente — duas vezes por semana; assigna-se a 1\$000 por mez, ou a 5\$000 por seis mezes, pagos adiantados, contendo sempre uma boa variedade de arti- gos chistosos e interessantes. 44 RUA DO CANO 44
---	---	---

Figura 16 – Anúncios da nova tipografia de Paula Brito na Rua do Cano, n. 44.

Aos poucos os negócios de Paula Brito recobravam algum fôlego. O estado do mobiliário da livraria, a “Loja do bom e barato”, sugere um recomeço marcado por dificuldades. Cerca de quatro anos após a reinauguração, o inventário *post-mortem* de Paula Brito informava que a livraria era composta por “uma armação de pinho velha”, onde possivelmente eram dispostos os livros e demais mercadorias, “duas cadeiras de madeira muito velhas”, “uma mesa comprida”, “seis bancos” e “um banco de escritório”.⁵⁰⁵

⁵⁰² “Declaração”, *Correio Mercantil*, 17/11/1858, p. 2. O relato dos norte-americanos apareceu no mesmo jornal dois dias antes, ver: “O Brasil e os Brasileiros por Kidder e Fletcher”, *Correio Mercantil*, 15/11/1858, p. 1.

⁵⁰³ *Inventário. Francisco de Paula Brito, falecido. Rufina Rodrigues da Costa Brito, Inventariante*. ANRJ, Juízo Municipal da 1ª Vara do Rio de Janeiro, n. 6.210, maço 448, 1862, fls. 30. A descrição dos prelos da Dous de Dezembro pode ser lida em: “Lettres brésiliennes”, *Courrier du Brésil*, 05/10/1856, p. 2.

⁵⁰⁴ “Anúncio”, *A Marmota*, n. 932, 09/03/1858, p. 1.

⁵⁰⁵ Ambos avaliados em 411\$500 réis, conforme veremos adiante. *Inventário. Francisco de Paula Brito, falecido. Rufina Rodrigues da Costa Brito, Inventariante*. ANRJ, Juízo Municipal da 1ª Vara do Rio de Janeiro, n. 6.210, maço 448, 1862, fls. 29.

Todavia, apesar de arrançados em armações velhas, em pouco tempo os livros, chás e outras mercadorias voltaram a estar ao alcance dos antigos fregueses. Por certo, Paula Brito recuperou o crédito junto a seus fornecedores, pois os anúncios mostram a variedade de produtos à venda, de bonecas que choram a sabonetes ingleses. No caso dos artigos de papelaria, livros, periódicos e demais impressos, apareceu na *Marmota* em fins de abril de 1858 um extenso catálogo listando 93 itens (Anexo 8). Entre as estampas estavam os retratos do Visconde de Uruguai e do Marquês de Olinda, cardeais do partido conservador. Os interessados em música podiam lá comprar, por exemplo, as partituras das *Miscelâneas* para piano e flauta do Sr. Moura, ou o “Bouquet das Brasileiras, álbum musical com quatorze peças para piano e canto”. Fregueses devotos podiam adquirir a *Novena de Santa Rita* ou a *Vida de Santa Presciliana*, enquanto que os pedreiros-livres encontravam o *Guia para a abertura e encerramento das Lojas do Rito Escocês*.⁵⁰⁶

LOJA
DO BOM E BARATO
DE
Paula Brito
Praça da Constituição
N. 64
PORTA LARGA, ONDE HA SEMPRE
CHÁ
LETRAS E PAPEL SELLADO
POR COSTA DO GOVERNO
Charutos
OBJECTOS DE ESCRITORIO
BONECAS
cartas de jogar, opacas,
PERFUMARIAS
ROMANCES E NOVELLAS
E
uma variedade infinita de
COISAS INTERESSANTES.

LOJA DO BOM E BARATO
64 — PRAÇA DA CONSTITUIÇÃO — 64
PORTA LARGA.

Jogo de Perguntas e Respostas, ou divertimento para todo o anno 1\$000.
Sortes Novas para S. João 2\$00.
1. Sorte, grande livro do Snr. Teixeira e Sousa, com cartões, 2\$000.
Chá bom e barato — preto, verde e nacional, libra, 1\$000, 1\$600, 2\$560.
Sabonete economico, inglez, de um cheiro excellente, um 2\$400.
Dito, um embrulho de 3 pedaços 1\$000.
Bonecas que choram; pennas de aço de todas as marcas, tanto inglezas como francezas; papel de todas as qualidades; pentes de alisar e de-despiolhar; tesouras, canivetes, cartas de jogar, e o mais que se vende nestas casas de negocio, tudo

BOM E BARATO
64 — PRAÇA DA CONSTITUIÇÃO — 64

Figura 17 – Anúncios da “Loja do Bom e Barato” de Paula Brito.

As peças de teatro à venda chegavam a 24 títulos, destacando-se as composições de Martins Pena, vendidas entre 300 e mil réis. Os romances, ao todo cinco títulos, custavam cerca de dois mil réis o volume. Enquanto que livros de poesia, 13 títulos ao todo,

⁵⁰⁶ “Catálogo do que se vende na Rua do Cano, n. 44, nova tipografia e loja de Paula Brito e na Praça da Constituição, n. 64”, *A Marmota*, n. 946, 27/04/1858.

oscilavam entre mil e três mil réis.⁵⁰⁷ Conforme o catálogo do leilão da Dous de Dezembro, além dos 911 livros nominalmente descritos, Paula Brito e o leiloeiro Castro Bittancourt colocaram à venda mais de seis mil partituras e 20 mil estampas. Sobrepondo os catálogos, é quase certo que o que sobrou do leilão retornou às estantes da livraria. Porém, conquanto fosse visível a todos no Rio de Janeiro que Paula Brito começava a se recuperar, o legado de dívidas da falência era considerável. Sem livrar-se dessa carga, ele sabia que dificilmente prosperaria. A saída encontrada pelo editor foi recorrer a uma modalidade de subvenção governamental muito comum naquela época: as loterias.

Os *Anais da Câmara dos Deputados* estão coalhados de requisições dessa natureza. Loterias cujos produtos eram empregados nos mais diversos fins. Na sessão de 31 de maio de 1858, por exemplo, os deputados discutiram o pedido de quatro loterias “em benefício das obras e necessidades das paróquias de Montes Claros, Contendas, S. Romão, Januária, Barra do Rio das Velhas e Curvelo, na província de Minas Gerais”. De modo semelhante, as freiras do Recolhimento de Nossa Senhora Conceição, em Olinda, solicitaram à Câmara “uma loteria extraída na Corte para reparo do seu convento” e à Biblioteca Fluminense foram concedidas duas loterias para a construção de “uma casa onde se guardem os seus livros”.⁵⁰⁸ Assim, por meio de um requerimento enviado à Câmara dos Deputados em meados de maio de 1858, Paula Brito pediu a concessão de cinco loterias que deveriam correr em 18 meses. Como procediam outros negociantes que recorriam a este tipo de financiamento, Paula Brito pedia também que o governo adiantasse os valores das loterias. Apesar de a documentação não revelar quanto dinheiro estava em jogo, Paula Brito fazia questão de explicar aos deputados o modo como planejava aplicá-lo.

Parte dele seria empregada para saldar dívidas da Dous de Dezembro. Sem a subvenção, argumentava o editor, não era possível “obter quitação nem reabilitar-se na praça senão no espaço de cinco anos”. E cinco anos era muito tempo, pois Paula Brito, já no segundo ponto, informava que pretendia transformar seus estabelecimentos em uma espécie de tipografia-escola para a “mocidade brasileira que neles quisesse aprender”.

⁵⁰⁷ “Catálogo do que se vende na Rua do Cano, n. 44, nova tipografia e loja de Paula Brito e na Praça da Constituição, n. 64”, *A Marmota*, n. 946, 27/04/1858.

⁵⁰⁸ *Anais da Câmara dos Deputados*, Sessão de 31 de maio de 1858, p. 152. *Anais da Câmara dos Deputados*, Sessão de 5 de junho de 1858, p. 47; *Anais da Câmara dos Deputados*, Sessão de 8 de junho de 1858, p. 71.

Afirmava também que com o dinheiro das loterias retomaria o plano de “tornar sua tipografia, montada em grande escala, útil às letras, aos autores e tradutores”. Finalmente, Paula Brito explicava que almejava viajar à Europa, “a fim de estudar na Alemanha, em Inglaterra, em França e na Bélgica o que possa ser útil à tipografia e seus ramos anexos, tudo ainda em muito grande atraso entre nós”.⁵⁰⁹

A monomania da tipografia “em grande escala” persistia, ideia que, como sabemos, fermentava na cabeça do editor pelo menos desde fins da década de 1840. O desejo de ir à Europa, por sua vez, apareceu documentado pela primeira vez em meados da década de 1850, quando da tentativa frustrada de criação da Empresa Literária Dous de Dezembro. Embora nunca viesse a se realizar, desta vez a partida tinha até data marcada. Paula Brito informava aos deputados que queria embarcar no paquete de fevereiro de 1859. Ao arrematar o requerimento, o editor o justificava-se evocando sua trajetória profissional, filiação política e patriotismo:

Pelo que fica exposto e por tudo o mais que vós do suplicante sabeis, deixa ele de entrar em minúcias considerações que mui bem justificariam a razão do seu pedido; lembrar-vos-á, porém, a tão somente, augustos e digníssimo senhores, o muito que desde 1832 tem feito como impressor, como correligionário político de muitos de vós e como homem laborioso inteiramente votado à gloria e à prosperidade da terra que o viu nascer.⁵¹⁰

Logo que chegou à Câmara dos Deputados o pedido foi remetido à comissão de Fazenda, composta pelos deputados Sampaio Vianna, Torres Homem e Paula Santos. Cerca de um mês e meio depois a comissão emitiu o primeiro parecer observando a necessidade de se consultar o Ministério da Fazenda, único habilitado para avaliar a utilidade da empresa, os meios para tirá-la do papel e as garantidas de que seria bem-sucedida. Algumas semanas depois, já em meados de julho de 1858, o Ministério manifestou-se favorável não a concessão das cinco loterias, mas a liberação de um empréstimo ao editor, uma vez que

⁵⁰⁹ O requerimento das loterias de Paula Brito foi publicado no *Correio Mercantil*: “Publicações a pedido: Câmara dos deputados”, *Correio Mercantil*, 19/05/1858, p. 2. Sobre a chegada do documento na Câmara dos Deputados, ver: *Anais da Câmara dos Deputados*, Sessão de 17 de maio de 1858, p. 31.

⁵¹⁰ “Publicações a pedido: Câmara dos deputados”, *Correio Mercantil*, 19/05/1858, p. 2.

seu estabelecimento foi julgado “útil e digno de ser protegido”.⁵¹¹ Aquela não era a primeira vez naquele ano que o editor havia sido agraciado pelo Ministério da Fazenda. Em fins de janeiro, Paula Brito conseguiu a importante concessão para comercializar em seu novo estabelecimento toda a legislação e demais obras do governo, antes monopólio da Tipografia Nacional.⁵¹²

Assim, na sessão da Câmara dos Deputados de 26 de agosto foram publicadas as especificações do empréstimo. Ao concedê-lo, o Ministério da Fazenda reportou-se a subvenção solicitada pelo editor em 1855, a mesma que pedia que o governo comprasse 400 ações da Empresa Tipográfica Dous de Dezembro a fim de transformá-la em Empresa Literária. Mas, em 1855, o empréstimo não foi efetivado a tempo. Dois anos depois, portanto, o Ministério da Fazenda sugeriu à comissão homônima da Câmara dos Deputados que considerasse o empréstimo como uma alternativa às loterias. A comissão de Fazenda acatou a sugestão:

Art. 1º - O governo é autorizado para um empréstimo a Francisco de Paula Brito, até a importância de 80:000\$, pelo tempo que julgar conveniente, e com as condições que forem menos onerosas ao tesouro, para que o mesmo Paula Brito possa melhorar o seu estabelecimento tipográfico.

Art. 2º - O governo exigirá as garantias necessárias para a solução desse empréstimo, podendo admitir como garantia o estabelecimento do mesmo Paula Brito, se ele for suficiente para esse fim.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço da Câmara dos deputados, em 18 de Agosto de 1858 – F. de Paula Santos – Sampaio Vianna.⁵¹³

Não se sabe ao certo se todo esse dinheiro foi ao menos parcialmente resgatado. O inventário *post-mortem* de Paula Brito sugere que não, na medida em que contemplava inúmeras dívidas remanescentes da Dous de Dezembro, o que comprova que nem todos os

⁵¹¹ *Anais da Câmara dos Deputados*, Sessão de 30 de junho de 1858, p. 304; *Anais da Câmara dos Deputados*, Sessão de 14 de julho de 1858, p. 135.

⁵¹² “Notícias diversas”, *Correio Mercantil*, 27/01/1858, p. 1.

⁵¹³ *Anais da Câmara dos Deputados*, Sessão de 26 de agosto de 1858, p. 229. O mesmo texto foi publicado na *Marmota*, ver: “Empréstimo a Francisco de Paula Brito”, *A Marmota*, n. 983, 03/09/1858, p. 1.

antigos acionistas e credores da companhia haviam sido saldados. Além do mais, ao contrário do planejado, Paula Brito não viajou à Europa em fevereiro de 1859. Permanecendo no Rio de Janeiro ele resolveu arriscar um projeto que envolvia a Câmara Municipal, instituição que há tempos dava lucros consideráveis às tipografias da cidade.

A tipografia que conseguisse um contrato com a Câmara Municipal lucrava em duas frentes. Em primeiro lugar suprindo as repartições municipais com os impressos utilizados pela burocracia – talões, editais, orçamentos e requerimentos. Em segundo lugar, caso a tipografia também possuísse uma folha diária ou periódica, divulgando as sessões e atos da Câmara. Nesse sentido, os arquivos guardam uma série de petições de tipografias do Rio de Janeiro oferecendo e cobrando serviços feitos à municipalidade.⁵¹⁴ De olho neste mercado, no início de maio de 1859, Paula Brito remeteu à Câmara uma proposta bastante vantajosa que, para além do fornecimento de impressos, previa a criação de um semanário exclusivo para a divulgação das atas e tudo o mais que a Câmara quisesse publicar. Paula Brito prometia que o jornal seria distribuído gratuitamente aos vereadores e empregados da Câmara Municipal, bem como enviado por sua conta às demais câmaras da Província. Os primeiros números desse “jornal municipal” seriam distribuídos juntamente com a *Marmota* a fim de atrair a atenção dos possíveis assinantes. Tudo isso custaria aos cofres municipais três contos e 600 mil réis, pagos em 12 parcelas mensais.⁵¹⁵

Os vereadores julgaram proveitosa a proposta apresentada. Duas semanas depois que o documento chegou à Câmara, Paula Brito já aparecia como “editor-proprietário” do *Arquivo Municipal*, “folha especialmente votada à publicação dos atos da [...] Ilustríssima Câmara”. Conforme seu prospecto, o *Arquivo Municipal* reavivava uma iniciativa de Ezequiel Correia dos Santos que, em 1834, imprimiu alguns números da *Gazeta*

⁵¹⁴ Publicações de atos oficiais. Propostas de Justiniano José da Rocha, editor proprietário do *Correio do Brasil*, e da Tipografia Americana, do *Correio Mercantil* e de Antonio e Luiz Navarro de Andrade, proprietários editores do *Diário*, 1853. AGCRJ, 48.4.70; Conta de Rodrigues e Cia, relativa a publicação das Atas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 1853. BN RJ, Manuscritos, II-35, 15, 10 n. 1; Pedido de pagamento de Sebastião Gomes da Silva Belfort, empresário da tipografia do *Diário do Rio de Janeiro*, relativo à impressão de publicações da Câmara Municipal da Corte. Rio de Janeiro, 5 de março de 1868. BN RJ, Manuscritos, II-35, 16, 11 n. 2.

⁵¹⁵ Proposta de Francisco de Paula Brito para imprimir um jornal que insira atos da administração municipal e os talões de expediente, sob as condições que estabelece, 1859. AGCRJ, 48.4.71.

Municipal.⁵¹⁶ Porém, como veremos adiante, em dois anos a publicação se tornaria obsoleta, sendo encerrada por falta de leitores. Em todo caso, a criação do *Arquivo Municipal* em 1859, juntamente com a tramitação do empréstimo no ano anterior, revelam o quão sólidos eram o prestígio e as alianças políticas forjadas pelo editor. Entretanto, outros laços foram igualmente importantes na trajetória de Francisco de Paula Brito. E, por certo, o tecido em torno da Sociedade Petalógica merece ser destacado.

⁵¹⁶ Não foram localizados números do *Arquivo Municipal*, o prospecto citado foi originalmente publicado no *Correio Mercantil*, ver: “Apareceu ontem o primeiro número do Arquivo Municipal, publicação empreendida pelo nosso patrício o Sr. Paula Brito”. In: “Notícias diversas”, *Correio Mercantil*, 19/05/1859, p. 1. “Arquivo Municipal”, *Correio Mercantil*, 21/05/1859, p. 2.

A Sociedade Petalógica

Os anais da sociedade publicadas na *Marmota Fluminense* apontam que a Petalógica nasceu no início da década de 1830, logo depois que Paula Brito comprou a livraria do primo Silvino e aos poucos a convertia em um ponto de encontro: “A *Sociedade Petalógica*, ou de Petalogia, sociedade que, segundo o seu título, não trata senão de *petas*, é um ajuntamento de pessoas, mais ou menos instruídas, que, há cerca de 20 anos se reúnem n’um dos lugares mais belos e mais conhecidos desta Corte”.⁵¹⁷ Proprietário do local, o editor tornou-se fundador da Sociedade, agremiação que por mais de duas décadas funcionou na informalidade das conversas dos que para lá afluíam. Isso até que suas sessões e notícias da participação de seus membros no carnaval e em festas cívicas do Rio de Janeiro comesçassem a aparecer com frequência na imprensa no início da década de 1850.⁵¹⁸

Conforme nosso já consultado *Dicionário da Língua Brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto, contemporâneo à fundação da Petalógica, o substantivo feminino *Peta* designava o mesmo que petorra, espécie de jogo muito apreciado pelos rapazes do tempo. A palavra nomeava também a lula e uma machadinha de poda, bem como uma mancha que ocasionalmente surgia nos olhos dos cavalos. Somente em sentido figurado, *peta* equivalia à mentira, este o significado empregado no título da Sociedade, ou seja, uma agremiação empenhada no estudo das mentiras. Quando as sessões e resumos das sessões da Petalógica começaram a aparecer na *Marmota Fluminense*, a partir de janeiro de 1853, os leitores do bissemanário de Paula Brito puderam ter uma ideia mais precisa dos temas abordados em suas reuniões.

⁵¹⁷ “A Sociedade Petalógica”, *Marmota Fluminense*, n. 380, 05/07/1853, p. 1.

⁵¹⁸ Uma das primeiras referências à Petalógica localizadas na *Marmota Fluminense* diz respeito justamente ao registro das sessões no bissemanário. “A Sociedade Petalógica”, *Marmota Fluminense*, n. 333, 21/01/1853, p. 1.

De maneira geral, o registro das sessões seguia a formatação dos Anais da Câmara dos Deputados publicados no *Jornal do Commercio*. Da Câmara emprestava-se inclusive o modelo para o andamento das reuniões.⁵¹⁹ Por conseguinte, os assentamentos apresentavam com alguma variação um Sumário, a descrição do Expediente e a Ordem do Dia. Em uma das sessões de janeiro de 1853, das primeiras a serem documentadas, o Expediente compunha-se de “ofícios verbais” nos quais os sócios se empenhavam na narração de petas. Mentiras como a que dizia “ter-se dado cabo dos capoeiras que em desordem percorriam as ruas da cidade do Rio de Janeiro, e que já nem um só aparecia mais”, ou que “pelas enérgicas providências tomadas pelas autoridades, não se observa mais homens nus nas praias a banharem-se, e que, portanto, as famílias podem, de ora em diante, sem receio algum, apreciar o belo fresco e grato aroma que oferece a majestosa e bem acabada varanda do Passeio Público”.⁵²⁰ Ou seja, enquanto as maltas de capoeiras continuavam a percorrer as ruas da cidade, sinhás e sinhazinhas continuavam expostas aos dorsos nus dos banhistas que se refrescavam nas praias do Rio de Janeiro. A Ordem do Dia, por sua vez, trazia invariavelmente uma piada.

O início das sessões da Petalógica não seguia rigor algum, sendo suficiente a chegada à livraria de um grupo, pouco importa se grande ou pequeno, disposto a uma boa prosa. “Às 7 horas da tarde presente 18 sócios, abre-se a sessão, sem formalidade alguma, isto é, independente de ler-se e aprovar-se a ata da antecedente”.⁵²¹ “Sem formalidades abre-se a sessão. Estavam presentes os sócios que quizeram reunir-se, e aceso o candeeiro de estilo”.⁵²² Nesse sentido, uma das descrições mais completas sobre o que realmente acontecia na Sociedade Petalógica foi feita por Machado de Assis em uma de suas crônicas da série “Ao acaso”, publicada no *Diário do Rio de Janeiro* quatro anos depois do falecimento de Paula Brito. Embora um tanto longa, a citação evoca como poucas o espírito que animava a sociedade:

⁵¹⁹ “A Sociedade Petalógica”, *Marmota Fluminense*, n. 383, 15/07/1853, p. 1. “Sociedade Petalógica: Resumo da sessão do dia 30 de mês próximo findo”. *Marmota Fluminense*, 12/08/1853, p. 1.

⁵²⁰ “Sociedade Petalógica: Resumo de uma das sessões de janeiro de 1853”. *Marmota Fluminense*, 28/01/1853, p. 1.

⁵²¹ Idem.

⁵²² “Sociedade Petalógica”. *Marmota Fluminense*, n. 385, 22/07/1853, p. 1.

Este livro [*Lembranças*, de José Antonio] é uma recordação – é a recordação da Petalógica dos primeiros tempos, a Petalógica de Paula Brito – o café Procópio de certa época – onde ia toda a gente, os políticos, os poetas, os dramaturgos, os artistas, os viajantes, os simples amadores, amigos e curiosos, – onde se conversa de tudo – desde a retirada de um ministério até a pirueta da dançarina da moda; onde se discutia tudo, desde o dó do peito do Tamberlick até os discursos do marques de Paraná, verdadeiro campo neutro onde o estreante das letras se encontrava com o conselheiro, onde o cantor italiano dialogava com o ex-ministro.

Dão-me saudades da Petalógica lendo o livro de José Antonio – não porque este livro reúna todos os caracteres daquela sociedade; dão-me saudades porque foi no tempo do esplendor da Petalógica primitiva que os versos de José Antonio foram compostos e em que saiu à luz a primeira edição das *Lembranças*.

Cada qual tinha a sua família em casa; aquilo era a família da rua – le ménage en ville – entrar ali era tomar parte na mesma ceia (a ceia vem aqui por metáfora), porque o Licurgo daquela república assim o entendia, e assim o entendiam todos quantos transpunham aqueles umbrais.

Quereis saber do último acontecimento parlamentar? Era ir a Petalógica. Da nova ópera italiana? Do novo livro publicado? Do último baile de E***? Da última peça de Macedo ou Alencar? Do estado da praça? Dos boatos de qualquer espécie? Não precisa ir mais longe, era ir a Petalógica.

Os petalógicos, espalhados por toda a superfície da cidade, lá iam, de lá saíam, apenas de passagem, colhendo e levando notícias, examinando boatos, farejando acontecimentos, tudo isso sem desfalcar os próprios negócios de um minuto sequer.

Assim como tinham entrada os conservadores e os liberais, tinha igualmente entrada os *lagruistas* e os *chartonistas*; no mesmo banco, às vezes, se discutia a superioridade das *divas* do tempo e as vantagens do ato adicional; os sorvetes do José Thomaz e as nomeações de confiança aqueciam igualmente os espíritos; era um verdadeiro *pèle mèle* de todas as cousas e de todos os homens.⁵²³

A imprensa era parcimoniosa em revelar quem seriam esses homens. A *Marmota Fluminense* referia-se aos petalógicos na imensa maioria dos casos por pseudônimos, por exemplo, Carijó, Papagaio e Cubatão.⁵²⁴ A admissão de novos sócios também seguia um método curioso. Assim, certo capitão da reserva de tão patusco e mentiroso mereceu a indicação de um dos petalógicos. Em certa ocasião, o militar contara-lhe que após untar a lâmina afiadíssima de sua espada com azeite, a fim de evitar a ferrugem, encontrou no dia seguinte mais de quinhentas línguas decepadas que pertenceram aos ratos que à noite

⁵²³ “Folhetim: Ao Acaso”, *Diário do Rio de Janeiro*, 03/01/1865, p. 1.

⁵²⁴ “Sociedade Petalógica”. *Marmota Fluminense*, n. 333, 21/01/1853, p. 1. “Réplica à sarrabulhada que o amigo Cubatão intitula resposta ao meu artigo”. *Marmota Fluminense*, n. 347, 11/03/1853, p. 1-2. “Última resposta à questão do Inverno e do Verão, na qual se empenharam dous contendores”. *Marmota Fluminense*, n. 348, 15/03/1853, p. 1.

vieram lamber o óleo.⁵²⁵ De modo semelhante, por longos meses, de setembro de 1853 a fevereiro de 1855, os leitores do bissemanário de Paula Brito puderam acompanhar com algumas interrupções a publicação da *Memória sobre as manias do Mundo da Lua*, escrita “a fim de obter-se o *honroso* título de Membro” da Sociedade Petalógica. Tratava-se de um relato anônimo da fantástica viagem do autor, sua esposa e filha pelas vias do magnetismo ao Mundo da Lua. Lá, com olhos de etnógrafo, o viajante pode observar os costumes dos lunáticos, “gente fraca, opilada e amarela”, e até assistir a um espetáculo teatral, a comédia *A. B. C. do Amor ou A escola da roça* igualmente transcrita na *Marmota Fluminense*.⁵²⁶

Há indícios de que a sociedade chegou a possuir mais de uma centena de sócios,⁵²⁷ dado que apoia o relato de Machado de Assis segundo o qual os petalógicos estavam “espalhados por toda a superfície da cidade”. Porém, somente nos grandes jornais diários foi possível localizar vez por outra algum sócio da Petalógica. Composta por 23 nomes, a lista arranjada na Tabela 10 é bastante exígua. Mas combinada principalmente com informações fornecidas pelo *Almanak Laemmert*, ela nos oferece um perfil de alguns membros da sociedade.

Tabela 10 – Relação de alguns “Petalógicos” localizados em jornais do Rio de Janeiro.

Nome	Ocupação
Antonio Luiz de Sayão ^A	Advogado (AL, 1855, p. 390).
Virgílio José de Almeida Campos ^A	Escrivão de órfãos (AL, 1855, p. 118).
Joaquim Manuel de Macedo ^A	Escritor, médico, primeiro secretário do IHGB e professor de história e geografia moderna, medieval e pátria do Imperial Colégio de Pedro II; (AL, 1855, p. 86; 91; 405)
Francisco Pedro de Arbues da Silva Muniz e Abreu ^A	Advogado e secretário do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (AL, 1849, p. 75; 1863; p. 162).
Herculano Luiz de Lima ^A	Fiel do armazém da alfândega (AL, 1877, p. 248)
João Antonio Gonçalves da Silva ^A	Professor de história e geografia antiga e média do Imperial Colégio de Pedro II (AL, 1857, p. 104).
João Ribeiro de Carvalho ^A	Possível negociante (AL, 1857, p. 501).
Francisco Correia da Conceição ^{A, B}	Primeiro secretário do Conservatório Dramático Brasileiro (AL, 1857, p. 329)

⁵²⁵ “Sociedade Petalógica”. *Marmota Fluminense*, n. 348, 10/03/1857, p. 3.

⁵²⁶ “Sociedade Petalógica: Memória sobre as manias do Mundo da Lua, oferecida à apreciação da Sociedade Petalógica, a fim de obter-se o *honroso* título de Membro da mesma sociedade”. *Marmota Fluminense*, n. 399, 09/09/1853, p. 1; n. 400, 15/09/1853, p. 1-2; n. 403, 23/09/1853, p. 1-2; n. 405, 30/09/1853, p. 1-2; n. 415, 04/11/1853, p. 1-2; n. 416, 08/11/1853, p. 1-2 (início da publicação da comédia *A. B. C. do Amor ou A escola da roça*); n. 417, 11/11/1853, p. 1; n. 418, 15/11/1853, p. 1; n. 419, 18/11/1853, p. 1-2; n. 420, 22/11/1853, p. 1; n. 433, 06/01/1854, p. 2; n. 416, 04/02/1855, p. 3.

⁵²⁷ “Sociedade Carnavalesca”, *Correio Mercantil*, 25/03/1854, p. 1.

Severiano Rodrigues Martins ^A	Médico, Rua do Cano, n. 68. (AL, 1854, p. 372).
Basilio José de Oliveira Pinto ^B	Definidor na Confraria dos Gloriosos Mártires S. Garcia e S. Jorge (AL, 1855, p. 341).
João Caetano dos Santos ^C	Diretor e empresário do Teatro de São Pedro de Alcântara (AL, 1855, p. 319).
Antonio Gonçalves Teixeira e Souza ^D	Escritor e professor de primeiras letras na escola pública do Engelho Velho, posteriormente nomeado escrivão do Juízo do Comércio (AL, 1855, p. 88; 1856, p. 111)
Constantino Gomes de Souza ^D	Médico (AL, 1862, p. 461)
Laurindo Rebello ^D	Poeta (<i>Diário do Rio de Janeiro</i> , 07/11/1860, p. 1.)
[Augusto Emílio] Zaluar ^D	Poeta e diretor do Colégio Zaluar na Rua do Catete, n. 175 (AL, 1854, p. 346).
[Antonio de] Castro Lopes ^D	Médico (AL, 1857, p. 461).
José Antonio [Frederico da Silva] ^D	Poeta e primeiro oficial do Arsenal de Guerra da Corte (<i>Almanak Laemmert</i> , 1855, p. 233).
[Francisco Duarte] Bracarense ^D	Músico instrumentista da Capela Imperial (<i>Almanak Laemmert</i> , 1855, p. 137).
[Joaquim Maria] Machado de Assis ^D	Jornalista e bibliotecário da Sociedade Arcádia Brasileira (AL, 1862, p. 397).
Carlos José do Rosário ^E	Bacharel e segundo escriturário na Seção de Contabilidade do Ministério da Fazenda (AL, 1859, p. 197).
[José Maria da Silva] Paranhos ^F	Futuro Visconde de Rio Branco. Político. Em 1855, ministro da Marinha. (AL, 1855, p. 55).
Eusébio de Queirós [Coutinho Matoso da Câmara] ^F	Político, chefe do partido conservador.
Justiniano [José da] Rocha ^F	Político, jornalista e escritor. Em 1855, deputado por Minas Gerais e no mesmo ano professor de “Direito das Gentes” na Escola Militar. (AL, 1855, p. 61, 232).

Fontes:

^A “Notícias diversas”, *Correio Mercantil*, 17/09/1859, p. 1 (Agradecimento à empresa de limpeza pública da Corte contendo lista com os nomes de alguns membros da sociedade Petalógica).

^B “Discurso pronunciado na igreja do Santíssimo Sacramento, no dia 15 de janeiro de 1862, por ocasião da missa e funeral que a sociedade Petalógica mandou celebrar em comemoração a alma do seu finado fundador e sócio o Sr. Francisco de Paula Brito”. *Correio Mercantil*, 16/01/1862.

^C *Diário do Rio de Janeiro*, 22/09/1863, p. 3. (Anúncio de missa pela alma de João Caetano dos Santos encomendada pela Sociedade Petalógica).

^D “O Carnaval”, *Gazeta de Notícias*, 21/02/1887, p. 1-2. (Texto memorialístico de Mello Moraes filho sobre as comemorações do carnaval do Rio de Janeiro em meados da década de 1850).

^E “O Sete de Setembro”, *Marmota*, n. 1.091, 16/09/1859, p. 1. (Transcrição de uma crônica da Revista Popular assinada por Carlos, certamente Carlos José do Rosário, identificado como membro da sociedade).

^F “Herculano Lima”, *Gazeta de Notícias*, 01/02/1888, p. 1. (Necrológio do sócio Herculano Luiz de Lima)

A Tabela 10 demonstra que foram petalógicos homens conhecidos do mundo das letras, como os romancistas Joaquim Manuel de Macedo e Teixeira e Souza, ambos editados por Paula Brito, e políticos proeminentes, como Eusébio de Queirós e José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco. Entretanto, a Petalógica também abrigou médicos, advogados, funcionários públicos, professores, atores e músicos.

Para além das reuniões na livraria de Paula Brito, nas quais esses homens contavam petas e se riam a larga, havia ocasiões em que a Petalógica engajava-se em ações filantrópicas. Assim foi em abril de 1855, quando duas crianças cativas foram alforriadas por meio de uma subscrição organizada entre os sócios.⁵²⁸ Em janeiro de 1859, a Petalógica organizou uma noite artística no Teatro de São Pedro em benefício de Filippo Tati, cantor lírico italiano que passava por sérias dificuldades no Rio de Janeiro.⁵²⁹ Contudo, a partir da década de 1850 a Sociedade Petalógica começou a se destacar cada vez mais no cotidiano da Corte, sobretudo em duas festas muito importantes do calendário da cidade: o carnaval e os festejos cívicos pela independência do Brasil.

Em relação ao carnaval, a participação da Petalógica coincide com os desdobramentos da tentativa das autoridades em dar cabo do tradicional entrudo. Conforme a historiadora Maria Clementina Pereira Cunha, estudiosa das folias cariocas, o entrudo pode ser sintetizado no “costume de molhar-se e sujar-se uns aos outros com limões ou laranjinhas de cera recheadas com água perfumada, com recurso a seringas, gamelas, bisnagas e até banheiras – todo e qualquer ambiente que pudesse comportar água a ser arremessada”. Acrescentava-se à molhadeira “o uso do polvilho, ‘vermelhão’, tintas, farinhas, ovos e mesmo lama, piche e líquidos fétidos, entre os quais urina ou ‘águas-servidas’”.⁵³⁰ Paula Brito, a exemplo do próprio d. Pedro II, adorava a brincadeira por muitos considerada em total desacordo com os ideais de civilização que se pretendia imprimir no Império dos trópicos. O editor gostava tanto do entrudo que certamente podia ser encontrado todo ensopado a arremessar e receber limões de cera nos dias de festa. Ao menos assim permite imaginar um artigo publicado na *Marmota Fluminense* após as primeiras investidas da polícia contra a brincadeira no carnaval de 1854.⁵³¹

O lado folião e fanfarrão de Paula Brito certamente não era estranho a seus contemporâneos, uma vez que seus talentos poéticos eram também empregados na composição de letras para lundus e modinhas. Uma delas, o lundu *A marrequinha*,

⁵²⁸ “Notícias diversas”, *Correio Mercantil*, 20/04/1855, p. 2.

⁵²⁹ “Uma noite artística”, *A Marmota*, n. 1.020, 11/01/1859, p. 2.

⁵³⁰ CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 54.

⁵³¹ “Sociedades Carnavaisenses”, *Marmota Fluminense*, n. 455, 24/03/1854, p. 1. Sobre d. Pedro II folião adepto do entrudo, ver: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia...* op. cit., 2001. p. 54.

musicada pelo maestro Francisco Manuel da Silva, era vendida “*unicamente*” em sua livraria no início de agosto de 1853. Em tom jocoso a letra fazia alusão às formas arredondadas das iaiás:

Os olhos namoradores
Da engraçada iaiásinha
Logo me fazem lembrar
Sua bela marrequinha

Iaiá, não teime,
Solte a marreca,
Senão eu morro,
Leva-me a breca.

Se dançado à Brasileira
Quebra o corpo a iaiásinha
Como ela brinca pulando
Sua bela marrequinha.

Iaiá, não teime, etc [...] ⁵³²

A proibição do entrudo em 1854 era parte de uma série de medidas repressoras colocadas em prática pelo Dr. Alexandre Joaquim de Siqueira, juiz de direito na comarca de Vassouras que havia assumido a chefatura de polícia da Corte em abril de 1853. O anseio do novo chefe de polícia em organizar a cidade foi logo sentido por diferentes seguimentos. Primeiramente pelos vendedores de loterias, terminantemente proibidos de negociar suas cautelas pelas ruas do Rio de Janeiro. Em seguida pelos cocheiros, todos convocados a matricularem-se na secretaria de polícia e passarem por exames de aptidão e perícia.⁵³³ O Edital decretando o fim do entrudo começou a circular na imprensa logo em janeiro de 1854, prevenindo os adeptos da brincadeira que “qualquer pessoa que o jogar incorrerá em pena de 4 a 12 [mil réis] e não tendo com que pagar sofrerá de 2 a 8 dias de prisão”. Os escravos flagrados se divertindo poderiam pegar até “8 dias de cadeia, caso seu senhor não

⁵³² “Lundu da Marrequinha”, *Marmota Fluminense*, n. 390, 09/08/1853, p. 4. Anúncios do lundu podiam ser lidos também no: *Correio Mercantil*, 04/08/1853, p. 3; *Diário do Rio de Janeiro*, 07/08/1853, p. 3.

⁵³³ Sobre a nomeação do Dr. Alexandre Joaquim de Siqueira, ver: *Correio Mercantil*, 16/04/1853, p. 1. Sobre a perseguição aos vendedores de loterias, ver: “Polícia da corte”, *Correio Mercantil*, 02/06/1853, p. 2. Em relação à matrícula e exames de aptidão dos cocheiros livres e escravos que atuavam no Rio de Janeiro, ver: “Repartição de polícia”, *Diário do Rio de Janeiro*, 02/07/1853, p. 2.

mande castigar no calabouço com cem açoites”. O Edital também era explícito ao ordenar a destruição de todo limão de cera encontrado pelos policiais.⁵³⁴

Durante o carnaval algumas pessoas foram para o xadrez por insistirem no entrudo.⁵³⁵ Mas as opiniões sobre as medidas repressivas divergiam. De um lado havia os que consideravam tudo aquilo um avanço, pois, conforme registrou um folhetinista, “Os bailes mascarados pelo Carnaval foram estrepitosos; [do] bárbaro jogo dos limões passaram todos para o divertimento usado em países civilizados”⁵³⁶. De outro, havia os que discordavam: “O nosso entrudo não prestava porque as inocentes laranjinhas davam algum lucro a mãos nacionais. Vieram as máscaras estrangeiras, os dominós e os imorais bailes mascarados”.⁵³⁷ Paula Brito, como adiantado, por certo saía nesse bloco. Na *Marmota Fluminense* ele lamentou a repressão ao jogo, afirmando nutrir um “aferro ao entrudo”, completando: “nós sentimos dentro d’alma, porque para nós não havia cousa melhor”. O editor entendia que a proibição ao entrudo afetava diretamente a população pobre da capital: “No Rio de Janeiro a alta classe e a classe média têm sobra de divertimentos; mas a gente pobre – o povo – propriamente dito, passa uma vida de cão; come, porque precisa comer para viver; e dorme porque não tem onde matar o tempo: fora disto, nada mais lhe é permitido gozar”.⁵³⁸ Todavia, por mais que o Dr. Alexandre e seus homens se esforçassem, a cada ano que passava ficava patente que o entrudo não morria. Para alegria de personagens como o editor Paula Brito, a jogo tinha “sete-vidas”.⁵³⁹

No vácuo das proibições do chefe de polícia em 1854, surgiram as primeiras grandes sociedades carnavalescas na cidade. Foi assim com o Congresso das Sumidades Carnavalescas, sociedade idealizada por um grupo de jovens escritores e poetas ligados ao *Correio Mercantil*.⁵⁴⁰ O objetivo da sociedade era claro: “a entronização do carnaval europeu, [...] cuja púrpura esplêndida [afugentará] para sempre o manto andrajoso do

⁵³⁴ O Edital do chefe de polícia proibindo o entrudo foi publicado em diferentes datas nos principais jornais do Rio de Janeiro: “Editais: Polícia da corte”, *Correio Mercantil*, 11/01/1854, p. 3; 19/01/1854, p. 3; 21/01/1854, p. 3; 21/01/1854, p. 2. “Polícia da Corte”, *Diário do Rio de Janeiro*, 25/01/1854, p. 2; 26/01/1854, p. 2.

⁵³⁵ “162ª Pacotilha”, *Correio Mercantil*, 06/03/1854, p. 1.

⁵³⁶ “Sabatina”, *Diário do Rio de Janeiro*, 05/03/1854, p. 2.

⁵³⁷ “Folhetim do Correio da Tarde”, *Correio da Tarde*, 11/09/1855, p. 2.

⁵³⁸ “Sociedades Carnavalescas”, *Marmota Fluminense*, n. 455, 24/03/1854, p. 1. O mesmo artigo foi publicado na primeira página do *Correio Mercantil* de 25 de março.

⁵³⁹ CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia...* op. cit., 2001, p. 66.

⁵⁴⁰ Melo Moraes Filho, “O Carnaval”, *Gazeta de Notícias*, 21/02/1887, p. 1-2.

praguejado entrudo”.⁵⁴¹ Por conseguinte, no carnaval de 1855 o préstito luxuoso das Sumidades Carnavalescas saiu pela primeira vez em desfile pelas ruas da Corte exibindo a “suntuosidade e brilhantismo dos trajes [...], todos históricos, todos da mais rigorosa propriedade”. Embora não tivesse conseguido exterminar o entrudo, o Congresso das Sumidades Carnavalescas inspirou a criação da Sociedade União Veneziana, que em moldes parecidos desfilou pela primeira vez no carnaval de 1857.⁵⁴²

Em 1854, a Sociedade Petalógica planejava apresentar ao público no carnaval do ano seguinte “um carro triunfante”, quiçá inspirado nas novidades prometidas pelo Congresso das Sumidades Carnavalescas. Mas, apesar do entusiasmo de mais de 100 dos seus sócios,⁵⁴³ a Petalógica não saiu em desfile, concentrando suas atividades na Praça da Constituição, defronte a sua sede. A partir de então as portas da Sociedade Petalógica tornaram-se parada obrigatória nos desfiles das grandes sociedades carnavalescas. Ocasões de modo geral bem documentadas nos jornais, como no carnaval de 1857, quando por lá pararam os préstitos da Sociedade União Veneziana e do Congresso das Sumidades Carnavalescas enquanto “subiram ao ar numerosos foguetes entre vivas de entusiasmo e estrondosos aplausos”.⁵⁴⁴

Tal congratulação era em certa medida natural, uma vez que muitos petalógicos pertenciam principalmente ao Congresso das Sumidades Carnavalescas⁵⁴⁵. No entanto, em virtude da crise que abatia a Empresa Dous de Dezembro, o carnaval de 1857 não foi dos mais alegres para Paula Brito. “A falta de dinheiro, o calor, a febre amarela, e muitas outras circunstâncias contribuíram, quanto a nós, para que tudo isso assim se passasse”, escreveu o editor, que confessava não ter tido ânimo algum para os festejos: “pois que não saímos de casa, e nem gosto achamos em nenhuma d’essas cousas, porque de outras nos ocupa incansavelmente o nosso espírito”⁵⁴⁶. A Petalógica encerrou suas atividades por alguns meses após a falência da Dous de Dezembro. As sessões voltaram a acontecer apenas no

⁵⁴¹ “Congresso das Sumidades Carnavalescas”, *Correio Mercantil*, 03/04/1855, p. 2.

⁵⁴² “Notícias diversas”, *Correio Mercantil*, 18/02/1857, p. 1.

⁵⁴³ Em relação ao “carro triunfante” e ao engajamento dos petalógicos para o carnaval de 1855, ver: “Sociedades Carnavalescas”, *Marmota Fluminense*, n. 455, 24/03/1854, p. 1.

⁵⁴⁴ “Notícias diversas”, *Correio Mercantil*, 23/02/1857, p. 1. Ver também: “O Carnaval”, *Marmota Fluminense*, n. 825, 27/02/1857, p. 1-2.

⁵⁴⁵ “O Carnaval”, *Marmota Fluminense*, n. 825, 27/02/1857, p. 2.

⁵⁴⁶ “O Carnaval”, *Marmota Fluminense*, n. 825, 27/02/1857, p. 2.

ano seguinte, depois que Paula Brito reabriu a livraria. No dia 7 de setembro de 1858, cinco meses após a retomada das reuniões, a Sociedade Petalógica passou a participar de maneira mais efetiva também nos festejos cívicos da independência.⁵⁴⁷

Como mostra Hendrik Kraay em livro recente sobre os desdobramentos políticos das celebrações cívicas no Rio de Janeiro, em 1848 os feriados nacionais foram reduzidos de sete para três dias: 25 de março, 7 de setembro e 2 de dezembro. O historiador assinala que essa aparente simplificação estaria vinculada à ascensão do Gabinete Conservador que inaugurou o predomínio saquarema dos anos seguintes. Logo, estabelecer como dias de celebração nacionais os aniversários da Constituição, da Independência e do Imperador obedecia à determinada interpretação e instrumentalização política dos festejos.⁵⁴⁸ No caso do 7 de setembro, entre meados de 1850 e meados de 1860 floresceu no Rio de Janeiro comemorações não oficiais organizadas por associações civis. A primeira delas, estabelecida em 1855, foi a Sociedade Ipiranga que, ligada aos liberais, chegou a congregar perto de 900 membros. Em 1856 e 1857, os festejos organizados pela Sociedade Ipiranga incluíam iluminações noturnas, bandas de música, fogos de artifício, salvas de artilharia, desfiles e Te Deum. O sucesso foi tanto que a iniciativa inspirou a criação de outras congêneres, como a Sociedade Independência Brasileira, a Sociedade Festival 7 de Setembro e a Sociedade Independência Juvenil.⁵⁴⁹

Igualmente inspirada pela Ipiranga, conforme identificou Kraay, a Sociedade Petalógica também se engajou nos festejos da independência. Assim, no dia sete de setembro de 1858, a imprensa do Rio de Janeiro noticiou que os petalógicos reuniram-se em “sessão permanente na sua casa do largo da Constituição, que estava brilhantemente iluminada e ornada com bandeiras nacionais, flores, dísticos patrióticos, etc”.⁵⁵⁰ No ano seguinte, a Petalógica se destacou ao apresentar-se toda iluminada a gás, conforme

⁵⁴⁷ Souza Ferreira comentou o fato em um dos seus folhetins, ver: “Folhetim: Livro do Domingo”, *Diário do Rio de Janeiro*, 26/04/1858, p. 1. Além do carnaval de 1858, a Sociedade Petalógica não participou do carnaval de 1862, em luto pelo falecimento de seu fundador. “Noticiário”, *Diário do Rio de Janeiro*, 02/03/1862, p. 1.

⁵⁴⁸ Os dias excluídos do calendário oficial de festejos nacionais em 1848 foram: 9 de Janeiro (Dia do Fico), 7 de Abril (Abdicação de d. Pedro I), 3 de Maio (Abertura da Câmara) e 23 de Julho (Maioridade e Aclamação de d. Pedro II). KRAAY, Hendrik. *Days of National Festivity in Rio...* op. cit., 2013. p. 112-132; 126.

⁵⁴⁹ KRAAY, Hendrik. *Days of National Festivity in Rio...* op. cit., 2013, p. 180-191.

⁵⁵⁰ “Notícias diversas”, *Correio Mercantil*, 09/09/1858, p. 1.

registrou um correspondente gaúcho de passagem pela Corte.⁵⁵¹ Mas, além de sua sede, a sociedade encarregou-se de iluminar toda a Praça da Constituição. Empreendimento um tanto caro, que apenas se tornou viável graças às contribuições que afluíram de todos os cantos do Rio de Janeiro, inclusive da Quinta da Boa Vista, dos imperiais bolsos de d. Pedro II e d. Tereza Christina. Houve quem criticasse o procedimento de Paula Brito e companhia em importunarem suas majestades pedindo dinheiro para as iluminações. Assim, nas colunas do *Correio Mercantil* um leitor que se apresentava como Epaminondas deixou registrado o seu protesto:

Censurar-nos a isto nos será permitido, o procedimento dos dignos membros da sociedade Petalógica quando foram solicitar de Suas Majestades Imperiais a concorrência pecuniária para festejos. [...] Estão em moda as festas de igreja, os foguetes e as bombas, [ilegível] a gastar dinheiro nisso, e abandonem-se os infelizes que tanto precisam dos socorros alheios.⁵⁵²

Em contrapartida o cronista da *Revista Popular*, Carlos José do Rosário, identificado como um petalógico, defendeu a sociedade em uma de suas Crônicas da Quinzena: “Dispondo de fracos recursos, dirigiu-se primeiramente aos seus amigos para a ajudarem no empenho de iluminar a Praça da Constituição [...]. A Petalógica praticou um ato irrepreensível, muito louvável e imerecedor (sic) de qualquer censura”.⁵⁵³

Após a morte de Paula Brito, a Petalógica também participou das festas em torno da inauguração da controversa estátua equestre de d. Pedro I, instalada na Praça da Constituição. Controversa porque não se tratava apenas de um monumento decorativo, no qual o primeiro imperador aparecia montado em um garboso cavalo com a constituição nas mãos cercado por índios que encarnavam os principais rios brasileiros. A estátua representava antes de tudo uma determinada interpretação da história da nação, segundo a qual a independência era vista como obra de d. Pedro I e a constituição como uma mera

⁵⁵¹ “Correspondência particular do *Diário do Rio Grande*”, *Correio Mercantil*, 13/10/1859, p. 2.

⁵⁵² “Sociedade Petalógica”, *Correio Mercantil*, 19/08/1859, p. 2.

⁵⁵³ “Crônica da Quinzena”, *Revista Popular*, Tomo III, 1859, p. 333-334. O trecho da Crônica que trata da participação da questão da Petalógica foi transcrito no artigo “O Sete de Setembro”, *Marmota*, n. 1.091, 16/09/1859, p. 1. Já a identificação do pseudônimo Carlos como sendo Carlos José do Rosário é sugerida por ABREU, Marcella dos Santos. *Moda, teatro e nacionalismo nas crônicas da Revista Popular (1859-1862)*. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – IEL, Unicamp, Campinas, 2008.

concessão do monarca. Por conseguinte, a participação ativa dos conservadores na construção do monumento e a ferrenha oposição dos liberais quanto aos significados políticos do mesmo deram a tônica do intenso debate nos jornais que marcou a inauguração da estátua.⁵⁵⁴



Figura 18 – Praça da Constituição em 1862, após a instalação da Estátua Equestre de Pedro I.

Mantendo-se fiel às disposições políticas de seu finado fundador, a Petalógica posicionou-se do lado saquarema ao festejar o monumento, tanto que seus membros não pouparam homenagens ao escultor, o francês Louis Rochet. No entardecer do dia 22 de março de 1862, os petalógicos foram convocados a comparecerem em frente à Sociedade “a fim de assistirem à manifestação que pretendem fazer, nesse mesmo dia, ao Sr. Rochet, pelo seu magnífico trabalho da estátua equestre”. Na ocasião, em que se cantou o hino das artes e discursou Eusébio de Queirós, presidente da comissão encarregada da construção do monumento, Rochet foi presenteado com um busto seu esculpido por Chaves Pinheiro.

⁵⁵⁴ KRAAY, Hendrik. *Days of National Festivity in Rio...* op. cit., 2013. Cap. 5 “The Equestrian Statue of Pedro I, 1862”. CAVALLINI, Marco Cícero. Monumento e política: os “Comentários da Semana” de Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney. NEVES, Margarida de S. PEREIRA, Leonardo A. de M. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005.

Pouco depois, no dia primeiro de abril, o francês foi agraciado com o título de sócio honorário da Petalógica.⁵⁵⁵

Todavia, embora a Petalógica tenha inspirado a criação de outras sociedades, a exemplo da Palestra Fluminense no Rio de Janeiro, a Petalógica de Niterói e a de Pernambuco,⁵⁵⁶ os indícios apontam que a agremiação fundada por Paula Brito não sobreviveu por muitos anos após seu falecimento. No *Diário do Rio de Janeiro*, Machado de Assis ainda deu notícias da participação da sociedade nas comemorações da Independência de 1864, ano em que a Petalógica ainda encomendava missas pela alma de seu fundador.⁵⁵⁷ Em pouco tempo as referências foram tornando-se escassas até desaparecerem por completo. A trajetória da sociedade acabou por confundir-se com a de Paula Brito, ambos convertidos em elementos indissociáveis.⁵⁵⁸

No entanto, a Petalógica não se restringiu às sessões animadíssimas, carnavais, festas cívicas e uma ou outra obra de caridade. Como apontado, se as alianças políticas foram vitais para os negócios do editor, a Sociedade Petalógica não foi menos importante. “Já vedes, pois, amigo leitor, que de benefícios não terá feito esta útil instituição”, constatava o editor em 1853, “saem dela Patronos, empenhos, empregados, empregos, tudo, enfim, de que carece, ou o que a ela recorre, ou o que nela toma parte”.⁵⁵⁹ Apostando nesta divisa, Paula Brito recorreu a Petalógica, já em outubro de 1860, a fim de colocar em prática outro empreendimento editorial, o último de sua vida, a Caixa Auxiliadora das Composições Dramáticas e Musicais.

⁵⁵⁵ “Estátua equestre”, *Diário do Rio de Janeiro*, 21/03/1862, p. 1; “Tributo de gratidão”, *Diário do Rio de Janeiro*, 02/04/1862, p. 1. “Ovação ao Sr. Rochet: Discurso dirigido pela Sociedade Petalógica”, *Diário do Rio de Janeiro*, 04/04/1862, p. 2. *Novo e Completo Índice Cronológico da História do Brasil*, Abril de 1862, p. 187-188.

⁵⁵⁶ Sobre a Palestra Fluminense, sociedade “filial ou a semelhança da Petalógica”, ver: “Notícias diversas”, *Correio Mercantil*, 15/10/1858, p. 1. Sobre a Petalógica de Niterói, ver, por exemplo: “O Carnaval de Niterói”, *A Revolução Pacífica*, Niterói, 09/03/1862, p. 4. Em relação à Petalógica pernambucana, ver: “Sociedade Petalógica”, *Marmota Fluminense*, 09/08/1853, p. 1.

⁵⁵⁷ “Folhetim: Ao Acaso”, *Diário do Rio de Janeiro*, 03/01/1865, p. 1; “Missas fúnebres”, *Diário do Rio de Janeiro*, 15/12/1864, p. 1.

⁵⁵⁸ “Herculano Lima”, *Gazeta de Notícias*, 01/02/1888, p. 1.

⁵⁵⁹ “A sociedade Petalógica”, *Marmota Fluminense*, n. 380, 05/07/1853, p. 1.

Mutualismo literário

Em meados do século XIX a leitura de textos teatrais era tão apreciada que a edição de comédias, dramas, farsas e libretos fez a fortuna de muitos editores, como demonstram as trajetórias bem-sucedidas dos irmãos Michel e Calman Lévy, na França. Homem com experiência no teatro, Michel Lévy conhecia como poucos os anseios de um público ávido por ler os sucessos encenados nos palcos parisienses.⁵⁶⁰ No Brasil acontecia algo semelhante, como atestava um deputado de São Paulo ao apresentar na Câmara dos Deputados um projeto de lei que visava proteger justamente os direitos dos autores dramáticos: “o teatro, Sr. presidente, [é] geralmente compreendido como a fórmula literária mais do gosto do público”.⁵⁶¹ Gosto que pode ser dimensionado também nos catálogos do editor Paula Brito.

Conforme a lista de livros à venda publicada na *Marmota* após a reinauguração da livraria da Praça da Constituição (Anexo 8), o apreço do público leitor fluminense pelas peças de teatro e libretos de óperas era notável. Martins Pena com suas comédias vendidas a 600 réis sem dúvida foi um grande sucesso de vendas. Um dado geográfico importante é que a loja de Paula Brito ficava a poucos passos do Teatro de S. Pedro, dirigido pelo ator e petalógico João Caetano dos Santos. A afluência à loja em dias de espetáculo podia ser grande. De acordo com Jean-Yves Mollier, analisando o caso francês, “a primeira representação de uma comédia, de um drama, não se concebia sem a venda, na mesma noite, em uma sala ou ao entorno do teatro, do texto impresso”.⁵⁶² Paula Brito também esteve atento ao movimento dos demais teatros da cidade. Caso emblemático nesse sentido é a história da edição da peça *Luxo e Vaidade* de Joaquim Manuel de Macedo, em 1860.

⁵⁶⁰ MOLLIER, Jean-Yves. *Michel & Calmann Lévy...* op. cit., 1984. p. 64.

⁵⁶¹ *Anais da Câmara dos Deputados*, Sessão de 21 de agosto de 1857, p. 45. Apresentava-se nesta ocasião o projeto do deputado Gavião Peixoto.

⁵⁶² MOLLIER, Jean-Yves. *Michel & Calmann Lévy...* op. cit., 1984. p. 36.

Encenada pela primeira vez a 23 de setembro no teatro Ginásio Dramático pela recém-fundada Companhia Dramática Nacional, a peça foi considerada a “regeneração do Ginásio”, reduto da “escola realista” no Rio de Janeiro que enfrentava temporadas difíceis desde meados de 1858. Nas semanas que se seguiram a estreia, Paula Brito empenhou-se para angariar subscrições para a publicação de *Luxo e Vaidade* ao mesmo tempo em que divulgava o crescente sucesso de público e crítica que a peça obtinha a cada representação.⁵⁶³

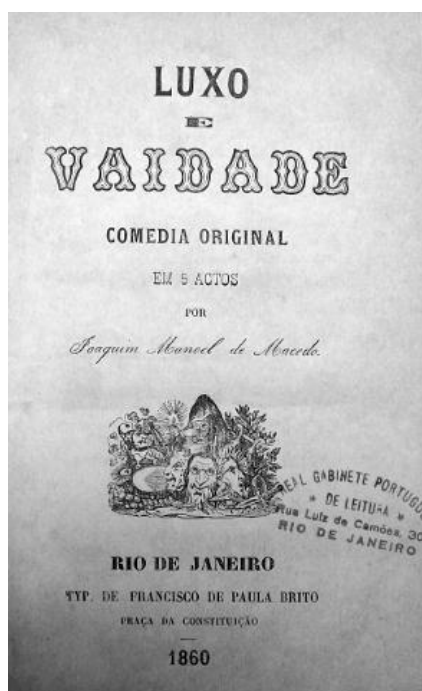


Figura 19 – *Luxo e Vaidade*, primeira edição de 1860.

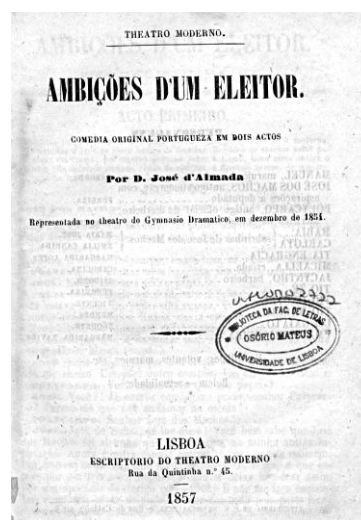
Contabilizando 800 subscrições, a “Lista dos senhores assinantes” e o “Suplemento à lista de assinantes” anexados ao final do volume demonstram que a peça teve espetacular aceitação. As listas indicam também que esse método de venda funcionava no atacado, visto que outros livreiros e comerciantes assinaram quantidades consideráveis de exemplares. Antonio José Gonçalves Guimarães, impressor-livreiro sito na Rua do Sabão,

⁵⁶³ Analisei de maneira mais detida a publicação de *Luxo e Vaidade* em: GODOI, Rodrigo Camargo de. Publicação e comercialização de comédias no Brasil oitocentista: o caso de *Luxo e Vaidade* de Joaquim Manoel de Macedo (1860). *Anais do II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial*. Niterói, UFF, 2009.

assinou 50 exemplares. Mesma quantia que Henrique Laemmert, proprietário da Livraria Universal. Domingos José Gonçalves Brandão, por sua vez, assinou 100 exemplares, enquanto que José Martins Alves, agente do *Correio Mercantil* na Bahia, subscreveu 40, certamente com vistas a vendê-los naquela província.⁵⁶⁴

Do mesmo modo, Paula Brito também negociava peças editadas em Lisboa. Logo que reabriu a livraria, em 1857, o editor tornou-se representante do Teatro Moderno, “coleção de obras dramáticas representadas com aplauso público nos teatros nacionais” de Portugal.⁵⁶⁵

THEATRO MODERNO.
Paula Brito, correspondente nesta côrta da empreza do — Theatro moderno — de Lisboa, recebeu pelo paquete novos exemplares, e por isso tem á venda as seguintes composições:
 Palavra do Rei.
 O Anjo da Paz.
 A Republica das Letras.
 O Noivado do dá-fundo.
 O Tio André que veio do Brasil.
 O Snr. José do Capote, e Entre o Martello e a Bigorna.
 Era uma vez um Rei.
 Um susto feliz.
 Trabalhos em vão.
 Remedio para matar sandazes.
 Ambições de um Eleitor.
 O Cavalleiro de S. Jorge.
 Preço de cada uma 500 rs. ; na praça da constituição n. 64.



Figuras 20 e 21 – Anúncio do Teatro Moderno e folha de rosto da peça *Ambições de um eleitor*, parte da coleção.

Paula Brito tinha ciência do grande interesse do público do Rio de Janeiro e outras províncias por textos dramáticos. Assim, em outubro de 1860, foi justamente Joaquim Manuel de Macedo, autor de *Luxo e Vaidade* e outras peças e romances editados por Paula

⁵⁶⁴ “Lista dos senhores assinantes”; “Suplemento à lista de assinantes”. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. *Luxo e Vaidade*. Rio de Janeiro: Tip. de Francisco de Paula Brito, 1860. Sobre Antonio José Gonçalves Guimarães e Companhia, ver: *Folhinha dos sonhos para o ano de 1862*. Rio de Janeiro: Antonio José Gonçalves Guimarães & C.^a, 1862. Sobre a Livraria Universal, ver: “Mercadores e lojas de livros”, *AL*, 1861, p. 507. Sobre José Martins Alves, ver: “Periódicos que se publicam na corte”, *AL*, 1862, p. 672. Além desses subscritores, Gustavo A. Schmidh assinou 25 exemplares.

⁵⁶⁵ “Teatro moderno”, *A Marmota*, n. 905, 04/12/1857, p. 4. ALMADA, José de. *Ambições d'um eleitor*: comedia original portugueza em dois actos. Lisboa: Escriptorio do Theatro Moderno, 1857. Consulta disponível em: <http://bibliotecadigital.fl.ul.pt/ULFLOM02722/ULFLOM02722_item1/index.html>

Brito, o primeiro a noticiar o novo empreendimento do editor em uma de suas crônicas publicadas no *Jornal do Commercio*.⁵⁶⁶ Conforme Macedo, Paula Brito tinha a intenção de fazer “reviver” uma ideia traçada em 1856, ainda nos estatutos da Empresa Literária Dous de Dezembro. O novo plano, que Macedo chamava de “Caixa Auxiliadora da Literatura”, tinha por objeto, “até que seu fundo se eleve a uma soma capaz de permitir operações de maior alcance”, a publicação de peças de teatro. Por certo interessados na viabilização do projeto, empresários e companhias teatrais do Rio de Janeiro mobilizaram-se para auxiliar Paula Brito. Macedo conta que a Sociedade Dramática Nacional e o diretor do Teatro de S. Pedro prontamente ofereceram benefícios a fim de arrecadar fundos para a Caixa. Récitas que em conjunto, conforme estimativas do cronista, renderiam até três contos de réis. Macedo também adiantava que o empreendimento criaria um sistema de premiação a fim de incentivar os autores dramáticos brasileiros. Finalmente esclarecia que desta vez Paula Brito não estava sozinho, pois havia encarregado a Sociedade Petalógica da redação dos estatutos da associação. “Quem diria que a famosa sociedade Petalógica havia de ser em obras o avesso do seu título! A Sociedade das petas a arranjar verdades!...”⁵⁶⁷

Ao transcrever a crônica de Macedo na *Marmota*, Paula Brito comentou-a afirmando que a ideia lhe martelava há mais de uma década. De fato, os primeiros estatutos da falida Dous de Dezembro já expressavam o desejo do editor em auxiliar o progresso das letras em todo o Império. Plano diversas vezes adiado, mas que finalmente tinha chances de ser efetivado. Talvez por isso desta vez Paula Brito convocou a Sociedade Petalógica em seu auxílio, justificando esta opção em dois motivos:

1º - Dar a Sociedade Petalógica, por mim criada, um meio de distração e de recreio na leitura das composições dramáticas e no julgamento delas, querendo assim de um grupo de moços, muitos dos quais hábeis e instruídos, das melhores classes da sociedade, faça mais do que tem feito, desmentindo o seu nome com as suas obras em favor das composições dramáticas e musicais.

2º - Realizando o benefício que pedi e o outro, que me foi liberalmente oferecido, por meio de uma comissão ou comissões, de que farei parte, influir para que tudo

⁵⁶⁶ A crônica de Macedo foi transcrita na *Marmota*, ver: “A Caixa Auxiliadora das Composições Dramáticas e Musicais”, *A Marmota*, n. 1.201, 05/10/1860, p. 1-2.

⁵⁶⁷ “A Caixa Auxiliadora das Composições Dramáticas e Musicais”, *A Marmota*, n. 1.201, 05/10/1860, p. 2.

seja tão bem e tão claramente concluído, que o público não fique na ignorância da menor cousa a respeito.⁵⁶⁸

Se o primeiro parágrafo deixou claro que Sociedade Petalógica estava diretamente envolvida na elaboração dos Estatutos da Caixa, o segundo diz pouco sobre “o benefício” que financiaria o empreendimento. Paula Brito certamente esperava algum dinheiro do governo. Mas o caráter não oficial da Petalógica convertia-se em barreira, uma vez que a Lei n. 1083 de 22 de agosto de 1860 havia há pouco sido promulgada para justamente regular as associações existentes no Império, independentemente de sua natureza. Para que uma sociedade pudesse funcionar, seus estatutos precisavam ser aprovados pelo Conselho de Estado. Portanto, a sociedade que informalmente reunia-se na livraria de Paula Brito e participava dos carnavais e festejos cívicos do Rio de Janeiro, devia ser regulamentada. Quando apresentou aos leitores da *Marmota* os Estatutos da Caixa Auxiliadora das Composições Dramáticas e Musicais (e não da Caixa Auxiliadora da Literatura como a chamou Macedo), Paula Brito esclareceu que existiam embaraços em relação à Petalógica, impossibilitada de assumir a administração do empreendimento. No entanto, a fim de agilizar o processo, o editor informava que havia encaminhado os Estatutos à Secretaria de Estado de Negócios do Império e aguardava o despacho do Conselho de Estado.⁵⁶⁹

Organizados em 19 artigos, os Estatutos que regulavam o funcionamento da Caixa afirmavam que o principal objetivo do empreendimento era angariar e gerir fundos destinados a premiar e financiar a produção de obras nacionais:

Art. 1 - Fica criado um prêmio, que por hora será de 200 a 600 [mil réis] para ser conferido à melhor composição dramática ou musical, segundo seu grau de merecimento.

Art. 2 - As composições premiadas ficarão sendo propriedade da Sociedade, tendo, porém, seus autores direito a 10% de qualquer benefício líquido que se possa tirar delas, que alugando-as, quer vendendo-as ou imprimindo-as.⁵⁷⁰

⁵⁶⁸ Idem.

⁵⁶⁹ “Caixa Auxiliadora das Composições Dramáticas e Musicais”, *A Marmota*, n. 1.206, 23/10/1860, p. 1.

⁵⁷⁰ Idem.

A Caixa buscava privilegiar o duplo desempenho do texto dramático, ou seja, a representação cênica e a edição em livro. Outras associações que tiveram seus estatutos analisados pelo Conselho de Estado no mesmo período igualmente propuseram o financiamento de publicações. O Gabinete Português de Leitura do Maranhão, por exemplo, afirmava entre seus objetivos: “Quando os interesses da Associação o permitirem, coligir as obras de mérito na língua portuguesa, fazer reimprimir os livros raros e imprimir os manuscritos interessantes da mesma língua”.⁵⁷¹ O Grêmio Literário Português do Rio de Janeiro, por sua vez, intentaria “Promover quanto possa com publicações saídas da instituição, o desenvolvimento das letras”, destacando-se nestes casos as memórias, biografias, poesias e “pequenos artigos em prosa”, reunidos anualmente em um volume *in-quarto* francês de até 300 páginas. Porém, os Estatutos do Grêmio vetavam o financiamento da publicação de textos políticos, “romances em geral”, “comédias ligeiras” e traduções.⁵⁷²

Ao procurar financiar a encenação e impressão de peças de teatro, a Caixa Auxiliadora acabava por propor uma espécie de mutualismo literário. Como aponta a historiografia, o objetivo das sociedades mutualistas era defender os interesses dos trabalhadores, principalmente através do auxílio material, da promoção de melhores condições de trabalho e da instrução dos seus sócios.⁵⁷³ Impossibilitado de viver de suas produções, um escritor que não conseguisse um emprego público certamente enfrentaria dificuldades no século XIX brasileiro. Do mais simples ofício de escrivão, como foi o caso de Teixeira e Souza, aos mais altos postos da diplomacia, como foi o caso de Gonçalves de Magalhães, ingressar nos quadros da burocracia imperial era questão de sobrevivência para a grande maioria dos nossos poetas, dramaturgos e romancistas.⁵⁷⁴ Assim, conquanto estivesse longe de resolver o problema, a Caixa Auxiliadora das Composições Dramáticas e Musicais apresentava uma alternativa à questão da remuneração do escritor, nesse caso o

⁵⁷¹ Aprovação dos Estatutos do Gabinete Português de Leitura e autorização para continuar os seus trabalhos, Maranhão, 1861. ANRJ, Conselho de Estado, Consultas do Conselho de Estado, caixa 530, pacote 2.

⁵⁷² Aprovação dos Estatutos da Associação Grêmio Literário Português, 1861. ANRJ, Conselho de Estado, Consultas do Conselho de Estado, caixa 528, pacote 3.

⁵⁷³ BATALHA, Claudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: alguns reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL: Sociedades Operárias e Mutualismo*, Campinas, Unicamp, IFCH, v. 6, n. 10/11, 1999.

⁵⁷⁴ MARQUES, Wilton José. *O poeta e poder: favores e afrontas*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 32, 2003, p. 33-49.

dramaturgo ou o comediógrafo. Ainda que cedessem a propriedade de suas obras à Caixa, os autores premiados poderiam lucrar alguns mil réis com o produto de suas penas. Aliás, ao que tudo indica, todos ganhariam, pois o editor certamente estava de olho nesse veio editorial bastante lucrativo.

Entretanto, no início de fevereiro de 1861, o Conselho de Estado indeferiu a aprovação dos Estatutos da Caixa. Os conselheiros que examinaram os documentos – Visconde de Sapucaí, Marquês de Olinda e José Antonio Pimenta Bueno – concluíram que a entidade não constituía uma sociedade: “a Seção não vê associação nenhuma, cujos estatutos se devam examinar, e ser aprovados ou não; vê um indivíduo organizando um regulamento para o fim nele indicado, não para reger uma associação”. Se por ventura houvesse uma sociedade por trás da Caixa e esta se encontrasse “legitimamente constituída”, seus Estatutos deveriam ser reformulados. Caso contrário Paula Brito deveria “requerer sua incorporação nos termos das Leis e Decretos que regulam a matéria”.⁵⁷⁵ Passados alguns dias, o *Diário* publicou uma nota informando que a “empresa a favor das letras” idealizada por Paula Brito não foi aprovada “em razão de ser incorporada à sociedade Petalógica”.⁵⁷⁶

Paula Brito faleceu poucos meses depois. Por falta de tempo ou falta de ânimo, deixou de lado a tarefa de enquadrar a Sociedade Petalógica nos termos das leis que regulavam as associações. Seja como for, a malograda história da Caixa Auxiliadora das Composições Dramáticas e Musicais demonstra o interesse do editor em promover a literatura nacional e seus autores, ao mesmo tempo em que tentava alcançar algum lucro. O modo como as relações entre o editor e autores se dava na prática, para além dos projetos não realizados, é o tema do próximo capítulo.

⁵⁷⁵ Estatutos da Caixa Auxiliadora das Composições Dramáticas e Musicais, out.1860-fev. 1861. ANRJ, Conselho de Estado, Consultas do Conselho de Estado, caixa 526, pacote 2.

⁵⁷⁶ “Noticiário”, *Diário do Rio de Janeiro*, 08/03/1861, p. 1.

O editor e seus autores

Filho de um rico comerciante português estabelecido em Barra de São João, no litoral norte da província do Rio de Janeiro, Casimiro de Abreu passou mais de três anos em Portugal com o objetivo de aperfeiçoar-se no comércio. José Joaquim Marques de Abreu, seu pai, não media esforços para transformar o rapaz em um exímio negociante. Mas este, para desgosto daquele, levava mais jeito para os versos que para os negócios. Ainda em Portugal, Casimiro havia publicado alguns poemas em revistas literárias. Em janeiro de 1856, a companhia sediada no Teatro de d. Fernando, em Lisboa, montou *Camões e o Jau*, pequena cena dramática de Casimiro, que poucos meses depois foi publicada pela Tipografia do Panorama. Na ocasião, o contrato celebrado entre Casimiro e o editor português estabelecia o seguinte:

Eu abaixo assinado declaro que contratei com o senhor Antonio José Fernandes Lopes, Editor, e proprietário estabelecido com loja de livros na Rua Aurea, n. 227 e 228, a reimpressão dos meus versos que se hão de intitular-se *Primaveras* dos que eu já tenho alguns coligidos e outros que vou coligir no Rio de Janeiro, aonde tenciono imprimir a primeira edição presentear os meus amigos; e o dito senhor Lopes reimprimir tantas edições quanto lhe aprouver, porém com a condição de que se depois de passados dous anos data daquela primeira edição que tenciono publicar no Rio; outrossim pode também juntar nos reimpressos que tem de fazer as poesias por mim escritas que tem sido publicadas no seus jornais literários, o *Panorama*, e a *Ilustração Luso-Brasileira*, cujas me comprou e pagou e lhe pertencem assim como lhe ficam pertencendo desde hoje para sempre a minha cena dramática original intitulada “O Camões e o Jaú” que lhe vendo a propriedade e nessa data recebi o seu importe. E por assim o ter nos contratado me obrigo a não contratar com outra qualquer pessoa, a reimpressão das ditas obras, nem reimprimi-las por minha conta, sujeitando-me a lei vigente deste e do meu país; outrossim o Senhor Lopes obriga-se a entregar em Lisboa a mim ou a minha ordem, 100 exemplares brochados das ditas *Primaveras* de cada uma das reimpressões que fizer, cujos exemplares são como valor da venda e cessão que lhe fiz. Lisboa, 12 de julho de 1856. Casimiro d’Abreu.⁵⁷⁷

⁵⁷⁷ *Apelação criminal. Luíza Joaquina das Neves, autora; Antônio Alexandre Lopes do Couto, réu.* 1864. ANRJ, Relação do Rio de Janeiro – 84, 5649/1301, fls. 58-60. (Grifos originais).

Ao desembarcar no Rio de Janeiro, Casimiro trazia na bagagem um livro publicado e outro previamente contratado. No entanto, a edição das *Primaveras* impressa no Rio de Janeiro por Paula Brito esteve longe de ser um singelo mimo aos amigos, podendo ser considerada uma edição comercial, vendida por subscrição e no balcão das livrarias da cidade. As evidências de que Casimiro logrou o editor português, portanto, são fortes e após a morte de Casimiro quem teve de recorrer à justiça para tentar resolver o caso foi D. Luíza Joaquina das Neves, mãe do poeta.⁵⁷⁸

Uma vez instalado na Corte, por insistência do pai, Casimiro foi trabalhar como caixeiro na firma Câmara, Cabral & Costa, proprietária de armazéns de tapioca, goma, araruta e cereais em dois endereços da cidade.⁵⁷⁹ O caixeiro, contudo, teimava em permanecer poeta e em pouco tempo nos jornais e periódicos do Rio de Janeiro começaram a aparecer versos de Casimiro que, já em abril de 1858, reforçava a Francisco do Couto Sousa Júnior, velho amigo dos tempos de colégio, a intenção de reuni-los em um livro:

– Rio de Janeiro 1º de abril 1858 –

Querido –

[...]

– Peço-te, por favor, e se não te incomoda, de me mandares o número do *Popular* em que veio a – Virgem loura –, porque eu perdi o manuscrito e não sei em que [*Correio*] *Mercantil* saiu.

Quero ir arranjando e retocando todas as minhas asneiras, pois preparo-me para em janeiro, nos meus anos, dar à luz um volume de poesias e depois ... quem sabe? Vai-te também preparando, pois eu quero assinaturas; mas temos muito tempo, o negócio principiará em setembro ou outubro – pois bem sabes que não trabalho a vapor.

Continua a estimar-me e a crer que sou – Teu sincero amigo

⁵⁷⁸ O editor português seguiu à risca o contrato e dois anos depois da primeira edição das *Primaveras* publicou outra em Lisboa. A justiça foi acionada pela mãe e herdeira do falecido Casimiro, D. Luíza Joaquina das Neves, quando os jornais do Rio de Janeiro começaram a anunciar a venda da edição portuguesa e quando finalmente o vapor *Kepler* aportou na cidade trazendo nada menos que 933 exemplares do livro. O libelo apresentado pelo advogado de D. Luíza declarava “falsa a edição” portuguesa. *Apelação criminal. Luíza Joaquina das Neves, autora; Antônio Alexandre Lopes do Couto, réu*. 1864. ANRJ, Relação do Rio de Janeiro – 84, 5649/1301, fls. 3-3v.

⁵⁷⁹ *AL*, 1857. p. 547.

A copiosa correspondência do poeta com Sousa Júnior, morador em Porto das Caixas, na província do Rio de Janeiro, revela que Casimiro moveu montanhas para ver seus versos estampados em livro. Em fins de abril, o poeta já confessava ao amigo que começava a economizar na publicação de suas rimas na imprensa, afinal “tendo de publicar um volume é preciso que não mostre todas nos jornais”.⁵⁸¹ Pouco depois, em julho, ao saber que Gonçalves Dias havia desembarcado do último pacote inglês, Casimiro contou que pretendia pedir ao célebre poeta um “juízo crítico – para o meu volume de poesias”, na mesma carta em que o poeta revelava que queria um livro pequeno, pois que “não entram nele todos os meus versos que eu reservo para outro volume, visto estarem muitas poesias ainda por acabar e retocar”.⁵⁸² Foi provavelmente nesse período que Paula Brito foi contratado para imprimir o livro. Edição que a princípio seria financiada por meio de assinaturas. Até certo ponto este método revelava-se seguro, pois confiando no número e lisura dos assinantes, podia-se, por exemplo, estipular uma tiragem que evitasse o encalhe de muitos exemplares. O sistema de subscrição indica também que os editores, precavidos quanto aos riscos do empreendimento, recusavam-se a bancar totalmente a publicação de certos títulos. Ainda que esses fossem “os cantos do poeta moço, cujo coração começa a despertar, [...] como os risos da natureza na estação da primavera”, conforme o *Correio Mercantil* na nota que informava que Casimiro já preparava “um ramalhete de suas produções mais mimosas que se hão de publicar sob o título de *Primaveras*. Recebem-se assinaturas na casa do editor, o Sr. Paula Brito”.⁵⁸³ Entusiasmado com a notícia lida no dia anterior, Casimiro tornou a escrever ao amigo Francisco:

– Rio – julho 13 – 1858

⁵⁸⁰ ABREU, Casimiro de. *Correspondência completa*. Organização de Mário Alves de Oliveira. Rio de Janeiro: ABL, 2007. p. 64-65. (Coleção Afrânio Peixoto, 77).

⁵⁸¹ Carta de Casimiro de Abreu a Francisco do Couto Sousa Júnior de 21 de abril de 1858. Idem, Ibidem. p. 70.

⁵⁸² Carta de Casimiro de Abreu a Francisco do Couto Sousa Júnior de 7 de julho de 1858. Idem, Ibidem, p. 88-89.

⁵⁸³ “Notícias diversas”, *Correio Mercantil*, 12/07/1858, p. 1.

Mon cher –

– Ontem nas notícias diversas do *Mercantil* vem pomposamente anunciado que se acha aberta a assinatura para as minhas poesias – Rogo-te que também faça anunciar, muito simplesmente, que aí se recebem assinaturas no escritório do *Popular*, e dentro em poucos dias eu hei de mandar-te algumas listas. A propósito, – quero saber qual é a tua opinião a respeito do meu retrato no volume: devo ou não encaixá-lo? Eu entendo que não, e se as poesias do Teixeira de Melo (muito próximas a publicar-se) não o trouxeram, eu não serei tão tolo que o vá pôr nas minhas – Recomendo-te a leitura do livro do T. de Melo que terá por título – *Sonhos e Sombras* – e digo que será a melhor coisa que há de aparecer; nunca vi poesias mais mimosas

– Adeus, I ...dou you um abraço and I me assino as allways (*sic*)

Your amigo do coração
Casimiro Abreu⁵⁸⁴

Em fins de julho as subscrições das *Primaveras* corriam pelo Rio de Janeiro e adjacências. Casimiro enviou listas aos cuidados de Francisco em Porto das Caixas, encarregando-se pessoalmente de coletar nomes na Escola Militar, na Academia da Marinha e na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – “pois que eu desejo ser lido pela rapaziada”. Certo Freitinhas enviou assinaturas de Queimados e Cantagalo, as quais Casimiro contabilizava esperançoso: “tenho a firme convicção de que hei de cobrir as despesas da impressão que é o que eu desejo”.⁵⁸⁵ No entanto, a despeito do esforço do poeta e de seus amigos, a publicação do livro estava seriamente comprometida pela falta de recursos. Pelo jeito, Paula Brito não imprimiria sequer um verso sem antes ver a cor dos tantos mil-réis ajustados para a publicação do livro.

O dinheiro acabou saindo das algibeiras do pai do poeta.⁵⁸⁶ Entretanto, o Sr. Marques de Abreu não financiou o livro sem restrições, as quais deixaram Casimiro nada satisfeito: “Ele escreveu à Casa dos meus amos, dizendo que se acharem que eu assim

⁵⁸⁴ Carta de Casimiro de Abreu a Francisco do Couto Sousa Júnior de 13 de julho de 1858. In: ABREU, Casimiro de. *Correspondência completa...* op. cit., 2007, p. 92-93.

⁵⁸⁵ Carta de Casimiro de Abreu a Francisco do Couto Sousa Júnior de 20 de julho de 1858. Idem, Ibidem. p. 96-97.

⁵⁸⁶ Conforme nota de Mário Alves de Oliveira, organizador das correspondências de Casimiro de Abreu, “a expressão usada (*cum quibus*, “com os quais”, ou seja, *dinheiro*), mostra que Casimiro volta a contar com recursos do pai para a impressão de *Primaveras*”. Carta de Casimiro de Abreu a Francisco do Couto Sousa Júnior de 04 de outubro de 1858. Idem, Ibidem. p. 106-107.

cumprirei melhor as minhas obrigações podem fornecer-me a quantia necessária”.⁵⁸⁷ Pouco interessado nas veleidades poéticas do filho o que realmente interessava a José Joaquim era vê-lo desempenhando bem suas funções no comércio. Por certo, na perspectiva desse português que enriqueceu negociando madeiras, deixando mais de 150 contos de réis em testamento,⁵⁸⁸ as *Primaveras* não passavam de um capricho juvenil. Capricho que, para desespero de Casimiro, demorava a ficar pronto. “O meu livro nada de novo ainda!”, escrevia ao amigo, “Diz o Paula Brito que em junho está pronto e eu suponho que nem no fim do ano; o homem manga comigo à grande e eu vou aturando tudo com a minha negligência habitual”.⁵⁸⁹ Se Paula Brito mangava ou não, o certo foi que *Primaveras* apareceu apenas em setembro em uma “nítida edição em papel de Holanda”.⁵⁹⁰



Figura 22 – Anúncios da publicação do livro *Primaveras*.

Apesar de Paula Brito ter auxiliado Casimiro na distribuição dos exemplares a uma parcela dos subscritores, possivelmente daqueles que firmaram as listas em sua livraria, a correspondência do poeta registra seu empenho em fazer com que seu livro chegasse aos demais assinantes. Em outubro, por exemplo, Casimiro remeteu 30 exemplares aos cuidados de Sousa Júnior, recomendando ao amigo que, caso sobrasse alguns, os enviassem

⁵⁸⁷ Post-scriptum presente na carta de Casimiro de Abreu a Francisco do Couto Sousa Júnior de 27 de outubro de 1858. Idem, Ibidem. p. 108-110.

⁵⁸⁸ MAGALHÃES JR., Raimundo. *Poesia e vida de Casimiro de Abreu*. São Paulo: Editora das Américas, 1965. p. 235.

⁵⁸⁹ Carta de Casimiro de Abreu a Francisco do Couto Sousa Júnior de 17 de maio de 1859. In: ABREU, Casimiro de. *Correspondência completa...* op. cit., 2007. p. 146-147.

⁵⁹⁰ *O Grátis da Marmota*, n. 1, 01/11/1859, p. 1. De excelente qualidade, o papel de Holanda era inteiramente fabricado com fibra de linho. BALZAC, Honoré de. *Ilusões perdidas*. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 635.

para Nova Friburgo “aos cuidados do Freitinhas”, ou os vendessem pelo preço praticado por Paula Brito.⁵⁹¹ Nas semanas seguintes *Primaveras* foi conquistando a crítica especializada, o que não custeava a produção do livro.⁵⁹² Casimiro morreu um ano depois do lançamento, aos 21 anos de idade, seis meses depois da morte de seu pai. Ao ditar seu testamento já com a tuberculose em estado avançado, o poeta lembrou-se da dívida para com Paula Brito “de uma quantia que não me recordo o total, resto da impressão das minhas poesias”.⁵⁹³

Paula Brito apenas imprimiu e distribuiu o livro de Casimiro de Abreu, cabendo ao poeta a seleção dos textos e, mais importante, o financiamento da obra. No entanto, em outros casos Paula Brito comprou manuscritos e financiou por sua conta e risco a publicação de originais. Por conseguinte, além dos inúmeros esforços para criar uma “tipografia em grande escala”, também esteve no horizonte do editor viabilizar a publicação de autores nacionais. Em 1855, os Estatutos da Empresa Literária Dous de Dezembro explicitamente tratavam da “proteção [...] aos autores por meio de prêmio às suas obras [e] compra de seus manuscritos”, para tanto reservando um fundo de fabulosos 20 contos de réis “cuja aplicação será feita como a associação julgar conveniente, tanto no seu interesse, como no interesse das letras, e dos autores ou tradutores”.⁵⁹⁴

Embora não tenha localizado contratos estabelecidos entre Paula Brito e seus autores, semelhantes aos acordos preservados do editor Baptiste Louis Garnier,⁵⁹⁵ a

⁵⁹¹ Cartas de Casimiro de Abreu a Francisco do Couto Sousa Júnior de 07 de setembro de 1859 e 18 de outubro de 1859. In: ABREU, Casimiro de. *Correspondência completa...* op. cit., 2007. p. 159-160; 161-162.

⁵⁹² Sobre a recepção crítica das *Primaveras*, ver: “Primaveras (Poesia do Sr. Casimiro de Abreu)”, *O Espelho*, n. 5, 02/10/1858, p. 5. Texto de Justiniano José da Rocha igualmente reproduzido na *Marmota* de Paula Brito: “As primaveras do Sr. Casimiro de Abreu”, *A Marmota*, n. 1099, 14/10/1859, p. 2-3. “Casimiro de Abreu – Primaveras (1 vol. 1859)”, *Correio Mercantil*, 19/03/1860, p. 2.

⁵⁹³ Apud MAGALHÃES JR., Raimundo. *Poesia e vida de Casimiro de Abreu...* op. cit., 1965. p. 250.

⁵⁹⁴ “Decreto N. 1610 de 23 de maio de 1855, Autoriza a incorporação e aprova os Estatutos da Companhia organizada nesta Corte com o título de Empresa Literária Dous de Dezembro”, *Marmota Fluminense*, n. 594, 26/06/1855, p. 1-2.

⁵⁹⁵ Já bem conhecidos da bibliografia, os contratos da Garnier oferecem parâmetros interessantes dos valores e condições envolvidos nos negócios editoriais do Rio de Janeiro no século XIX. Por exemplo, em agosto de 1870, José de Alencar recebeu do editor francês 1:000\$000 pela “cessão perpétua” dos romances *Guarani*, *Lucíola*, *Cinco Minutos* e *Viúvinha*. Quatro anos mais tarde, Alencar fazia “cessão da propriedade perpétua” dos romances *Diva*, *Minas de Prata* e *Iracema* por 1:100\$000. Joaquim Manuel de Macedo cedeu suas *Lições de corografia brasileira* à Garnier sob a condição de receber 500 réis por cada exemplar vendido. A tiragem prevista no contrato era de 1000 exemplares, que, uma vez esgotados, se esgotados, renderiam 500\$000. Machado de Assis, por sua vez, contratou com Garnier a edição do romance *Helena* por 600\$000. A tiragem

publicação de folhetins na *Marmota Fluminense* indica que Paula Brito negociava o direito de publicação de obras literárias. O romance *Maria ou A menina roubada* de Teixeira e Sousa, cuja publicação em fatias iniciou-se em setembro de 1852, era precedido de uma nota que informava que “Para empenharmos todas as pessoas de diferentes gostos na leitura deste nosso jornal, acabamos também de contratar com um dos nossos romancistas, cuja pena é já do público conhecida por muitas e variadas composições [...]”.⁵⁹⁶ Quando saiu a primeira parte do romance na *Marmota Fluminense*, outra nota dizia que “Nosso empenho, d’hoje avante, será de animar o talento nacional, oferecendo vantagens aos que se dedicarem às belas letras, e mostrarem-se dignos dos louvores do público e dos sacrifícios que nos for possível fazer [...]”.⁵⁹⁷ Além de Teixeira e Sousa, primeira aposta literária do editor, também Joaquim Manuel de Macedo teve número considerável de suas obras editadas por Paula Brito.

Certa vez, o editor registrou na *Marmota* que “o Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo, [...] embirrou em simpatizar comigo desde que, estudante de latim, já fazia *Odes ao Barata*, em 1832, na vila de Itaboraí”. A partir de então, continuava orgulhoso, “faz sempre gosto em ser o apreciador de minhas ideias, talvez porque ainda não tivesse de que se arrepender, e nem Deus o permita”.⁵⁹⁸ Uma seleção de treze obras de Macedo publicadas

do romance foi estabelecida em 1.500 exemplares. O contrato da primeira edição de *Helena* é interessante, pois afirmava que Garnier iria “mandar imprimir na tipografia do Globo”. Isso demonstra, no caso de Baptiste Louis Garnier, uma especialização, ao que parece até então inédita, do trabalho do editor. “Contratos e recibos”. In: LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *O preço da leitura: leis e números por detrás das letras*. São Paulo: Ática, 2001. PINHEIRO, Alexandra. “Entre contratos e recibos: o trabalho de um editor francês no comércio livreiro do Rio de Janeiro oitocentista”. In: ABREU, Márcia (Org.). *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008. ALENCAR, José de. *Recibo de José Martiniano de Alencar passado ao editor B. L. Garnier pela importância paga sobre os direitos autorais das obras: Guarani, Lucíola, Cinco Minutos e Viúvinha*. Rio de Janeiro, 23 de ago. 1870. BN, Manuscritos, I-7, 9, 2. ALENCAR, José de. *Contrato celebrado entre José Martiniano de Alencar e o editor B. L. Garnier para a edição das obras: Diva, perfil de mulher, Minas de Prata e Iracema*. Rio de Janeiro, 11/12/1874. BN, Manuscritos, I-7, 9, 1. MACEDO, Joaquim Manuel de. *Contrato celebrado entre Joaquim Manuel de Macedo e o editor B. L. Garnier para a 1ª edição da obra Lições de Corografia Brasileira*. Rio de Janeiro, 22 de dez. 1875. BN, Manuscritos, I-7, 9, 19. ASSIS, Machado de. *Contrato celebrado entre Joaquim Maria Machado de Assis e o editor B. L. Garnier para a 1ª edição da obra Helena do Vale. Consta o recibo da importância paga por esse contrato*. Rio de Janeiro, 29/04/1876. BN, Manuscritos, I-7, 9, 4.

⁵⁹⁶ *Marmota Fluminense*, n. 286, 10/08/1852, p. 1 (Grifo meu).

⁵⁹⁷ *Marmota Fluminense*, n. 295, 10/09/1852, p. 1.

⁵⁹⁸ “A Caixa Auxiliadora das Composições Dramáticas e Musicais”, *A Marmota*, n. 1.201, 05/10/1860, p. 1.

entre 1844 e 1861, ano da morte de Paula Brito, indica que de fato ambos foram muito próximos.

Tabela 11 – Seleção de obras de Joaquim Manuel de Macedo publicadas entre 1844 e 1861

<i>Título</i>	<i>Gênero</i>	<i>Imprensa</i>
<i>Considerações sobre a nostalgia</i> ^{AC}	Tese	Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1844.
<i>A Moreninha</i> ^A	Romance	Typographia Franceza, 1844
		Typ. Americana de I. P. da Costa, 1845
<i>O Moço Loiro</i> ^A	Romance	Typ. de Carlos Haring, 1845
<i>Rosa</i> ^C	Romance	Typographia do Archivo Médico Brasileiro, 1849.
<i>Vicentina</i> ^C	Romance	Empreza Typ. Dous de Dezembro, de Paula Brito, 1854.
<i>O Forasteiro</i> ^B	Romance	Tipografia de Paula Brito, 1855.
<i>Os Romances da Semana</i> ^C	Romance	J. M. Nunes Garcia, 1861.
<i>A Carteira do Meu Tio</i> ^C	Romance	Emp. Typ. Dous de Dezembro, Paula Brito, 1855.
<i>O Fantasma Branco</i> ^B	Teatro	Empresa Tipográfica Dous de Dezembro, 1856.
<i>O Primo da Califórnia</i> ^C	Teatro	Tipografia de Francisco de Paula Brito, 1855.
<i>Luxo e Vaidade</i> ^{ABC}	Teatro	Typ. de Francisco de Paula Brito, 1860.
<i>A Nebulosa</i> ^{AC}	Poesia	Typ. Imp. e Const de J. Villeneuve e C., 1857.

Fonte:

^A Catálogo Brasileira USP. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br>.

^B RAMOS JR., José de Paulo; DEAECTO, Marisa Midori; MARTINS FILHO, Plínio (orgs). *Paula Brito*: editor, poeta e artífice das letras. São Paulo: Edusp; Com Arte, 2010.

^C Catálogo de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível: <http://catcrd.bn.br>.

A Tabela 11 demonstra que sete entre as 13 obras selecionadas foram editadas por Paula Brito, o que demonstra que, neste caso, a discordância política entre o editor conservador e o romancista liberal não foi um problema.⁵⁹⁹ Se o foi, certamente o desacordo fora ofuscado pelo sucesso que tais obras alcançavam junto ao público leitor. Os primeiros romances de Macedo saíram por tipografias diferentes, certamente impressos à custa do autor. Porém, entre 1854 e 1856, cinco livros do autor da *Moreninha* saíram pela Empresa Tipográfica Dous de Dezembro. A publicação de *Vicentina* é, neste sentido, emblemática. O romance inédito começou a ser publicado em fatias na *Marmota Fluminense* em março de 1854.⁶⁰⁰ Enquanto isso, a edição em livro do romance já era

⁵⁹⁹ Joaquim Manuel de Macedo foi eleito deputado provincial e geral pelo partido liberal em diversas legislaturas. Neste sentido, obras como *A carteira do meu tio*, editada por Paula Brito em folhetim e livro, como veremos em instantes, traziam ataques frontais a conciliação partidária patrocinada pelos conservadores: “*conciliação* de políticos são falcatruas engraçadas, muito comuns na história da humanidade, e que fazem honra aos seus inventores e repetidores”. “A carteira do meu tio por Joaquim Manuel de Macedo: capítulo II”, *Marmota Fluminense*, n. 552, 13/02/1855, p. 2.

⁶⁰⁰ “O nosso Folhetim”, *Marmota Fluminense*, n. 450, 07/03/1854, p. 1.

preparada, pois Paula Brito a ofereceria como prêmio aos acionistas da companhia.⁶⁰¹ No ano seguinte, quando do início da publicação de *A carteira do meu tio* na *Marmota Fluminense*, Paula Brito publicou uma nota segundo a qual o “desenvolvimento das letras” em muitos casos significava o “sacrifício dos lucros” do periódico:

Para desenvolvimento das letras, a redação não duvida empenhar-se a fim de conseguir importantes trabalhos originais de penas brasileiras, e dá-se por feliz podendo dar hoje começo à belíssima história joco-séria da – CARTEIRA DE MEU TIO – além de novo romance do Sr. Dr. Macedo que principiará talvez terça-feira. A redação sacrifica ao presente todos os lucros da *Marmota* a fim de alcançar no futuro o número de subscritores que deseja, o que espera conseguir, por contar já seis anos de existência, e ver que todos os anos recebe do público valiosos contingentes de novas assinaturas⁶⁰².

Os registros não revelaram o valor desses “importantes trabalhos originais de penas brasileiras”. Ainda assim o anúncio indica que a “literatura nacional” era um grande chamariz do periódico e que, portanto, Paula Brito não media esforços para publicá-la. Todavia, nem sempre era necessário muito esforço para conseguir essas iguarias para os leitores e assinantes. Em 1859, Bruno Seabra, literato paraense que vivia no Rio de Janeiro, adoeceu gravemente. Acometido de febres violentas, o rapaz precisava de dinheiro com urgência para saldar dívidas pendentes, inclusive com o farmacêutico que lhe fornecia remédios. Em meio a tantas dificuldades, ele escreveu um romance e foi procurar Paula Brito que, sabemos lá em que condições, comprou-lhe o manuscrito. Em todo caso, de acordo com o autor deste relato originalmente publicado no jornal *A Regeneração*, “com o produto de *Paulo* pôde o poeta pagar as suas dívidas, dando-se por muito feliz, naquela ocasião em que tanto duvidava do seu restabelecimento”.⁶⁰³

Deste modo, *Paulo*, o romance de Bruno Seabra, cumpriu o mesmo percurso dos romances de Joaquim Manuel de Macedo – primeiramente a publicação seriada na

⁶⁰¹ “Para darmos à – VICENTINA – o número de apaixonados que ela decerto será digna, aceitamos assinantes por 4 meses – maço, abril, maio, e junho – pelo preço de 3\$000 réis, ficando eles com direito a todos os figurinos, músicas, desenhos, etc. As pessoas que, em vez de assinatura, tomarem uma ação de 100\$ réis, serão obsequiadas com – VICENTINA – arranjada em 1 volume, o mais interessante possível. “O nosso Folhetim”, *Marmota Fluminense*, n. 450, 07/03/1854, p. 1.

⁶⁰² “A nossa folha”, *Marmota Fluminense*, n. 541, 19/01/1855, p. 1.

⁶⁰³ “Fotografias literárias”, *A Regeneração*, 10/09/1867, p. 3.

Marmota, depois a edição em livro.⁶⁰⁴ Fica, deste modo, patente que a manutenção de um periódico literário era de vital importância para o trabalho de edição no século XIX, não apenas no Rio de Janeiro. No início da década de 1850, o mercado editorial norte-americano já era capaz de absorver romances que atingiam centenas de milhares de exemplares, como *The Uncle Tom's Cabin*, de Harriett Beecher Stowe, e *The Wide, Wide World* de Susan Warner. No entanto, revistas literárias mantidas por editores como a *Putnam's Monthly*, depois *Putnam's Magazine*, e a *Harper's Monthly* continuavam desempenhando um papel decisivo naquele mercado. De modo análogo, o *Journal pour tous*, do editor Louis Hachette, que alcançou a impressionante tiragem de 75.000 mil exemplares, funcionava, segundo Mollier, como um “laboratório para recrutamento de autores”. O que acontecia também na Grã-Bretanha com a *Blackwood's Magazine* editada desde 1817.⁶⁰⁵

Isso diz muito porque Paula Brito, ciente do valor de uma publicação como a *Marmota*, se desentendeu seriamente com o fundador do jornal, o baiano Próspero Diniz. O bissemanário, que em certas ocasiões ultrapassou a tiragem de mil exemplares,⁶⁰⁶ teve três fases distintas. Na primeira delas, de setembro de 1849 a março de 1852, a folha chamava-se *Marmota na Corte* e pertencia a Próspero Diniz que, recém-chegado da Bahia, foi apresentado ao editor por Manuel de Araújo Porto-Alegre, conforme narrou o próprio Paula Brito:

Chegando a esta Corte o Sr. Próspero Diniz, em setembro de 1849, veio a minha casa, e querendo escrever um folha, lembrava-se dos títulos de *Luneta* – *Marmota* – *Marmota Fluminense* – e não sei que mais; eu fui de parecer que o Sr. Próspero continuasse a escrever sob o título do seu jornal na Bahia – *Marmota* – e então concordamos em que novo periódico se chamasse *Marmota na Corte*, lembrança esta que foi depois apoiada pelo Sr. Porto-Alegre, primeira pessoa que do Sr. Próspero me deu notícia.⁶⁰⁷

⁶⁰⁴ Paulo começou a ser publicado na *Marmota* no início de fevereiro de 1861, aparecendo em livro em fins de abril, ver: “Folhetim: Paulo, por Bruno Seabra”, *A Marmota*, n. 1.235, 01/02/1861, p. 1-3. “Notícias diversas”, *Correio Mercantil*, 28/04/1861, p. 1.

⁶⁰⁵ GREENSPAN, Ezra. *George Palmer Putnam...* op. cit., 2000. p. 253; 287. MOLLIER, Jean-Yves. *Louis Hachette...* op. cit., 1999. p. 348. FINKELSTEIN, David. *The House of Blackwood...* op. cit., 2002. p. 8-9.

⁶⁰⁶ “[...] sua edição [da *Marmota*] é de mil exemplares, e às vezes de muito mais, (o que lhe dá triplicado ou quadruplicado número de leitores, porque muitos que leem de graça)”. “A *Marmota* e os seus”, *A Marmota*, n. 894, 27/10/1857, p. 1.

⁶⁰⁷ “O Sr. Próspero e a *Marmota*”, *Marmota Fluminense*, n. 260, 11/05/1852, p. 1.

A lua-de-mel com o redator baiano durou pouco. E na raiz dos desentendimentos estava o dinheiro. “Apenas publicado o 1º número, exigiu o Sr. Próspero que eu lhe desse 60\$ réis por mês; dias depois quis 80\$ réis, e finalmente 100\$ réis, porque a folha tinha então influência e vendia-se bem”, explicava Paula Brito, que considerava absurdo “pagar 100\$ réis por mês a um colaborador, por alguns *artigos* que escreva, *sem se responsabilizar por mais nada* [!]”.⁶⁰⁸ Os problemas se intensificaram quando Próspero decidiu voltar para sua província, em dezembro de 1850, prometendo continuar colaborando no jornal, do qual era proprietário do título. Acertaram-se então as contas e Paula Brito pagou-lhe os “dias corridos daquele mês”. A princípio o prometido foi cumprido, mas, para indignação de Paula Brito, Próspero lançou em Salvador uma folha intitulada a *Verdadeira Marmota de Próspero Diniz* e, pouco depois, quando se transferiu para o Recife fundou a *Marmota Pernambucana*. Assim, enquanto Próspero Diniz ia espalhando *Marmotas* pelo norte do Império, Paula Brito continuava editando e imprimindo a *Marmota na Corte* que, por certo, atraía mais e mais leitores.⁶⁰⁹

Em setembro de 1851, quando a Dous de Dezembro já começava a dar os primeiros passos, eis que o redator baiano de volta ao Rio de Janeiro procurou Paula Brito para receber o que este lhe devia. Na ocasião, o editor queria pagar-lhe apenas pelos artigos originais que foram remetidos enquanto Próspero Diniz esteve fora. Mas este queria mais, e, justificando que os recursos seriam destinados a sua mãe, conseguiu que Paula Brito lhe pagasse metade dos lucros obtidos pelo jornal, algo em torno de “360 e tantos mil réis” que o editor arrendou para 400 mil.⁶¹⁰ Paula Brito estava visivelmente irritado com o jornalista, mas ainda assim fez com ele um “novo ajuste”:

Novo ajuste fiz com o Sr. Próspero, que querendo os mesmos 100 [mil] réis, que ganhara em 49, eu não lh’os quis dar; porque a quadra era já outra, e eu estava certo de que a *Marmota* não se venderia mais como naquele tempo. Se isto assim se passou; como diz o Sr. Próspero que criou, e depois me entregou a *Marmota*, de que

⁶⁰⁸ “O Sr. Próspero e a Marmota”, *Marmota Fluminense*, n. 260, 11/05/1852, p. 1. Grifos originais.

⁶⁰⁹ Idem.

⁶¹⁰ Idem.

me apoderei para enriquecer?... Ora, enriquecer com a Marmota!... Que boa lembrança!⁶¹¹

Paula Brito podia até não ficar rico com a *Marmota*, mas ainda assim não estava disposto a abrir mão do periódico. O trecho transcrito a seguir é formidável, pois, além de mostrar o quão aborrecido o editor estava com as atitudes de Próspero Diniz, permite-nos entrever como se davam as relações de trabalho entre Paula Brito e os jornalistas a seu serviço:

Principiou o Sr. Próspero a escrever em setembro, e nesse mês paguei-lhe ainda 90\$ réis, pela novidade da sua chegada. Abri uma assinatura de 2\$ réis por 4 meses, para ver se conseguia mais vantajosas entradas; a influência, porém, do Sr. Próspero estava decaída, como todas as cousas deste mundo, e então fixei-lhe a mensalidade de 60\$. Adoeceu o Sr. Próspero, e nesse tempo pouco nada escreveu até fins de janeiro (como se vê do artigo por ele escrito sobre seus padecimentos); paguei-lhe sempre 60\$ réis, indo até levar-lh'os à sua casa, estando ele de cama; mas restabelecendo-se o Sr. Próspero, e vendo eu que ele não podia, ou não queria escrever, disse-lhe, em março, que no fim do mês havia dispensá-lo da redação, se ele continuasse com tal negligência; começou então o Sr. Próspero a escrever, e com efeito, no mês de abril, escreveu ele diferentes artigos (sempre uma até duas páginas); mas vendo eu que, apesar de muito anunciados esses artigos, a *Marmota* não se vendia, e que para sustenta-la eu era obrigado a pagar (como sempre paguei) a diversos outros colaboradores, (além daqueles que me obsequiavam com seus manuscritos), e a publicar músicas, figurinos, &c, que é hoje do que o público mais gosta; disse ao Sr. Próspero que ele deixava de fazer parte da redação, e nesta conformidade paguei-lhe os 60\$ réis do mês de abril, do que passou recibo, como sempre⁶¹².

Considerando os valores recebidos por Próspero Diniz, o salário mensal de um colaborador da *Marmota* girava em torno de 60 mil réis, em 1852. Nesse ano a arroba do arroz custava mil réis, o alqueire de feijão dois mil e 50 réis e a arroba de carne seca dois mil e 800 réis⁶¹³. Do ponto de vista da alimentação básica tal salário podia até ser satisfatório. No entanto, o desfecho do caso Próspero Diniz foi pouco amigável. O antigo redator julgava-se proprietário dos direitos sobre o nome do jornal, o que Paula Brito contestou, alegando que havia outras tantas folhas no Império com o mesmo nome.

⁶¹¹ Idem.

⁶¹² “O Sr. Próspero e a *Marmota*”, *Marmota Fluminense*, n. 260, 11/05/1852, p. 1-2.

⁶¹³ SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp, 1860. p. 288.

Próspero Diniz também acusou Paula Brito de “mutilar” seus escritos, o que Paula Brito assentiu, pois os considerava ofensivos.⁶¹⁴ Por conseguinte, com o afastamento de Próspero Diniz, em fins de março de 1852, a *Marmota da Corte* passou definitivamente às mãos de Paula Brito que a rebatizou para *Marmota Fluminense: jornal de modas e variedades*, título que perdurou até fins de junho de 1857, quando, após a falência da Dous de Dezembro, passou a se chamar *A Marmota*.

Ativa por mais de uma década, é possível arriscar, sem exageros, que a longevidade da *Marmota* foi uma verdadeira façanha na história da imprensa oitocentista brasileira. Entre os fiéis assinantes que garantiam o sucesso do periódico encontrava-se Miguel Archanjo Galvão, funcionário público que fez carreira no Ministério da Fazenda. Conforme recibos preservados entre os manuscritos da Biblioteca Nacional, entre 1859 e 1861, o então escriturário, pagou religiosamente suas assinaturas do bissemanário.⁶¹⁵ Em 1861, o “periódico redigido pelo ilustrado Sr. Francisco de Paula Brito, o artista por excelência”, era recomendado por A. C. Azevedo Coimbra como leitura altamente benéfica às famílias brasileiras. No mesmo artigo, eram nomeadas as “hábeis penas” que nele colaboravam: “do distinto poeta lírico, A. G. Teixeira e Sousa; do erudito publicista, Dr. J. José da Rocha; do ilustrado D. Moreira de Azevedo; do talentoso poeta, Bruno Seabra e dos Srs. Machado de Assis, Bráulio Cordeiro, José Morais e Silva, Castanheda Júnior, Leo Junius, Rodrigues Proença e outros jovens de reconhecido talento”.⁶¹⁶ Entretanto, esta plêiade não incluía um autor que já gozava de considerável prestígio. Embora fosse vizinho da livraria de Paula Brito, morador do n. 73 da Praça da Constituição, demorou um pouco para que as relações entre ambos se estreitassem. O motivo desse afastamento era principalmente político e o autor em questão era José de Alencar.

Os primeiros romances de Alencar, bem como suas *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*, foram escritos quando ele ocupava o cargo de redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*. Com efeito, após serem estampados no espaço do folhetim deste jornal foram

⁶¹⁴ “O Sr. Próspero e a Marmota”, *Marmota Fluminense*, n. 260, 11/05/1852, p. 1-2.

⁶¹⁵ Recibos passados a Miguel Archanjo Galvão referentes à assinatura dos periódicos *A Marmota* e *Marmota Fluminense*. Rio de Janeiro, 1859-1861. BNRJ, Manuscritos, 37A, 04, 003, n. 008AA. Sobre Miguel Archanjo Galvão, ver: *AL*, 1859, p. 199; *AL*, 1860, p. 204; *AL*, 1862, p. 176.

⁶¹⁶ “A Marmota”, *Correio Mercantil*, 09 e 10/04/1860, p. 2.

publicados em livro pela “Empresa Tipográfica do Diário”. O procedimento empregado por Alencar em lançar mão da polêmica literária, no caso das *Cartas*, e da prosa de ficção, com *A Viuvinha* e *O Guarani*, para alavancar o número de assinaturas do jornal não era estranho a Paula Brito, como possivelmente a nenhum outro redator no período. Mas, em sua autobiografia literária, Alencar conta que vendeu os direitos de publicação de mil exemplares do *Guarani* à “livraria do Brandão” por um conto e 400 mil réis.⁶¹⁷ Podia tê-lo negociado com o vizinho Paula Brito, seguindo o exemplo de Joaquim Manuel de Macedo, autor reconhecido e saudado pelo próprio Alencar. Por que não o fez talvez seja um questão interessante a ser colocada.

Tabela 12 - Seleção de obras de José de Alencar publicadas entre 1856 e 1861.

<i>Título</i>	<i>Gênero</i>	<i>Imprensa:</i>
<i>Cartas sobre a confederação dos Tamoios</i> ^A	Polêmica	Empresa Typographia Nacional do Diário, 1856.
<i>A viuvinha. Cinco Minutos</i> ^A	Romance	Typ. do Correio Mercantil, 1860
<i>O Guarani</i> ^B	Romance	Empresa Nacional do Diário, 1857.
<i>O Demônio Familiar</i> ^B	Teatro	Typ. Soares & Irmão, 1858.
		Rio de Janeiro, Pariz : Typ. de Soares & Irmão, Imp. de Raçon e Comp., 1858
<i>Noite de S. João</i> ^{A B}	Teatro	Empresa Nacional do Diário, 1857
		Typographia de F. de Paula Brito, 1860.
<i>Mãe</i> ^B	Teatro	Typographia de Paula Brito, 1862.

Fontes:

^A Catálogo Brasileira USP. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br>.

^B Catálogo de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível: <http://catcrd.bn.br>.

Nunca houve uma peleja declarada entre José de Alencar e Paula Brito semelhante, por exemplo, a contenda entre o editor e Próspero Diniz pela posse da *Marmota*. Porém, “faltam-nos os títulos e as relações íntimas para que nos honremos com o nome de AMIGO”,⁶¹⁸ conforme escreveu Paula Brito sobre Alencar em novembro de 1857, atestando um desacordo que encontrava ramificações no plano estético e político. A gênese desta cizânia pode ser estabelecida em 1856, quando Paula Brito certamente não ficou nada satisfeito com a maneira como José de Alencar esculhambou a *Confederação dos Tamoios* de Domingo José Gonçalves de Magalhães.

⁶¹⁷ ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Campinas: Pontes, 2005. p. 37; 59; 62.

⁶¹⁸ “O Demônio familiar”, *A Marmota*, n. 898, 10/11/1857, p. 2.

As tragédias de Gonçalves de Magalhães – *Antonio José ou O Poeta e a Inquisição*, *Olgiato e Otelo ou O mouro de Veneza* – estiveram entre os primeiros textos teatrais editados por Paula Brito ainda nos tempos da Tipografia Imparcial. O mesmo aconteceu com o épico em dez cantos a *Confederação dos Tamoios* composto por Gonçalves de Magalhães em sua estadia como diplomata na Europa. Mas nesse caso d. Pedro II empenhou-se pessoalmente em transformar o poema na obra máxima da literatura brasileira, confiando a Paula Brito, então “o Impressor da Casa Imperial”, a tarefa de publicá-lo. Portanto, ainda em maio de 1855, ao que tudo indica, o monarca contratou o editor para a produção de duas edições. Conforme noticiava o *Correio Mercantil*, “a primeira, rica, é de um limitado número de exemplares, e pertence exclusivamente à S. M. o Imperador, por ser feita a expensas de seu bolsinho”. A segunda edição, que deveria sair um mês depois da edição imperial e para qual se abriam listas de subscrição, seria “feita por conta do editor, segundo os poderes que para isso tem”.⁶¹⁹

O “bolsinho” de Paula Brito deve ter se animado com os lucros que por certo viriam da edição do poema. Ele trabalhou muito e um ano mais tarde os jornais noticiaram a publicação da *Confederação dos Tamoios* ressaltando a qualidade ímpar da edição. Como acordado, um mês antes de distribuir os exemplares dos subscritores, Paula Brito entregou os volumes do imperador ricamente encadernados pelos Lombaerts que, segundo diziam os jornais, enviariam exemplares para a Alemanha. Nesse sentido, até da França seriam dirigidos elogios à qualidade da edição do poema, descrita por um folhetinista do Rio de Janeiro como “nítida, elegante, luxuosa até. Honra o tipógrafo e a arte nacional, que ele tão bem representa e pela qual tanto se tem esforço”.⁶²⁰

Tudo ia bem até que certo Ig, pseudônimo usado por José de Alencar, começou a apontar sistematicamente os defeitos da obra. Entravam em cena as *Cartas sobre a*

⁶¹⁹ “Anúncios”, *Correio Mercantil*, 04/05/1855, p. 3.

⁶²⁰ M., “Páginas menores”, *Correio Mercantil*, 26/05/1856, p. 1. “Indústrias e Artes”, *Marmota Fluminense*, n. 864, 14/06/1857, p. 1-2. “A Confederação dos Tamoios”, *Correio da Tarde*, 29/06/1856, p. 3. CHANSSELLE, N. P. “Avis du traducteur”. In: MAGALHÃES, D. J. G. de. *Faits de l’esprit humain: philosophie*. Traduit du portugais par N. P. Chansselle. Paris: Auguste Durant, Libraire. 1860. p. V-VI. Disponível em <gallica.bnf.fr>. Acesso em: 13/05/2013. LISBOA, P. de A. A Confederação dos Tamoyos: poème épique. *Revue Espagnole, Portugaise, Brésilienne et Hispano-Américaine*. 1er Année – tome quatrième. Paris: A l’administration de la revue, 1857. p. 193-201. Disponível em <gallica.bnf.fr>. Acesso em: 13/05/2013.

Confederação dos Tamoios, série de oito artigos publicados no *Diário do Rio de Janeiro* que, de tão grande sucesso obtido, foram reunidos em um pequeno volume ainda no calor do debate.⁶²¹ Com as *Cartas* armou-se uma polêmica literária nunca antes vista na imprensa do império. De um lado da trincheira, o redator-chefe do *Diário* e, do outro lado, Manuel de Araújo-Porto, Frei Francisco do Mont'Alverne e o próprio d. Pedro II. Bastante conhecido da historiografia⁶²², não há indícios concretos de que o bate-boca em torno da *Confederação dos Tamoios* tenha afetado a vendagem da obra. A curiosidade suscitada pela contenda pode ter sido até benéfica para o editor. Mas se assim aconteceu, certamente foi a contragosto daquele fiel súdito de d. Pedro II.

No ano seguinte, o estranhamento entre o romancista e o editor deu-se em torno de *O Demônio Familiar*, comédia em quatro atos de José de Alencar encenada no Teatro Ginásio Dramático. A estreia na noite de 5 de novembro de 1857 foi concorrida e Paula Brito lá esteve. Quando o pano subiu começaram as peripécias do escravo Pedro, o *Demônio Familiar* do título, que, no intuito de tornar-se cocheiro, criava uma série de situações embaraçosas para seu senhor, o médico Eduardo. O editor saiu do teatro incomodado com o que viu, tanto que, cinco dias depois da estreia publicou na *Marmota* uma longa crítica. Na primeira parte do artigo, Paula Brito apresentou as personagens e traçou um resumo da comédia, identificando no Fígaro do *Barbeiro de Sevilha* a grande inspiração de José de Alencar. Entretanto, atendo-se principalmente no problema da liberdade dada ao escravo ao fim da comédia, chegou à conclusão de que *O Demônio Familiar* não possuía “um fim totalmente moral”.

Paula Brito analisou as peça de um ângulo muito particular. De um lado, julgou Eduardo um senhor fraco, incapaz de ser “o legislador de sua casa, o juiz competente para

⁶²¹ “Rio de Janeiro: Crônica Diária”, *Diário do Rio de Janeiro*, 26/10/1856, p. 1.

⁶²² Os biógrafos de Alencar são referências interessantes sobre a polêmica em torno das *Confederações dos Tamoios*, ver: MENESES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1977. Capítulo: “Primeira rusga com o Imperador”. MAGALHÃES JR., Raimundo. *José de Alencar e sua época*. Rio de Janeiro; Brasília: Civilização Brasileira; INL, 1977. Capítulo VI “Em polemica com o Imperador”. NETO, Lira. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar, ou, A mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava d. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. São Paulo: Globo, 2006. Capítulo VI “Da dificuldade de esmagar percevejos”. Já João Adalberto Campato Júnior fez uma análise retórica das *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*, ver: CAMPATO JR., João Adalberto: *Retórica e Literatura: o Alencar polemista nas Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*. São Paulo: Stortecchi, 2003.

punir as faltas” dos seus subordinados. Por outro lado, considerou o escravo Pedro, que “apesar de ser moleque de estudante, crioulo de nhamã [e] capadocio da corte”, era um indivíduo capaz de elaborar raciocínios complexos, citar aforismos e dizer e fazer tudo o que lhe dava na telha. Portanto, o que o editor defendia era a alforria como recompensa aos bons cativos, e escravos como Pedro estavam longe de merecer essa dádiva senhorial: “o melhor e o maior dos prêmios que se pode, que se deve dar a um bom escravo, ao ente do coração, bem formado, qual seja – a *liberdade*”. Quem empunhava a pena e defendia tais ideias era o senhor de escravos Paula Brito que, embora conhecesse um tanto de literatura dramática, conhecia muito mais a instituição escravista. “Note o autor da comédia”, sintetizava o editor, “que falamos assim, aceitando as cousas como as nossas leis e a nossa sociedade o exigem”.⁶²³

O editor também não gostou muito do escravo se chamar Pedro, afinal, porque não “Constantino” ao invés do nome do imperador? Além disso, achou impróprio e, até desrespeitoso, a peça ter sido dedicada à imperatriz. A resposta à crítica de Paula Brito veio a galope, publicada no dia seguinte no jornal dirigido por José de Alencar. No texto, parte do Folhetim do *Diário* o editor, que sofria de “criticomania”, era considerado incapaz de “criticar”, mas apenas de “*critiquizar*”, lançando ao léu opiniões sem nenhuma propriedade:

Segundo porém a crítica, a comédia do Sr. Alencar não presta.

É imoral; talvez porque não encerra as *graças inocentes* dos versos de bala de estalo; fez corar o Sr. Paula Brito: não devia ser oferecida a S. M. a Imperatriz, que aceitou-a, e que para isso pediu a opinião do Imperador, o qual, pela proteção que presta às letras pátrias, chegou a proteger uma produção imoral. Finalmente um moleque chama-se *Pedro*.

Mas, seriamente, Sr. Paula Brito, esta última observação faz nojo; e nem o autor da comédia a teme, porque não há de ser o Sr. Paula Brito com a sua *Marmota*, as suas opiniões, e o seu respeito *sui generis*, que há de fazê-la aceitar. As suas opiniões, Sr. Paula Brito, nem ao menos tem força de influir nas inteligências fracas como a minha⁶²⁴.

⁶²³ “O Demônio familiar”, *A Marmota*, n. 898, 10/11/1857, p. 2.

⁶²⁴ “Folhetim”, *Diário do Rio de Janeiro*, 11/11/1857, p. 1..

Por fim, o autor do folhetim que um biógrafo de José de Alencar atribuiu a Leonel de Alencar, irmão do romancista,⁶²⁵ dirigia uma última palavra ao crítico: “*não nos agastemos; a franqueza paga-se com a franqueza; podemos desprezar as opiniões de um homem, mas estimamos o indivíduo por suas boas qualidades*”.

A esta altura dos acontecimentos, as opiniões dos irmãos Alencar e de Paula Brito divergiam não somente em assuntos teatrais, mas igualmente em matéria de política. José e Leonel eram filhos do padre, senador e liberal histórico José Martiniano de Alencar. Protegido à sombra do vulto paterno, José de Alencar chegou a lançar-se pelo partido liberal como candidato a deputado por sua província natal, o Ceará. Eleição em que obteve apenas dois votos. No entanto, o romancista esteve longe de demonstrar ser um lúzia ortodoxo, a exemplo do pai que participou ativamente das Revoltas Liberais de 1842 e 1848. Quando da morte do Marquês de Paraná, José de Alencar dedicou-lhe um necrológio no qual tecia elogios à política de conciliação partidária arquitetada pelo político. Além disso, ao assumir a chefia da redação do *Diário do Rio de Janeiro*, Alencar não viu grandes problemas em recorrer a outro destacado líder conservador, Eusébio de Queirós, para conseguir a concessão da publicação dos atos oficiais da província que renderiam um bom dinheiro ao jornal.⁶²⁶

Paula Brito e José de Alencar se desentenderiam abertamente na imprensa política, sobretudo quando o editor lançou o *Moderador*, jornal que, como vimos, defendia com unhas e dentes o Gabinete conservador chefiado pelo Marquês de Caxias. O *Diário do Rio de Janeiro*, “com quem profundamente sentimos não estar sempre de acordo”, conforme se lia em um dos editoriais do *Moderador*, era então chefiado por José de Alencar e contava os dias, já no início de 1857, para assistir a queda do Gabinete. “Parece que o ilustrado contemporâneo”, dizia um dos artigos de Paula Brito dirigidos ao *Diário*, “está cheio de curiosidade por ver quem serão os novos ministros, está impaciente por esgrimir suas armas

⁶²⁵ MAGALHÃES JR., Raimundo. *José de Alencar e sua época...* op. cit., 1977, p. 116.

⁶²⁶ MENESES, Raimundo de. *José de Alencar...* op. cit., 1977. MAGALHÃES JR., Raimundo. *José de Alencar e sua época...* op. cit., 1977. NETO, Lira. *O inimigo do rei...*, 2006.

contra eles e por isso irrita-se contra quem não quer deixar quanto antes desocupados as posições em que ele aguarda seus novos adversários”.⁶²⁷

Em 1860, entretanto, o filho do senador Alencar virou a casaca.⁶²⁸ Após a morte do pai e já depois de ter saído do *Diário*, o flerte que José de Alencar vez por outra lançava aos conservadores rapidamente evolui para namoro, noivado e casamento. Nesse ano, o romancista voltou a disputar uma cadeira no parlamento pela província do Ceará desta vez pelo partido conservador. Para além de ter conquistado a vaga, ao estreitar os laços com os saquaremas da Corte, Alencar aproximou-se também de Paula Brito. Editor que, se não era um desafeto declarado, não era próximo o suficiente para considera-lo entre seus amigos. Com efeito, foi somente depois da virada conservadora de José de Alencar que dois de seus livros foram publicados por Francisco de Paula Brito. Como mostra a Tabela 12, a segunda edição do libreto da ópera *Noite de São João*, em 1860, e o drama *Mãe*, impresso pela viúva Paula Brito, em 1862. Livros que, a exemplo dos demais publicados no Rio de Janeiro, enfrentaram as mesmas dificuldades para serem impressos e distribuídos.

⁶²⁷ “A imprensa política”, *O Moderador*, n. 11, 13/03/1857, p. 1; “A insistência do Diário”, *O Moderador*, n. 8, 03/03/1857, p. 3.

⁶²⁸ MENESES, Raimundo de. *José de Alencar...* op. cit., 1977. MAGALHÃES JR., Raimundo. *José de Alencar e sua época...* op. cit., 1977. NETO, Lira. *O inimigo do rei...*, 2006.

O mercado editorial no Rio de Janeiro (1840-1850)

A livraria de Francisco Luiz Pinto & Comp., “fornecedor da Biblioteca de S. M. o imperador”, especializou-se na venda de livros científicos e jurídicos. Localizada na Rua do Ouvidor, a livraria frequentemente recebia remessas de livros franceses importados via Lisboa e, conforme anunciavam os jornais, Francisco Luiz Pinto “garant[ia] vender por muito menos do que em outra qualquer casa todos os livros adotados nas academias de S. Paulo e Recife”.⁶²⁹

Em fins de fevereiro de 1863, um morador da Rua de S. Bento comprou na livraria de Luiz Pinto mais de 300 mil réis em livros que foram diligentemente empacotados e colocados em uma caixa com suas iniciais, B. J. F. V. Não há indícios concretos, mas as iniciais podiam ser de um acadêmico, ou de alguém que possuísse um filho ou parente próximo nessas condições. Certo é, contudo, que no dia 25 de fevereiro o “caixão de livros” seguiu para o endereço do comprador bem acondicionado sobre a cabeça de um escravo que, por sua vez, seguia um caixeiro da livraria. Já bem próximo ao destino, o preto, talvez alugado especialmente para transportar a encomenda, “soube iludir as vistas do caixeiro” e fugiu com os livros.⁶³⁰ Não podemos descartar a hipótese de que o escravo sabia ler e pudesse estar interessado no conteúdo dos volumes, mas também é possível que os vendesse. Afinal, o carregamento podia lhe render 300 e tantos mil réis e, caso os livros fossem jurídicos ou científicos, quem sabe sem dificuldades encontrariam alguém interessado. Porém, certamente em pouco tempo o escravo descobriria que vender livros e

⁶²⁹ Francisco Luiz Pinto & Comp. era denominado como “fornecedor da Biblioteca de S. M. o Imperador” no *Almanak Laemmert*, ver: *AL*, 1863. p. 523. Sobre a importação de livros franceses por Lisboa, assunto tratado melhor adiante, ver: “Importação. Manifestos”, *Correio Mercantil*, 05/02/1861, p. 4. Anúncios de livros à venda na livraria de Luiz Pinto & Comp., podem ser lidos em: “Livraria Imperial de Francisco Luiz Pinto & Comp.”, *Correio Mercantil*, 08/02/1861, p. 4; “Na Livraria de Francisco Luiz Pinto & Comp.”, *Correio Mercantil*, 25/02/1861, p. 4; “Livros de Direito para os Srs. Estudantes de S. Paulo”, *Correio Mercantil*, 28/02/1862, p. 4.

⁶³⁰ “Roubo de livros”, *Diário do Rio Janeiro*, 26/02/1863, p. 1.

demais gêneros de impressos no Rio de Janeiro não era tarefa fácil. Dependendo do gênero da publicação a situação complicava ainda mais.

Um dos folhetinistas que trataram da *Confederação dos Tamoios* era categórico nesse sentido ao falar de literatura: “Os nossos livros ou que tratam das nossas cousas não se vendem, ou têm uma extração tão lenta que nem todos podem arriscar capitais na sua impressão”. Para o jornalista, tais livros estavam fadados “ao esquecimento no poento canto de alguma estante de biblioteca”, pois “apenas recebem de vez em quando a homenagem sincera de algum espírito jovem; o que pode bastar ao poeta, mas o que não basta ao livreiro”.⁶³¹ Essencialmente dois eram os problemas do mercado editorial brasileiro nos tempos de Paula Brito. Em primeiro lugar, a dificuldade de se produzir impressos. Em seguida, os entraves à distribuição desses bens culturais.

Não há dúvidas de que os produtores e os produtos intelectuais – leia-se impressos em diferentes suportes – ganhavam cada vez mais espaço no cotidiano das pessoas que viviam no Rio de Janeiro e em outros pontos do Império. Mas, entre as décadas de 1840 e 1850, os entraves à produção e acesso a esses produtos podiam ser consideráveis. Com exceção do recheio das páginas e da mão-de-obra empregada na produção dos impressos, incluindo-se escravos, para se fabricar um livro ou um jornal nos tempos de Paula Brito deve-se levar em conta que tudo o mais era importado. “Todo o seu material”, escrevia um redator anônimo no *Diário do Rio de Janeiro* indignado com o aumento das tarifas alfandegárias em março de 1857, “desde o prelo mecânico até o tipo, desde o papel e a tinta até o simples cadarço que faz girar a folha, vem do estrangeiro; nesta Corte não é possível fabricar-se nem um destes objetos, ainda mesmo para acudir a uma falta momentânea”.⁶³² “A imprensa já sofre o ônus do porte dos jornais”, completava o redator do *Correio da Tarde*, “paga direitos pela tinta de imprimir, porque aqui não se fabrica; paga direitos pelos prelos, porque aqui não se fazem – tão atrasadas ainda aqui estão as indústrias”.⁶³³

“O prelo é um grande consumidor de papel” já constataavam Lucien Febvre e Henri-Jean Martin ao estudarem o aparecimento do livro no século XV.⁶³⁴ Por conseguinte, o

⁶³¹ M., “Páginas menores”, *Correio Mercantil*, 26/05/1856, p. 1.

⁶³² “22 de maio: Boletim do dia”, *Diário do Rio de Janeiro*, 22/05/1857, p. 1.

⁶³³ *Correio da Tarde*, 22/05/1857, p. 2-3.

⁶³⁴ MARTIN, Henri-Jean; FEBVRE, Lucien. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 59.

problema crônico do abastecimento de papel de impressão no Rio de Janeiro torna-se ilustrativo. Paula Brito o sentiu na pele ao imprimir o *Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça* em 1855.⁶³⁵ Na ocasião, vendo-se sem papel em estoque, o editor recorreu ao *Jornal do Commercio* que prontamente lhe cedeu as resmas necessárias. Porém, melindrado com o sucedido, Paula Brito publicou um artigo na *Marmota Fluminense* tratando do problema. “É palpitante a necessidade de uma – Fábrica de Papel – entre nós que satisfaça as mais urgentes precisões da imprensa”, escreveu o editor, que completava: “A falta de papel no Rio de Janeiro é que ocasiona o alto preço por que sempre está ele no mercado, sendo até para notar-se o não haver um depósito, ao menos, do que nos pode mandar o estrangeiro”.⁶³⁶

Em 1847, Salvador abrigava uma fábrica de papel de impressão, mas a produção diária de 50 resmas era suficiente apenas para o abastecimento das tipografias da cidade da Bahia. No mesmo ano no Rio de Janeiro, o francês André Gaillard projetou estabelecer uma fábrica de papel de certo porte, para a qual havia conseguido subsídios governamentais na forma de loterias. Enquanto isso, Zeferino Ferrez estava na França a fim de comprar o maquinário necessário para a criação de outro estabelecimento do gênero na capital. Por falta de uma, o Rio de Janeiro teria logo duas fábricas de papel, ambas instaladas no Andaraí.⁶³⁷

Contudo, nada aconteceu como esperado. Em 1848, todo o equipamento importado por Zeferino Ferrez, incluindo uma “uma roda hidráulica de 38 palmos de diâmetro”, estava encaixotado aguardando o término das obras do edifício da fábrica. Já as amostras de papel fabricadas por André Gaillard enviadas ao governo – “um inferior que serve para embrulho, e outro de melhor qualidade em que poderão imprimir-se Jornais” – foram consideradas insatisfatórias, pois “além de rugas, tem desigualdades, as quais o proprietário crê que virão

⁶³⁵ ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. *Relatório da repartição dos negócios da justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Nona Legislatura*. Rio de Janeiro: Empresa Tip. – Dous de Dezembro – de Paula Brito, Impressor da Casa Imperial, 1855. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/>>. Acesso em: 19/02/2012.

⁶³⁶ “A Indústria no Brasil”, *Marmota Fluminense*, n. 587, 01/06/1855, p. 1.

⁶³⁷ BRITO, Joaquim Marcellino de. *Relatório da repartição dos negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1847, p. 27-29.

a desaparecer; e se bem que não seja isto muito presumível”.⁶³⁸ O fim dos dois empreendedores do ramo papelero fluminense foi trágico. André Gaillard, quem sabe por não conseguir fabricar papel de qualidade, suicidou-se com um tiro em 1849. Zeferino Ferrez e sua mulher, bem como dois de seus escravos e cabeças de gado morreram misteriosamente em 1851. As mortes levaram o subdelegado do Engenho Velho a exumar os cadáveres e solicitar exames químicos na água da fábrica.⁶³⁹ Ainda assim, em 1857, as duas fábricas de papel do Andaraí continuavam funcionando. A “do finado Zeferino Ferrez”, conforme o *Relatório* do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, ainda que empregasse “máquinas movidas por água”, “limita-se à fabricação de papel ordinário, produzindo 32 resmas por dia”. Enquanto que o estabelecimento “da viúva Gaillard fabrica papel semelhante, mas em maior quantidade”.⁶⁴⁰ Papel ordinário que não prestava para os prelos.

Além da qualidade duvidosa, durante boa parte do século XIX, prevaleceu no Brasil o fabrico de papel a partir de trapos velhos de algodão ou linho. Processo que encarecia ainda mais o papel brasileiro em relação ao papel belga, por exemplo, já fabricado a partir da pasta de madeira.⁶⁴¹ Em 1851, Guilherme Schüch, o Barão de Capanema, montou nos arredores de Petrópolis a Fábrica de Orianda, cujo objetivo era produzir um bom papel.⁶⁴² Entretanto, quatro anos mais tarde, como ressaltava Paula Brito, “a fábrica de papel do Sr. Capanema, que sabemos se monta em grande escala, consta-nos que tem lutado com mil dificuldades para poder chegar completamente ao seu fim, que é fabricar papel igual ao do estrangeiro”.⁶⁴³ Por conseguinte, eram das embarcações que chegavam principalmente do porto de Havre que as oficinas tipográficas do Rio de Janeiro se abasteciam. O efeito das

⁶³⁸ VISCONDE de Macaé. *Relatório da repartição dos negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1848, p. 27-28.

⁶³⁹ “Repartição de Polícia”, *Correio Mercantil*, 03/01/1849, p. 4. “Notícias e fatos diversos”, *Correio Mercantil*, 25 de julho de 1851, p. 1.

⁶⁴⁰ FERRAZ, Luiz Pedreira do Couto. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima legislatura pelo ministro e secretário de estados dos negócios do Império*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1857, p. 116.

⁶⁴¹ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil...* op. cit., 1985, p. 132.

⁶⁴² HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil...* op. cit., 1985, p. 132.. Sobre o Barão de Capanema ver: FIGUERÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. “Ciência e tecnologia no Brasil Imperial: Guilherme Schüch, Barão de Capanema (1824-1908)”. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 437-455, julho 2005.

⁶⁴³ “A Indústria no Brasil”, *Marmota Fluminense*, n. 587, 01/06/1855, p. 1.

importações, no entanto, era sentido diretamente no preço dos impressos, como avaliava Paula Brito:

As impressões não são entre nós mais cômodas em preços, porque o papel e o tipo nos vêm de França; e se não fossem os livros que nos mandam de Paris (pelos quais até aprende a nossa mocidade), se vamos mal em literatura, ciências, e artes, muito pior iríamos, visto que não se imprime no Brasil tudo aquilo de que nós os Brasileiros precisamos.⁶⁴⁴

Curiosamente as embarcações pesquisadas não trouxeram carregamentos nominalmente destinados ao editor. No início de dezembro de 1856, por exemplo, a galera francesa *Nouvelle Pauline* desembarcou no Rio de Janeiro cinquenta e sete caixas de papel, das quais “32 caixas [pertenciam] a Villeneuve [do *Jornal do Commercio*], 13 a Muniz Barreto [proprietário do *Correio Mercantil*], 8 a Glette, 4 a Laemmert”. Além do papel, a *Nouvelle Pauline* desembarcou também quatro barris de tinta de impressão encomendadas por certo Féron e uma caixa de tipos para J. Antonio dos Santos.⁶⁴⁵

Entretanto, além dos custos de imprimir com papel, tinta e prelos importados, havia ocasiões em que o impressor assumia também o papel de distribuidor, sobretudo no caso dos periódicos. Durante a vigência da Dous de Dezembro, Paula Brito imprimiu e distribuiu o *Guanabara: revista mensal, artística, científica e literária*. “Redigida por uma Associação de Literatos”, a revista era dirigida por Manuel de Araújo Porto-Alegre, Antonio Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo.⁶⁴⁶ No início, a publicação passou por dificuldades, algumas bem sérias, como a doença de dois de seus redatores vitimados

⁶⁴⁴ “A Indústria no Brasil”, *Marmota Fluminense*, n. 587, 01/06/1855, p. 1.

⁶⁴⁵ “Importação. Manifestos: Galera francesa *Nouvelle Pauline* do Havre”, *Diário do Rio de Janeiro*, 04/12/1856, p. 4. As outras embarcações pesquisadas foram: “Manifestos: Galera francesa *Empereur du Brésil*, do Havre”, *Diário do Rio de Janeiro*, 11/12/1851, p. 3. “Importação. Manifestos: Galera francesa *France et Brésil* do Havre”, *Diário do Rio de Janeiro*, 25/01/1855, p. 2. “Importação. Manifestos: Galera francesa *Ville de Rio* do Havre”, *Diário do Rio de Janeiro*, 29/03/1855, p. 2. “Importação. Manifestos: Galera francesa *Nouvelle Pauline* do Havre”, *Diário do Rio de Janeiro*, 07/11/1855, p. 4. “Importação. Manifestos: Brigue português *Joaquina*, de Lisboa”, *Diário do Rio de Janeiro*, 16/10/1856, p. 4. “Importação. Manifestos: Galera francesa *Imperatriz do Brasil*, do Havre”, *Diário do Rio de Janeiro*, 14/08/1857, p. 4. A importação de papel para o Rio de Janeiro sofreu um aumento substancial entre 1850 e 1852. De 117:462\$389, verificados entre 1850-1851, a valor da importação de papel para a Corte saltou para 689:525\$725, entre 1851-1852. Assim como sucedeu com a importação de outros itens, esse acréscimo derivava da reconversão dos capitais negreiros à praça comercial do Rio de Janeiro, após a extinção do tráfico transatlântico de escravos, em 1850. VITORINO, Artur José Renda. *Cercamento à brasileira...* op. cit., 2002, p. 44-45.

⁶⁴⁶ *Guanabara*, Tomo I, 1850.

pela epidemia de febre amarela de 1850, assim como outras ligadas “aos mil cuidados, dos quais depende essencialmente a vida material de um jornal”. Paula Brito, que tinha vasta experiência no que tangia à “vida material” dos periódicos, começou a imprimir e distribuir a revista a partir de 1851, como informava aliviado um de seus redatores:

O Sr. *Francisco de Paula Brito*, a quem de hoje por diante devem se dirigir os nossos assinantes para qualquer reclamação, que tenham de fazer, se acha encarregado de tudo quanto diz respeito à parte material do *Guanabara*: o público que não pode desconhecer a solícitude e a perícia com que o Sr. *Paula Brito* costuma desempenhar semelhantes encargos, verá sem dúvida, na tarefa de que ele se incumbiu, ainda uma garantia da futura regularidade desse periódico⁶⁴⁷.

Em 1855, a tiragem do *Guanabara* era de 680 exemplares, conforme informou Paula Brito em resposta a uma carta de Francisco Freire Alemão, médico e colaborador do periódico.⁶⁴⁸ No ano seguinte, no entanto, a revista foi extinta e em seu texto de despedida o Cônego Fernandes Pinheiro, redator-chefe, dedicou a Paula Brito palavras de reconhecimento: “consignaremos aqui um voto de gratidão ao digno editor, o Sr. Paula Brito, pelo cavalheirismo com que sempre se houve para conosco”.⁶⁴⁹

Mas em outros casos, principalmente em virtude dos custos de produção, a impressão de periódicos não acontecia sem conflitos. Assim foi com o *Auxiliador da Indústria Nacional*, órgão da prestigiada Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que circulava desde 1833, e que Paula Brito começou a imprimir em setembro de 1852.⁶⁵⁰ As relações entre o editor e a Sociedade Auxiliadora, presidida pelo Visconde de Abrantes, certamente se estreitaram a partir de 1851, quando Paula Brito apareceu entre seus 365

⁶⁴⁷ “Aos nossos assinantes”, *Guanabara*, Tomo I, 1851, p. 231.

⁶⁴⁸ Na ocasião, outubro de 1855, Francisco Freire escreveu à Paula Brito indagando sobre a tiragem do *Guanabara* em virtude da impressão de um “mapa que [devia] acompanhar uma Memória”. Anotado no mesmo papel com a caligrafia do editor lia-se: “680 é a edição”. ALEMÃO, Francisco Freire. *Carta a [Francisco de] Paula Brito, indagando sobre a tiragem do periódico Guanabara*. Rio de Janeiro, out. de 1855. BNRJ, Manuscritos, I-28, 02, 028.

⁶⁴⁹ “Epílogo”, *Guanabara*, Tomo III, 1856, p. 359-360.

⁶⁵⁰ Em 1848 o *Auxiliador* era impresso na Tipografia de F. M. Ferreira, Rua do Sabão, 117. Em 1852, antes de passar a ser impresso na Dous de Dezembro, o jornal foi publicado pela Tipografia de Vianna Júnior e Paula, Rua d’Ajuda, n. 57. A imprensa de Paula Brito aparece no número de setembro desse ano. *Auxiliador da indústria nacional*, n. 3, setembro de 1852, p. 114.

sócios efetivos. Em contrapartida, a associação igualmente tornou-se acionista da Dous de Dezembro.⁶⁵¹

Os custos anuais que envolviam a produção de um periódico da proporção do *Auxiliador da Indústria Nacional* – 12 números, com estampas e tiragem de mil exemplares mensais –, eram altos. Conforme seu tesoureiro, 60% das despesas totais da Sociedade, fixadas em 3 contos 712 mil réis em 1853, destinava-se à produção do jornal. Os custos de impressão chegavam a um conto e 200 mil réis, seguindo-se os custos com a brochura (120 mil réis), a gratificação do redator (600 mil réis) e do entregador (120 mil réis) e, por fim, os gastos com as estampas (200 mil réis). A receita total da Sociedade, orçada na mesma ocasião, era de mais de oito contos, sendo suas maiores fontes de renda a “Prestação do tesouro nacional” (4 contos de réis) e a mensalidade dos sócios (2 contos e 400 mil réis). Apenas 60 mil réis da receita total provinha das assinaturas e vendas avulsas do *Auxiliador da Indústria Nacional*. Valor que cobria apenas 2,67% dos gastos de produção da revista.⁶⁵² Para complicar, uma carta de Paula Brito escrita em julho de 1854, faz ressoar o descompasso entre a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o editor. Paula Brito então reclamava do “alto preço de tudo” e pedia um aumento à Sociedade, caso contrário ameaçava deixar de imprimir o periódico:

Ilmo. Snr.

Em consequência do alto preço de tudo, não me convém fazer a impressão do – *Auxiliador* – tal qual tem sido feito até aqui, 1.000 exemplares com capa, brochura, [etc.], por menos de 150\$000, isto é, mais 40\$000 do que até agora custava; V. S. resolverá a respeito como melhor entender, certo de que sobre as gravuras, desenhos, [etc.], poder-nos-emos explicar sempre convenientemente.

Tenho a honra de ser
de V. S.
[ilegível] terno [abrev. ilegível]

⁶⁵¹ Paula Brito era o sócio n. 145. “Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Ano Social de 1851-1852”, *Auxiliador da indústria nacional*, v. 6, n. 1, julho de 1851, p. 1-9. “Acionistas da Empresa Dous de Dezembro que, como tais, receberam o *Guanabara*”, *Guanabara*, Tomo III, 1856. Há referências à Dous de Dezembro no *Auxiliador*, quando foi relatado o recebimento dos impressos da companhia: “Os impressos da empresa – Dous de Dezembro, de que a Sociedade é Acionista”. *Auxiliador da indústria nacional*, n. 1, julho de 1852, p. 76.

⁶⁵² “Proposta fixando a despesa e orçando a receita da Sociedade Auxiliador da Indústria Nacional, para o ano de 1853-1854”. *Auxiliador da indústria nacional*, n. 1, v. 2, julho de 1853, p. 481-482.

Julho 25 - 1854.

Francisco de Paula Brito⁶⁵³.

Calculando os valores apresentados, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional pagava 110 mil réis por cada edição mensal da revista de mil exemplares, incluindo capa e brochura. Mas Paula Brito, pressionado pelos custos de produção, queria aumentar esse valor para 150 mil réis. Nesse caso um acordo não foi possível, na medida em que naquele mesmo mês o jornal passou a ser impresso na Tipografia da Viúva Vianna Júnior, na Rua d'Ajuda.⁶⁵⁴

Se a importação de matéria-prima encarecia a produção dos impressos, outra dificuldade enfrentada por editores e impressores que, a exemplo de Paula Brito se incumbiam de distribuí-los, era fazer com que livros e jornais saíssem do Rio de Janeiro. Invariavelmente todo jornal e periódico impresso na capital possuía dois preços, um para a Corte e outro para a província. Em razão dos custos do correio, os impressos sofriam um acréscimo em torno de mil a dois mil réis sobre o preço praticado no Rio de Janeiro. Porém, indícios apontam que o sistema de correio era falho o que dificultava sobremaneira a difusão dos impressos. “A redação da *Marmota* declara que não pode, em caso algum, responder pelas faltas que comete constantemente o Correio, uma vez que as remessas sejam feitas, como de fato o são, com a regularidade do costume”, escrevia Paula Brito em abril de 1858, justificando-se perante seus assinantes das províncias.⁶⁵⁵ Para o ano de 1860 a solução experimentada por Paula Brito foi enviar a *Marmota* mensalmente aos “assinantes de fora”. Assim, ao invés dos números avulsos duas vezes por semana os leitores e leitoras das províncias receberiam ao fim do mês todos os números publicados. Evita-se deste modo o extravio, descrito como constante, e os “romances e artigos continuados chega[vam] já completos”.⁶⁵⁶

⁶⁵³ BRITO, Francisco de Paula. *Carta a destinatário ignorado explicando a razão de não imprimir o Auxiliador*. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1854. BN, Manuscritos, I-28, 02, 028.

⁶⁵⁴ *Auxiliador da indústria nacional*, n. 1, julho de 1854.

⁶⁵⁵ “Aos Srs. Assinantes de fora”, *A Marmota*, n. 941, 09/04/1858, p. 1.

⁶⁵⁶ “Aos nossos assinantes de fora”, *A Marmota*, n. 1118, 20/12/1859, p. 1.

Em relação aos livros o problema persistia. Embora os registros apontem que Paula Brito atuou como representante de Santos e Comp., “impressores-livreiros de Pernambuco”, disponibilizando aos leitores da Corte “belíssimas edições de excelentes obras, tanto de Instrução, como de recreio, não só em brochura, como encadernadas”,⁶⁵⁷ naquele momento o comércio interprovincial de livros podia ser inconstante. Relembrando seus tempos de estudante na Faculdade de Direito de São Paulo na década de 1840, José de Alencar anotou que “Naquele tempo o comércio dos livros era, como ainda hoje, artigo de luxo; todavia, apesar de mais baratas, as obras literárias tinham menor circulação”. Alencar explicava que isso decorria da “escassez de comunicação com a Europa, e da maior raridade de livrarias e gabinetes de leitura”.⁶⁵⁸ Estudos recentes apontam que foi somente a partir da década de 1870 que, acondicionados nos vagões dos trens ou nos porões dos barcos a vapor, os livros e jornais começaram a circular mais livremente pelo Império afora. O protagonismo de Baptiste Louis Garnier, editor e livreiro francês radicado na Corte, na difusão dos impressos nas três últimas décadas do século XIX é igualmente apontado como determinante.⁶⁵⁹

Durantes os anos 1870, até mesmo a exportação de livros brasileiros para Portugal começa a ganhar fôlego a partir dos esforços de Ernesto Chardron, livreiro francês radicado no Porto.⁶⁶⁰ Mas, até que as conexões entre Rio de Janeiro, Porto e Lisboa fossem fortalecidas, o caso da *Confederação dos Tamoios* editado por Paula Brito ilustra bem a frouxa dinâmica desse comércio. Em um ensaio bibliográfico dedicado a Gonçalves de Magalhães, Inocêncio Silva se mostrou resignado ao registrar que “poucos leitores portugueses terão visto [a *Confederação dos Tamoios*], pois que dele não chegaram talvez a Portugal dez ou doze exemplares”.⁶⁶¹ Portanto, Paula Brito não viveu tempo suficiente para beneficiar-se dos esforços de Chardron, em Portugal, nem mesmo das estradas de ferro e

⁶⁵⁷ “Livros baratos”, *O Brasil*, n. 1.497, 18/09/1849, p. 4.

⁶⁵⁸ ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista...* op. cit., 2005. p. 38.

⁶⁵⁹ Sobre São Paulo, ver: DEAECTO, Marisa Midore. *O império dos livros...* op. cit., 2011. Sobre Mato Grosso: RODRIGUES, Eni Neves da Silva. *Impressões em preto e branco: história da leitura em Mato Grosso na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária), IEL, Unicamp, Campinas, 2008. Sobre o Ceará, ver: SILVA, Ozângela de Arruda. *Pelas rotas dos livros: circulação de romances e conexões comerciais em Fortaleza (1870-1891)*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011.

⁶⁶⁰ PALMA, Patrícia de Jesus. *O mercado do livro brasileiro em Portugal*. Texto não publicado. Agradeço a autora por compartilhar o artigo.

⁶⁶¹ Apud PALMA, Patrícia de Jesus. *O mercado do livro brasileiro em Portugal*. p. 3.

vapores no Brasil. Entre os 17.500 livros listados no inventário *post-mortem* do editor fluminense, restavam de maneira sintomática 60 exemplares do poema de Gonçalves de Magalhães, certamente encalhados por entraves logísticos.

A viúva Paula Brito

Em 1861 as filhas de Paula Brito eram senhoras casadas. A mais velha, Rufina, então com 27 anos, havia se casado com Leopoldo de Azeredo Coutinho por volta de 1853. Nessa época, Leopoldo era dono do “Ao livro de ouro”, loja situada na Praça da Constituição, n. 72, que vendia material de escritório, armarinhos, chá, charutos, entre outras mercadorias. Certamente a proximidade do “Ao livro de outro” foi decisiva para que a filha do editor conhecesse o negociante. Paula Brito, ao que tudo indica, fez muito gosto no enlace da primogênita, tanto que em anúncios da loja publicados na *Marmota Fluminense*, Leopoldo era descrito pelo sogro como “moço de grandes esperanças em negócios comerciais, e digno em tudo da consideração de que já tão geralmente goza”.⁶⁶² Não se sabe se Leopoldo era pardo como a esposa, assim como não se sabe a cor de Eduardo Vaz de Carvalho, o marido de Alexandrina, a caçula, com 24 anos em 1861. Em todo caso, era provável que àquela altura Paula Brito e Rufina morassem sozinhos na casa n. 32 da Rua da Carioca. Todos os trastes do casal arrolados no inventário *post-mortem* do editor estavam nesse endereço. O inventário também não incluía mais a posse de nenhum escravo. Em virtude das dificuldades financeiras que atravessava desde a falência da Dous de Dezembro, Paula Brito pode ter vendido a “boa preta que sabe bem lavar, engomar e tratar de meninos”, escrava certamente de sua propriedade que alugava em fins de março de 1857.⁶⁶³ Com efeito, sem dispor dos serviços de uma escrava doméstica, era Rufina quem por certo cuidava da casa.

A maioria dos móveis e utensílios dispostos na casa de Paula Brito eram descritos no inventário como ordinários. A sala de visitas possuía 12 cadeiras de jacarandá, duas de braços, sofá, mesa redonda e consolo com pedras, todos descritos como “já usados”. O que chamava a atenção na sala de jantar, além do guarda louça, da mesa e cadeiras, era um relógio americano, avaliado em oito mil réis. Mesmo valor do guarda roupa, que

⁶⁶² “Ao Livro d’Ouro”, *Marmota Fluminense*, n. 412, 25/10/1853, p. 6; n. 413, 28/10/1853, p. 6.

⁶⁶³ “Boa preta”, *Correio Mercantil*, 26 e 27/03/1857, p. 4.

juntamente com as “camas de vento” e as “marquesas ordinárias” compunham o mobiliário dos quartos. Por fim, entre os objetos, Paula Brito dispunha em casa de quatro castiçais de bronze, um candelabro, duas jarras finas e colheres de prata inglesa para chá e mesa, além dos “talheres ordinários” para uso cotidiano.⁶⁶⁴ Contudo, o editor passava a maior parte do dia fora de casa. Conforme se lia na *Marmota*, o editor “acha-se sempre no escritório da tipografia [...] das 8 horas da manhã até às 3 da tarde e das 4 às 9 da noite”.⁶⁶⁵ Um relato já citado informava que quem passasse pela Praça da Constituição podia vê-lo “à porta de sua oficina, sob as vestes singelas de trabalho, com o riso no semblante [e] o gracejo nos lábios”. Cena que, se verossímil, foi vista até fins de novembro de 1861 quando Teixeira e Sousa adoeceu.

Como sabemos, Paula Brito e Teixeira e Sousa eram amigos há mais de vinte anos. Em 1840, quando este se estabeleceu de vez no Rio de Janeiro, foi Paula Brito quem lhe ofereceu emprego, editou suas obras e tornou-o sócio da Tipografia de Teixeira & C. Em seguida, Teixeira e Sousa foi ser professor no Engenho Velho e, já em meados da década de 1850, foi nomeado escrivão do Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro pelo então Ministro da Justiça, José Thomaz Nabuco de Araújo. Na ocasião, Paula Brito, que já vinha publicando uma série de artigos laudatórios sobre o Ministro na *Marmota Fluminense*, festejou a nomeação do amigo.⁶⁶⁶ Quando adoeceu, vítima de uma hepato-enterite que o levou à morte no dia primeiro de dezembro de 1861, Teixeira e Sousa ainda atuava como escrivão. Em um artigo publicado dias depois do falecimento do amigo, o editor contou que poucos compareceram às exéquias, lamentando-se que “os tempos voaram, os anos e os meses passaram-se como dias e horas [...]”.⁶⁶⁷

O romancista havia deixado em completo desamparo a esposa e seis filhos – o caçula com três anos de idade e o mais velho com 12. Algo precisava ser feito. Assim, nos dias que seguiram ao sepultamento de Teixeira e Sousa, Paula Brito empenhou-se como pôde para levantar recursos para a família. Porém, Paula Brito, que tinha sofrido um “leve

⁶⁶⁴ *Inventário. Francisco de Paula Brito, falecido. Rufina Rodrigues da Costa Brito, Inventariante*. ANRJ, Juízo Municipal da 1ª Vara do Rio de Janeiro, n. 6.210, maço 448, 1862. fls. 29-29v.

⁶⁶⁵ “Tipografia de Paula Brito”, *A Marmota*, n. 1055, 13/05/1859, p. 4.

⁶⁶⁶ “O Sr. Ministro da Justiça”, *Marmota Fluminense*, n. 835, 03/04/1857, p. 1.

⁶⁶⁷ “Morte de Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa”, *A Marmota*, n. 1323, 06/12/1857, p. 1.

incômodo” no dia do enterro, também adoeceu gravemente. Quinze dias depois, no entardecer de 15 de dezembro de 1861, não obstante os cuidados do médico, Francisco de Paula Brito faleceu em sua casa, conforme registraram os jornais, vítima de uma linfatite.⁶⁶⁸

Na manhã seguinte o falecimento era notícia. “Não há quase um único homem de letras em nosso país que não lamente hoje a morte de Paula Brito”, lia-se no *Correio Mercantil*. O liberal *Diário do Rio de Janeiro* destacava o distanciamento político que sempre mantivera do editor conservador, “amigo dedicado e adversário respeitoso”. O *Jornal do Commercio* dizia que o finado “por sua constância no trabalho, por seu amor às letras pátrias, e por suas belas qualidades particulares soube granjear maior número de amigos e afeiçoados”. O vespertino *Correio da Tarde*, por sua vez, trazia informações sobre a concorrência ao funeral, entre os quais “alguns ministros, diversos estadistas, e outras pessoas notáveis”.⁶⁶⁹ Conforme o *Correio Mercantil*, o “enterro foi um dos mais concorridos de que há notícia, e concorrido sem distinção de classe nem de partidos”, comparecendo “artistas, operários, ministros de estado, senadores, deputados, jornalistas, negociantes, médicos [e] advogados”. O *Courrier du Brésil*, no entanto, destacou a presença das lideranças do partido conservador, as quais ajudaram a carregar o corpo do correligionário até a última morada.⁶⁷⁰

Nos dias que se seguiram muitas foram as missas dedicadas ao “eterno repouso” de Paula Brito. Celebraram-nas na igreja do Santíssimo Sacramento, na Nossa Senhora da Lampadosa, da qual o editor pertencia à irmandade lá sediada, e até em Portugal, na matriz de Matosinhos. No entanto, nenhuma delas causou tanta polêmica quanto a missa de sétimo dia, em virtude de um discurso então proferido pelo Dr. Caetano Alves de Sousa Filgueiras, amigo muito próximo do finado editor.⁶⁷¹ À parte a sucessão de elogios, caraterísticos de

⁶⁶⁸ “Biografia do Sr. Francisco de Paula Brito”, *Correio Mercantil*, n. 62, 03/03/1862, p. 2. “Crônica da quinzena”, *Revista Popular*. Tomo XIII, 1861. p. 52. “Crônica A*** XXIII”, *Correio Mercantil*, 22/12/1861, p. 1.

⁶⁶⁹ “Notícias diversas”, *Correio Mercantil*, 16/12/1861, p. 1. “Diário do Rio de Janeiro”, *Diário do Rio de Janeiro*, 16/12/1861, p. 1. “Gazetilha”, *Jornal do Commercio*, 16/12/1861, p. 1. “Notícias e avisos diversos”, *Correio da Tarde*, 16/12/1861, p. 2.

⁶⁷⁰ “Notícias diversas”, *Correio Mercantil*, 17/12/1861, p. 1. “Chronique du moment”, *Courrier du Brésil*, 22/12/1861, p. 1.

⁶⁷¹ Uma das missas rezadas na Igreja do Santíssimo Sacramento foi encomendada pela Associação Tipográfica Fluminense, ver: “Noticiário”, *Diário do Rio de Janeiro*, 30/12/1861, p. 1. Sobre a missa celebrada pela Confraria de Nossa Senhora da Lampadosa ver: “Publicações religiosas”, *Correio Mercantil*,

todo discurso fúnebre, Caetano Filgueiras dizia que Paula Brito, “como homem público era muito brasileiro”, uma vez que “todas as suas ideias, todos os seus esforços, todas as suas aspirações, eram a favor da sua pátria, e por isso viram-no sempre militar entre os homens que tomam por guia a grandeza e união de todos os membros deste grande império”, trecho que fazia uma mal disfarçada defesa da política de conciliação partidária levada a cabo pelos conservadores na década de 1850. Partido no qual Paula Brito e o próprio Filgueiras militaram e que era descrito no discurso como o guia da nação. O orador arrematava seu raciocínio referindo-se à “mão escura” de Paula Brito, “que todos os grandes estreitavam com efusão d’alma”.⁶⁷²

A missa de sétimo dia, o discurso do Dr. Filgueiras e até a alusão à “mão escura” de Paula Brito fizeram eco na imprensa oposicionista até em Pernambuco. Isso porque poucos dias depois da missa, o Dr. Filgueiras foi nomeado presidente da província de Goiás, conforme informava o *Liberal*, publicado no Recife:

O governo demitiu o presidente de Goiás, Alencastre, porque este senhor avisou ao tesouro que tinha feito despesa com os festejos do dia 7 de setembro, e pretendia fazê-la com os de 2 de dezembro: o governo desaprovou esses gastos, porque só a Corte é que tem direito de derramar pelas algibeiras dos velhacos as rendas públicas: as províncias nada tem que ver com a independência do Brasil, a sua obrigação é somente produzirem grande receita para os malandros da Corte desperdiçarem a seu talante... Por esta *plausível* razão foi exonerado aquele presidente, sendo nomeado para substituí-lo o Dr. Caetano Filgueiras, moço de mui limitada esfera, mas que faz seus versinhos, e é mui serviçal ao Vaticano, acrescentando que foi o encarregado pelo Paranhos de recitar o discurso da missa do sétimo dia do Paula Brito, e fê-lo por tal modo que todo o consistório ficou satisfeito, particularmente por ele ter feito sobressair as circunstâncias de o papa Eusébio apertar as mãos escuras de Paula Brito... Muito pedantismo se vê n’esta terra! O Paranhos era muito amigo do Paula Brito porque este apoiava a sua candidatura à senatoria até na folha das moças, a *Marmota*, e por isso deu esse despacho ao Filgueiras, tendo no mesmo sétimo dia despachado um genro do Paula Brito, Leopoldo Coitinho (sic), administrador das capatazias da alfândega da corte: é para isto que se criam empregos, para fazer pagamentos infames.⁶⁷³

24/12/1861, p. 2. Já a missa celebrada em Portugal, na matriz de Matosinho, foi encomendada por Francisco Joaquim Correa de Brito, conforme se anunciava no jornal *O Português*, ver: “Portugal”, *O Português*, 16/03/1862, p. 3.

⁶⁷² O discurso de Caetano Filgueira foi publicado no *Diário*, três dias após a missa. Ver: “Discurso proferido pelo Dr. Caetano Alves de Sousa Filgueiras por ocasião da missão sétimo dia de Francisco de Paula Brito”, *Diário do Rio de Janeiro*, 24/12/1861, p. 2.

⁶⁷³ “Interior”, *O Liberal*, Recife, 18/03/1862, p. 2-3.

O jornal pernambucano errou o genro. Quem foi nomeado administrador das capatazias da alfândega da Corte foi Eduardo Vaz de Carvalho, marido da filha caçula de Paula Brito, não Leopoldo de Azeredo Coutinho, comerciante casado com a filha mais velha.⁶⁷⁴ Em todo caso, logo nas primeiras linhas do artigo emerge a velha questão da autonomia das províncias insatisfeitas diante da centralização política e econômica do Império na Corte do Rio de Janeiro. Conforme denunciava o jornal, negócios de extrema importância para as províncias, como a nomeação dos seus presidentes, eram decididos de maneira escusa. O Dr. Filgueiras, embora “moço de mui limitada esfera”, como sublinha o jornal, tinha alguma lábia e era bem relacionado, e, graças a isso, abocanhara o cargo. O que nos interessa, no entanto, é que o finado Paula Brito aparecia, emprestando a expressão empregada em um dos seus necrológios, como “o elo máximo de uma grande cadeia de amigos”.⁶⁷⁵ Se em vida apoiou candidatos do partido conservador, morto ainda exercia alguma influência, da escolha do novo presidente da província de Goiás à nomeação de seu genro para um cargo público.

Mas como de fato aludia o *Liberal*, nas eleições de 1861 o *Diário do Rio Janeiro*, porta-voz dos luzias na Corte, referia-se ao conservador José Maria da Silva Paranhos como o “*marmoteiro-mor* do império”. Conforme uma série de textos humorísticos publicados no *Diário*, o “Pobre Sr. Paranhos! Tão moço, tão desgraçado, e já careca!”, por seu turno, “abriu *marmota* nova e começou a maçar os leitores da *Marmota* do nosso Paula Brito com artiguinhos eleitorais”.⁶⁷⁶ À época Paula Brito chegou a reconhecer que “na quadra eleitoral”, a *Marmota* extrapolou um pouco ao defender o partido conservador e seus candidatos, o que teria causado o ressentimento de alguns assinantes. Mas, mal se desculpando, o editor reafirmava que “no partido conservador, os homens (os chefes) representam as ideias, e, em política, deve ser sempre assim, e tanto nós assim o entendemos que assim praticamos e havemos sempre de assim praticar”.⁶⁷⁷

Tendo em vista que seus problemas eram outros, relacionados principalmente à manutenção da tipografia, ao que tudo indica a viúva do editor manteve-se alheia às

⁶⁷⁴ “Notícias diversas”, *Correio Mercantil*, 24/12/1861, p. 1.

⁶⁷⁵ “Crônica da quinzena”, *Revista Popular*. Tomo XIII, 1861. p. 64.

⁶⁷⁶ “Comunicado: Colaboração humorística”, *Diário do Rio de Janeiro*, 02/01/1861, p. 2.

⁶⁷⁷ “A Marmota e a política”, *A Marmota*, n. 1259, 26/04/1861, p. 1.

discussões políticas na imprensa. Nos meses que se seguiram à morte de Paula Brito, Rufina custeou o luto da família graças a um empréstimo feito pelo genro Leopoldo e no início de maio de 1862, ela apresentou-se perante o juiz municipal da primeira vara da Corte para dar início ao inventário do finado editor. Talvez por não esperar a morte tão cedo, Paula Brito não deixou testamento. Assim, em junho, Rufina solicitou ao juiz que se realizassem as avaliações dos bens do casal – tanto da tipografia e da livraria, como os móveis e utensílios da casa em que moravam.

No mesmo período Leopoldo e Eduardo abriram mão da herança de suas esposas em prol do inventário do sogro. Não que Rufina e Alexandrina receberiam algum bem móvel ou imóvel. Muito pelo contrário, ambas, ao lado da mãe, herdaram apenas dívidas. Os prédios nos quais funcionavam a tipografia e a livraria, números 64 e 68 da Praça da Constituição, eram alugados e só os aluguéis atrasados ultrapassavam um conto e 700 mil réis. Acrescendo-se a este valor os ordenados dos caixeiros e entregadores, os salários dos operários, a conta de consumo de gás, o acerto da venda de papel selado, medicamentos, despesas com o funeral e com o luto da família, a dívida extrapolava os quatro contos e 800 mil réis. Além disso, a viúva também declarou que devia seis contos ao Visconde de Ipanema por uma letra de hipoteca. Já as dívidas por “contas e letras” assumidas pelo finado chegavam a 11 contos, enquanto as oriundas da falência da Dous de Dezembro ultrapassavam os 13 contos de réis.⁶⁷⁸

Diante do montante da dívida, os bens deixados por Paula Brito eram pouco expressivos. Os móveis e utensílios da casa, bem como o mobiliário da loja, valiam pouco mais de 400 mil réis. Toda a tipografia, avaliada pelo editor Baptiste Louis Garnier e por

⁶⁷⁸ Os valores foram aproximados para facilitar a compreensão do leitor. Porém, as cifras exatas eram: 4:826\$630, por “por alugueis em que digo das casas em que estão montadas os estabelecimentos, por ordenados de caixeiros, por ordenados de entregadores de jornais e cobradores, por salários de operários, pelo consumo do gás, pela liquidação da conta de venda do papel selado, por medicamentos e despesas para o enterro e luto para a família, como demonstra a lista que junta sob n. 2 a quantia de quatro contos e oitocentos e vinte oito mil seiscentos e trinta réis”; 6:000\$000 “por uma letra que se refere a escritura de hipoteca que junta sob n. 3 a quantia de 6 contos de réis”; 11:195\$637 “por contas e letras que tem sido apresentadas, como demonstrado pelas listas que junta sob n. 4, a quantia de onze contos cento e noventa e cinco mil seiscentos e trinta e sete réis”; 13:675\$000 “pela concordata feita por seu finado marido em 1857”, ver: “Declarações que faz Rufina Rodrigues da Costa Brito, viúva e inventariante dos bens de seu casal por falecimento de seu marido Francisco de Paula Brito”, In: *Inventário. Francisco de Paula Brito, falecido. Rufina Rodrigues da Costa Brito, Inventariante*. ANRJ, Juízo Municipal da 1ª Vara do Rio de Janeiro, n. 6.210, maço 448, 1862. fls 11, 11v.

João Paulo Ferreira Dias, administrador da Tipografia Nacional, foi estimada em seis contos e 500 mil réis. O estoque de mais de dezessete mil livros alcançou pouco mais de cem réis o volume, por volta de um conto e 700 mil réis no total. Se Rufina conseguisse leiloar todos os bens o montante seria de aproximadamente oito contos e 500 mil réis, algo em torno de 24% de uma dívida que somada ia além dos 35 contos.⁶⁷⁹ O inventário, no entanto, se estendeu por quatro anos, até 1866. Neste ínterim Rufina não cruzou os braços e, do mesmo modo que outras esposas de tipógrafos e livreiros falecidos, como as viúvas Moré e Bertrand em Portugal, ou a viúva Ogier no Rio de Janeiro, assumiu os negócios. Por certo ela conhecia os meandros tanto da oficina quanto da livraria, desempenhando ao lado do marido um papel que as fontes escondiam até a morte deste. Seja como for, agora Rufina dispunha de um estoque considerável de livros, além do maquinário em bom estado. Restava, portanto, renegociar os aluguéis e salários atrasados e novamente fazer ranger os prelos.

Um das primeiras medidas era a renovação do contrato com a Câmara Municipal. Poucos meses antes de falecer, no início de março de 1861, Paula Brito tentou reformar o acordo por mais quatro anos. Até 1865, sua tipografia forneceria todos os impressos utilizados pelas repartições municipais, bem como continuaria a impressão do *Arquivo Municipal*, jornal que, como sabemos, Paula Brito havia fundado em 1859. Possivelmente prevendo o fim do jornal, o editor apresentou duas modalidades contratuais. A primeira, no valor de três contos e 600 mil réis anuais, reformava somente o contrato para o fornecimento dos impressos utilizados pela burocracia – os talões, recibos, editais, etc. A segunda, por sua vez, garantia por quatro contos e 800 mil réis anuais, além do suprimento de impressos, a continuidade do *Arquivo Municipal*. Porém, na ocasião o editor se viu em maus lençóis, pois os vereadores se dividiram quanto à renovação do contrato. Foi pelo

⁶⁷⁹ A dívida perfazia um total de 35:967\$267. As cifras exatas das avaliações eram: 411\$500 pelos “trastes de uso doméstico [...] e mais a armação e mais móveis do escritório”; 6:500\$000, pelo tipografia “com todos os seus pertences”; 1:751\$500, pelos livros. *Inventário. Francisco de Paula Brito, falecido. Rufina Rodrigues da Costa Brito, Inventariante*. ANRJ, Juízo Municipal da 1ª Vara do Rio de Janeiro, n. 6.210, maço 448, 1862. fls. 29-32. Analisei as avaliações de bens de maneira mais detalhada em: GODOI, Rodrigo Camargo de. O espólio do editor: A “Avaliação de Bens” do Inventário de Francisco de Paula Brito. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

voto de minerva que Paula Brito conseguiu a aprovação da última proposta. Porém, por apenas um ano, não pelos quatro que a princípio projetara.⁶⁸⁰

Após assumir a tipografia, Rufina manteve o acordo com a Câmara Municipal para o restante de 1862.⁶⁸¹ Mas, para o ano seguinte, ela teve que disputar com H. E. Tavares e Comp. a renovação do contrato. Rufina pretendia continuar fornecendo à Câmara “todos os objetos de expediente, e fazer as impressões necessárias” por seis contos de réis anuais. O Dr. Dias da Cruz, vereador que analisou a proposta baseado em dados da contadoria da Câmara, redigiu parecer favorável à viúva.⁶⁸² Porém, o caso sofreu uma reviravolta inesperada quando o presidente da Câmara julgou que estava na hora de cortar gastos com impressão. O *Arquivo Municipal* devia ser extinto, na medida em que “sua pequena circulação”, sentenciava o presidente, “tem obrigado a câmara tanto atual com a transata, a novas despesas com publicações nas folhas que são lidas”. O desprezo do público leitor pelo *Arquivo Municipal* obrigava a Câmara a divulgar seus assuntos também no *Correio Mercantil*, que para isso cobrava um conto e oitocentos mil réis. Por conseguinte, o presidente decidiu reavaliar todo o acordo vigente com a viúva Paula Brito, propondo novo contrato com a tipografia do *Correio Mercantil*. Bem que o vereador Dr. José Mariano da Silva tentou salvar o acordo com Rufina, pedindo que “por equidade, [desse] preferência à casa Paula Brito, visto sujeitar-se esta às mesmas condições impostas pelo *Mercantil*, e ter sempre cumprido satisfatoriamente os seus contratos”. Mas sua proposta caiu por um voto.⁶⁸³

Não obstante este revés, Rufina continuou labutando. Tanto que, vez por outra, os jornais noticiavam uma obra saída ou por sair dos prelos da viúva Paula Brito. Livros como as *Postilas de Aritmética* do matemático Manuel José Ferreira Frazão, adotado em

⁶⁸⁰ Vários papéis sobre o patriota Francisco de Paula Brito, dono da loja de papel da Praça da Constituição e editor; com referência a publicações mandadas fazer pela Câmara Municipal, inclusive o “Arquivo Municipal”, 1852, 1860, 1862. AGCRJ, 47.1.60.

⁶⁸¹ Vários papéis sobre o patriota Francisco de Paula Brito, dono da loja de papel da Praça da Constituição e editor; com referência a publicações mandadas fazer pela Câmara Municipal, inclusive o “Arquivo Municipal”, 1852, 1860, 1862. AGCRJ, 47.1.60.

⁶⁸² “Câmara Municipal: 21ª sessão em 23 de julho de 1862”, *Correio Mercantil*, 18/08/1862, p. 2. “Câmara Municipal: 24ª sessão em 13 de agosto de 1862”, *Correio Mercantil*, 29/08/1862, p. 2.

⁶⁸³ “Ilma. Câmara Municipal da Corte; 28ª sessão em 13 de setembro de 1862”, *Correio Mercantil*, 23/09/1862, p. 2. Em 1866, Rufina tentou fornecer impressor e material de escritório para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Porém, tudo indica que novamente perdeu a concorrência para a tipografia do *Correio Mercantil*. Publicações. Papéis separados em ordem cronológica, 1838-1913. AGCRJ, 48.4.69.

diferentes colégios do Rio de Janeiro, e a *Sinopse genealógica, cronológica e histórica dos reis de Portugal e dos imperadores do Brasil*, de Henrique de Beaupaire Rohan.⁶⁸⁴ Em março de 1864, Rufina imprimiu também o *Almanak Militar*, composto inteiramente com tipos fundidos pelos detentos da Casa de Correção do Rio de Janeiro. Conforme informava o *Diário*, “a casa Paula Brito dando preferência a esses tipos para a impressão do *Almanak* continua as tradições de seu antigo e patriótico chefe”, acrescentando que “a edição é feita com cuidado e revela os esforços que os sucessores de Paula Brito não cessam de fazer, já para adiantar a sua arte, já para conservar a reputação do seu estabelecimento”.⁶⁸⁵ Em janeiro de 1864, ensaiou-se também o retorno da *Marmota*, mas a nova série do periódico não foi além do décimo quinto número.⁶⁸⁶

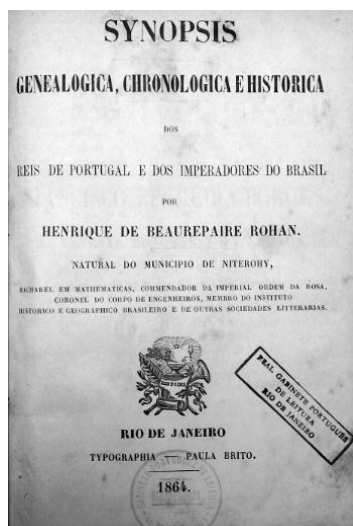


Figura 23 – Um dos poucos livros impressos na tipografia da viúva Paula Brito.

Foi somente em abril de 1866 que Rufina solicitou ao juiz municipal da primeira vara do Rio de Janeiro que se procedesse ao leilão dos bens legados por seu marido. Na ocasião, o mobiliário foi arrematado por seu avaliador, o carpinteiro e mestre de obras Antonio de Pádua da Silva. Porém, as máquinas e artefatos da tipografia, bem como os livros, não encontraram “lançador” interessado em arrematá-los. Com o passar do tempo a

⁶⁸⁴ *Correio Mercantil*, 11/02/1863, p. 2. “Publicação literária”, *Diário do Rio de Janeiro*, 04/08/1864, p. 3.

⁶⁸⁵ “Noticiário”, *Diário do Rio de Janeiro*, 13/03/1864, p. 1.

⁶⁸⁶ *A Marmota*, n. 15, 10/04/1864.

depreciação da tipografia foi se acentuando. Em junho de 1866, em razão do encalhe no último leilão, nova avaliação foi feita e o valor dos bens caiu para quatro contos e 600 mil réis. Realizou-se novo leilão e mais uma vez ninguém demonstrou interesse pela tipografia e livraria. Uma terceira avaliação foi solicitada, e novamente o espólio foi examinado, desta vez caindo para dois contos e 200 mil réis.⁶⁸⁷

Não obstante a desvalorização progressiva dos bens, Rufina teve de enfrentar um dos credores do finado editor, Manuel Rufino de Oliveira. Em documento remetido ao juiz, ele pedia o embargo e leilão da tipografia imediatamente, lançando sérias acusações à viúva e seus genros que, em suas palavras, discordavam “na dita venda por puro capricho; porque a tipografia e livros, únicos bens do falecido, não cabe em sua meação, os herdeiros também se opõem à venda ao passo que declaram terem desistido da herança”.⁶⁸⁸ Rufina defendeu-se de próprio punho em ofício igualmente remetido ao juiz. Nele afirmava: “Na qualidade de viúva e inventariante dos bens do finado Francisco de Paula Brito, não reconheço o direito que pretende o requerente por efeito do embargo que foi conseguido à troca de alegações falsas com que iludiu o Juiz”.⁶⁸⁹ De fato, o juiz havia deferido o embargo proposto por Manuel Rufino e em breve a tipografia e a livraria seriam leiloadas em favor dele e dos demais credores. Disposta a derrubar o embargo, Rufina nomeou o genro Leopoldo como seu representante.



Figura 24 – Assinatura da viúva Paula Brito.

No entanto, nenhum deles contava com o sucedido na noite de 25 de setembro de 1866. Por volta da uma da madrugada um incêndio alastrou-se pelos prédios n. 70 e 72 da Praça da Constituição. O número 70, onde funcionava a loja de fotografias de João Fortuna, era também ocupado por engraxates. Já o número 72, em que por certo tempo funcionou o

⁶⁸⁷ GODOI, Rodrigo Camargo de. O espólio do editor: A “Avaliação de Bens” do Inventário de Francisco de Paula Brito. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

⁶⁸⁸ *Inventário. Francisco de Paula Brito, falecido. Rufina Rodrigues da Costa Brito, Inventariante*. ANRJ, Juízo Municipal da 1ª Vara do Rio de Janeiro, n. 6.210, maio 448, 1862.

⁶⁸⁹ Idem, fls. 47.

“Ao livro de ouro”, era ocupado pela charutaria de José Inácio do Valle. Os dois prédios foram completamente destruídos e o fogo acabou por atingir a fachada e os fundos do estabelecimento da viúva Paula Brito.⁶⁹⁰ Ainda que o interior da livraria e tipografia tenha sido preservado do fogo, não esteve imune à água. Em virtude da inundação causada pelos bombeiros, os papéis, livros, prelos e demais itens da tipografia foram seriamente danificados. Em dezembro, o juiz ainda requereu nova avaliação do que havia restado, mas o inventário se encerra sem esclarecer o que sucedeu.

Certo é, no entanto, que Rufina permaneceu na Praça da Constituição até 1868 quando, de acordo com o *Almanak Laemmert*, transferiu-se para a Rua do Sacramento, n. 10. Certamente com uma tipografia de menores proporções, nada comparada à do falecido Paula Brito, a viúva permaneceu neste endereço até 1875, quando os irmãos Laemmert registram-na pela última vez entre os proprietários de tipografias no Rio de Janeiro.

Embora seja difícil precisar os números, se calcularmos sua idade pela que Paula Brito teria, a viúva contava entre 65 e 70 anos quando faleceu na madrugada de 8 de março de 1879, 18 anos depois da morte do marido. Além das duas filhas, também viúvas, Rufina deixou quatro netos.⁶⁹¹

Por fim, gosto de imaginar que o editor poderia ter ficado satisfeito com o destino de sua primogênita. Dois anos antes da morte de Leopoldo, em 1875, Rufina, então com quase 40 anos, foi nomeada professora pública em Macaé pelo presidente da província do Rio de Janeiro. Paula Brito passou grande parte da vida engajado em ilustrar o país por intermédio dos inúmeros jornais e livros que editou e imprimiu e sua filha de certo modo continuou esse legado. Todavia, embora não almejasse alcançar todo o Império do Brasil

⁶⁹⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 27/09/1866, p. 2.

⁶⁹¹ *O Repórter*, ano I, n. 62, 09/03/1879, p. 3; “A viúva Paula Brito”, *Gazeta de Notícias*, 09/03/1879, p. 5.

como queria seu pai, por certo aquela professora parda fez alguma diferença para as 52 crianças que alfabetizou em 1874, e para outras tantas nos anos que se seguiram.⁶⁹²

Uma alma sensível, semelhante à descrita no capítulo XXXIV das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, talvez se comovesse diante do último parágrafo. No entanto, ainda cabe neste trabalho uma reflexão sobre os nexos históricos da atividade editorial desempenhada pelo editor Francisco de Paula Brito como parte constitutiva da política de instrução pública no Império do Brasil. Vamos, portanto, ao Epílogo e, alma sensível, “limpa os óculos, – que isso às vezes é dos óculos, –”.⁶⁹³

⁶⁹² “Noticiário”, *A Instrução Pública*, ano II, n. 25, 22/06/1873, p. 7. “Província do Rio de Janeiro, 1874: Município de Magé; Professoras Públicas”. *AL*, 1874, p. 111. *A Reforma*, 14/02/1875, p. 4. “Província do Rio de Janeiro”, *Gazeta de Notícias*, 09/12/1879, p. 2.

⁶⁹³ ASSIS, Machado de. *Obras completas*, v.I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006. p. 555.

Epílogo

Por intermédio da trajetória de Francisco de Paula Brito é possível apreendermos a especificidade histórica em torno do aparecimento do editor no Rio de Janeiro no momento em que esses empreendedores de bens culturais impressos igualmente surgiam em diferentes cidades do ocidente, cada qual respondendo a estímulos particulares e variados. No caso brasileiro, dois fatores convergiram para dinamizar tal processo. Em primeiro lugar, diante da crescente internacionalização do mercado editorial na década de 1840, a necessidade de fazer frente às traduções francesas avidamente consumidas no Rio de Janeiro em diferentes suportes materiais. Em segundo, as alianças políticas que franqueavam o acesso às modalidades de financiamento instituídas pelo governo imperial, dos privilégios às loterias. Nesse sentido, é importante destacar que, no caso brasileiro, o aparecimento do editor coincide com a formação do Estado nacional o que, com efeito, desdobra a questão.

Em diferentes estudos, Robert Darnton tem apontado a necessidade de se pensar (e se fazer) a história dos livros para além dos livros. Isso por intermédio do que ele chama de uma “história social e cultural da comunicação impressa” cujo intuito seria “entender como as ideias eram transmitidas por vias impressas e como o contato com a palavra impressa afetou o pensamento e o comportamento da humanidade nos últimos quinhentos anos”. Editores teriam desempenhado um papel fundamental nesta dinâmica e, por conseguinte, um inquérito da atuação desses agentes induziria “a história dos livros a penetrar na história social, econômica e política, com benefícios mútuos”.⁶⁹⁴

Pois bem, um dos mais influentes estudos sobre as origens do Estado nacional brasileiro é o já citado livro de Ilmar Rohloff de Mattos, o *Tempo Saquarema*. Nele o historiador descreve como a construção do Estado imperial operou-se ao mesmo tempo em que se constituía a classe senhorial que, por sua vez, em um esforço pendular, forjava a si mesma e à nação que dirigia. Constituída a partir de um pequeno grupo de políticos e

⁶⁹⁴ DARNTON, Robert. “O que é a história dos livros?”. In: *O beijo de Lamourette...* op. cit., 2010. p. 122; 140. Ver também: DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio...* op. cit., 1996, p. 13.

proprietários de terras e escravos da Província do Rio de Janeiro a *direção saquarema*, como a nomeou o historiador, fez da Ordem e da Civilização os estandartes de seu ambicioso projeto. No entanto, o que se entendia por Ordem era antes de tudo o controle sobre a população, a manutenção da monarquia e do vasto território nacional, a centralização política e econômica na Corte do Rio de Janeiro, a perpetuação do latifúndio e do trabalho escravo, assim como o monopólio da violência sobre a massa de homens livres e pobres. Civilização, por sua vez, era entendida como o instrumento para edificação da “boa sociedade”, o que em última instância se caracterizava nos meios para se transformar um plantador de café e comprador de africanos contrabandeados em membro da polis imperial, ou seja, em um partícipe digno do Estado e da classe que se formava. Para se levar a cabo esse intento foi preciso que a direção saquarema se espraiasse para além dos fazendeiros, ministros e senadores, abrangendo outros estratos da sociedade que igualmente acediam e difundiam os mesmos princípios de Ordem e Civilização.⁶⁹⁵

A adesão incondicional de Francisco de Paula Brito ao núcleo saquarema, que se confundia com as lideranças do partido conservador, é exemplar da eficácia desse grupo. Ao levarmos em conta que a formação moral e intelectual da “boa sociedade” devia-se em grande parte ao que ela lia, o recrutamento de um editor-livreiro pela classe senhorial que forjava a si mesma e ao Estado imperial era de vital importância à manutenção e reprodução dessa classe. Francisco de Paula Brito havia se tornado ele próprio um dirigente saquarema, atento ao aliciar romancistas e jornalistas que ao fim e ao cabo serviriam aos mesmos desígnios. Portanto, se em essência ambas as expressões não compartilhassem de meios parecidos e fins quase idênticos, podemos substituir a “política de Instrução Pública”, conforme empregada por Ilmar Mattos, por uma “política da atividade editorial”:

Ora, a íntima relação entre a política de Instrução Pública e a construção do Estado imperial era uma faceta da constituição da classe senhorial, dos mecanismos que ela procurava forjar e pôr em movimento de modo que levasse a cabo uma expansão necessária. Assim, e tendo em consideração uma trajetória na qual [...] *a formação do Povo* consistia, em primeiro lugar, tanto em distinguir cada um dos cidadãos futuros da massa de escravos quanto em resgatá-los da barbárie.⁶⁹⁶

⁶⁹⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema...* op. cit., p. 15; 170; 293-296.

⁶⁹⁶ Idem, Ibidem. p. 287.

Veículos de Civilização, os romances, peças de teatro, jornais e revistas literárias ou científicas serviam à conservação da Ordem precisamente por meio “das crenças e ideias” que transmitiam. Ordem baseada principalmente na barbárie da escravidão. Por conseguinte, para um leitor ou leitora que se divertia e se instruía acompanhando, por exemplo, um folhetim em um jornal como a *Marmota Fluminense* talvez fosse indiferente saber que aquele pedaço de papel prenhe de entretenimento, mas também de progresso moral e material, podia ter sido impresso por um escravo, e que antes outro escravo havia distribuído a tinta de impressão no batedor.

Conforme escreveu Machado de Assis, em 1865, após a morte de Paula Brito quem assumiu o posto de primeiro editor no Rio de Janeiro foi o francês Baptiste-Louis Garnier. Na ocasião o então cronista do *Diário do Rio de Janeiro* salientou a “a vastidão de relações” que Garnier possuía fora do país, referindo-se implicitamente aos seus irmãos Auguste e Hippolyte, livreiros e editores estabelecidos em Paris.⁶⁹⁷ No entanto, os modos de reprodução dessa política da atividade editorial no Império, que servia concomitantemente tanto à consolidação do Estado nacional brasileiro como à difusão de determinado projeto de Civilização e Ordem, encontra-se descrito em um documento localizado entre os papéis do Marquês de Olinda, atualmente depositados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

Baptista Luís Garnier, livreiro editor, requereu, há dous anos, uma condecoração; o requerimento acha-se desde então no Gabinete do Ministério do Império.

O peticionário está, há mais de vinte anos, estabelecido na Capital do Império, tem sido Editor da maior parte das obras científicas, literárias e elementares da instrução pública, que existem no país.

Grande é o número de autores nacionais cujas obras não teriam visto a luz, a não ser o auxílio que o dito Editor lhes tem prestado, comprando-lhes as edições, e fornecendo lhes os capitais para a respectiva impressão.

Além de muitos autores de diversas obras e compêndios para a instrução pública, que tem encontrado no peticionário auxílio eficaz para a realização de suas publicações, figuram, entre outros, altos funcionários do Estado.

Um serviço real prestou o peticionário fazendo reimprimir os “Clássicos da literatura portuguesa”, alguns dos quais já eram raríssimos no mercado.

⁶⁹⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 03/01/1865, p. 1. Sobre os Garnier em Paris, ver: MARTIN, Odile; MARTIN, Henri-Jean. “Le monde des éditeurs”. In: CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean (Dir.). *Histoire de l'édition française...* op. cit., 1990, p. 180-181.

A “História da fundação do Império brasileiro”, pelo conselheiro João Manuel Pereira da Silva, as obras do Sr. Visconde do Uruguai, e muitíssimas outras, que seria longo citar, são editadas pelo peticionário.

Outros livreiros-editores têm já alcançado honra igual à que ele aspira; e por isso pede-se a V. Exa. o Sr. Marquês de Olinda se digne de atender a sua súplica.⁶⁹⁸

Embora inserido na gramática peculiar dos pedidos, o requerimento, que possivelmente chegou às mãos do Marquês de Olinda quando este chefiava o Gabinete de 12 de maio de 1865, primeiramente procurava convencer que Garnier era digno da tal comenda em razão dos serviços que havia prestado à instrução pública do país. Logo de início, portanto, tocava em um ponto considerado de suma importância aos dirigentes do Estado imperial. Mas, para além dos compêndios e obras destinadas à instrução pública, Garnier também lembrava ao Ministro que publicou um dos mais renomados historiadores saquaremas, Pereira da Silva, bem como obras do Visconde de Uruguai, Paulino José Soares de Souza. Tendo-se em vista que “outros livreiros-editores têm já alcançado honra igual à que ele aspira”, nada mais justo que os serviços de Baptiste-Louis Garnier fossem igualmente reconhecidos.

Em 1867, em um momento em que cidadãos brasileiros recebiam comendas imperiais semelhantes por libertarem seus escravos e oferecê-los ao exército engajado na luta contra o Paraguai, “o súdito francês B. L. Garnier” enfim tornou-se Cavaleiro da Ordem da Rosa, “em atenção aos serviços que tem prestado em relação aos progressos da literatura e da imprensa”.⁶⁹⁹

⁶⁹⁸ Informações dirigidas ao Marquês de Olinda sobre a pessoa e trabalhos do livreiro-editor Baptista Luís Garnier que requereu uma condecoração. IHGB, Lata 214, Doc. 61.

⁶⁹⁹ O decreto nomeando Garnier Cavaleiro da Ordem da Rosa foi assinado no dia 16 de março de 1867. Em relação à Imperial Ordem da Rosa, na mesma ocasião Manuel de Araújo Porto-Alegre foi nomeado comendador; José de Alencar, Tavares Bastos e Emílio Adet, oficiais; e Machado de Assis, cavaleiro. “Noticiário: Ministério do Império”, *Diário do Rio de Janeiro*, 17/03/1867, p. 1. Sobre cidadãos agraciados com a Imperial Ordem da Rosa por terem libertado escravos em prol da Guerra do Paraguai, ver: “Atos oficiais: Ministério do Império”, *Diário do Rio de Janeiro*, 03/02/1867, p. 1.

Anexos

Anexo 1

Escravos do Sargento-mor Francisco Pereira de Brito (1725-1737).

<i>Nome</i>	<i>Ano</i>	<i>Descrição do registro</i>	<i>Referência</i>
Rosa*	1725	Mãe de Eusébio, batizado a 11/03/1725.	Cf. A, fls. 129v.
Eusébio	1725	Menino batizado a 11/03/1725.	Cf. A, fls. 129v.
Francisco	1725	Padrinho do menino escravo André, batizado a 08/09/1725.	Cf. A, fls. 112.
Maria	1725	Madrinha do menino escravo André, batizado a 08/09/1725.	Cf. A, fls. 112.
Francisco	1728	Padrinho da menina Custódia	Cf. C, fls. 126.
Luiza	1728	Madrinha da menina Custódia	Cf. C, fls. 126.
Rosa*	1728	Mãe da menina Maria	Cf. C, fls. 126v.
Maria	1728	Filha da escrava Rosa	Cf. C, fls. 126v.
Francisco Mina	1731	Casamento de seu filho Domingos Pereira, crioulo forro.	Cf. C, fls. 76.
Maria Pereira	1731	Casamento de seu filho Domingos Pereira, crioulo forro.	Cf. C, fls. 76.
Josefa	1732	Batizada a 05/04/1732, filha da escrava Maria.	Cf. D, fls. 13.
Maria*	1732	Mãe da menina Josefa	Cf. D, fls. 13.
Lourenço	1732	Filho de Maria, batizado em agosto de 1732.	Cf. D, fls. 27.
Maria*	1732	Mãe de Lourenço.	Cf. D, fls. 27.
Rosa	1733	Batizou a 26/05/1733 o adulto Joaquim Mina	Cf. D, fls. 28.
José	1734	Filho de Maria, batizado a 05/09/1734.	Cf. B, fls. 61v.
Maria	1734	Teve o filho José batizado a 05/09/1734	Cf. B, fls. 61v.
Domingos	1734	Foi padrinho de José, batizado a 05/09/1734.	Cf. B, fls. 61v.
Micaela	1735	Batizada a 23/01/1735	Cf. B, fls. 62.
Maria*	1735	Mãe da menina Micaela, batizada a 23/01/1735.	Cf. B, fls. 62.
Maria Pereira	1737	Madrinha da menina Maria, batizada a 18/11/1837.	Cf. B, fls. 79v.
Vitória	1737	Menina batizada a 26/12/1737	Cf. B, fls. 95v.
Rosa Pereira	1737	Mãe da menina Vitória	Cf. B, fls. 95v.
Bernardo Pereira	1737	Pai da menina Vitória	Cf. B, fls. 95v.

*Caso em que possivelmente se trata do mesmo escravo em registros diversos.

A - *Livro de Batismos, 1725*. AEAD, caixa 296, bloco A.

B - *Registro de Batismo de Várias Localidades, 1720-1740*. AEAD, caixa 296, bloco B.

C - *Registro de Batismos do Serro, 1727-1734; Casamentos do Serro, 1729-1734*. AEAD, cx. 296, bl. B.

D - *Registros de Batismo de Várias Localidades, 1728-1733*. AEAD, caixa 296, bloco B.

Anexo 2

Escravos do Capitão José Pereira de Brito (1724-1748).

<i>Nome</i>	<i>Ano</i>	<i>Descrição do registro</i>	<i>Referência</i>
Perpétua	1724	Mãe de Vitor, batizado a 30/07/1724	Cf. B, fls. 109v.
Vitor	1724	Menino batizado a 30/07/1724	Cf. B, fls. 109v.
Florência	1728	Batizado de sua filha Marcela	Cf. E, fls. 129v.
Marcela	1728	Filha de Florência, recém-batizada	Cf. E, fls. 129v.
Damião	1732	Faleceu a 06/08/1732	Cf. F, fls. 7v.
Rita	1734	Menina batizada a 11/09/1734	Cf. C, fls. 45.
Teresa*	1734	Mãe da menina Rita, batizada a 11/09/1734	Cf. C, fls. 45.
José	1735	Filho de Maria Parda batizado a 05/04/1735	Cf. D, fls. 61v.
Maria Parda	1735	Mãe de José batizado a 05/04/1735	Cf. D, fls. 61v.
João	1735	Faleceu a 02/07/1735	Cf. F, fls. 5v.
Mateus	1735	Faleceu a 27/06/1735	Cf. F, fls. 5v.
Basílio	1736	Batizado a 18/09/1736	Cf. D, fls. 74v.
Teresa*	1736	Mãe do menino Basílio, batizado a 18/09/1736	Cf. D, fls. 74v.
Escravo Angola	1736	Casou com a escrava Maria em 08/05/1736	Cf. G, fls. 2v.
Maria	1736	Casou com um escravo Angola em 08/05/1736	Cf. G, fls. 2v.
Antonio	1737	Padrinho da menina Maria, batizada a 06/02/1737	Cf. D, fls. 96.
Constantina	1737	Mãe da menina Maria, batizada a 06/02/1737	Cf. D, fls. 96.
Maria	1737	Menina batizada a 06/02/1737	Cf. D, fls. 96.
Anna do Ó	1738	Menina batizada a 08/05/1738	Cf. D, fls. 97v.
Páscoa	1738	Mãe de Anna do Ó	Cf. D, fls. 97v.
Rosa	1739	Menina batizada a 21/01/1739	Cf. D, fls. 108.
Teresa*	1739	Mãe de Rosa, batizada a 21/01/1739	Cf. D, fls. 108.
Garcia	1739	Faleceu a 16/08/1739	Cf. F, fls. 7v.
Maria Gonçalves	1739	Mulher do escravo Garcia	Cf. F, fls. 7v.
Bartolomeu	1741	Pai de Rita e marido de Rosa	Cf. A, fls. 29v.
Rita	1741	Batizada a 01/11/1741, filha de Bartolomeu e Rosa	Cf. A, fls. 29v.
Rosa	1741	Mãe de Rita, e mulher de Bartolomeu	Cf. A, fls. 29v.
Manuel	1742	Escravo "da casa" do capitão, falecido a 22/11/1742	Cf. F, fls. 9v.
Ignácio Pereira	1743	Batizou em Gouveia o menino Bernardo	Cf. A, fls. 42v.
Antonio Sabaru	1744	Faleceu a 19/05/1744	Cf. F, fls. 10v.
Antonio Mina	1748	Faleceu a 03/01/1748	Cf. F, fls. 17v.

*Caso em que possivelmente se trata do mesmo escravo em registros diversos.

A - *Batizados de várias localidades, 1740-1754*. AEAD, caixa 296, bloco D.

B - *Livro de Batismos, 1725*. AEAD, caixa 296, bloco A.

C - *Livro de Batizados, 1733-1734*. AEAD, caixa 296, bloco A.

D - *Registro de Batismo de Várias Localidades, 1720-1740*. AEAD, caixa 296, bloco B.

E - *Registro de Batismos do Serro, 1727-1734; Casamentos do Serro, 1729-1734*. AEAD, cx. 296, bl. B.

F - *Registro de Óbitos de Escravos do Serro, 1725-1797*. AEAD, caixa 352, bloco A.
 G - *Registros de Casamentos do Serro, 1736-1772*. AEAD, caixa 338, bloco A.

Anexo 3

Catálogo da livraria de Francisco de Paula Brito publicado na *Gazeta dos Tribunais* em
 1845*

<i>Título</i>	<i>Volume</i>	<i>Idioma</i>
<i>Direito Canônico por Bohemer</i>	7	Latim
<i>Horatius</i>	2	Latim
<i>Institutionum Rhetoricarum ex M. Fab. Quintiliano</i>	2	Latim
<i>Magnum Lexicon</i>	1	Latim
<i>Noel Dicionário latino francês</i>	2	Latim
<i>Salgado de Protetione Regia</i>	1	Latim
<i>Sabelli</i>	8	Latim
<i>Virgilius</i>	3	Latim
<i>Virgilius</i>	1	Latim
<i>Wolfh Jus naturae</i>	8	Latim
<i>Geographia Universale de Buffier</i>	1	Italiano
<i>Lesioni de Eloquenza</i>	1	Italiano
<i>Amigo, (o) das letras</i>	1	Português
<i>Anatomia de Soares Franco</i>	2	Português
<i>Anatomia de Marques</i>	2	Português
<i>Antonio José ou o Poeta e a Inquisição (tragédia)</i>	1	Português
<i>Arte de ser amado</i>	1	Português
<i>Cânticos Líricos</i>	2	Português
<i>Cartas Americanas</i>	1	Português
<i>Cartas de Echo e Narciso</i>	1	Português
<i>Casa (a) Mal Assombrada, só o 1o volume</i>	1	Português
<i>Coleção de leis, decretos e alvarás desde 1750 a 1808</i>	7	Português
<i>Curso de Inglês</i>	1	Português
<i>Direito Financeiro pelo desembargador José Antonio da Silva Maia</i>	1	Português
<i>Dous (os) matrimônios malogrados</i>	1	Português
<i>Duas infelizes (as)</i>	1	Português
<i>Elementos de música</i>	1	Português
<i>Elogio Acadêmico da Sra. D. Maria I por J. Bonifácio de A. e Silva</i>	1	Português
<i>Epítome das Belas Artes e Poética por João José Maria</i>	1	Português
<i>Escavações poéticas do Sr. Castilho, só o 1o volume</i>	1	Português

<i>Fidalga (a) e o Aldeão</i>	2	Português
<i>Filho do Pescador (o) romance</i>	1	Português
<i>História do Brasil por Constâncio</i>	2	Português
<i>Instituições Oratórias de Quintiliano, tradução de J. S. Barbosa</i>	2	Português
<i>Judeu Errante, só o 1o, 2o, 3o e 4o volume.</i>		Português
<i>Juiz de Paz na Roça (farsa)</i>	1	Português
<i>Lições de Química e Mineralogia pelo Sr. Fr. Custódio Alves Serrão</i>	1	Português
<i>Máquina ou extravagâncias (farsa)</i>	1	Português
<i>Máximas e Pensamentos praticados por Antonio Muniz de Sousa, Homem da Natureza</i>	1	Português
<i>Metamorfoses de Ovídio, tradução do Sr. Castilho, só o 1o volume</i>		Português
<i>Noivo em magas de camisa (farsa)</i>	1	Português
<i>Noute de S. João (charadas)</i>	3	Português
<i>Novo Manual do Juiz de Paz</i>	1	Português
<i>Novo Método do Padre Antonio Pereira</i>	1	Português
<i>Olgiato (tragédia) do Sr. Magalhães</i>	1	Português
<i>Opinião de Becária sobre a pena de morte</i>	1	Português
<i>Otografia de Madureira</i>	1	Português
<i>Otelo ou o Mouro de Veneza (tragédia)</i>	1	Português
<i>Palavras de um crente</i>	1	Português
<i>Passeio, poema</i>	1	Português
<i>Poesias de D. Angélica Rosa César</i>	1	Português
<i>Peregrino (o) de Harfleur</i>	1	Português
<i>Quadros Históricos de Portugal pelo Sr. Castilho com ricas estampas</i>	10	Português
<i>Repertório ou índice alfabético de todas as disposições dos códigos criminal e do processo, etc.</i>	1	Português
<i>Resumo da História do Brasil pelo Sr. Bellegarde</i>	1	Português
<i>Rudimentos de tática Naval</i>	1	Português
<i>Simão de Nântua (em brochura e encadernado)</i>	1	Português
<i>Sinopse cronológica</i>	2	Português
<i>Sonhos da Vida</i>	1	Português
<i>Taquigrafia</i>	1	Português
<i>Tancredo (tragédia)</i>	1	Português
<i>Tratado de Tropos e Figuras pelo Sr. Titara</i>	1	Português
<i>Tratado do Consulado</i>	2	Português
<i>Tratado Elementar de Aritmética por La Croix</i>	1	Português
<i>Três Dias de um Noivado (poema)</i>	1	Português
<i>Amelie Booth</i>	4	Francês
<i>Amie ('l) des jeunes personnes</i>	1	Francês
<i>Anatomie des regions par Brandect avec atlas</i>	1	Francês
<i>Anecdotes de Russie</i>	2	Francês

<i>Art (l) de connaitre les hommes par la physionomie, par Lavater</i>	10	Francês
<i>Autorité (l) judiciaire em France par Henrion de Penséy</i>	2	Francês
<i>Batailles Navalles</i>	1	Francês
<i>Beauté' de jeune age</i>	1	Francês
<i>Beautés de l'histoire de Perse</i>	2	Francês
<i>Beautés de l'histoire de Chine</i>	2	Francês
<i>Beautés de l'histoire du Danemarck et de la Norvège</i>	1	Francês
<i>Beautés de l'histoire de Savoie</i>	1	Francês
<i>Beautés de l'histoire de Pologne</i>	1	Francês
<i>Beautés de l'histoire de Suède</i>	1	Francês
<i>Beautés de l'histoire de Turquie</i>	1	Francês
<i>Beautés de l'histoire d'Allemagne</i>	1	Francês
<i>Beautés de l'histoire de Suisse</i>	2	Francês
<i>Beautés de l'histoire de Rome</i>	1	Francês
<i>Beautés de l'histoire du Portugal</i>	1	Francês
<i>Bristed les Etats Unis de l'Amerique</i>	2	Francês
<i>Caracteres de Theofraste</i>	2	Francês
<i>Catecisme d'Economie politique par Say</i>	1	Francês
<i>Causes celèbres</i>	13	Francês
<i>Citateurs (le) (em brochura)</i>	2	Francês
<i>Conservateur (le)</i>	2	Francês
<i>Contes à mès soeurs</i>	2	Francês
<i>Decouverte de l'Amerique</i>	2	Francês
<i>Dialogues des Morts</i>	1	Francês
<i>Diccionario des Arts er metiers</i>	1	Francês
<i>Diccionario de la langue france par Gattel</i>	2	Francês
<i>Diccionario des Arts de Police Moderne</i>	4	Francês
<i>Diccionario des Arts de l'ancienne regime</i>	1	Francês
<i>Diccionario Francês de Peigné</i>	1	Francês
<i>Diccionario Gographique de Vougien</i>	1	Francês
<i>Diccionario Espanhol e Francês</i>	1	Francês
<i>Diccionario Portuguêz e Francês de Fonseca</i>	2	Francês
<i>Dupin, administration des secours publique</i>	1	Francês
<i>École des jeunes demoiselles</i>	2	Francês
<i>Elements de legislation par Perraut</i>	1	Francês
<i>Elements de Therapeutique par Alibert</i>	2	Francês
<i>Elements d'Histoire Generale par Millot</i>	11	Francês
<i>Elise (incomplete)</i>	1	Francês
<i>Ermite Russe (l')</i>	3	Francês
<i>Essai sur le regime constitutionel</i>	1	Francês

<i>Ethocratie our le gouvernement fondé sur la morale</i>	1	Francês
<i>Fables de Lafontaine</i>	2	Francês
<i>Fenet, motif du code civil</i>	15	Francês
<i>Fin de Temps (la)</i>	1	Francês
<i>Fleurs (les) du Ciel</i>	1	Francês
<i>Galerie des enfants célèbres</i>	2	Francês
<i>Gaste</i>	1	Francês
<i>Gazette des Tribunaux, collection de 1830 à 1836</i>		Francês
<i>Grande Bretanghe en 1833</i>	2	Francês
<i>Guide de la conversation esp. e franc.</i>	1	Francês
<i>Higiene de Londe</i>	2	Francês
<i>Histoire à mês Nouveux</i>	1	Francês
<i>Histoire Anciene</i>	1	Francês
<i>Histoire de Charles V</i>	6	Francês
<i>Histoire de l'Europe Moderne</i>	2	Francês
<i>Histoire de l'Empire Romain</i>	1	Francês
<i>Histoire des Naufrages</i>	2	Francês
<i>Histoire des Reines de France</i>	1	Francês
<i>Histoire des Voyages</i>	3	Francês
<i>Histoire Naturelde Buffon (incomplete)</i>	65	Francês
<i>Heures (les) des Dames, contenant les offices et priers</i>	2	Francês
<i>Imitation de Jesus Christ</i>	1	Francês
<i>Jeunes (les) Instituteurs</i>	1	Francês
<i>Jeunes (les) Voyageurs em Europe</i>	2	Francês
<i>Leçons de Felice</i>	4	Francês
<i>Livre rouge (le)</i>	1	Francês
<i>Loix (les) Civiles</i>	1	Francês
<i>Magasin du jeunes dames</i>	6	Francês
<i>Magasin des adolescentes</i>	4	Francês
<i>Magasin Pitoresque</i>	1	Francês
<i>Magendi physiologie</i>	2	Francês
<i>Manuel des jeux de societês</i>	1	Francês
<i>Marins célèbres</i>	1	Francês
<i>Martyres (les) de Chateaubriand</i>	2	Francês
<i>Matière medical de Vavasseur</i>	1	Francês
<i>Medicine (la) curative par le Roy</i>	1	Francês
<i>Medicine portative</i>	1	Francês
<i>Memoires sur La Fayette</i>	2	Francês
<i>Memoires de Linguet</i>	1	Francês
<i>Memoires du Regné de Louis XVI</i>	1	Francês

<i>Mille et um nuit (les)</i>	10	Francês
<i>Molière (usés)</i>	6	Francês
<i>Mongelas</i>	2	Francês
<i>Nouveau Robinson (le)</i>	2	Francês
<i>Nouvelles petits etudes</i>	1	Francês
<i>Nouvelles de Alfred de Musset</i>	1	Francês
<i>Odyssée</i>	2	Francês
<i>Oeuvres de Homère</i>	4	Francês
<i>Oeuvres de Boileau</i>	1	Francês
<i>Oeuvres de choisies de Rousseau</i>	1	Francês
<i>Onanisme (le) par Tissot</i>	1	Francês
<i>Orphelins (les)</i>	1	Francês
<i>Origine (de) et des fonctions des Consules</i>	1	Francês
<i>Orphela medicine legal avec altlas</i>	4	Francês
<i>Oeuvres de D'Anguesseau</i>	12	Francês
<i>Oeuvres de Montesquieu</i>	7	Francês
<i>Paul et Virgine</i>	1	Francês
<i>Petits Voyageurs en Espagne et Portugal</i>	1	Francês
<i>Petits Solitaires (les)</i>	1	Francês
<i>Pierre</i>	1	Francês
<i>Precis historique de Franc-Maçonnerie</i>	2	Francês
<i>Reglemens de l'ordre Maçonique en France</i>	1	Francês
<i>Revolutions d'Angleterre par le Père d'Orléans</i>	4	Francês
<i>Revolution de Suède</i>	1	Francês
<i>Richerand Physiologie</i>	1	Francês
<i>Roche et Sanson Pathologie</i>	1	Francês
<i>Sabatier (edic. De 1832) redigé pr Begin</i>	4	Francês
<i>Sept codes (les)</i>	1	Francês
<i>Soirée d'Eufrosine</i>	1	Francês
<i>Systemes de Philosophie comparée par Degerando</i>	3	Francês
<i>Telemaque</i>	1	Francês
<i>Traitées de legislation, extrait de Bentham</i>	3	Francês
<i>Traites de changes</i>	1	Francês
<i>Traites de l'abus</i>	1	Francês
<i>Traites de greement</i>	2	Francês
<i>Traites elementaire ou principes de physique par Brisson</i>	4	Francês
<i>Velpeau (edic. de Brux.) avec atlas</i>	1	Francês
<i>Velpeau art des accouchemens</i>	1	Francês
<i>Vierge (la)</i>	2	Francês
<i>Vies des Marins célèbres</i>	2	Francês

<i>Vie escandaleuse anecdotique de Charles X</i>	1	Francês
<i>Volney Oeuvres choisies</i>	2	Francês
<i>Voyage moderne</i>	2	Francês
<i>Voyage dans l'Afrique</i>	1	Francês
<i>Voyage de Cortés</i>	2	Francês
<i>Voyage de Robinson</i>	3	Francês
<i>Warden, description des Etats Unis</i>	5	Francês
<i>A Grammar of natural</i>	1	Inglês
<i>Balistique d'Obenheim</i>	1	Inglês
<i>Blairs Preceptor</i>	1	Inglês
<i>Didactics</i>	2	Inglês
<i>District School</i>	1	Inglês
<i>Emma</i>	2	Inglês
<i>New elements of conversation french and english</i>		Inglês

*Fonte: *Gazeta dos Tribunais*, n. 227, ano III, 06/05/1845, p. 3-4.

Anexo 4

Eleitores do partido conservador (1849)*

1	Antonio Joaquim de Azevedo	Ourives
2	Antonio José Gonçalves Fontes	Médico
3	Antonio Rodrigues Cunha	Médico
4	Antonio Pereira Barreto Pedroso	Conselheiro
5	André Antonio de Araújo Lima	E. Público
6	Alexandre José do Rosário	Médico
7	D. Antonio de Saldanha Gama	E. Público
8	Euzébio de Queirós Coutinho Mattoso da Câmara	M. da Justiça
9	Eleutério José de Souza	Capitalista
10	Francisco de Queiróz Coutinho Mattoso da Câmara	A. de Guerra
11	Francisco Gomes de Campos	Desembargador
12	Francisco de Paula Brito	Impressor
13	Francisco José Gonçalves Silva	Proprietário
14	Francisco Manuel da Silva	Proprietário
15	Francisco Manuel Ferreira	Impressor
16	Geraldo Caetano dos Santos	Proprietário
17	Henrique José de Araújo	Proprietário
18	João de Siqueira Queirós	Advogado
19	José Cardoso Fontes	Proprietário

20	José Pereira Rego	Médico
21	Joaquim Pereira Viana de Lima	Proprietário
22	Justiniano José da Rocha	Lente
23	José Antonio de Siqueira e Silva	Desembargador
24	Josino do Nascimento Silva	E. Público
25	José Leite Pereira Campos	Escrivão
26	João Silvério Monteiro Dias	Proprietário
27	Joaquim José Barbosa	Ourives
28	José Siqueira Barbosa Madureira Queirós	J. Municipal
29	Manuel Pacheco da Silva	Médico
30	João Marins Lourenço Vianna	Conselheiro
31	José Martins da Cruz Jobim	Conselheiro
32	Luiz de Siqueira Queirós	Médico
33	D. Manuel de Assis Mascarenhas	Juiz de Direito
34	Padre Manuel da Silva Lopes	Proprietário
35	Mariano José de Oliveira	Médico
36	Manuel José do Rosário	Ourives
37	Porfírio José Gonçalves	E. Público
38	Sebastião José Vieira	Negociante

* Fonte: *O Brasil*, n. 1.463, 03/08/1849, p. 3.

Anexo 5

Acionistas da Empresa Dous de Dezembro listados na revista *Guanabara* em 1856.

S. M. o Imperador
S. M. a Imperatriz
João Antonio da Trindade
João Maria Pereira de Lacerda
Vicente Maria de Paula Lacerda
Pedro Maria de Lacerda
Patrício Ricardo Freire, Comendador
José Maria Palhares
João Manuel da Silva
José Alves da Silva e Sá
Luiz Manuel Bastos
Brigadeiro Henrique M. d'O. Lisboa
Macieira & Cunha
Militão Correia de Sá
Dr. João Caldas Vianna

Conselheiro Angelo Muniz da Silva Ferraz
Joaquim Salomé Ramos
Antonio Carlos d'Azeredo Coutinho
João Dantas da Gama
José Francisco Pereira da Costa
Joaquim Maria de Lacerda
João Pedro da Veiga
Conselheiro Manuel José de Bessa
Viúva Barker
Guarda-Roupa José Joaquim dos Santos
Dr. José Florindo de Figueiredo Rocha
Veador Manuel Higino de Figueiredo
Marques de Abrantes
Condessa da Piedade
Marques de Mont'Alegre

Dr. Domingos d'Azeredo Coutinho Duque-
Estrada
Senador João Antonio de Miranda
João José Fernandes d'Azevedo
Dr. Carlos Antonio de Carvahó
João José de Mello Azevedo Pitada
Bernardino de Souza Ribeiro Guimarães
Conego Joaquim de Oliveira Durão
Manuel Francisco da Costa Pereira
Dr. Ludgero da Rocha Pereira Lapa
José Antonio Pinheiro
Antonio Fernandes da Costa Júnior
João Henrique Ulrich
Visconde do Rio Bonito
Dr. Vicente Joaquim Torres
Manuel José Ferreira
D. Virgínia Busti
José Fernandes de Oliveira Penna
Joaquim Rodrigues da Costa
Manuel Gomes Ferreira
Joaquim Gomes dos Santos
D. J. C. V.
D. Camilla Leonor de Lacerda
Luiz Maria Gonzaga de Lacerda
Antonio Ribeiro de Queiroga
Antonio Pereira Ribeiro Guimarães
Dr. Frederico João Ormerod
Manuel Venâncio Campos da Paz
Viúva do Comendador L. J. d'Almeida
Dr. Antonio Angelo Pedroso
Viúva Serra
Viúva Sá & Filhos
Jacques Abrahão Lecesne
Dr. Antonio Pereira Leitão
Dr. José Caetano de Oliveira
João Lopes Bastos
Justino Candido Pereira de Vasconcellos
Libório José de Almeida
Antonio Ferreira de Moraes
Manuel Joaquim da Costa
Sociedade Auxiliadora da Indústria
Antonio Joaquim Xavier de Mello
Feliciano Zeofrido Rangel Maia
Barão da Parahyba
Antonio José Marques de Sá

José Carlos de Carvalho
Dr. Joaquim Candido Soares Meirelles
Peregrino Augusto dos Santos
Narciso d'Almeida Carvalho
D. Thereza Candida d'Almeida Carvalho
José Antonio de Sousa Ferreira
Marcos José Pereira do Bonfim
Veador José Joaquim de Lima e Silva
Gabriel de Medeiros Gomes
Padre José Lira da Silva
Luiz Sebastião Fabregas Surigüé
Camillo Lelis da Silva
Manuel Monteiro de Barros
Padre Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte
Antonio José de Freitas Júnior
Barão de Mauá
Manuel Croza
Antonio Alves Ferreira
D. Maria Thereza de Jesus Lacerda
Augusto Henrique Gonzaga
Francisco José de Sá Júnior
D. Adelaide Rosa da Silva Araújo
R. P. Bandeira
Sebastião Lira da Silva
Antonio Joaquim da Silva Freire
Henrique Beaupaire Rohan
Joaquim Soares da Costa Guimarães
Ricardo Soares da Costa Guimarães
Francisco de Paula Guedes Alcoforado
Senador Antonio Martiniano de Alencar
Dr. José Rufino Soares d'Almeida
Dr. Mateus da Silva Chaves
Francisco José de Mello e Sousa
Godinho & C.
Conselheiro José Maria Velho da Silva
Brigadeiro Gregório José de Castro Moraes
João Teixeira Bastos
Manuel José da Costa Ludovico
Hermenegildo Duarte Monteiro
José Joaquim da Silva Brum
Jeronymo Elias dos Reis
Herculado Luiz de Lima
Comendador Joaquim José de Sousa Breves
Dr. J. J. de Oliveira Mafra

Anexo 6

Ocupação de 57 Acionistas da Empresa Dous de Dezembro identificados a partir do *AL* (1858)

<i>Acionista</i>	<i>Ocupação</i>	<i>Descrição AL, 1858</i>	<i>Ref. AL, 1858.</i>
Antonio Alves Ferreira	Farmacêutico	Perito ou prático do comércio da 9a sessão; Farmácia, laboratório farmacêutico e botica	133; 416
Antonio Joaquim Xavier de Mello	Funcionário Público	Escrivão de polícia; Escrivão de polícia e dos delegados; Juíz de Paz do 2a distrito da freguesia de Santa Anna	82; 83; 210
Antonio José de Freitas Júnior	Negociante	Armazéns de gêneros de secos e molhados	258; 473
Antonio José Marques de Sá	Empregado	Alferes da 7a Cia do 1o Batalhão da Reserva; Consultor na Imperial Irmandade de N. Sra. da Glória do Outeiro; Fiel do Tesoureiro do Banco de Brasil	100; 260A; 361
Antonio Pereira Ribeiro Guimarães	Negociante	Negociantes nacionais; Consignatário e comissionário de gêneros de importação e exportação; Armazéns e depósitos de fumo em rama da Bahia e Norte-americanos [comércio em grosso de fumo e charutos]	435; 439; 461
Antonio Ribeiro de Queiroga	Capitalista	Perito ou prático do comércio da 13a sessão; Definidor na Santa Casa da Misericórdia; Sócio responsável e gerente do Banco Mauá MacGregor e Cia; Negociantes Estrangeiros	133; 247; 363; 436
Augusto Henrique Gonzaga	Funcionário Público	Primeiro escriturário da 2a Contadoria do Ministério da Fazenda	12; 121
Barão de Mauá	Capitalista	Sessão de Comércio e Meios de Transporte da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; Conselheiro de Mesa da Irmand. De N. S. dos Passos	19; 57; 133; 261
Bernardino de Souza Ribeiro Guimarães	Capitalista	Avaliador juramentado de escravos e semoventes no Tribunal do Comércio da Corte; Capitalista, proprietários de prédios, etc; Solicitador de audiência; Procurador judicial e das audiências; dinheiro a prêmio [empréstimos] sobre hipotecas, ouro e brilhantes	66F; 392; 397; 400; 519
Condessa da Piedade		Aia perpétua na Imperial Irmand. De N. Sra. da Glória do Outeiro; Serva perpétua na Imp. Irmand. Dos Passos de N. S. Jesus Cristo; Membro do conselho superior da Associação de S. Vicente de Paula	18; 261A; 261; 268
Conego Joaquim de Oliveira Durão	Padre	Cura da Imperial Capela; Examinador Sinodal na Cúria Episcopal; Lente de Teologia Dogmática no Seminário de S. José	105; 106; 107
Conselheiro Angelo Muniz da Silva Ferraz	Capitalista	Membro da seção comércio da Sociedade Estatística; Diretor da Cia Seg. contra a mortalidade dos escravos; Secretário do Conselho da Cia Seg. Marítimos e Terrestres	33; 240; 326; 327
Conselheiro José Maria		Conselheiro de Mesa na Imp. Irmand. Dos	11; 12; 261

Velho da Silva		Passos de N. S. Jesus Cristo	
Conselheiro Manuel José de Bessa	Capitalista	Conselheiro da Cia de Navegação Macaé e Campos; Capitalistas, proprietário de prédios, etc.	345; 392
Dr. Antonio Pereira Leitão	Médico	Ajuntado do montepio geral dos servidores do estado; Vice-presidente da Sociedade Farmacêutica Brasileira; Comissão contra o tráfico da Sociedade contra o tráfico de africanos e promotora da colonização e civilização dos indígenas; Membro da Administração dos Expostos na Santa Casa da Misericórdia; Médico cirurgião	141; 234; 244; 247; 409
Dr. Domingos d'Azeredo Coutinho Duque-Estrada	Médico	Cirurgião Tenente do 1º batalhão da reserva; Suplente de Vereador na Câmara da Corte; Tesoureiro do Instituto Dramático	82; 94; 100; 206; 305
Dr. Frederico João Ormerod	Médico	Médico cirurgião	409
Dr. João Caldas Vianna	Advogado	Secretário da Imp. Irmand. Dos Passos de N. S. Jesus Cristo; Advogado habilitado legalmente;	261; 393
Dr. Joaquim Candido Soares Meirelles	Médico	Cirurgião mor da armada; capitão de mar e guerra; Médico cirurgião	12; 55; 160; 409
Dr. José Florindo de Figueiredo Rocha	Oficial Reformado	Capitão reformado; Tesoureiro do Conservatório Dramático Brasileiro	196; 230
Dr. Ludgero da Rocha Pereira Lapa	Médico	Comissão de revisão de manuscritos do IHGB; Sessão de Artes Liberais e Mecânicas da SAIN; Médico Cirurgião	55; 57; 409
Dr. Mateus da Silva Chaves	Capitalista	Diretor do Colégio Marinho; Substituto do conselho diretor da instrução pública primária e secundária; substituto do conselho do colégio Pedro II	45; 49; 380
Dr. José Rufino Soares d'Almeida	Capitalista	Diretor do Colégio Marinho	380
Feliciano Zeofrido Rangel Maia	Funcionário Público	Oficial da secretaria do conselho supremo Oficial e de justiça	168
Francisco José de Mello e Sousa	Negociante	Presidente do Conselho da Associação de S. Vicente de Paula; Diretoria da Associação Central de Colonização; Diretor do Banco Comercial e Agrícola; Negociantes Estrangeiros; Negociantes e fornecedores de gado vaccum;	269; 316; 364; 436; 488
Francisco José de Sá Júnior	Médico	Médico cirurgião	12; 409
Gabriel de Medeiros Gomes	Professor	Professor de Latim do 1º ano e de Gramática Nacional do Colégio Pedro II	49
Guarda-Roupa José Joaquim dos Santos	Funcionário Público	Ajudante Conferente na Alfândega	131; 473
Henrique Beaupeire Rohan	Negociante	Negociantes Estrangeiros [AL Henrique B. R.]	436
Hermenegildo Duarte Monteiro	Oficial Reformado	Coronel Reformado; Empresário da Cia de Navegação a Vapor Sampaense	103; 351
Jacques Abrahão Lecesne	Negociante	[Suprimido no item Fogueteiros do Almanak, mas presente no índice onomástico do mesmo]	641

João Henrique Ulrich	Capitalista	Diretor do Banco do Brasil; Conselheiro do Montepio Geral; Negociantes Estrangeiros; Comissões de Gêneros de Importação e Exportação;	361; 365; 436; 439
João José Fernandes d'Azevedo	Negociante	Negociantes Estrangeiros; Armazéns de Madeira de Construção civil e naval	436; 464
João Lopes Bastos		Conselheiro da Imperial Sociedade Amante da Instrução	300
João Manuel da Silva	Capitalista	Capitalista, proprietário de prédios, etc; Negociantes nacionais	492; 435
João Maria Pereira de Lacerda	Professor	Cap. De Fragata; Lente de Geometria aplicada as artes na escola da Marinha; Sindico no Convento de Religiosas de Santa Tereza; Mordomo da Associação de S. Vicente de Paula	140; 157; 252; 268
João Pedro da Veiga	Negociante	Tesoureiro do montepio geral dos servidores do estado; Tesoureiro das loterias da Corte; Juiz de Paz da Freguesia da Candelária; Definidor na Santa Casa da Misericórdia; Negociantes nacionais	141; 142; 210; 247; 435
Joaquim Salomé Ramos	Oficial	Capitão-Tenente Superintendente das obras do trapiche e oficinas da Cia Brasileira de Paquetes à vapor	42; 157
José Alves da Silva e Sá	Negociante	Negociantes Estrangeiros	436
José Carlos de Carvalho	Oficial	Capitão da 2a Companhia; Capitão no corpo de engenheiros do ministério da guerra	172; 190
José Francisco Pereira da Costa	Oficial	Segunda Companhia do 4o Batalhão da GN	96
José Joaquim da Silva Brum	Negociante	Negociantes Nacionais [AL, Brown]	435
José Maria Palhares	Negociante	Negociantes Nacionais; Sirigueiros	435; 683
Libório José de Almeida	Oficial Reformado	Tenente reformado; capitão do corpo policial	196
Manuel José da Costa Ludovico	Empregado	1o Escriturário do Branco Rural e Hipotecário	362
Manuel Francisco da Costa Pereira	Oficial	Capitão de mar e terra; comandante do batalhão naval; Capitão de Mar e Terra Comandante	157; 158
Manuel Gomes Ferreira	Negociante	Perito ou prático do Comércio da 1a Sessão; Conselheiro de Mesa da Imp. Irmand. Dos Passos de N. S. Jesus Cristo; Negociantes Nacionais; Armazens de fazendas secas de importação por atacado	133; 261; 435; 139; 455
Manuel José Ferreira	Negociante	Armazéns de gêneros de secos e molhados	473
Manuel Monteiro de Barros	Oficial	Pagador na 1a Pagadoria do Ministério da Fazenda; Primeiro tenente no corpo de engenheiro da min. Da guerra	12; 128; 190
Marcos José Pereira do Bonfim	Médico	Médico cirurgião	409
Militão Correia de Sá	Capitalista	Membro do conselho diretor da Cia de Seg. Marítimos e terrestres; Diretor do Banco do Brasil	327; 361
Padre Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte	Padre	Professor de Gramática e Língua Latina no Seminário de S. José; Comissão Economica da	107; 236

		Associação Ginásio Dramático	
Patrício Ricardo Freire, Comendador	Negociante	Perito ou prático do Comércio da 12a Sessão; Definidor da Venerável Irmandade do Apóstolo São Pedro; Conselheiro de Mesa da Irmand. Dos Passos de N. S. Jesus Cristo; Definidor de devoção na Irmand. Do Divino Espírito Sto da Freg. De Sta. Rita; Negociantes Nacionais; Negociantes de ouro, prata e brilhantes	133; 258; 261; 453; 662
Peregrino Augusto dos Santos	Negociante	Negociantes Nacionais; Armazéns e depósitos de fumo em rama da Bahia e Norte-americanos	435; 461
Ricardo Soares da Costa Guimarães	Empregado	Tesoureiro da Caixa Econômica do Rio de Janeiro	366
Senador João Antonio de Miranda	Advogado	Desembargador encarregado da codificação das leis Oficiais; Vice-Presidente do Conservatório Dramático Brasileiro; Membro da Seção de Força pública da Sociedade Estatística; Advogado habilitado legalmente	23; 165; 230; 240; 393
Veador Manuel Higino de Figueiredo	Oficial Reformado	Coronel reformado	11; 103

Anexo 7

Casas comerciais que faliram no Rio de Janeiro (1857)*

<i>Nome dos Falidos</i>	<i>Data da falência</i>	<i>Ativo</i>	<i>Passivo</i>
Henrique José Maria de Lima	09/jan	47:878\$980	45:617\$049
Bernardo Antonio de Meira	22/jan	2:288\$963	10:147\$923
Manuel Fernandes Barbosa	24/jan	\$	\$
José Luiz da Silva Pinto	13/fev	\$	\$
João Bento Martins	18/fev	\$	\$
Antonio Francisco da Costa Ferreira & Cia	19/fev	24:070\$174	19:914\$462
Medeiros Lobão & Cia	19/fev	24:070\$174	25:840\$419
José Ferreira Penetra	26/fev	3:853\$680	9:145\$483
João Demby Leite & Cia	27/mar	318:316\$838	239:348\$331
João Francisco Urzella Guimarães	07/abr	\$	\$
Francisco de Paula Brito	26/abr	43:737\$282	187:131\$682
José Manuel Telles	21/mai	4:683\$960	3:963\$820
Manuel José da Silva	04/jun	951\$330	8:393\$022
João José Pereira Guimarães	25/jun	7:993\$133	4:862\$952
Bonniard & Cia	01/jul	27:462\$058	25:592\$621
Antonio Cabral de Figueiredo	19/jul	58:066\$479	62:061\$433

José Ribeiro de Meirelles	19/ago	2:169\$733	3:338\$904
Jeronimo Francisco de Freitas Caldas	24/ago	382:229\$787	301:238\$029
Manuel Marques Pereira Lima	24/ago	180:892\$996	140:485\$220
Lino Maria Urecha	23/out	20:421\$245	59:930\$076
Charles Jugand	28/out	19:889\$218	31:823\$960
Damião Antonio Moreira	12/nov	53:100\$703	30:842\$803
José Alexandre Soeiro de Faria	20/nov	579:344\$546	524:616\$649
José Maria Campos	11/dez	\$	20:061\$757
Arcangelo Fiorito	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
Rosier Filho & Cia	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
Paulo Joaquim da Silva	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
José Mendes Guimarães de Oliveira	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
Carlos F. Avelino	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
Fonseca Motta & Cia	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
José Antonio de Oliveira	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
Albino José de Almeida	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
Joaquim José Luiz	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
Domingo de Souza Ribeiro Leal	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
Marques Lima	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
Jorge Costa	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
Moisés Gomes Travassos & Cia	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
Marquês & Mendonça	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
Bernardo Augusto Vieira Mendonça	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
Fortunato Januário de Abreu	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
Ramos & Cia	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
Rosa Long	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
Gouvêa & Braga	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
José Bento de Araújo Bastos	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
Fortunato Antonio da Silva Pinto	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
Adriano Gabriel Corte Real	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
Joaquim Pinto Rosas	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
José Antonio da Silva Chaves	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
Francisco Mauker	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se

*Fonte: N. 22–A. Quadro demonstrativo das casas comerciais da praça do Rio de Janeiro que fizeram ponto e faliram de 1855 a 1865. In: *Relatório da comissão encarregada pelo Governo Imperial por avisos de 1º de outubro e 28 de dezembro de 1864 de proceder a um inquérito sobre as causas principais e acidentais da Crise do Mês de Setembro de 1864*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1865.

Anexo 8

Catálogo da livraria de Paula Brito publicado em fins de abril de 1858*

<i>Título</i>	<i>Preço em mil réis</i>	<i>Gênero</i>
Estampas do Gabinete Paraná	6000	Estampas
Retrato do Preto Simão	1000	Estampas
Figurinos, riscos de bordados, ditos de ponto de marca, paisagens, etc	2000	Estampas
Teatro Moderno de Lisboa	2000	Teatro
Poesias de F. Palha	2000	Poesias
O Primo da Califórnia	1000	Teatro
Retrato do Dr. Nunes Machado	2000	Estampas
Retrato do Exmo. Sr. Visconde de Uruguai	2000	Estampas
Retrato do Exmo. Sr. Marques de Olinda	2000	Estampas
Comédias do falecido Pena	600	Teatro
Poesias do Sr. Pedro de Calasans	3000	Poesias
Questão de Dinheiro	1000	Teatro
Fantasma Branco	1000	Teatro
Fatalidades de Dous Jovens	3000	Romance
O Forasteiro, romance do Sr. Dr. Macedo (está por concluir)	2000	Romance
A Independência do Brasil	12000	Poesias
Três dias de um noivado	2000	Poesias
Carteira do Meu Tio	2000	Romance
Estampa da morte de Nelson, na batalha de Trafalgar a bordo de seu navio	20000	Estampas
A Confederação dos Tamoios	6000	Poesias
História da Febre Amarela	2000	Impresso
Os hinos da minha alma	2000	Poesias
Fábulas de Esopo, em quadrinhas, por Paula Brito, para uso dos colégios	2000	Poesias
Anais do Rio de Janeiro, pelo Sr. Balthasar da Silva Lisboa, 7 vols.	14000	Impresso
A Caridade, poema pelo Sr. Pessoa da Silva	2000	Poesias
O Noviço	1000	Teatro
Bilhetes de vinho do Porto	200	Papelaria
Bilhetes de vinho do Porto Feitoria (cada cento)	200	Papelaria
Listas de família, grandes	40	Papelaria
Listas de família, pequenas	40	Papelaria
Regulamentos para carros da praça	200	Regulamentos
Regulamentos para pedestres	200	Regulamentos
Regulamentos para depósitos de cadáveres	200	Regulamentos
Posturas da Ilma. Câmara	200	Regulamentos

Letras e papel selada por conta do governo desde 60 réis até	10000	Papelaria
Olgiato	1000	Teatro
Othelo ou o Mouro de Veneza	1000	Teatro
O Cavaleiro Teutônico	1500	Teatro
Elogio histórico a Sra. D. Maria I	1000	Impresso
Revista literária e recreativa	500	Periódico
Cartas de enterro para adultos e anjos, cento	3000	Papelaria
As Consolações	500	Impresso
Vocabulário brasileiro	1000	Impresso
O Jogo do burro ou a febre das ações	500	Teatro
O Uruguai	1000	Poesias
Discurso de Marco Túlio contra Catilina	1000	Impresso
Juiz da Paz da Roça	600	Teatro
Cantos da mocidade	2000	Poesias
Ensaio corográfico do Império do Brasil	2000	Impresso
Inspirações de Claustro	2000	Impresso
O sete de setembro de 1857, feitos dos heróis da pátria	300	Impresso
Tentativas poéticas por F. G. Braga	2000	Poesias
Trovas do Dr. Larindo José da Silva Rebello	1000	Poesias
Uma sessão de magnetismo ou as mesas falantes (comédia)	300	Teatro
O cantico de Deus (com estampa) fato horroroso da igreja da Cruz	1000	Religião
Guia para abertura e encerramento das Lojas do Rito Escocês	200	Maçonaria
Novena de Santa Rita	300	Religião
Noções de moral para colégios	300	Impresso
Opinião de Becária sobre a pena de morte	200	Impresso
Oh que apuros ou o noivo em mangas de camisa	300	Teatro
Manuel Mendes (a melhor das farsas)	300	Teatro
O holandês ou pagar o mal que não fez	300	Impresso
Vida de Santa Presciliana	300	Religião
A Candianeida (poemeto)	300	Teatro
Quem porfia mata caça	600	Teatro
Judas em sábado de aleluia	600	Teatro
Diletanti	600	Teatro
Caixeiro da tarverna	600	Teatro
Quem casa quer casa	600	Teatro
A poesia do amor	500	Poesias
Vicentina (3 vol.)	5000	Romance
O canário por Schimdt, trad. C. C. Bellegarde	300	Romance
Amador Bueno	1000	Teatro
Cartas em branco para missa de 7º e 30º dia, cento	8000	Impresso

Vida de Santo Antonio	200	Religião
Lembranças de José Antonio (um vol. encadernado)	5000	Impresso
Decreto 736 da Reforma do Tesouro	2000	Impresso
Libretos em italiano e português, cada um	1000	Teatro
Columella, opera lírica	300	Teatro
Anais de medicina, jornal da Academia, assinatura por 12 folhetos	6000	Periódico
Guanabara, coleções dos 3 anos truncadas	15000	Periódico
A Fábria, pelo Sr. Palha, paródia para fazer rir	300	Teatro
Marmota, assinatura por ano	10000	Periódico
Último momentos de D. Maria II, música	1000	Partitura
Miscelânea do Sr. Moura para piano	1000	Partitura
Miscelânea do Sr. Moura para flauta	300	Partitura
Bouquet das brasileiras, álbum musical com 14 peças de piano e canto	6000	Partitura
Mauricianas, composições interessantes do Sr. Dr. José Maurício, com o retrato de seu falecido pai, por ele fielmente desenhado, um belo volume.	6000	Partitura
Pastas de diversos tamanhos, de 600 réis até	10000	Papelaria
Livros em branco desde 1 até	100000	Papelaria

*Fonte: “Catálogo do que se vende na Rua do Cano, n. 44, nova tipografia e loja de Paula Brito e na Praça da Constituição, n. 64”, *A Marmota*, n. 946, 27/04/1858.

Fontes e referências

1) Jornais e periódicos

<i>A Novidade</i>	<i>Diário da Câmara dos Deputados à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil</i>
<i>A Baboza</i>	<i>Diário do Rio de Janeiro</i>
<i>A Gazeta dos Tribunais</i>	<i>Diário Mercantil ou Novo Jornal do Commercio</i>
<i>A Instrução Pública</i>	<i>Folhinha dos sonhos para o ano de 1862</i>
<i>A Liga americana</i>	<i>Gazeta de Notícias</i>
<i>A Marmota</i>	<i>Gazeta dos Tribunais</i>
<i>A Marmota na Corte</i>	<i>Guanabara</i>
<i>A Mineira no Rio de Janeiro</i>	<i>Jornal do Commercio</i>
<i>A Mulher do Simplicio ou a Fluminense Exaltada</i>	<i>Marmota Fluminense</i>
<i>A Novidade</i>	<i>Nova Luz Brasileira</i>
<i>A Ortiga</i>	<i>Novo Correio das Modas</i>
<i>A Pátria</i>	<i>Novo e Completo Índice Cronológico da História do Brasil</i>
<i>A Reforma</i>	<i>O Americano</i>
<i>A Regeneração</i>	<i>O Atlante</i>
<i>A Verdade</i>	<i>O Brado do Amazonas</i>
<i>Anais de Medicina Brasiliense</i>	<i>O Brasil</i>
<i>Arquivo Médico Brasileiro</i>	<i>O Capadocio</i>
<i>Autores e Livros</i>	<i>O Carioca</i>
<i>Auxiliador da indústria nacional</i>	<i>O Católico</i>
<i>Café da Tarde</i>	<i>O Cidadão</i>
<i>Catholico</i>	<i>O Conciliador Fluminense</i>
<i>Conciliador Fluminense</i>	<i>O Escandaloso</i>
<i>Correio da Tarde</i>	<i>O Evaristo</i>
<i>Correio Mercantil</i>	<i>O Evaristo</i>
<i>Courrier du Brésil</i>	<i>O Filho do Brasil</i>
<i>D. Pedro II</i>	
<i>Despertador</i>	

<i>O Futuro</i>	<i>O Pregoeiro</i>
<i>O Gosto</i>	<i>O Propugnador da Maioridade</i>
<i>O Grátis da Marmota</i>	<i>O Públícola</i>
<i>O Grito da Razão</i>	<i>O Regente</i>
<i>O Grito Nacional</i>	<i>O Repórter</i>
<i>O Homem de Cor</i>	<i>O Rusguentinho</i>
<i>O Homem do Povo</i>	<i>O Saturnino</i>
<i>O Justiceiro Constitucional</i>	<i>O Simplício da roça</i>
<i>O Ladrão</i>	<i>O Tamoio</i>
<i>O Liberal</i>	<i>O Tebyreça</i>
<i>O Meia-Cara</i>	<i>O Triumvir Restaurador ou A Lima Surda</i>
<i>O Mestre José</i>	<i>O Ypiranga</i>
<i>O Moderador,</i>	<i>Pão de Açúcar</i>
<i>O Monarquista do Século XIX</i>	<i>Revista Médica Brasileira</i>
<i>O Mulato ou O Homem de Cor</i>	<i>Revista Médica Fluminense</i>
<i>O Novo Caramuru</i>	<i>Revista Popular</i>
<i>O Observador das Galerias</i>	<i>Revue Espagnole, Portugaise, Brésilienne et Hispano-Américaine</i>
<i>O Periódico Acadêmico</i>	<i>Seleta Católica</i>
<i>O Pharol</i>	<i>Sete d'Abril</i>
<i>O Popular</i>	<i>Simplício endiabrado</i>
<i>O Português</i>	

2) Manuscritos

Ação de dez dias. Adriano Gabriel Corte Real, autor. Francisco de Paula Brito, réu. ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 1.406, caixa 1.355, 1856.

Ação de dez dias. Bernardino Ribeiro de Souza Guimarães, autor. Francisco de Paula Brito, réu. ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 664, caixa 1.199, 1854.

Ação de Dez Dias. Duarte José de Puga Garcia, autor. Francisco de Paula Brito, réu. ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 411, caixa 1.193, 1855.

Ação de dez dias. Eugenio Bouchaud, autor. Francisco de Paula Brito, réu. ANRJ, Coleção de Processos Comerciais, n. 1.303, caixa 1.345, 1856.

Ação de dez dias. Francisco de Paula Brito, réu. 1857. ANRJ, Juízo Especial do Comércio da 2ª Vara, 1857, n. 53, caixa 4.170.

Ação de dez dias. Francisco José Gonçalves Agra, autor. Francisco de Paula Brito, réu. ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 663, caixa 1.199, 1854.

Ação de Dez Dias. José Antonio de Oliveira Bastos, autor. Eugênio Aprígio da Veiga e Francisco de Paula Brito, réus. ANRJ, Coleção de Processos Comerciais, n. 427, caixa 1.193, 1855.

Ação de dez dias. Saportas e Cia, autor. Francisco de Paula Brito, réu. ANRJ, Coleção de Processos Comerciais, n. 608, caixa 1.199, 1854.

Ação Ordinária. Mariana Augusta d'Oliveira, autora. Francisco de Paula Brito, réu. ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 949, caixa 1.192, 1855.

Ação Ordinária. Pe. Joaquim Ferreira da Cruz Belmonte, autor. Francisco de Paula Brito, réu. ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 1.885, caixa 1.832, 1857.

Apelação cível. Jacinto Antunes Duarte, apelante. José Antonio Teixeira Guimarães, apelado. ANRJ, Relação do Rio de Janeiro, n. 1236, caixa 592, gal. C, 1819-1820.

Apelação criminal. A Justiça, apelante. Silvino José de Almeida, réu. ANRJ, n. 2729, maço 190, gal. C, 1834-1835.

Apelação criminal. A Justiça, autor. Theodoro, crioulo escravo de Junius Villeneuve e Cia, réu. ANRJ, Corte de Apelação, n. 1184, caixa, 160, Gal-C, 1863.

Apelação criminal. Luíza Joaquina das Neves, autora; Antônio Alexandre Lopes do Couto, réu. 1864. ANRJ, Relação do Rio de Janeiro – 84, 5649/1301.

Aprovação dos Estatutos do Gabinete Português de Leitura e autorização para continuar os seus trabalhos, Maranhão, 1861. ANRJ, Conselho de Estado, Consultas do Conselho de Estado, caixa 530, pacote 2.

Aprovação dos Estatutos da Associação Grêmio Literário Português, 1861. ANRJ, Conselho de Estado, Consultas do Conselho de Estado, caixa 528, pacote 3.

As Garrafadas. Translado do processo a que deu motivo os tumultos das Garrafadas do dia 13, 14 e 15 de março de 1831. BN, Manuscritos, 06, 03, 012, 1831.

Batismo de Alexandrina, inocente. Brazil, Catholic Church Records, Rio de Janeiro, Santíssimo Sacramento, Batismos 1833-1837, Imagem 249. Disponível em: <familysearch.org>. Acesso em 25/08/2012.

Batismo de Rofina, inocente. Brazil, Catholic Church Records, Rio de Janeiro, Santíssimo Sacramento, Batismos 1833-1837, Imagem 163. Disponível em: <familysearch.org>. Acesso em 25/08/2012.

Batizados de Várias Localidades, 1740-1754. AEAD, caixa 296, bloco D.

Brás Antonio Castrioto, administrador da Tipografia Nacional e Imperial do Rio de Janeiro, pede mercê do Hábito da Ordem de Cristo. BNRJ, Manuscritos, C-1-71-7, 1824-1828.

Cálculo para uma tipografia feito por Renée Ogier, para o jornal Aurora Fluminense, encontrado entre os papéis de João Pedro da Veiga. Rio de Janeiro. IHGB, Lata 347, Doc. 29, 13/11/1834.

Carregamento do Patacho Cesar, ANRJ, IJ6 471.

Carta a [Francisco de] Paula Brito, indagando sobre a tiragem do periódico Guanabara. Rio de Janeiro. BNRJ, Manuscritos, I-28, 02, 028, out./1855.

Carta de Diogo Antonio Feijó a Paulino José Soares. BNRJ, Manuscritos, 65,05, 006, n. 028, 26/05/1836.

Carta de emancipação do africano Fausto de nação Sunde, ANRJ, IJ6 471.

Carta de Francisco de Paula Brito a destinatário ignorado explicando a razão de não imprimir o Auxiliador. Rio de Janeiro. BN, Manuscritos, I-28, 02, 028, 25/06/1854

Carta de Frei Camilo de Monserrate ao Ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, solicitando o pagamento de uma dívida contraída com o livreiro Paula Brito pela antiga administração da Biblioteca Nacional. BNRJ, Manuscritos, 30, 2, 011 n. 18, 14/11/1853.

Comércio estrangeiro. Papéis separados por ordem cronológica. AGCRJ, 58.4.33, 1839-1872.

Conta de Rodrigues e Cia, relativa a publicação das Atas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. BNRJ, Manuscritos, II-35, 15, 10 n. 1, 1853.

Contrato celebrado entre Joaquim Manuel de Macedo e o editor B. L. Garnier para a 1ª edição da obra Lições de Corografia Brasileira. Rio de Janeiro, 22 de dez. 1875. BN, Manuscritos, I-7, 9, 19.

Contrato celebrado entre Joaquim Maria Machado de Assis e o editor B. L. Garnier para a 1ª edição da obra Helena do Vale. Consta o recibo da importância paga por esse contrato. Rio de Janeiro, 29/04/1876. BN, Manuscritos, I-7, 9, 4.

Contrato celebrado entre José Martiniano de Alencar e o editor B. L. Garnier para a edição das obras: Diva, perfil de mulher, Minas de Prata e Iracema. Rio de Janeiro, 11/12/1874. BN, Manuscritos, I-7, 9, 1.

Designação de José Rufino Rodrigues de Vasconcelos para Francisco de Paula Brito examinar a peça A pobre louca. Rio de Janeiro, 03/08/1851. BNRJ, Manuscritos, Coleção Conservatório Dramático Brasileiro, I-8, 8, 50.

Documentos sobre a primeira tipografia em São Paulo. 1823-1824. Cópia. IHGB, Lata 136, pasta 22.

Embargo de obra nova. Manuel Francisco da Silveira Freitas, autor; Francisco de Paula Brito, réu. ANRJ, Juízo Municipal da 1ª Vara do Rio de Janeiro, n. 21. Maço 38, 1852.

Estatística de casas de comércio, número de rezes, embarcações, veículos terrestre e notas sobre licenças para obras, alvarás de negócio e receita e despesa, 1843. AGCRJ, 43.1.43.

Estatutos da Caixa Auxiliadora das Composições Dramáticas e Musicais, out.1860-fev. 1861. ANRJ, Conselho de Estado, Consultas do Conselho de Estado, caixa 526, pacote 2.

Execução de sentença. Bernardino de Souza Ribeiro Guimarães, executante. Francisco de Paula Brito, executado. ANRJ, Coleção de Processos Comerciais, n. 297, caixa 1.196, 1854.

Execução de sentença. Bernardino de Souza Ribeiro Guimarães, executante. Francisco de Paula Brito, executado. ANRJ, Coleção de Processos Comerciais, n. 297, caixa 1.196, 1854.

Execução de sentença. Francisco José Gonçalves Agra, executante. Francisco de Paula Brito, executado. ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 284, caixa 1.196, 1854.

Execução. Dr. Joaquim Pereira de Araújo, executante. Francisco de Paula Brito, executado. ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 68, maço 1.514, 1857.

Execução. Duarte José de Puga Garcia, exequente. Francisco de Paula Brito, executado. ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 1.002, caixa 1.191, 1856.

Execução. Eugênio Bouchaud, executante. Francisco de Paula Brito, executado. ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 1.602, caixa 1.353, 1856.

Execução. João de Souza Monteiro, executante. Francisco de Paula Brito, executado. ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 1.016, caixa 1.191, 1855.

Execução. Saportas e Cia, executante. Francisco de Paula Brito, executado. ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 371, caixa 1.195, 1854.

Gaspar José Monteiro, oficial compositor, oferece seus serviços à nova tipografia a ser instalada na Biblioteca Nacional e Pública do Rio de Janeiro, 1822. BNRJ, Manuscritos, C-1062-40, docs. 4-5.

Índice de Batismo. N. Sra. da Candelária (1635-1781). ACMRJ, I-021.

Índice de Batismos de Livres. N. Sra. da Candelária (1758-1781). ACMRJ, I-023.

Informações dirigidas ao Marquês de Olinda sobre a pessoa e trabalhos do livreiro-editor Baptista Luís Garnier que requereu uma condecoração. IHGB, Lata 214, Doc. 61.

Inventário. Francisco de Paula Brito, falecido. Rufina Rodrigues da Costa Brito, inventariante. ANRJ, Juízo Municipal da 1ª Vara do Rio de Janeiro, n. 6.210, maço 448, 1862.

José Francisco Lopes, Mestre Impressor na tipografia nacional da Bahia, 1823-1824. BNRJ, Manuscritos, C-937, 56.

Justificação para Embargo. Dr. Joaquim Pereira de Araújo, justificante. Francisco de Paula Brito, justificado. ANRJ, Coleção de processos comerciais, n. 557, maço 1.498, 1857.

Livro de Batismo da Freguesia do Santíssimo Sacramento do Rio de Janeiro, Batismo entre 1794, Fev-1798. Disponível em: <<https://familysearch.org>>.

Livro de Batismos, 1725. AEAD, caixa 296, bloco A.

Livro de Batizados, 1733-1734. AEAD, caixa 296, bloco A.

Livro de casamentos de livres da Freguesia do Santíssimo Sacramento. ACMRJ, AP 0134.

Livro de óbitos da Freguesia do Santíssimo Sacramento. ACMRJ, AP-162.

Pedido de pagamento de Sebastião Gomes da Silva Belfort, empresário da tipografia do Diário do Rio de Janeiro, relativo à impressão de publicações da Câmara Municipal da Corte. Rio de Janeiro, 5 de março de 1868. BNRJ, Manuscritos, II-35, 16, 11 n. 2.

Petição de transferência dos serviços da africana livre Maria Benguela, autor Francisco de Paula Brito. ANRJ, Diversos (GIFI) Justiça, 6D-130, 11/06/1857.

Processo contra Nicolau Lobo Vianna e José Joaquim de Abreu Gama, impressor e responsável pelo periódico Caramuru, por abuso da liberdade de imprensa e sedição contra o governo, 1832-1833. BN, Manuscritos, I-31, 31, 17, n. 2.

Processo da habilitação matrimonial de Jacinto Antunes Duarte e Maria Joaquina da Conceição, 1795. ACMRJ, caixa 2514, notação 52.692.

Processo de habilitação matrimonial de Martinho Pereira de Brito e Anna Maria da Conceição, 1765. ACMRJ, caixa 1.983, notação. 33.289.

Proposta de Francisco de Paula Brito para imprimir um jornal que insira atos da administração municipal e os talões de expediente, sob as condições que estabelece, 1859. AGCRJ, 48.4.71.

Publicações de atos oficiais. Propostas de Justiniano José da Rocha, editor proprietário do Correio do Brasil, e da Tipografia Americana, do Correio Mercantil e de Antonio e Luiz Navarro de Andrade, proprietários editores do Diário, 1853. AGCRJ, 48.4.70.

Publicações. Papéis separados em ordem cronológica, 1838-1913. AGCRJ, 48.4.69.

Recibo de José Martiniano de Alencar passado ao editor B. L. Garnier pela importância paga sobre os direitos autorais das obras: Guarani, Lucíola, Cinco Minutos e Viuvinha. Rio de Janeiro, 23 de ago. 1870. BN, Manuscritos, I-7, 9, 2.

Recibos passados a Miguel Archanjo Galvão referentes à assinatura dos periódicos A Marmota e Marmota Fluminense. Rio de Janeiro, 1859-1861. BNRJ, Manuscritos, 37A, 04, 003, n. 008AA.

Registro de Batismo de Várias Localidades, 1720-1740. AEAD, caixa 296, bloco B.

Registro de Batismos do Serro, 1727-1734; Casamentos do Serro, 1729-1734. AEAD, cx. 296, bl. B.

Registro de Óbitos de Escravos do Serro, 1725-1797. AEAD, caixa 352, bloco A.

Registros de Batismo de Várias Localidades, 1728-1733. AEAD, caixa 296, bloco B

Registros de Batismos. Várias Localidades, 1720-1740. AEAD, caixa 296, bloco B.

Registros de Casamentos do Serro, 1736-1772. AEAD, caixa 338, bloco A.

Relação das obras que o livreiro Silvino tem encadernado na Biblioteca Imperial e Pública (set. 1823, mar. 1832). Rio de Janeiro, 1832. BNRJ, Manuscritos, I-16, 04, 021.

Relação de todos os Africanos Livres que até a presente data ainda se acham sob a responsabilidade dos particulares que foram confiados, março de 1861. National Archives (Kew/United Kingdom) FO 128/48 fs. 290-344.

Relação nominal das pessoas a quem têm sido confiados Africanos livres, quantos e seu estado de dívida em 31 de dezembro de 1844, desde o segundo semestre do ano financeiro de 1840-41 em que passou a arrecadação de seus salários a ser feito pela Recebedoria do Município da Corte, até o fim do ano financeiro próximo findo de 1843-1844 na forma exigida em aviso da Secretaria de Justiça de 10 de setembro de 1844. ANRJ, IJ6 471.

Requerimento de André Gailhard encaminhado ao Ministério do Império solicitando expedição de ordem para que possa receber o produto de quatro loterias a benefício de sua fábrica de papel, 1845-1846. BNRJ, Manuscritos, C-486, 5, n. 3-4. Doc. 7.

Requerimento de Francisco de Paula Brito encaminhado ao Ministério do Império, solicitando que seja aprovado o estatuto de sua Empresa Literária Dous de Dezembro. Doc. 5. BNRJ, Manuscritos, C-0803, 004. 1855.

Requerimento de Renato Ogier à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 09/03/1838. Tipografias e artes gráficas. Vários papéis separados em ordem cronológica e referentes a tipografias, jornais e oficinas de artes gráficas, 1833-1887. AGCRJ, 44.4.16.

Resposta de José Bonifácio a respeito do aumento aos aprendizes da Imperial Cozinha. Rio de Janeiro, 11/03/1833. BNRJ, Manuscritos, I-4, 35, 3.

Secretaria de Polícia da Corte, dossiê relativo a Agostinho Moçambique, setembro de 1862. ANRJ, IJ6 516.

Tipografia de Francisco de Paula Brito. Requerimento e informações para melhoramentos na Empresa Tipográfica, 1851. AGCRJ, 50.3.46.

Vários papéis sobre o patriota Francisco de Paula Brito, dono da loja de papel da Praça da Constituição e editor; com referência a publicações mandadas fazer pela Câmara Municipal, inclusive o "Arquivo Municipal", 1852, 1860, 1862. AGCRJ, 47.1.60.

3) Obras raras

Almanach do Rio de Janeiro para o ano de 1824. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1824. p. 267. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 16/08/2012.

Almanach do Rio de Janeiro para o ano de 1825. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1824. p. 248. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 16/08/2012.

Almanaque da cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1792. In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1937*, v. LIX. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

Almanaque da cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1794. In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1937*, v. LIX. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

Anuário Político, Histórico e Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: Casa de Firmin Didot Irmãos, 1847.

ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. *Relatório do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral da Quarta Sessão da Décima Segunda Legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1866. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/>>. Acesso em 01/11/2011.

BRANCO, Manuel Alves. *Relatório da repartição dos negócios da justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1835*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1835. p. 11-12. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/>>. Acesso em 26/10/2012.

BRITO, Francisco de Paula. *Poesias*. Rio de Janeiro: Tipografia Paula Brito, 1863.

_____. *Hino oferecido à mocidade brasileira, no dia 25 de março de 1831*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial de E. Seignot-Plancher, 1831. BN, Obras raras, 088, 004, 011, n. 2.

_____. *Hino ao memorável dia 7 de abril de 1831*. Rio de Janeiro: Tipografia d'E. Seignot-Plancher, 1831. BN, Obras raras, 088, 004, 010, n. 5.

_____. *Proclamação aos compatriotas*. Rio de Janeiro: Tip. Fluminense de Brito e Cia, s. d. BN, Obras raras, 102, 5, 226.

_____. *Hino à maioria de S. M. o I. proclamado pela Assembleia, tropa e povo, no dia 22 de julho de 1840*. Rio de Janeiro: Imprensa Imparcial de F. de Paula Brito, 1840. BN, Obras raras, 099A, 021, 096.

_____. *Soneto à imprensa, dedicado a S. M. Imperial o senhor D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Composto e impresso na Imperial Quinta da Boa Vista, s. d. BNRJ, Obras raras, 088, 004, 010, n. 6.

BRITO, Joaquim Marcellino de. *Relatório da repartição dos negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1847.

BURLAMAQUI, Frederico Leopoldo César. *Memória analítica acerca do comércio d'escravos e acerca dos males da escravidão doméstica*. Rio de Janeiro: Tipografia Comercial Fluminense, 1837.

CAVALCANTI D'ALBUQUERQUE, Antonio Francisco de Paula Holanda. *Proposta e Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 6ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1846. p 4. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/>>. Acesso em: 12/12/2012.

DUPONT, Paul. *Histoire de l'imprimerie*. Tome 2. Paris: Les libraires, 1854. Disponível em: <gallica.bnf.fr>.

EMPRESA TYPOGRÁFICA Dous de Dezembro de Paula Brito. Rio de Janeiro: Empresa Typográfica Dous de Dezembro. s. d. BN, Obras raras, 088, 001, n. 9.

FARIA, Antonio Bento de (Ed.). *Código Comercial Brasileiro anotado de acordo com a doutrina, a legislação e a jurisprudência nacional e estrangeira, e os princípios e regras*

do direito civil, seguido de um apêndice contendo o Regulamento n. 737 de 1850, e todas as leis comerciais em vigor, igualmente anotadas. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, editor, 1912.

FELJÓ, Diogo Antonio. *Relatório do Exmo. Ministro da Justiça*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de E. Seignot-Plancher, 1832. p. 2. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/>>. Acesso em: 18/05/2012.

FERRAZ, Luiz Pedreira do Couto. *Relatório do ano de 1856, Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 10ª Legislatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1857. p. 117. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/>>. Acesso em: 27/01/2011.

FORTE, J. J. da Cruz. *O jogo do burro ou a febre das ações. Comédia em 2 atos*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de M. J. Pereira da Silva Jr., 1854. BNRJ, Obras raras, 41, 17, 5. p. 13-14.

FREY, A. *Manuel nouveau de typographie*. Paris: Libraire Encyclopédique de Rorét, 1835. Disponível em: <gallica.bnf.fr>.

KIDDER, Daniel P.; FLETCHER, James C. *Brazil and the Brazilians: portrayed in historical and descriptive sketches*. Philadelphia: Childs & Peterson, 1857.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno Biographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876.

_____. *Luxo e Vaidade*. Rio de Janeiro: Tip. de Francisco de Paula Brito, 1860.

MAGALHÃES, D. J. G. de. *Faits de l'esprit humain: philosophie*. Traduit du portugais par N. P. Chansselle. Paris: Auguste Durant, Libraire. 1860. p. V-VI. Disponível em <gallica.bnf.fr>. Acesso em: 13/05/2013.

MOREIRA DE AZEVEDO, Manuel Duarte. “Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 28, v. 2, 4º trimestre de 1865.

NUNES, Antonio Duarte. Almanac histórico da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Ano de 1799. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXI, 1º trimestre de 1858. p. 83.

OGIER, Rene. *Manual de typographia braziliense por R. Ogier*. Rio de Janeiro: Typographia de R. Ogier, 1832.

Ordenação Filipinas. Livro III. Título XV. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l3p578.htm/>>. Acesso em 19/12/2011.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Língua Brasileira: por Luiz Maria da Silva Pinto natural da Província de Goyaz*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <www.brasiliana.usp.br>.

Relatório da comissão encarregada pelo governo imperial pelos avisos de 1º de outubro e 28 de dezembro de 1864 de proceder a um inquérito sobre as causas principais e

acidentais da crise do mês de setembro de 1864. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. “Biografia dos brasileiros ilustres por amar, letras, virtudes, etc.: Notícia sobre Antonio Gonçalves Teixeira e Souza e suas obras”. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*. Tomo XXXIX. Primeira parte. Rio de Janeiro: B. L. Garnier: Livreiro-editor, 1876.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Elogio Acadêmico da Senhora D. Maria Primeira, recitado por José Bonifácio de Andrada e Silva, em sessão pública da Academia Real das Ciências de Lisboa aos 20 de março de 1817*. Rio de Janeiro: Tip. Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1839.

SOARES, Sebastião Ferreira. *Esboço ou Primeiros Traços da Crise Comercial da Cidade do Rio de Janeiro em 10 de Setembro de 1864*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.

_____. *Histórico da Companhia Industrial da Estrada de Mangaratiba e análise crítica e econômica dos negócios desta Companhia*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861.

_____. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1860.

VISCONDE de Macaé. *Relatório da repartição dos negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1848.

4) Anais, leis e decretos

Anais da Assembleia Nacional Constituinte, Sessão de 6 de outubro de 1823, p. 32-34.

Anais da Assembleia Nacional Constituinte, Sessão de 8 de novembro de 1823, p. 218-219.

Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 10 de junho de 1826, p. 91-92.

Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 3 de março de 1830, p. 30.

Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 13 de maio de 1836, p. 48; 50.

Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 14 de maio de 1836, p. 52-53.

Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 6 de Agosto de 1855, p. 58.

Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 10 de Agosto de 1855, p. 97.

Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 4 de Setembro de 1855, p. 333.

Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 21 de agosto de 1857, p. 45.

Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 17 de maio de 1858, p. 31.

Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 31 de maio de 1858, p. 152.

Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 5 de junho de 1858, p. 47.

Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 8 de junho de 1858, p. 71.

Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 14 de julho de 1858, p. 135.

Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 30 de junho de 1858, p. 304.

Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 26 de agosto de 1858, p. 229.

Lei de 26 de Outubro de 1831. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. 1831. v. I, p. 162. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 30/05/2012.

Lei de 6 de Junho de 1831. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. 1831. v. I, p. 2. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 30/05/2012.

Lei de 3 de Outubro de 1832. Dá nova organização ás atuais Academias Medico-cirúrgicas das cidades do Rio de Janeiro, e Bahia. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. V. 1, 1832, p. 87. Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em: 03/12/2012.

Lei n. 369, de 18 de Setembro de 1845. Fixando a Despesa, e orçando a Receita para o Exercício de 1845-1846. *Coleção de Leis do Império do Brasil* - 1845, p. 47, v. I. Disponível em < <http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 14/12/2012.

Lei n. 555 de 15 de junho de 1850. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 25/10/2011.

Lei n. 668 de 11 de setembro de 1852. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 25/10/2011.

Código Criminal do Império do Brasil. Lei de 16 de dezembro de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em 28/06/2012.

Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). Cap. VI, art. 94. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 09/01/2013.

Decreto de 2 de Março de 1821. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. 1821. v. I, p. 25-26. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 30/05/2012.

Decreto de 22 de Novembro de 1823. In: *Coleção das leis do Império do Brasil*, v. 1, p. 89. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 30/05/2012.

Decreto de 11 de Setembro de 1826. In: *Coleção das leis do Império do Brasil*, v. 1, p. 12. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 30/05/2012.

Decreto de 18 de Março de 1837. In: *Coleção das leis do Império do Brasil*, v. 1, p. 11. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 30/05/2012.

Decreto n. 384 de 16 de outubro de 1844. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 30/05/2012.

Decreto nº 1.610, de 23 de Maio de 1855. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br>/. Acesso em: 16/01/2012.

5) Livros, artigos e teses

ABREU, Casimiro de. *Correspondência completa*. Organização de Mário Alves de Oliveira. Rio de Janeiro: ABL, 2007. (Coleção Afrânio Peixoto, 77).

ABREU, Marcella dos Santos. Moda, teatro e nacionalismo nas crônicas da Revista Popular (1859-1862). Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – IEL, Unicamp, Campinas, 2008.

ABREU, Márcia (Org.). *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Campinas: Pontes, 2005.

ALENCASTRO, Luís Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. “Bahia, Rio de Janeiro et le nouvel ordre colonial 1808-1860”. In: CHASE, Jeanne. (Org.). *Géographie du capital marchand aux Amériques: 1760-1860*. Paris: Centre d’études nord-américains; École des hautes études en sciences sociales, 1987.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. Cárceres imperiais: a Casa de Correção do Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional no Império, 1830-1861. Tese (Doutorado em História), Unicamp, IFCH, Campinas, 2009.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Francisco de Paula Brito: cidadania e anti-racismo nos inícios da nação brasileira. *Irohin – Jornal On Line*, 11/1/2007. Disponível em: <<http://www.irohin.org.br/>>. Acesso em: 10/03/2008.

_____. A recusa da “raça”: antirracismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 34, p. 297-320, jul./dez. 2005.

_____. Maçonaria, cidadania e a questão racial no Brasil escravagista. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 121-136, dez., 1998.

_____. Maçonaria: história e historiografia. *Revista da USP*, São Paulo, n. 32, p. 178-189, dez./jan./fev. 1996-1997.

BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: a trajetória de Ângelo Agostini no Brasil imperial – São Paulo e Rio de Janeiro – 1864-1888*. Tese (Doutorado em História) – IFCH, Unicamp, Campinas, 2005.

BALZAC, Honoré de. *Ilusões perdidas*. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BASILE, Marcelo. Revolta e cidadania na Corte regencial. *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, n. 22, jan. 2007, p. 31-57.

_____. Projetos políticos e nações imaginadas na imprensa da Corte (1831-1837). In: DUTRA, Eliana de Freitas. MOLLIER, Jean-Yves. (Orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. O império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial. Tese (Doutorado em História) – UFRJ, IFCS, Rio de Janeiro, 2004.

_____. *Ezequiel Correia dos Santos: um jacobino na Corte imperial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: alguns reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL: Sociedades Operárias e Mutualismo*, Campinas, Unicamp, IFCH, v. 6, n. 10/11, 1999.

BETHELL, Leslie. *História da América Latina: da Independência a 1870*. V. III. São Paulo; Brasília: Edusp; Imprensa Oficial; Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

_____; CARVALHO, José Murilo de. “O Brasil da Independência a meados do século XIX”. In: _____. *História da América Latina: da Independência a 1870*. V. III. São Paulo; Brasília: Edusp; Imprensa Oficial; Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

BEZERRA, Nielson Rosa. Mosaicos da escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas no Recôncavo da Guanabara. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e Romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis; Instituto Nacional do Livro, 1979.

CALDEIRA, Cláudia Adriana Alves. Francisco de Paula Brito: tipografia, imprensa, política e sociabilidade. Dissertação (Mestrado em História) – UFRRJ, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Seropédica-RJ, 2010.

CAMPATO JR., João Adalberto. *Retórica e Literatura: o Alencar polemista nas Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*. São Paulo: Storteccei, 2003.

CANO, Jefferson. Nação e ficção no Brasil do século XIX. *História Social*, n. 22-23, primeiro e segundo sem. 2012.

_____. “Justiniano José da Rocha, cronista do desengano”. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2005.

CARVALHO, Anna Maria Monteiro de. A espacialidade do Passeio Público de Mestre Valentim. *Gavea*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 67-76.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CAVALLINI, Marco Cícero. Monumento e política: os “Comentários da Semana” de Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney. NEVES, Margarida de S. PEREIRA, Leonardo A. de M. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2005.

CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean (Dir.). *Histoire de l'édition française*. Le temps des éditeurs. Du romanstime à la Belle Époque. T. III. Paris: Fayard; Cercle de la Libraire, 1990.

CHASE, Jeanne. (Org.). *Géographie du capital marchand aux Amérques: 1760-1860*. Paris: Centre d'études nord-américains; École des hautes études en sciences sociales, 1987.

COSTELLA, Antonio F. *O controle da informação no Brasil: evolução histórica da Legislação Brasileira de Imprensa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia, 1775-1880*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEAECTO, Marisa Midore. *O império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2011.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Edusp, 2009.

DUTRA, Eliana de Freitas. MOLLIÉ, Jean-Yves. (Orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil*. Tradução de Jamil Almansur Haddad. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1976.

FERREIRA, Roberto Guedes. Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. In: FLORENTINO, Manolo. *Trabalho, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FIGUERÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. “Ciência e tecnologia no Brasil Imperial: Guilherme Schüch, Barão de Capanema (1824-1908)”. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 437-455, julho 2005.

FIGUEROA-RÊGO, João de; OLIVAL, Fernanda. Cor da pele, distinção e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI e XVIII). *Tempo*, n. 30, 2010.

FINKELSTEIN, David. *The House of Blackwood: author-publisher relations in the Victorian Era*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2002.

FLORENTINO, Manolo. *Trabalho, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FLORY, Thomas. Race and social control in Independent Brazil. *Journal of Latin American Studies*. v. 9, n. 2, nov. 1977.

FURTADO, Junia Ferreira. “O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas”. In: RESENDE, Maria Eugênia Lage de; VILALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas setecentistas, I*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

_____. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GODOI, Rodrigo Camargo de. “Trabalho escravo e produção de impressões no Rio de Janeiro oitocentista”. *Textos da Escola São Paulo de Estudos Avançados*. Campinas, 2012. Disponível em: <http://www.espea.iel.unicamp.br/>.

_____. O espólio do editor: A “Avaliação de Bens” do Inventário de Francisco de Paula Brito. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

_____. Publicação e comercialização de comédias no Brasil oitocentista: o caso de *Luxo e Vaidade* de Joaquim Manuel de Macedo (1860). *Anais do II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial*. Niterói, UFF, 2009.

GONDIM, Eunice Ribeiro. *Vida e obra de Paula Brito: iniciador do movimento editorial no Rio de Janeiro (1809-1861)*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GREENSPAN, Ezra. *George Palmer Putnam: representative American Publisher*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2000.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiróz; Edusp, 1985.

HAYNES, Christine. *Lost illusions: the politics of publishing in nineteenth-century France*. Cambridge; London: Harvard University Press, 2010. (Harvard historical studies, 167).

HEINEBERG, Ilana. Miméticos, aclimatados e transformados: trajetórias do romance-folhetim em diários fluminenses. In: ABREU, Márcia (Org.). *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. Organização Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IPANEMA, Marcello de. *Estudos de história de legislação de imprensa*. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora Aurora, 1949.

_____. *Livro das leis de imprensa de D. João*. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora Aurora, 1949.

_____. *Síntese da história da legislação luso-brasileira de imprensa*. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora Aurora, 1949.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *Negros no estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

KRAAY, Hendrik. *Days of National Festivity in Rio de Janeiro, Brazil, 1823-1889*. Stanford: Stanford University Press, 2013.

_____. (Ed.). *Afro-Brazilian culture and politics: Bahia, 1790s to 1990s*. Nova Iorque: M. E. Sharpe, 1998.

_____. "The politics of race in independence-era Bahia: the black militia officers of Salvador, 1790-1840". In: _____ (Ed.). *Afro-Brazilian culture and politics: Bahia, 1790s to 1990s*. Nova Iorque: M. E. Sharpe, 1998.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *O preço da leitura: leis e números por detrás das letras*. São Paulo: Ática, 2001.

LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

_____. (Org.). *Ordenações Filipinas: livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Organização Jovita Maria Gerheim Noronha. Tradução Jovita Maria Gerheim Noronha; Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboço de história empresarial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

_____. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. (Coleção História e Historiografia, 6).

LUGO-ORTIZ, Agnes. ROSENTHAL, Angela. (Ed.). *Slave portraiture in the Atlantic World*. New York: Cambridge University Press, 2013.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

_____. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

LYONS, Martin. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In: CHARTIER, Roger; CAVALLLO, Guiglielmo. *História da leitura no mundo ocidental*, v. 2. São Paulo: Ática, 1999.

MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: Mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2012.

MAGALHÃES JR., Raimundo. *José de Alencar e sua época*. Rio de Janeiro; Brasília: Civilização Brasileira; INL, 1977.

MAGALHÃES JR., Magalhães Jr. *Três panfletários do segundo reinado*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. (Coleção Afrânio Peixoto, 86).

_____. *Vida e obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. *Poesia e vida de Casimiro de Abreu*. São Paulo: Editora das Américas, 1965.

MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. v. II. 3ª ed. Petrópolis; Brasília: Vozes; INL, 1976.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da Lei de 1831”. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

_____. “Revisitando a ‘transição para o trabalho livre’: a experiência dos africanos livres”. In: FLORENTINO, Manolo. *Trabalho, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. To be a liberated African in Brazil: labour and citizenship in nineteenth century. Thesis. PhD in History. University of Waterloo. Waterloo, Ontario, Canada, 2002.

MARQUES, Wilton José. *O poeta e poder: favores e afrontas*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 32, 2003, p. 33-49.

MARTIN, Gérard. *L’Imprimerie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1966.

MARTIN, Henri-Jean; FEBVRE, Lucien. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

MARTIN, Odile; MARTIN, Henri-Jean. “Le monde des éditeurs”. In: CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean (Dir.). *Histoire de l'édition française*. Le temps des éditeurs. Du romanstème à la Belle Époque. T. III. Paris: Fayard; Cercle de la Librairie, 1990.

MARTINS, Bruno Guimarães. *Corpo sem cabeça: Paula Brito e a Petalógica*. Tese (Doutorado em Letras), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MARTINS, Fran. *Curso de Direito Comercial*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

MASSA, Jean-Michel. *A juventude Machado de Assis (1839-1870): ensaio de biografia intelectual*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. V. 1. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

_____. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

MATTOS, Ilma Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MAUAD, Ana Maria. Imagem e autoimagem do segundo reinado. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MCCLEERY, Alistair. The Return of Publisher to Book History: The Case of Allen Lane. *Book History*, v. 5., 2002, p. 161-185.

MENESES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1977.

MOLLIER, Jean-Yves. *Louis Hachette (1800-1864): Le fondateur d'un empire*. Paris: Fayard, 1999.

_____. *Michel & Calmann Lévy ou la naissance de l'édition moderne, 1836-1891*. Paris: Calmann Lévy, 1984.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial*. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. *O período das Regências, (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2003.

NETO, Lira. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar, ou, A mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava d. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto história*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

PAIVA, Eduardo França. “Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial”. *Revista de História*, n. 133, São Paulo, dez. 1995.

PALMA, Patrícia de Jesus. *O mercado do livro brasileiro em Portugal*. Texto não publicado.

PINHEIRO, Alexandra. “Entre contratos e recibos: o trabalho de um editor francês no comércio livreiro do Rio de Janeiro oitocentista”. In: ABREU, Márcia (Org.). *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

RAMOS JR., José de Paulo; DAECTO, Marisa Midori; MARTINS Filho, Plínio (Orgs.). *Paula Brito: editor, poeta e artífice das letras*. São Paulo: Edusp; Com Arte, 2010.

RESENDE, Maria Eugênia Lage de; VILALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas setecentistas, I*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

RIBEIRO, Gladys Sabina. A radicalidade dos exaltados em questão: jornais e panfletos no período de 1831 e 1834. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Bessone Tavares da Cruz. (Orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

_____.; FERREIRA, Tânia Maria Bessone Tavares da Cruz. (Orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

_____. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Faperj, 2002.

ROCHA, Débora Cristina Bondance. Biblioteca Nacional e Pública do Rio de Janeiro: um ambiente para leitores e leituras de romances. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária). IEL, Unicamp, Campinas, 2011.

RODRIGUES, Eni Neves da Silva. Impressões em preto e branco: história da leitura em Mato Grosso na segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária), IEL, Unicamp, Campinas, 2008.

SCHAPOCHNIK, Nelson. “Malditos tipógrafos”. *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/>.

SCHMIDT, Benito Bisso. “História e Biografia”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SCHWACZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Hebe Cristina. Prelúdio do romance brasileiro: Teixeira e Sousa e as primeiras narrativas ficcionais. Tese. (Doutorado em Teoria e História Literária). IEL – Unicamp, Campinas, 2009.

SILVA, Geraldo Luiz. “Esperança de liberdade”. Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774). *Revista de História*, n. 144 (2001), p. 107-149.

SILVA, Ozângela de Arruda. *Pelas rotas dos livros: circulação de romances e conexões comerciais em Fortaleza (1870-1891)*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011.

SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da. “Os dois grandes lampadários do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro”. *Revista do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional*, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, n. 5, p. 285-297, 1941.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro (1850-1890). Dissertação (Mestrado em História) – IFCH, Unicamp, Campinas, 1993.

SOARES, Luiz Carlos. *O povo de “Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj; 7 Letras, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro Mauad, 1999.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*: Evaristo da Veiga. Vol. VI. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1957.

_____. *História dos fundadores do Império do Brasil*: Diogo Antonio Feijó. Vol. VII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

SOUZA, Silvia Cristina Martins de. *As noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*. Campinas: Editora da Unicamp; Cecult, 2002.

TENGARRINHA, José. *Da liberdade mitificada à liberdade subvertida: uma exploração no interior da repressão à imprensa periódica de 1820 a 1828*. Lisboa: Edições Colibri, 1993.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.

VIANNA, Paulo Domingues. *Direito Criminal: segundo as preleções professadas pelo Dr. Lima Drummond*. Rio de Janeiro: F. Briguet e Cia. Editores, 1930.

VITORINO, Artur José Renda. Patrimonialismo e finanças: política monetária de liberais e conservadores no Segundo Reinado. *Revista de História Regional*, 15(1), 131-168, Verão, 2010.

_____. Cercamento à brasileira: conformação do mercado de trabalho livre na Corte das décadas de 1850 a 1880. Tese (Doutorado em História) – IFCH, Unicamp, Campinas, 2002.

_____. *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2000.

WILLIAMS, Daryle. The intrepid mariner Simão: visual histories of blackness in the Luso-Atlantic at the end of the slave trade. In: LUGO-ORTIZ, Agnes. ROSENTHAL, Angela. (Ed.). *Slave portraiture in the Atlantic World*. New York: Cambridge University Press, 2013.

WINSHIP, Michael. *American literary publishing in the mid-nineteenth century: The business of Ticknor and Fields*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. (Cambridge Studies in Publishing and Printing History).

